



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO E DOUTORADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Larissa Scotta

**GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL E EDUCAÇÃO: A EMERGÊNCIA DA  
FAMÍLIA *DOCENDIS***

Santa Cruz do Sul  
2025

Larissa Scotta

**GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL E EDUCAÇÃO: A EMERGÊNCIA DA  
FAMÍLIA *DOCENDIS***

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Doutorado, Área de Concentração em Educação, Linha de Pesquisa, Educação, Cultura e Produção de Sujeitos, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Mozart Linhares da Silva

Santa Cruz do Sul

2025

### CIP - Catalogação na Publicação

Scotta, Larissa

Governamentalidade neoliberal e educação : a emergência da família docendis / Larissa Scotta. – 2025.

291 f. : il. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2025.

Orientação: Prof. Dr. Mozart Linhares da Silva.

1. Educação. 2. Governamentalidade neoliberal. 3. Família. 4. Guerra de valores. 5. Desdemocratização. I. da Silva, Mozart Linhares. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UNISC com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Larissa Scotta

**GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL E EDUCAÇÃO: A EMERGÊNCIA DA  
FAMÍLIA *DOCENDIS***

Esta tese foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Doutorado, Área de Concentração em Educação, Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Produção de Sujeitos, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

*Dr. Mozart Linhares da Silva*

Professor Orientador – UNISC

*Dra. Betina Hillesheim*

Professora Examinadora – UNISC

*Dr. Willian Fernandes Araújo*

Professor examinador – UNISC

*Dra. Kamila Lockmann*

Professora Examinadora – FURG

*Prof. Dr. Rodrigo Diaz de Vivar y Soler*

Professor Examinador – FURB

Santa Cruz do Sul

2025

## Agradecimentos

Ao Prof. Mozart Linhares da Silva, meu orientador, quem aceitou partilhar seu conhecimento comigo desde antes de meu ingresso como doutoranda e foi um grande incentivador desta Tese. Agradeço pela parceria que estabelecemos ao longo desses anos e pelas calorosas discussões no Grupo de Pesquisa Identidade e Diferença na Educação. Elas certamente me impulsionaram a enfrentar a escrita deste texto!

À Prof<sup>a</sup>. Amanda Eloína Scherer, eterna orientadora, quem me pôs a ler, há mais de duas décadas, a Aula inaugural de Michel Foucault no Collège de France, intitulada *A Ordem do Discurso*. Dali em diante, passei a suspeitar da obviedade do que é dito e a reconhecer que “*nem tudo é ruim, mas tudo é perigoso*”. Foi um caminho sem volta...

Aos docentes que aceitaram compor a Banca de Qualificação deste trabalho – Kamila Lockmann, Rodrigo Diaz de Vivar y Soler e Betina Hillesheim. Obrigada pelas contribuições generosas e pelas sugestões de leituras. Ao professor Willian Fernandes Araújo, por aceitar participar da Banca final de defesa.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, instituição em que trabalho e que me concedeu afastamento total para me dedicar a esta Tese.

Ao Programa de Pós-graduação da UNISC, seus professores e colaboradoras, pela acolhida e atenção a mim dispensadas durante toda a trajetória no doutorado.

À minha filha Alice e meus pais Maria Palmira Scotta e Fábio Scotta. Obrigada por tudo e tanto, sempre. Se há algo que a escrita desta Tese me mostrou é que família – para além dos clichês – e em contraponto ao engessamento que o arranjo tradicional propõe, é um lugar. Um lugar que pode ter as mais diversas configurações...aquele lugar pra onde tu podes sempre voltar, seja como tu fores.

Às amigas fiéis, Cristiane do Amaral Feltrin, Cristiane Lawall Plautz, Fabiane Guedes Macedo e Flávia Fontoura Cunha, com quem pude esquecer (!) por momentos desta Tese e reafirmar aquilo que realmente importa em uma amizade.

Aos colegas do PPGEdu e do Grupo de Pesquisa Identidade e Diferença na Educação, em especial Cátia Regina Lamb e Manuel dos Santos Alves Júnior, companhias afetuosas e marcantes no processo de construção deste trabalho.

Aos demais familiares e amigos que viveram comigo esses quatro anos de intensas leituras e constantes aprendizados.

*E se não digo o que é preciso fazer, não é porque ache que não há nada a fazer. Bem ao contrário, penso que há mil coisas a fazer, a inventar, a forjar por aqueles que, reconhecendo as relações de poder em que estão implicados, decidiram resistir a elas e delas escapar. Desse ponto de vista, toda a minha pesquisa repousa em um postulado de otimismo absoluto. Não efetuo as minhas análises para dizer: eis como as coisas são, vocês foram pegos. Só digo essas coisas na medida em que considero que isso permite transformá-las. Tudo o que faço, eu o faço para que isso sirva.*

*Michel Foucault (2010, p. 344)*

## RESUMO

Esta Tese investiga o papel da família na racionalidade neoliberal e suas consequências para a educação no Brasil contemporâneo. A partir das lentes teórico-metodológicas da governamentalidade pensada por Foucault, analisa como a centralidade atribuída à família tradicional pelo neoliberalismo e o deslocamento de responsabilidades do Estado para os indivíduos e suas famílias tem reforçado o projeto neoliberal a favor da concorrência e contra a igualdade e contribuído para a privatização da educação. A análise de um conjunto de documentos oficiais e não oficiais, entendido como uma espécie de arquivo que materializa um discurso sobre a família, aponta a emergência de uma agenda familiar nos domínios da educação que está diretamente vinculada ao intento neoliberal de promover uma ordem privada, homogênea e familiar em detrimento de uma ordem pública, plural e democrática. Nesse escopo, ao abordar a ascensão do programa Escola sem Partido e do movimento a favor da escolarização doméstica, a Tese apresenta o conceito de família *docendis* para descrever o acionamento da instituição familiar como a *principal educadora*, como aquele instrumento privilegiado de governo da população que visa não somente colocar em disputa currículos e políticas públicas educacionais, a partir da primazia dos valores familiares, como também determinar com quem se pode aprender e conviver. A ascensão dessa família *docendis* reforça a privatização dos direitos sociais e aprofunda a dissolução dos laços coletivos, ampliando desigualdades e colocando em risco os princípios democráticos na educação. Ao sublinhar o caráter antidemocrático da guerra de valores colocada em funcionamento na atualidade, evidencia-se como o desmantelamento da ideia do social vem ganhando respaldo a partir de políticas autoritárias que buscam suprimir o pluralismo e impor seus valores sobre o todo da sociedade.

**Palavras-chave:** Governamentalidade neoliberal. Família. Educação. Guerra de valores. Desdemocratização.

## ABSTRACT

This thesis investigates the role of the family in neoliberal rationality and its consequences for education in contemporary Brazil. Through the theoretical and methodological lens of governmentality as conceived by Foucault, it analyzes how the centrality attributed to the traditional family by neoliberalism and the shifting of responsibilities from the state to individuals and their families have reinforced the neoliberal project in favor of competition and against equality, contributing to the privatization of education. The analysis of a set of official and non-official documents, understood as a type of archive that materializes a discourse on the family, points to the emergence of a family-centered agenda within the realm of education. This agenda is directly linked to the neoliberal effort to promote a private, homogeneous, and family-based order at the expense of a public, plural, and democratic one. Within this scope, by addressing the rise of the *Escola sem Partido* program and the movement in favor of homeschooling, the thesis introduces the concept of *docendis family* to describe the mobilization of the family institution as the primary educator. This institution serves as a privileged instrument of population governance, not only seeking to contest curricula and public educational policies based on the primacy of family values but also aiming to determine with whom one can learn and coexist. The rise of this *docendis family* reinforces the privatization of social rights and deepens the dissolution of collective bonds, exacerbating inequalities and endangering democratic principles in education. By highlighting the anti-democratic nature of the current value wars, this study reveals how the dismantling of the social sphere has gained support through authoritarian policies that seek to suppress pluralism and impose their values on society as a whole.

**Keywords:** Neoliberal governmentality. Family. Education. Value wars. De-democratization.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Movimento a favor da volta às aulas.....	23
<b>Figura 2</b> – Carreata.....	23
<b>Figura 3</b> – Não deixem a Ed. Infantil morrer.....	24
<b>Figura 4</b> – Deveres do Professor.....	200
<b>Figura 5</b> – Protesto a favor do Escola sem Partido.....	204
<b>Figura 6</b> – Manifestação contra a filósofa Judith Butler.....	204
<b>Figura 7</b> – Deputados a favor do Escola sem Partido.....	205
<b>Figura 8</b> – Manifestação durante votação do PNE.....	205
<b>Figura 9</b> – Manifestação contra <i>ideologia de gênero</i> .....	206

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AERA	Associação Americana de Pesquisa Educacional
AIB	Ação Integralista Brasileira
ANED	Associação Nacional de Educação Domiciliar
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
CADH	Convenção Americana de Direitos Humanos
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
DOMA	<i>Defense of Marriage Act</i>
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ESP	Escola Sem Partido
EUA	Estados Unidos da América
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTQIA+	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero
MEC	Ministério da Educação
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas

PRWORA	<i>Personal Responsibility and Work Opportunities Reconciliation Act</i>
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
SciELO	<i>Scientific Electronic Library On-line</i>
SNF	Secretaria Nacional da Família
STF	Supremo Tribunal Federal
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	15
<b>1. PENSAR SOBRE AQUILO QUE ESTAMOS NOS TORNANDO .....</b>	<b>21</b>
1.1 Protagonismo familiar e neoliberalismo: primeiras palavras .....	21
1.2 Levantamento de produções acadêmicas .....	35
1.3 Da pesquisadora e do método: sobre a tentativa de produção de uma “Tese-bomba” .....	39
<b>2. GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL E VALORES FAMILIARES.....</b>	<b>51</b>
2.1 O conceito de Governamentalidade pelas lentes de Michel Foucault .....	51
2.2 Sobre a arte neoliberal de governo das condutas .....	61
2.2.1 <i>O ordoliberalismo alemão</i> .....	67
2.2.2 <i>O neoliberalismo norte-americano</i> .....	74
2.3 Da perspectiva foucaultiana de neoliberalismo .....	84
2.4 Da razão-mundo neoliberal .....	89
2.4.1 <i>O mercado e a moral andam de mãos dadas</i> .....	95
2.5 Da centralidade da família para o projeto neoliberal .....	104
<b>3. FAMÍLIA <i>DOCENDIS</i>: A EDUCAÇÃO COMO CAMPO DE TENSÕES E DISPUTAS EM TORNO DA AGENDA FAMILIAR BRASILEIRA .....</b>	<b>131</b>
3.1 A parceria família-escola no escopo de uma governamentalidade neoliberal de face “democrática” .....	131
3.2 O Brasil como laboratório neoliberal contemporâneo .....	149
3.3 Não se meta com meus filhos: o avanço da agenda familiar no campo educacional.....	157
3.4 O Escola sem Partido no âmbito da guerra de valores neoliberal .....	
3.5 Do impeachment de Dilma Rousseff à eleição de Jair Bolsonaro.....	207
3.6 A família heteronormativa e o mercado “vão ao paraíso” .....	218
3.6.1 <i>Meus filhos, minhas regras: a defesa da escolarização doméstica</i> .....	232

<b>3.6.2 Sobre o binômio mercado-moral brasileiro.....</b>	<b>247</b>
<b>3.7 Breves apontamentos sobre quem somos e o que estamos nos tornando.....</b>	<b>254</b>
<b>4. UMA NÃO CONCLUSÃO: DAS COGITAÇÕES POSSÍVEIS .....</b>	<b>263</b>
<b>5. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>268</b>

## INTRODUÇÃO

*Creio que é preciso ter a modéstia de dizer que, por um lado, o momento em que se vive não é esse momento único, fundamental ou irruptivo da história, a partir do qual tudo se realiza ou tudo recomeça; é preciso ter a modéstia de se dizer ao mesmo tempo que - mesmo sem essa solenidade - o momento em que se vive é muito interessante e exige ser analisado, decomposto, e que de fato sabemos nos colocar a questão: o que é a atualidade? (Foucault, 2000a, p. 324)*

*Se há algo de desafiante e complexo no neoliberalismo é que sua constituição é em si diretamente política e, portanto, podemos entendê-lo como campo de batalha (Gago, 2021, p. 202).*

Gostaria de iniciar a apresentação desta Tese fazendo referência a Gilles Deleuze, filósofo francês que, na obra *Diferença e Repetição* ([1968], 2018, p. 15), afirmou: “*Como escrever senão sobre aquilo que não se sabe ou que se sabe mal?*” Fazendo minhas tais palavras, comecei em março de 2021 a escrever uma história do presente, enquanto se desdobravam acontecimentos que apontavam relações de poder e de lutas políticas que considerei interessantes o bastante para colocar sob suspeita. Foi por imaginar ter justamente algo a dizer sobre a “invisível luz que é o escuro do presente” (Agamben, 2009) que me propus a acolher a insegurança de não realizar um distanciamento temporal em relação ao meu objeto de pesquisa e a intentar produzir uma leitura do real, a “Decifrar uma camada de realidade” de maneira tal que dela surjam as linhas de força e de fragilidade, os pontos de resistência e os pontos de ataque possíveis, as vias traçadas e os atalhos” (Foucault, 2006a, p. 278).

Se “Só escrevemos na extremidade de nosso próprio saber, nesta ponta extrema que separa nosso saber e nossa ignorância e que transforma um no outro” (Deleuze, 2018, p. 15), então posso afirmar que este texto se apresenta como *uma tentativa* de abordar, a partir da análise da centralidade que vem sendo dada à instituição familiar tradicional, um breve momento da história. Um momento em que vemos políticas autoritárias que flertam com ideais fascistas<sup>1</sup> serem reativadas com o

---

<sup>1</sup> Vem ganhando força nos últimos anos, entre os estudiosos que abordam a ascensão de forças antidemocráticas ao redor do mundo, como Pierre Dardot et al. (2021), Dardot e Christian Laval (2016), Maurizio Lazzarato (2019), Judith Butler (2024) e Wendy Brown (2019a), por exemplo, o entendimento de que, embora não estejamos diante da repetição do que fora o fascismo histórico, tal como o conhecemos entre as duas grandes guerras mundiais, métodos autoritários que se assemelham a ele vem sendo empregados com o objetivo fazer perpetuar o projeto político de desmantelamento da sociedade que orienta o neoliberalismo desde seu princípio. Parto desse entendimento nesta Tese, compreendendo ainda, a partir de Lockmann (2020, p. 6), que “o fascismo não necessariamente precisa estar relacionado às macroestruturas de uma política de Estado. Quando falamos em fascismo, não

propósito de que o projeto a favor da concorrência e contra qualquer ideia de igualdade seja concretizado. Um momento em que a desdemocratização da sociedade deixou de ser um intento neoliberal e vem se transformando em realidade.

A discussão de como o projeto de desmantelamento do social sob o qual se funda a racionalidade neoliberal vem ecoando no Brasil coloca-se, segundo minha compreensão, como uma problemática fundamental para a produção de um diagnóstico do tempo presente. Por essa razão, decidi abranger *uma variável* desse processo de destituição do social em torno de lógicas exclusivamente privadas, e escolhi investigar, tendo como sustentação teórico-metodológica os estudos de Michel Foucault relativos à noção de *Governamentalidade*, as formas de governo<sup>2</sup> que vem incidindo sobre a instituição familiar na contemporaneidade e que apontam os valores familiares tradicionais como fundamentos inquestionáveis da ordem social e da ordem do livre mercado. Proponho, para tanto, apresentar uma leitura de como a família foi sendo mobilizada pelo neoliberalismo ao longo de sua trajetória e como o acionamento desta instituição, em seus moldes tradicionais, tem contribuído para a projeção de uma ordem privada, homogênea e doméstica em detrimento de uma ordem pública, plural, secular e democrática que tem produzido efeitos consistentes nos domínios da educação.

Estabeleço como objeto de análise as implicações que a defesa da família e de seu conjunto de valores tradicionais tem produzido na educação brasileira contemporânea, enfocando a “guerra de valores” (Dardot *et al.*, 2021) que vem promovendo tensões e disputas acerca do que pode ou não fazer parte da ordem do discurso (Foucault, 2014a) escolar e de com quem se pode aprender e conviver. Meu entendimento é o de que as batalhas morais que vem sendo produzidas na educação, que apontam a escola como um lugar perigoso e indesejável e os professores como

---

falamos apenas na sua versão historicamente situada na Itália de Mussolini. Também podemos nos referir a um fascismo como fenômeno de massa, molecular que estende, rizomaticamente, seus tentáculos pela teia social (Gallo, 200()). Trata-se de uma espécie de virtualidade dos microfascismos do cotidiano que se fazem presentes em focos moleculares cuja materialização encontramos em diferentes instâncias do social e em cada um de nós”.

<sup>2</sup> Esta Tese utiliza a expressão *governo* e não *governo* para designar todo o conjunto de ações de poder que visam conduzir (governar) deliberadamente a própria conduta ou a conduta dos outros. O filósofo Michel Foucault utiliza as palavras em francês *gouverne* e *gouvernement* para se referir a *governo*, cada uma com um entendimento distinto. No entanto, a maioria das traduções de seus textos para a Língua Portuguesa não realizam tal diferenciação. A partir das proposições de Veiga-Neto (2002, 2007), optou-se por utilizar o termo *governo* para designar tudo o que diz respeito às instâncias centralizadoras do Estado e *governamentalidade* para designar todo o conjunto das ações — dispersadas, disseminadas e microfísicas do poder — que visam conduzir ou estruturar as ações.

doutrinadores, aparecem como um símbolo poderoso do processo de desdemocratização em curso. Ao fazer com que convicções morais, religiosas, filosóficas e pedagógicas das famílias possam suplantar saberes elaborados e partilhados no espaço escolar, estamos não somente frente à projeção da esfera privada sobre a esfera pública, mas também, e principalmente, diante da tentativa de rompimento do pacto social criado em torno da escola republicana – concebida enquanto espaço democrático onde o diferente e o contraditório se encontram e se transformam, projetando para os estudantes a vida futura em sociedade – e da própria ideia de vida em sociedade.

A organização desta Tese foi dividida em três capítulos. O primeiro Capítulo é denominado *Pensar sobre aquilo que estamos nos tornando* e apresenta três seções. Na primeira seção, *Protagonismo familiar e neoliberalismo: primeiras palavras*, realizo um gesto de aproximação com meu objeto de análise e proponho pensar que a centralidade dada à família patriarcal heteronormativa cristã, na atual conjuntura, pode ser analisada enquanto um modo estratégico de condução das condutas da governamentalidade neoliberal, atualmente formatada em torno de ideais autoritários. A segunda seção, *Levantamento de produções acadêmicas*, traz números relativos à busca realizada por produções acadêmicas brasileiras que tomam a educação como lugar em que o modo de governo neoliberal em sua atual face autoritária vem produzindo efeitos sobre o modelo de escola e de sociedade. Na terceira seção, *Da pesquisadora e do método: sobre a tentativa de produção de uma “Tese-bomba”*, apresento a pesquisadora, a metodologia escolhida, abordo o objeto analítico e informo os materiais selecionados para proceder à análise.

O segundo Capítulo é intitulado *Governamentalidade neoliberal e valores familiares* e traz cinco seções. Na primeira, *O conceito de Governamentalidade pelas lentes de Michel Foucault*, procuro delinear a perspectiva teórica a partir da qual me movimento nesta Tese, apresentando a atividade de governo enquanto uma prática política e uma tecnologia de poder que é sempre sustentada por uma racionalidade. Na seção *Sobre a arte neoliberal de governo das condutas*, parto do Curso *Nascimento da Biopolítica*, proferido por Foucault no Collège de France no ano letivo 1978-1979, para abordar como o neoliberalismo aparece como uma nova forma de condução das condutas. Ao discorrer sobre o ordoliberalismo alemão e o neoliberalismo norte-americano, Foucault aponta as singularidades dessa arte de governo que vai programar e controlar os indivíduos a partir da lógica do

mercado. Na terceira seção, *Da perspectiva foucaultiana de neoliberalismo*, destaco como Foucault concebe o neoliberalismo não meramente como uma doutrina política ou econômica, mas como uma governamentalidade, como uma forma de pensar a política que estabelece uma ruptura com aquilo que chamou de “excesso de Estado”. A quarta seção, *Da razão-mundo neoliberal*, aborda como o neoliberalismo, a partir um incessante trabalho de intervenção e reeducação da sociedade, tem procurado produzir a ideia de que os indivíduos devem ser livres para escolher e, conseqüentemente, ser amplamente responsabilizados pelo cuidado com a vida. Para tanto, discorro sobre o binômio mercado-moral e sobre como as condutas passaram a ser moduladas por meio de exortações morais que funcionam para internalizar nos indivíduos a compreensão de que toda resistência ao modo de vida pautado pelo mercado significava uma falta moral. Na quinta seção, *Da centralidade da família para o projeto neoliberal*, retorno ao passado com o intuito de compreender como os neoliberais pensavam que a família devia ser e como, no decorrer dos anos, estes foram reconhecendo, cada vez mais, a relevância dessa instituição para a manutenção e fortalecimento do projeto neoliberal.

No terceiro Capítulo, denominado *Família Docendis: A educação como campo de tensões e disputas em torno da agenda familiar brasileira*, apresento em sete seções como a ideia de responsabilização familiar advinda do modo de governar as condutas neoliberal têm contribuído para a privatização familiar da educação e para o esgarçamento do tecido social que une indivíduos para além dos limites do privado. Na primeira seção, *A parceria família-escola no escopo de uma governamentalidade neoliberal de face “democrática”*, abordo como, entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, as famílias foram investidas da atribuição de participarem da gestão da educação, a partir da delegação de um dever moral em relação aos filhos e à nação. Ainda, menciono como a relação família-escola foi recebendo novos contornos a partir de meados dos anos 2000, quando uma metamorfose no modo de governo das condutas começa a se delinear. Na seção seguinte, *O Brasil como laboratório neoliberal contemporâneo*, procuro apresentar como a ascensão de um modo de governo neoliberal autoritário fez combinar as reivindicações do mercado com aquelas do familismo cristão fundamentalista, apontando a oposição política entre os indivíduos no terreno dos valores como um de suas principais características.

A partir da terceira seção, *Não se meta com meus filhos: o avanço da agenda familiar no campo educacional*, passo a me debruçar sobre um conjunto de materiais empíricos que materializam um discurso sobre a família nos domínios da educação. Ao proceder à análise desse discurso que encaminha para um protagonismo da instância familiar, aponto a produção de uma proteção da família tradicional em relação ao *perigo comunista* e aos *poderes destrutivos do gênero* a partir de duas perspectivas entrelaçadas: 1) uma que diz respeito à defesa dos valores tradicionais, exemplificada por movimentos que fazem da família o *locus* principal de disputa da moralidade e angariam o apoio de parte da população ao se apresentarem contra a *doutrinação ideológica* e contra a *sexualização precoce das crianças e adolescentes*, 2) outra que aciona a proteção da instituição familiar em relação à intervenção do Estado no sentido de resguardo da autoridade familiar. Na quarta seção, *O Escola sem Partido no âmbito da guerra de valores neoliberal*, discorro sobre as nuances desse movimento e sobre como a referência aos valores familiares tradicionais e a precedência das convicções morais e religiosas do estudante e de seus pais em relação ao Estado vai ganhando centralidade no decorrer dos anos. Na seção *Do impeachment de Dilma Rousseff à eleição de Jair Bolsonaro*, abordo como o discurso de uma degradação tanto política quanto moral vivida no país funcionou para intentar impor ao todo da população os valores da moralidade tradicional e do mercado. Na seção *A família heteronormativa e o mercado “vão ao paraíso”*, procuro discutir como o discurso familista em circulação durante o mandato de Jair Bolsonaro como Presidente da República (2019-2022) materializa-se em um conjunto de documentos composto por pronunciamentos, políticas, programas, ações e serviços que fazem da família tradicional o contrapeso às vicissitudes do mercado e a protagonista moral na ordem social. Ao abordar a privatização familiar da educação e a defesa da escolarização doméstica, afirmo que esta aparece como um aparato de uma governamentalidade que acentua ainda mais a privatização da educação, uma vez que transfere uma função que é historicamente reconhecida como social e pública para o âmbito privado da família (Brewer; Lubienski, 2017). Na última seção, *Breves apontamentos sobre quem somos e o que estamos nos tornando*, teço considerações sobre como o projeto de desmantelamento do social sob o qual se funda a racionalidade neoliberal encontrou um campo fértil para fazer do Brasil o laboratório neoliberal contemporâneo. Nesse laboratório, a divisão entre um “nós” e um “eles” tem

funcionado como princípio agitador de políticas extremistas que procuram dividir o povo, decompondo-o em unidades individuais e familiares econômico-morais.

A partir do que proponho discutir, **a Tese que atravessa essa pesquisa é a de que as investidas familistas nos domínios da educação, amparadas na produção de uma guerra de valores que tem intentado subtrair do horizonte as consequências das desigualdades e precarizações sociais ocasionadas pelas políticas econômicas neoliberais, aparecem enquanto estratégias de governo da população. Nesse escopo, a projeção de uma família *docendis* que intenta definir o que pode ou não fazer parte da ordem do discurso escolar e com quem se aprende e se convive necessita ser entendida dentro do quadro de desdemocratização da sociedade que vem sendo delineado há décadas pelo neoliberalismo e que atingiu seu ápice nos últimos anos, quando forças antidemocráticas passaram a ingressar nas instâncias governamentais e a fazer do binômio mercado-moral o regulador de todas as esferas da vida.**

## 1. PENSAR SOBRE AQUILO QUE ESTAMOS NOS TORNANDO

### 1.1 Protagonismo familiar e neoliberalismo: primeiras palavras

Quando decidi discutir as implicações do discurso familista na educação estávamos vivenciando a pandemia pela Covid-19. Em maio de 2020, quando o país contabilizava 822 mortos e a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendava aos governos a promoção de isolamento social, o então presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, defendia juntos a governadores e prefeitos o funcionamento do comércio e transformava problemas de responsabilidade do Estado em questões a serem resolvidas pelos indivíduos no seio familiar. Em entrevista ao Programa Brasil Urgente, ao ser questionado sobre as estratégias de enfrentamento da pandemia, afirmou que cada família deveria “*cuidar dos mais idosos. Não pode deixar na conta do Estado*”. Nas palavras do presidente, caberia às famílias colocar “*o vovô e a vovó lá no canto e é isso. Evitar o contato com eles a menos de dois metros. E o resto tem que trabalhar, porque tá havendo uma destruição de empregos no Brasil*”<sup>3</sup>. Em uma inequívoca lógica de privatização familiar, o chefe de Estado brasileiro delegava aos indivíduos o cuidado com os parentes, sustentando que a prioridade do Governo residia na salvaguarda do lucro e não na preservação da vida.

Na conta de um Estado *mínimo* para a população e *máximo* para o mercado deveria recair, tão somente, a preocupação com a economia, por isso a necessidade de que o *resto*, a população economicamente ativa, permanecesse trabalhando, à revelia do cenário pandêmico. Na conta da família, convertida discursiva e eticamente na única instituição responsável pelo cuidado com os seus integrantes, deveria recair o *dever moral* da busca por estratégias empreendedoras de autocuidado (Brown, 2018a).

Não houve, em nenhum momento da pandemia, a comoção de Bolsonaro com as vidas perdidas. Nenhum gesto de solidariedade com as famílias enlutadas. O que presenciávamos, contrariamente, eram manifestações explícitas de desprezo pela dor daqueles que perdiam seus entes para um vírus letal tratado como uma *gripezinha*. Nesse contexto, a “lógica do sacrifício”, que segundo Mbembe (2020) sempre esteve

---

3

no coração do neoliberalismo, orientava mais uma vez o modo de governo das condutas dos indivíduos e das famílias.

Essa mesma lógica que responsabiliza a instituição familiar irrompeu quando da tramitação do Projeto de Lei N.º 5595/2020<sup>4</sup>, aprovado na Câmara dos Deputados em abril de 2021 e encaminhado à apreciação no Senado, que reconhece “a Educação Básica e de Educação Superior, das redes pública e privada de ensino, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais<sup>5</sup>, inclusive durante o enfrentamento de pandemia, de emergência e de calamidade pública” (Brasil, 2021). Segundo o teor do projeto, as escolas deveriam funcionar presencialmente sob quaisquer circunstâncias, em conformidade com o previsto em relação a serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade. Após o estabelecimento de condições sanitárias mínimas por parte dos gestores dos estados e municípios, caberia às famílias optarem pelo retorno presencial ou pela continuidade das atividades em formato remoto.

Essa delegação de responsabilidade, em um momento em que o índice de contágio e de óbitos estava muito acima do que poderia ser considerado adequado dentro do quadro pandêmico e em que a imunização da população brasileira estava apenas iniciando, dava mostras de que o “cuidado da vida” (Candiotti, 2011), cada vez mais, seria repassado à instância familiar.

Na esteira dessa desresponsabilização estatal e consequente responsabilização familiar, justamente em um período de agudização do número de mortes por Covid-19 no Brasil, entre o final de 2020 e início de 2021, teve início uma série de mobilizações, em diferentes cidades do país, pedindo o retorno às aulas presenciais. Devido às medidas de isolamento tomadas por estados e municípios, que vetavam a realização de atos públicos, foram realizadas carreatas onde famílias exibiam em seus carros e em locais próximos às escolas cartazes com dizeres exemplificados a seguir: “Lugar de criança é na escola”, “Volta às aulas: pela saúde e educação de nossas crianças”, “SOS escola”, “Pais pela educação”, “A volta às aulas

---

<sup>4</sup> A autoria do referido projeto é de Paula Belmonte (CIDADANIA/DF), Adriana Ventura (NOVO/SP), Aline Sleutjes (PSL/PR) e General Peternelli (PSL/SP).

<sup>5</sup> A Lei N.º 7783/89 (Brasil, 1989) estabelece que os serviços ou atividades essenciais são aqueles que necessitam funcionar para garantir e preservar a vida das pessoas, independente das circunstâncias, tais como abastecimento de água e energia elétrica, transporte coletivo, funerários, assistência médica e hospitalar, entre outros. Trata-se de necessidades que, se não atendidas, podem colocar em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.

com segurança NÃO depende da vacina”, entre outros, como as imagens a seguir exemplificam:

**Figura 1** – Movimento a favor da volta às aulas



Fonte: Rd News

**Figura 2** – Carreata



Fonte: G1

**Figura 3** – Não deixem a Ed. Infantil morrer

Fonte: Álvaro Couto/ Metrôpoles

Em uma dessas manifestações, organizada no Estado de São Paulo por pais e proprietários de escolas privadas, uma faixa<sup>6</sup> foi estendida com os dizeres: “Escola é essencial. Liberdade de escolha”. À revelia da ausência de diretrizes ou investimentos, a nível nacional, que permitissem a aplicação de protocolos sanitários rigorosos nas instituições de ensino em um período de intenso contágio, pais defendiam o direito de frequência de seus filhos à escola fazendo menção ao postulado neoliberal da *liberdade de escolha*, defendido pelos teóricos neoliberais norte-americanos Milton Friedman (1912-2006) e Rose Friedman (1910-2009) na obra *Liberdade de escolher: o novo liberalismo econômico* (1980). A liberdade aqui mencionada aponta uma opção a ser assegurada aos pais, qual seja, a de retorno às aulas presenciais, mesmo que tal retorno pudesse significar a infecção das crianças e adolescentes, bem como dos profissionais da educação, cujos direitos não estavam sendo levados em consideração.

Dentro desse arranjo em que educação deixa de ser percebida enquanto um direito fundamental e coletivo e se torna um serviço a ser fornecido a um consumidor, o que presenciamos é uma alteração não somente do estatuto que rege a educação, como também da própria condição do sujeito que se manifesta pedindo por aulas

---

<sup>6</sup>Fonte: <https://poptvweb.com.br/liberdade-de-escolha-carreata-em-frente-ao-estadio-do-pacaembu-em-sao-paulo-pede-retorno-das-aulas/>

presenciais. Se a liberdade para escolher, nesse contexto, considera a educação como um serviço, e não como um direito social, já não estamos mais diante de um *sujeito de direitos* que deve ter a vida garantida pelo Estado, e que, portanto, necessita da proteção social para ter escolas seguras, mas de um *sujeito de mercado*, investido da capacidade e da responsabilidade pela tomada de decisões.

Ao guiar suas escolhas tendo como farol uma liberdade para agir, para capturar as ocasiões integralmente acomodadas à racionalidade de mercado (Chignola, 2016), esse sujeito aceita *voluntariamente* o que se espera dele, isto é, que exerça livremente a liberdade para escolher e que seja integralmente responsabilizado por isso. Assim, em vez de as famílias voltarem-se contra a forma de (não)enfrentamento da pandemia por parte do Estado brasileiro e contra o repasse da responsabilização com o cuidado com a saúde, exigindo protocolos seguros para o retorno às aulas presenciais, o que ocorreu foi a aceitação *espontânea* dessa forma particular de liberdade que advém do “*ethos neoliberal*” (Veiga-Neto, 2011).

É nesse escopo que vemos o presidente da República repassar aos pais, também, a decisão pela vacinação dos filhos contra a Covid-19:

*Vacina para criança: primeiro, só autorizado pelo pai. Se algum prefeito, governador, ditador aí quiserem impor é outra história. Mas por parte do governo federal tem que ter a autorização dos pais [...] É o pai que decide, se depender de mim, e com receita médica também. É você quem decide, não o governador. (Fala do Presidente Jair Bolsonaro publicada no Jornal Estadão em 19 de dezembro de 2021. Grifos meus)*<sup>7</sup>.

A vacina será de forma não obrigatória. Então, *ninguém é obrigado a vacinar o teu filho*. Se é não obrigatória, nenhum prefeito ou governador – existe alguns aí com essa ideia – poderá impedir o garoto ou a garota de se matricular nas escolas por falta de vacina. (Fala do Presidente Jair Bolsonaro publicada no Jornal Poder 360 em 6 de janeiro de 2022. Grifos meus)<sup>8</sup>.

Contrariando a determinação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990, que considera obrigatória a vacinação infantil nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias (Brasil, 1990), o presidente comprometeu a instância familiar mais uma vez, elevando os pais à condição de únicos responsáveis pelo cuidado com a saúde dos filhos. Ao mesmo tempo que destituía o Estado da condição de porta-voz da obrigatoriedade da vacinação, Bolsonaro delegava a decisão a cada família, contribuindo não apenas para a desacreditar as campanhas de imunização, como também para legitimar o exercício irrestrito da liberdade dos

<sup>7</sup> Fonte: <https://www.estadao.com.br/saude/bolsonaro-quer-autorizacao-dos-pais-e-receita-medica-para-liberar-vacinacao-infantil-contr-a-covid/>. Acesso em 05 jun. 2024.

<sup>8</sup>Fonte: <https://www.poder360.com.br/governo/relembre-declaracoes-de-bolsonaro-sobre-a-vacinacao>. Acesso em 04 jun. 2024.

pais. Com isso, evidenciava-se mais uma vez um modo de governmentação que imputa às unidades familiares o compromisso com o bem-estar de seus membros.

Essa privatização familiar contribui para o fortalecimento do sentimento de pertença a uma entidade que se projeta para além do espaço de intervenção do Estado, no sentido de resguardo da autoridade familiar, colaborando para a disseminação da repulsa àquilo que o economista austríaco Friedrich August von Hayek<sup>9</sup> (1899-1992), um dos principais expoentes do neoliberalismo, chamou de “poderes coercitivos do governo” (Hayek, 2011). Conforme a teoria neoliberal define, a redução do poder do Estado em relação aos indivíduos configura-se como condição necessária para a promoção do bem-estar geral, motivo pelo qual se afastar da crença no “grande governo” levaria ao fortalecimento da família e à restauração de seu papel tradicional (Friedman; Friedman, 1984).

A mesma estratégia de fazer da família protagonista permeou as discussões envolvendo a defesa da escolarização doméstica<sup>10</sup>. Eleita em 2021 pelo Governo Bolsonaro uma das 35 pautas prioritárias no Congresso, essa proposta foi aprovada pela Câmara dos Deputados em 2022, tendo no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) o seu grande articulador.

Conforme abordo no Capítulo 3 desta Tese, a aprovação do Projeto de Lei N.º 1.388/2022, que “dispõe sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica”, foi sustentada por uma linha argumentativa que afirmava a primazia de uma ordem privada, homogênea e familiar em detrimento do público, do plural e do coletivo.

---

<sup>9</sup> Hayek nasceu em Viena e estudou Direito e Ciências Políticas. Considerado um dos principais expoentes da Escola Austríaca de pensamento econômico, é amplamente reconhecido como um dos principais defensores do liberalismo clássico e um crítico ferrenho do socialismo e do planejamento centralizado. Esteve presente em vários pontos de desenvolvimento do neoliberalismo, como Viena nos anos 1920; em London, na *School of Economics*, e depois em Chicago, onde lecionou no departamento de economia da *Chicago University*. Foi o responsável pela criação da Sociedade *Mont Pélérin*, considerada uma das primeiras *think tanks* neoliberais. Entre suas obras mais influentes estão o *O Caminho da Servidão* (1944), onde Hayek argumenta que o planejamento centralizado leva inevitavelmente ao totalitarismo, e *Os Fundamentos da Liberdade* (1960), um tratado sobre os princípios do liberalismo clássico. Em 1974 recebeu o Prêmio Nobel de Ciências Econômicas. Suas ideias tiveram grande influência no desenvolvimento de políticas neoliberais em países como o Reino Unido sob Margaret Thatcher e os Estados Unidos sob Ronald Reagan.

<sup>10</sup> Diferentes expressões têm sido mobilizadas para se referir às práticas escolares domésticas, tais como *ensino domiciliar*, *educação domiciliar* e o termo em inglês *homeschooling*. Segundo Traversini e Lockmann (2022), tal diversidade de termos não significa somente um jogo de palavras, mas revela compreensões, significados e disputas em torno dessa proposta. Nesse sentido, a escolha pela expressão *escolarização doméstica* busca demarcar a tentativa de “a família substituir, no espaço doméstico, os processos formativos complexos que acontecem nas escolas por meio do ensino” (Penna, 2019, p. 11).

A prerrogativa da liberdade de escolha concedida às famílias foi defendida, sobretudo, tendo como base os ataques que uma suposta *ideologização* e uma apologia à sexualização precoce nas escolas estaria impingindo aos códigos morais tradicionais, motivo pelo qual delegar às famílias a decisão sobre o modelo de escolarização tornaria possível resguardar a privacidade e a autoridade familiar, impedindo as ameaças aos valores familiares.

Em uma inequívoca alusão às estratégias adotadas pelo Escola sem Partido – movimento surgido em 2004 que passou a aglutinar em torno de si um discurso contra a chamada doutrinação política e ideológica nas escolas, também a ser discutido no Capítulo 3 – a produção de um pânico moral<sup>11</sup> foi o que respaldou a necessidade de proteção da esfera privada. Proteger as crianças e adolescentes expostos a políticas curriculares atravessadas por um suposto conteúdo doutrinador contrário aos valores familiares tradicionais significaria, portanto, resguardar a autoridade e a liberdade dos indivíduos e de suas famílias, sobre quem deveria recair o encargo e o direito sobre a educação dos filhos.

Nesse contexto de intenso acionamento da instituição familiar pela racionalidade neoliberal, a escolarização doméstica aparece como um aparato de uma governamentalidade que acentua ainda mais a privatização da educação, uma vez que transfere uma função que é historicamente reconhecida como social e pública para o âmbito privado da família (Brewer; Lubienski, 2017). Ao buscar retirar da esfera do Estado uma função que lhe é atribuída dentro da construção dos direitos sociais que modelou as democracias ocidentais (Portela, 2021), essa modalidade exacerba a lógica de elevação do indivíduo/privado sobre o coletivo/público.

A mobilização do discurso de liberdade dos pais para decidir sobre o modelo de escolarização encaminha, no meu entendimento, para a corrosão do ideal de

---

<sup>11</sup> O conceito de *pânico moral* foi desenvolvido pelo sociólogo inglês Stanley Cohen na obra *Folk Devils and Moral Panics*, publicada em 1972. Tal expressão nos auxilia a explicar o modo como a sociedade reage a certos grupos ou comportamentos que são percebidos como ameaças aos valores por fugirem da normatividade. Segundo Cohen (2011, p. 01), o pânico moral emerge quando “Uma condição, um episódio, uma pessoa ou um grupo de pessoas passa a ser definido como um perigo para valores e interesses societários; sua natureza é apresentada de uma forma estilizada e estereotipada”. Ainda segundo o sociólogo (2011), esse fenômeno envolve algumas etapas, entre as quais sublinho: (1) a identificação de um “grupo marginal”, considerado problemático e que passa a ser estigmatizado; (2) a amplificação da preocupação, a partir da circulação desse discurso alarmista; (3) a reação social, quando a sociedade responde a esse discurso e solicita medidas para controle e punição dos “desviantes da norma”; (4) e as consequências, que podem levar a reações que, no caso específico desta Tese, apontam para implicações diretas no âmbito da educação.

escola republicana. Mais que isso, esse modelo de educação apartado do social contesta os laços sociais e mesmo exclui determinados corpos, modos de vida e sexualidades que contrariam normas estabelecidas, rompendo com a crença na educação para o bem público e comum. O direito de não compartilhar um espaço e um tempo comum na escola aprofunda a perspectiva de uma família que, cada vez mais capturada pelos processos de subjetivação neoliberais, procura negar a própria ideia do social e restringir os meios pelos quais a democracia pode imperar.

Como pudemos presenciar nos últimos anos, a articulação dessa agenda familiar orientada pelo binômio *mercado-moral* transformou-se em um dos principais capitais políticos de Jair Bolsonaro, funcionando para manter em evidência durante o seu mandato pautas defendidas por segmentos da sociedade cada vez mais implicados com a restauração da tradição e da família heteronormativa. Assim, se por um lado, a defesa dessa agenda buscou expandir a proteção da esfera pessoal, repassando aos pais a decisão sobre a vacinação dos filhos e sobre o modelo de escolarização a ser seguido, por exemplo, também funcionou para reforçar crenças e costumes tradicionais, denominados por Hayek de “convenções e costumes do intercâmbio humano” (Brown, 2019, p. 129).

Ao criar o MMFDH, que fora chefiado pela pastora da Igreja Quadrangular e advogada Damares Alves, e indicar, sob o aval de Olavo de Carvalho<sup>12</sup>, Ernesto Araújo<sup>13</sup> para responder pelo Ministério de Relações Exteriores (MRE); e Ricardo Vélez Rodríguez<sup>14</sup> e Milton Ribeiro<sup>15</sup> para o Ministério da Educação (MEC), por

---

<sup>12</sup> O escritor e ex-astrólogo Olavo de Carvalho (1947-2022) foi um dos mais importantes protagonistas do avanço da extrema direita no país. Com a popularização das redes sociais e plataformas digitais, Olavo aumentou consideravelmente sua influência, chegando a ter um canal no Youtube com mais de um milhão de inscritos. Seus textos publicados em revistas e jornais, bem como suas obras, foram essenciais para a promoção de um arranjo conservador assentado na defesa do Tradicionalismo/Tradição, movimento que tenciona combater a decadência do mundo moderno, tomado pelo materialismo e pela perda dos valores espirituais. A partir da produção sistemática de uma guerra de valores, Olavo criou em torno de si um aparato de desinformação que contribuiu para o aprofundamento de uma retórica do ódio que, desde então, vem produzido efeitos consistentes do espaço público.

<sup>13</sup> O Diplomata de carreira Ernesto Araújo foi ministro do Governo Bolsonaro entre janeiro de 2019 e março de 2021, quando pediu demissão. Alinhado à perspectiva política de Olavo de Carvalho, atualmente atua como assessor internacional da Fundação Disenso, ligada ao partido espanhol Vox, de extrema direita.

<sup>14</sup> O professor colombiano naturalizado brasileiro Ricardo Vélez Rodríguez ocupou o cargo de Ministro do Governo Bolsonaro de 1º de janeiro a 8 abril de 2019, quando foi substituído por Abraham Weintraub. Simpático a movimentos como o Escola sem Partido, defendia uma educação orientada segundo princípios neoliberais conservadores.

<sup>15</sup> O pastor presbiteriano e professor Milton Ribeiro foi ministro entre julho de 2020 e março de 2022, quando pediu exoneração após denúncias de envolvimento no esquema de corrupção chamado de "Bolsolão do MEC".

exemplo, o Governo Bolsonaro produziu, de certo modo, a *estatização* de uma “guerra de valores”<sup>16</sup> (Dardot *et al.*, 2021) então em evidência, cujos efeitos foram sentidos nas políticas públicas resultantes das diretrizes desses ministérios. A diminuição do orçamento previsto para as campanhas de combate à violência contra a mulher e a ausência de ações voltadas para o atendimento das pessoas LGBTQIA+, o viés moralista com que o MEC e o próprio MMFDH pautaram suas atuações, entre outros exemplos, reforçam a compreensão de que a relevância dada a esse núcleo moral do Governo, longe de apenas produzir *cortinas de fumaça*, funcionou enquanto tática de governo da população.

Ao mesmo tempo que robusteceu a moralização do debate público, a gestão bolsonarista orientou-se por uma política econômica neoliberal radical. A indicação de Paulo Guedes, herdeiro do pensamento da Escola de Chicago<sup>17</sup>, para Ministro da Economia, demarcou a orientação econômica do Governo, afiançando a aliança entre mercado e moral que vinha se delineando no cenário brasileiro. É nesse sentido que podemos afirmar que foi nos últimos anos que pudemos *reconhecer* com mais clareza o ponto de convergência entre a normatividade neoliberal e um autoritarismo de retórica conservadora. Jair Bolsonaro, cabe salientar, colocou em evidência o *slogan Deus, pátria, família e liberdade*, que verbaliza essa confluência ao retomar o lema da Ação Integralista Brasileira<sup>18</sup> (AIB) de inspiração fascista *Deus, pátria e família*, da década de 1930, e a ele acrescentar o termo *liberdade*, símbolo do ideário neoliberal.

Não obstante, é preciso lembrar que, antes desse *slogan* começar a circular no final de 2021, um outro se encarregava de realizar o enlace entre mercado e moral, o *Liberal na economia e conservador nos costumes*. Em que pese a importância de discussões sobre antagonismos entre as correntes de pensamento “neoliberalismo” e

---

<sup>16</sup> O processo pelo qual temas como o direito dos homossexuais, a legalização do aborto, o controle de armas e a legalização das drogas, entre outros, que colocam em disputa valores considerados tradicionalistas ou conservadores, contra aqueles considerados progressistas ou liberais, foi chamado pelo sociólogo norte-americano David Hunter de “guerras culturais”. Dardot *et al.* (2021) utilizam, em diversos momentos, a expressão “guerra de valores” para se referir a esse processo.

<sup>17</sup> A Escola de Chicago nasceu nos anos 1960 nos Estados Unidos e teve entre seus expoentes Friedrich Hayek, Milton Friedman, Gary Becker e George Stigler. Essa corrente neoliberal rompe com uma relativa exterioridade até então existente entre o mundo econômico e o mundo instaurando uma nova forma de empresariamento da sociedade, mais radical e exaustiva.

<sup>18</sup> A Ação Integralista Brasileira surgiu no ano de 1932, pelas mãos do jornalista e escritor Plínio Salgado, que inspirado no regime totalitário de Benito Mussolini na Itália, intentava criar uma versão nacional do regime político fascista. Através do documento denominado Manifesto de Outubro, o movimento iniciou suas atividades estabelecendo as bases ideológicas do grupo baseado no conservadorismo religioso, na crítica aos partidos políticos e na defesa dos princípios da autoridade e da moral cristã conservadora.

“conservadorismo” (ver Dombrowski, 2020; Lacerda, 2019), conforme veremos na análise empreendida no Capítulo 3, esse lema tem funcionado como uma espécie de identificação pública da partilha das ideias de sujeição da sociedade aos ditames do mercado e de defesa de valores tradicionais. Para os sujeitos que o enunciam, o Estado não poderia regular o trabalho, as empresas, mas poderia, ou melhor, deveria governar a vida em sociedade de modo a garantir que os valores da moralidade cristã fossem assegurados em relação a todos os outros.

Nessa seara, a definição de quem é *livre para escolher* passa a ser modulada e regulada segundo determinados preceitos morais que vão de encontro aos ideais democráticos. Tal perspectiva se distanciaria, assim, do próprio ideal neoliberal sublinhado por Foucault (2008) de “pluralidade”. Segundo Lagasnerie (2013), a especificidade do paradigma neoliberal, consoante as formulações foucaultianas, é o de obrigar-nos a perguntar o que implica viver em uma sociedade composta de indivíduos ou grupos que experimentam modos de existência diferentes. Reconhecer em que medida essa pluralidade, outrora exaltada, agora é posta em descrédito e até mesmo atacada, pode nos ajudar a compreender como o neoliberalismo pôde adquirir uma plasticidade que lhe permite arrogar-se dos valores morais tradicionais e da ideia de família heteronormativa e buscar estendê-los ao todo da população.

Exemplos desta singular compreensão do conceito de liberdade vêm sendo evidenciados em investidas autoritárias que, há alguns anos, tem buscado respaldar legalmente a manutenção de uma ordem contrária às liberdades sexuais, à igualdade entre os gêneros e aos direitos reprodutivos das mulheres. A partir do recurso a uma sintaxe inflamada que reproduz ansiedades e medos, *batalhas* morais passaram a fazer parte do cotidiano da população, produzindo disputas entre um “nós”, formado por um determinado grupo de indivíduos que deve ter seus privilégios garantidos e assegurados, em detrimento de um “eles”, a ser subjugado ou, até mesmo, exterminado, simbólica ou literalmente.

Assim é que, ainda em 2013, ano das manifestações que movimentaram o cenário político e social brasileiro em torno das Jornadas de junho<sup>19</sup>, foi apresentado

---

<sup>19</sup> A série de protestos que começou em junho de 2013 foram inicialmente motivados pelo aumento das tarifas de transporte público em várias cidades brasileiras, entre as quais São Paulo e Porto Alegre, tendo no Movimento Passe Livre (MPL) um de seus primeiros articuladores. Após os primeiros dias, as manifestações foram se espalhando por centenas de cidades, diversificando e incorporando uma série de reivindicações, como melhores serviços públicos, combate à corrupção, críticas à Copa do Mundo que seria realizada no ano seguinte e uso de recursos públicos. Organizados sobretudo a partir das redes sociais, os protestos passaram a atrair a atenção da mídia e repercutir, meses mais tarde, na

à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei N.º 6.583/2013, que trata do Estatuto da Família. Tendo repercutido bastante nas mídias e nas redes sociais por apontar a entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, ou ainda por qualquer dos pais e seus descendentes, o projeto visava dar legitimidade legal a um arranjo familiar que excluía todos os demais existentes, indo de encontro à própria realidade brasileira e aos avanços relativos aos direitos das minorias sexuais.

Onze anos mais tarde, em 2024, outro projeto de lei levou parte da população a se manifestar exigindo sua retirada de votação no Congresso, por ferir os direitos já previstos em lei e acentuar ainda mais a discriminação, agora contra as mulheres. Trata-se do Projeto de Lei N.º 1.904/2024, encaminhado em regime de urgência para apreciação pelo Congresso, que visa incriminar com pena de homicídio as mulheres que vierem a realizar a interrupção da gravidez após vinte e duas semanas de gestação, inclusive nos casos de estupro, anencefalia e risco de vida da mulher (Brasil, 2024). Caso aprovado, uma mulher vítima de violência sexual que seja submetida à intervenção da gravidez, por exemplo, poderá ser condenada a uma pena superior ao seu agressor.

Ao analisar os dois projetos, o que percebo é uma tentativa de imposição ao todo da população de um conjunto de valores que repercute na ideia de sociedade democrática, no sentido de que atacam a laicidade do Estado e a igualdade. Tais “poderes autoritários do presente”, que nas palavras de Butler (2024) dependem da intensificação das paixões, alimentam o medo e redirecionam-no como ódio, colocando parte da população contra outra, transformando em inimigos todos aqueles que não concorrem para a manutenção dos privilégios historicamente assegurados ao homem, branco, heterossexual e cristão.

A partir dessa perspectiva de análise, entre os dois slogans apresentados, *Deus, pátria, família e liberdade* e *Liberal na economia e conservador nos costumes*, entendo haver um *continuum* que diz respeito a um determinado conceito de liberdade expandida que intenta impor ao todo da população os valores da moralidade

---

mobilização de forças situadas à direita do espectro político, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem pra Rua, fundamentais para a derrubada da então presidente Dilma Rousseff em 2016.

tradicional e do mercado. E é esse *continuum*, essa regularidade que tem orientado um discurso *a favor da concorrência e contra a igualdade*, que julgo merecer atenção.

Conforme abordarei no Capítulo 3, mesmo antes de Bolsonaro chegar ao poder já presenciávamos a circulação desse discurso, vindo de setores situados à direita do espectro político, de religiosos e de seculares conservadores que, contra a suposta “libertinagem” realizada pelo campo progressista (Gallego, 2019) após o advento da esquerda no país, estabelecia uma aliança entre os valores do mercado e a moralidade tradicional. Não obstante, é a partir da ascensão bolsonarista que se acentua ainda mais a expansão da esfera pessoal protegida e a chamada *liberdade de expressão*, privilegiando os valores e reivindicações do mercado, de um lado, e o familismo heteropatriarcal cristão, de outro. Conforme Lazzarato (2019), a eleição de Bolsonaro para presidente marca a radicalização da onda neofascista, racista e sexista que assola o planeta, e pode ser compreendida a partir dos arranjos neoliberais que, de tempos em tempos, vemos ser experimentados.

Assim, se essa centralidade política da família segue sendo acionada no país após a saída de Bolsonaro do poder, é porque entendo que foram criadas condições para que isso acontecesse. Isto é, é porque uma racionalidade<sup>20</sup> tem legitimado e permitido que esse protagonismo familiar adentre na “ordem do discurso” (Foucault, 2014a) atual.

Sob esse prisma, a fim de compreender como chegamos a essa configuração que tem projetado a primazia da família, notadamente em seu formato tradicional, busco lançar luz sobre como a conduta familiar foi se vinculando a uma economia moral aderente a um *ethos* que rejeita uma ordem pública, plural, secular e democrática (Brown, 2019) e que aprofunda a ideia do mercado como instância reguladora da totalidade da vida, encaminhando para o fortalecimento e responsabilização dos laços familiares e para a diluição dos laços sociais.

Enquanto espaço de produção de subjetividades e de embates nas relações saber-poder-verdade, a educação se coloca como um dos domínios em que as técnicas, as estratégias de subjetivação neoliberais têm procurado instaurar esse protagonismo familiar que reivindica, por um lado, uma liberdade de escolha dos pais

---

<sup>20</sup> Segundo Foucault (2006a, p. 319), a racionalidade é o que programa e orienta o conjunto da conduta humana. Há uma lógica tanto nas instituições quanto na conduta dos indivíduos e nas relações políticas.

para reafirmar a responsabilização que lhes é imputada e, por outro, uma liberdade para agir conforme preceitos morais tradicionais.

Meu entendimento é o de que, à medida que a vida passa a ser guiada pelos princípios de mercado, de um lado, e pelos valores familiares, de outro, o social, entendido como o lugar da igualdade, da justiça e do bem comum, como o fundamento da democracia, passa a ser atacado em detrimento de uma liberdade sem sociedade que destrói o léxico pelo qual a liberdade torna-se democrática (Brown, 2019). A educação, as escolas, nesse escopo, aparecem como espaços em que se intenta produzir esse *desmantelamento da ideia de sociedade*.

Amparada nos estudos foucaultianos relativos à governamentalidade, entendo que a centralidade dada à família patriarcal heteronormativa cristã, na atual conjuntura, pode ser analisada enquanto um modo estratégico de condução das condutas da governamentalidade neoliberal, atualmente formatada em torno de ideais autoritários. Mais que uma consideração até mesmo “cínica da família”, a valorização dessa instituição e dos valores que ela transmite irrompe como um “dos aspectos de uma reação geral contra a reivindicação de igualdade” que permeia o intento neoliberal (Dardot *et al.*, 2021).

Assim, a concepção do binômio mercado-moral não é fortuita e menos ainda paradoxal. A ascensão de um modo de governo hierárquico e normalizador que intenta enquadrar sujeitos, corpos, práticas e grupos a partir da ideia de moralidade tradicional é o que tem permitido ao neoliberalismo, nos últimos anos, impor-se como um projeto até então incontornável. Sua versão autoritária tem mobilizado parte da população a apoiar o repasse dos custos sociais e a responsabilização pelo cuidado com a vida aos indivíduos e suas famílias.

Essa captura da família tem sido bastante eficaz, dada a proporção tomada pelas investidas familiares nos domínios da educação, a partir do acionamento permanente de uma proteção em relação à intervenção do Estado, no sentido de resguardo da autoridade familiar, do qual a defesa da escolarização doméstica é exemplo, e em relação às ameaças aos valores tradicionais, exemplificada por movimentos que fazem da família o *locus* principal de disputa da moralidade, tais como o Escola sem Partido. Sob esse aspecto, problematizar a privatização familiar da educação encaminha-me a pensar como se dá a emergência de uma família educadora que intenta reconhecer determinados saberes em detrimento de outros e

impedir que “diferentes vozes, diferentes sujeitos, diferentes gerações, diferentes etnias, diferentes crenças e formas de vida” se encontrem (Lockmann, 2020, p. 14).

Conduzida por essa questão inicial, fui construindo outros questionamentos que guiam a investigação teórica aqui apresentada: Porque a governamentalidade neoliberal vem fomentando, cada vez mais, a responsabilização familiar? Como a família passou a ser acionada como um elemento central do binômio mercado-moral? Por que a instituição familiar tem solicitado um protagonismo no âmbito educacional que diz respeito à proteção da moralidade e de seus códigos de conduta tradicionais e à proteção de sua privacidade em relação à intervenção do Estado? Como o modelo de família tradicional vem sendo acionado pelas estratégias biopolíticas de governo como um campo moral a ser mobilizado junto às instâncias educacionais?

O propósito de responder a esses questionamentos aponta-me lugar da pesquisadora que necessita falar sobre o tempo presente, sobre a história que se desenrola enquanto escrevo sobre ela. Coloco-me, assim, na posição de quem procura tornar inteligíveis determinadas formas de governo que incidem sobre a instituição familiar brasileira na contemporaneidade e que produzem efeitos importantes no campo da Educação.

Para tanto, aproximo-me de tais questões com o intuito de dotar de sentidos o tempo presente, onde princípios caros às sociedades democráticas – como a igualdade e o respeito à pluralidade –, vêm sendo contestados por meio de batalhas morais que produzem o acirramento das formas de concorrência e o desmantelamento do social que nos aproximam, cada vez mais, de movimentos fascistas que “combinam um levante revolucionário contra a ordem política estabelecida com o objetivo de implantar uma nova ordem social radicalmente reacionária” (Cooper, 2020a, on-line).

Nesse gesto de aproximação com o meu objeto de análise, compreendi ser necessário buscar as produções acadêmicas que tomam a educação como lugar em que o modo de governo neoliberal em sua atual face autoritária vem produzindo efeitos sobre o modelo de escola e de sociedade. Assim, na próxima seção, faço referência ao levantamento realizado e aos encaminhamentos que realizei após essa etapa.

## 1.2 Levantamento de produções acadêmicas

No início do ano de 2024, realizei um levantamento junto ao Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), onde pude constatar um número considerável de produções vinculadas principalmente às áreas das ciências humanas e das ciências sociais que tem procurado discutir, por diferentes enfoques e perspectivas teórico-analíticas, o neoliberalismo em sua atual face autoritária. Tomando o ano de 2010 como marco inicial do levantamento, verifiquei que, entre os anos de 2022 e 2024, houve um aumento considerável de dissertações e teses que abordam a configuração da racionalidade neoliberal contemporânea, o que demonstra a atualidade do tema e a demanda por sua compreensão nas instituições de ensino superior.

Entre os trabalhos que se debruçam sobre essa questão e que guardam relações importantes o que venho pesquisando estão quatro produções. São as Teses de Doutorado *Neoconservadorismo: articulação pró-família, punitivista e neoliberal na Câmara dos Deputados* (2018), de Marina Basso Lacerda; *As disputas em torno das famílias na Câmara dos Deputados entre 2007 e 2018: familismo, conservadorismo e neoliberalismo* (2019), de Rayane Mariano dos Santos; *Um Ministério da Família: da transversalidade de gênero à familiarização das políticas públicas federais* (2023), de Debora Francolin Quintela; e a Dissertação de Mestrado *Brazilian Nightmare: a família tradicional brasileira no ponto de encontro entre neoliberalismo e neoconservadorismo* (2023), de Luiza Pessoa Oliveira de Souza.

Essas quatro pesquisas, em que pese as contribuições para os estudos na área da Educação, pois abordam a ascensão de movimentos como o Escola sem Partido e as cruzadas contra a discussão de “gênero” em sala de aula, foram desenvolvidas no âmbito de Programas de Pós-Graduação em Ciência Política, enfocando indiretamente as implicações produzidas pelo discurso familista oriundo do binômio mercado-moral nos domínios da educação.

Nesse sentido, senti a necessidade de buscar pesquisas desenvolvidas no campo da Educação, pois me interessava encontrar o maior número possível de produções que se aproximassem do meu foco de investigação. Iniciei realizando uma investigação mais ampla, a partir das palavras-chave “educação” e “neoliberalismo”. Esse levantamento resultou em 530 trabalhos, entre Teses e Dissertações, produzidas entre os anos de 2010 e 2024. A fim de selecionar apenas aqueles que

faziam referência à família, refiz a pesquisa inserindo este tema como palavra-chave, o que resultou em 29 trabalhos. Cabe mencionar que a maioria dessas pesquisas aborda os impactos da política neoliberal na educação e, por consequência, na relação família-escola. Uma segunda busca foi realizada, agora com as palavras-chave “educação” e “conservadorismo”. Nesta, foram obtidos 45 resultados de trabalhos produzidos de 2010 até 2024 na área da Educação, dos quais 27 apontam, em maior ou menor escala, para os efeitos que a onda conservadora vem produzindo no âmbito das políticas educacionais brasileiras. Refinando ainda mais a busca com a inserção da palavra-chave “família”, não foram encontrados trabalhos que se relacionam com questões discutidas nesta Tese.

Em razão de que a maioria das pesquisas que tratam da atual escalada moralizadora tem utilizado os termos “neoconservadorismo” e “novo conservadorismo” para se referir ao tempo presente, realizei outra busca com essas palavras-chave e também com o termo “educação”, resultando em 29 trabalhos encontrados. A quase totalidade dessas pesquisas traz discussões acerca das batalhas morais relativas aos estudos de gênero e das implicações destas nas políticas educacionais. Ao refinar mais uma vez a pesquisa e inserir a palavra-chave “família”, foram encontrados dois trabalhos: a Tese de Doutorado *Neoconservadorismo e familismo nas políticas curriculares brasileiras: a mobilização discursiva de infância, gênero e sexualidade nas disputas por hegemonia na educação* (2023), de autoria de Melanie Laura Mariano da Penha Silva, e a Dissertação de Mestrado *Conta pra mim: a (re)produção de padrões de gênero, sexualidade e família no Programa de Literacia Familiar do Ministério da Educação* (2023), de Barbara Gomes Fernandes de Aguiar.

Uma vez que a precedência da família no âmbito da educação tem sido discutida a partir de um conjunto de saberes que orbitam em torno do movimento Escola sem Partido e da defesa da escolarização doméstica, procedi à busca pelas produções na área da Educação com essas palavras-chave. Em relação ao ESP, o levantamento apontou 121 trabalhos que tratam dessa temática, entre os quais destaco a Tese de doutorado *Neoliberalismo e Neoconservadorismo nas políticas educacionais brasileiras: os discursos do movimento Escola sem Partido* (2023), de Regina Alice Rodrigues Araújo Costa. Ao acrescentar a palavra-chave “família”, foram encontrados seis trabalhos que guardam relações com o discutido nesta Tese. Já em relação à escolarização doméstica, busquei por várias expressões que vêm sendo

mobilizadas para se referir a essa prática escolar: “*homeschooling*”, “ensino domiciliar”, “educação domiciliar” e “escolarização doméstica”. Esta consulta resultou em 31 trabalhos, sendo 13 produzidos somente no ano de 2023. Com o acréscimo da palavra-chave “família”, foram encontrados seis trabalhos.

Além desse levantamento de pesquisas acadêmicas, também consultei portais eletrônicos de periódicos científicos, como o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o *Scientific Electronic Library On-line* (SciELO). Ainda que não tenha realizado uma análise exaustiva das publicações, foi possível constatar que, a partir do ano de 2020, há um crescente número de artigos que discutem a instauração de uma guerra de valores na educação, sobretudo a partir do enlace com o neoliberalismo. Assim como no caso das produções acadêmicas, parte considerável das publicações científicas aborda as implicações de uma agenda conservadora e reacionária na educação a partir do enfoque do Escola sem Partido e/ou da escolarização doméstica. O aumento do quantitativo de pesquisas nos últimos anos denota o já referido interesse que essa discussão vem despertando nos pesquisadores, traduzindo, em meu entendimento, uma necessidade manifesta de tentar compreender as transformações vividas na atualidade.

A partir dos dados apresentados e levando em consideração o intuito de contribuir com a produção de um diagnóstico do tempo presente, entendo que esta Tese se insere dentro do rol de produções voltadas para a problematização desse modo de governo dos sujeitos instaurado pela racionalidade neoliberal que vem produzindo batalhas morais no seio da sociedade. Os efeitos dessa batalha podem ser percebidos com bastante intensidade nos domínios da educação, espaço em que essa racionalidade disputa subjetividades como espaço estratégico da produção de governo, o que também nos permite explicar o número significativo de produções nesta área de estudos.

A particularidade desta Tese e sua possível contribuição residem na tentativa de produzir uma análise pormenorizada de como a instituição familiar foi sendo, cada vez mais, acionada pela governamentalidade neoliberal e como o recrudescimento de um modo de governo autoritário e conservador repercutiu fortemente nos domínios da educação, levando à expansão de uma ordem privada, homogênea e religiosa que intenta estender ao todo da população os valores familiares tradicionais.

Sendo assim, o propósito de investigar o acionamento da instância familiar pela governamentalidade neoliberal e suas implicações para a educação no contexto atual brasileiro ampara-se em dois aspectos, quais sejam: 1) o espaço profícuo aberto dentro do campo das Ciências Humanas, mais especificamente da Educação, para se pensar sobre essas questões, bem como o número ainda escasso de trabalhos que enfocam o protagonismo familiar e a projeção de uma família *docendis*; e 2) a necessidade de produções que coloquem sob suspeita, *enquanto ainda é possível*, a *naturalização* dos processos que vem incidindo sobre os sujeitos e as famílias, os quais têm produzido um modo de governo autoritário que busca instaurar a primazia de uma ordem privada, homogênea e familiar em detrimento de uma ordem pública, plural e democrática para o todo da população. Tal governo das condutas, no meu entendimento, tem contribuído para o desmantelamento da ideia de sociedade e nos encaminha, a passos largos, para uma fascistização da vida que tem tornado mais distante a possibilidade de elaboração de modos de vida projetados em torno do “princípio político do comum” (Dardot; Laval, 2017).

Seguindo, pois, a perspectiva filosófica de Michel Foucault, gostaria de desnaturalizar as práticas e os processos que vem incidindo sobre a instituição familiar e, a partir das lentes teórico-metodológicas da governamentalidade, atentar para o “regime político, econômico, institucional de produção da verdade” (Foucault, 2021a, p. 54) que tem tornado possíveis as condições para que as famílias sejam, cada vez mais, imbuídas econômica e moralmente do cuidado com a vida e, nesse escopo, requeiram o papel de protagonistas morais na ordem social, fortalecendo os laços familiares e diluindo os laços sociais. Trata-se, em suma, do propósito de demonstrar que as “as coisas não estão ‘desde sempre aí’, não possuem uma origem remota e a-histórica, mas, ao contrário, *são inventadas de acordo com as necessidades de uma época*” (Veiga-Neto; Rech, 2014, p.78, grifos meus).

Partindo dessa perspectiva de trabalho, na próxima seção apresento a metodologia escolhida, a qual encaminha para um determinado modo de compreensão da realidade que já se constitui como uma parte da análise. A partir disto, abordo meu objeto analítico e informo os materiais selecionados para proceder à minha pesquisa.

### 1.3 Da pesquisadora e do método: sobre a tentativa de produção de uma “Tese-bomba”

*Qualquer um que tente fazer qualquer coisa – elaborar uma análise, por exemplo, ou formular uma teoria, deve ter uma ideia clara da maneira como ele quer que sua análise ou sua teoria sejam utilizadas, deve saber a que fins ele almeja ver se aplicar a ferramenta que ele fabrica [...] e de que maneira ela quer que suas ferramentas se unam àquelas fabricadas por outros, no mesmo momento (Foucault, 2006b, p. 265).*

*Existem os problemas de pesquisa (ou, se se quiser, os “objetos” de pesquisa)? Onde estão? Eles surgem, aparecem, se delineiam, se esclarecem? De onde são retirados: da realidade, da prática, de nossas operações formais-abstratas, do exercício de nossa razão? [...] Qual é o grau de paixão que se necessita ter com o problema, para que aceitemos ficar, por um longo tempo, estudando e pensando sobre ele? Para que aceitemos expor nossas produções, assumindo também os riscos de suas/nossas fragilidades?  
(Corazza, 2002, p. 05)*

Gostaria de iniciar essa seção pontuando da experiência de produzir uma Tese sobre a história do presente e de formular um problema de pesquisa a partir da urgência de se pensar sobre aquilo que estamos nos tornando. Como chegamos a essa configuração da razão-mundo neoliberal que une mercado e moral e busca dismantelar a ideia de sociedade? Como o desaparecimento do social de nossas vidas, de nosso discurso e experiência tem sido produzido pelo modo de governo neoliberal, apagando das nossas visões de futuro aquilo que nos faz ser mais do que unidades individuais e unidades familiares econômico-morais?

A incredulidade diante de um futuro que agora parece já não “durar muito tempo”<sup>21</sup> aponta-me para uma espécie de viagem no escuro. Como fazer da perplexidade ante a tentativa de dissolução dos laços sociais e do avanço do autoritarismo um objeto de análise a ser percebido enquanto uma “ferramenta” com uma finalidade precisa? Ou melhor, como produzir, inspirando-me nos “livros-bomba” de Foucault (2006b, p. 266), uma “Tese-bomba”, “útil precisamente no momento em que alguém a escreve ou a lê” e que depois pode desaparecer? E finalmente: qual a *utilidade* de se almejar realizar um diagnóstico do tempo presente e de unir essa “Tese-bomba” a outros ditos e escritos que também teimam em dizer que estamos rumando a passos largos para a fascistização da vida?

---

<sup>21</sup> Faço referência aqui ao título da obra de Louis Althusser *L'avenir dure longtemps* (1985).

A ausência de respostas definitivas para essas questões e a estupefação frente aos nossos tempos convocam-me a uma espécie de jornada analítica que se detém em apresentar uma interpretação, uma leitura do “real”. O “*problema é saber – mas não o resolvo – qual é a utilização possível dessas análises na situação atual*” (Foucault, 2006c, p. 279, grifos meus).

Passo, assim, a apresentar brevemente a pesquisadora, para em seguida dizer dos caminhos teórico-metodológicos escolhidos nesta pesquisa.

Desde o início do meu percurso acadêmico, em projetos de iniciação científica junto ao Curso de Licenciatura em Letras na Universidade Federal de Santa Maria, há mais de vinte anos, as questões que delineavam meus objetos de pesquisa giravam não exatamente em torno do “porquê” das coisas, mas do “como”: Como chegamos a uma certa construção do “real”? Como as verdades (científicas, artísticas, filosóficas, religiosas, políticas, etc.) de uma época são produzidas? Como algo adentra na ordem de um discurso e se torna passível de ser dito?

Não por acaso, naquele momento fui seduzida pela Análise do Discurso de vertente francesa; e entre diálogos e duelos teóricos travados nas leituras de Michel Foucault, Michel Pêcheux<sup>22</sup> e Eni Orlandi<sup>23</sup>, aprendi que é preciso questionar as evidências e desnaturalizar os discursos. Que é preciso, assumindo para mim as palavras de Corazza (2002, p. 12),

suspeitar de todo e qualquer sentido consensual, de toda e qualquer concepção partilhada, com os quais estamos habituados; indagar se aquele elemento do mundo – da realidade, das coisas, das práticas, do real – é assim tão “natural” nas significações que lhe são próprias; duvidar dos sentidos cristalizados, dos significados que são transcendentais e que possuem estatuto de verdade.

Subjetivada por esse modo de produzir conhecimento que tem me colocado, inevitavelmente, diante de um caminho teórico denso e também arriscado, pois

---

<sup>22</sup> O filósofo e linguista Michel Pêcheux (1938-1983) é considerado uma das figuras mais importantes da Análise do Discurso Francesa. Ele concebe o discurso enquanto efeito de sentidos, como um lugar particular em que esta relação ocorre. Pela análise do funcionamento discursivo, Pêcheux objetiva explicitar os mecanismos da determinação histórica dos processos de significação. O pesquisador produziu uma obra que, ora se distanciava, ora se aproximava das formulações foucaultianas. O conceito de Formação Discursiva, fundamental para a AD francesa, foi tomado emprestado de Foucault e amplamente mobilizado por Pêcheux.

<sup>23</sup> A linguista Eni Puccinelli Orlandi (1942 -) é professora titular aposentada da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Foi a responsável pela introdução da Análise de Discurso francesa no Brasil ainda nos anos 1970 e é considerada a principal pesquisadora brasileira desta área de estudos.

sempre a se desenhar e a receber novos contornos, alcancei outros horizontes de leituras em 2021. Nesse ano, iniciei no Doutorado em Educação na Universidade de Santa Cruz do Sul, fazendo do legado foucaultiano o ponto de partida teórico da minha investigação. Adentrei novamente no jogo dos saberes ciente de que, em vez de *escolher* uma teoria que possa dar conta daquilo que intento investigar, sou eu também (as) sujeitada por um modo de pensar, *sou eu também escolhida* “pelo que foi historicamente possível de ser enunciado” (Corazza, 2002, p. 17).

Tentando deixar para trás as marcas de um trabalho de analista de discurso que lança o olhar tanto para o *acontecimento* quanto para a *estrutura* da língua, busquei em Foucault não exatamente o filósofo de *As Palavras e as Coisas* (1966) ou da *Arqueologia do Saber* (1969), que se debruça sobre os enunciados buscando analisá-los e descrevê-los pormenorizadamente a fim de encontrar as formações discursivas que os sustentam, mas o teórico que, a partir dos cursos proferidos no Collège de France *Segurança, território, população* (1977-1978) e *Nascimento da biopolítica* (1978-1979), faz das lentes teórico-metodológicas da *governamentalidade* um modo de compreender o mundo. Assim, tomo tal noção como uma forma de racionalidade, uma forma de ser do pensamento político, econômico e social que organiza as práticas de governo desenvolvidas em um determinado tempo e em uma determinada sociedade (Lockmann, 2013) e procuro colocar sob suspeita a conduta familiar e os discursos sobre a família tal como estes vêm sendo formulados e postos em circulação na atualidade.

É por que entendo que o gesto de se filiar a um determinado quadro teórico já aponta um certo modo de ver as coisas, uma certa forma de produzir conhecimento sobre algo, que me reconheço frente a determinadas possibilidades de perguntas. Conforme sustenta Saraiva (2009, p. 17-18), os objetos de análise dos pesquisadores tornam-se possíveis

a partir de determinadas redes de significação tecidas dentro de uma perspectiva teórica, ou, dito de outro modo, criadas a partir de uma determinada compreensão da realidade. Ou seja, o quadro teórico sobre o qual cada pesquisador se apoia implica não somente uma forma distinta de análise, mas também uma forma distinta de perguntar.

Ao nos remetermos a um determinado quadro teórico já estamos, por assim dizer, procedendo a um primeiro gesto de leitura do objeto de estudos. Ao mesmo tempo, quando pensamos metodologias a partir de Foucault, a própria “a definição de

como se irá proceder já é uma parte da análise. O modo como se interage com o material já é, em si, uma imposição de significados” (Saraiva, 2009, p. 24). Assim é que não cabe a mim tentar encontrar os “significados ocultos” do discurso que vem circulando sobre a família, nem tentar desvendar a lógica interna dos enunciados ou saber o que “está ‘mesmo’ acontecendo” (Saraiva, 2009) com a família. Importa atentar para como vem sendo pensado que a família deva ser, isto é, analisar o que é possível ser pensado e dito sobre a instância familiar na atualidade. Nas palavras de Foucault (2006b, p. 255), o que importa “é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento. Não é o sentido que eu busco evidenciar, mas a função que se pode atribuir uma vez que essa coisa foi dita naquele momento”.

Levando em consideração a premissa de que a “verdade é deste mundo” e se estabelece a partir de lutas pela imposição de significados (Foucault, 2021a), parto de um discurso que aponta para a defesa e a precedência da família a fim de tentar problematizar como a emergência de um *familismo* foi se constituindo como um requisito essencial da racionalidade neoliberal, cuja face atual fez por acentuar ainda mais tal condição, a partir da restauração de formas tradicionais de vida assentadas em normas autoritárias e moralizadoras que tomam família heteronormativa patriarcal e a religião cristã como modelo civilizacional.

Mais especificamente, proponho abordar como a família, cada vez mais imbuída do *cuidado da vida*, ao ser tomada como um campo moral a ser preservado e uma construção necessária dentro da ordem social que tende a suplantar outras formas de pertencimento, as coletivas, procura intervir no âmbito da educação fazendo com que uma liberdade soberana dos pais para agir conforme seus próprios princípios possa definir não somente o que os filhos irão aprender, mas também com quem irão aprender.

Ao realizar tal recorte e delimitar a partir de que ponto de vista irei abordar o discurso sobre a família, realizo um movimento que, por um lado, já se constitui em um gesto analítico, pois lanço a hipótese de que essa instituição passa a ser mobilizada pela governamentalidade neoliberal a partir de uma ideia de responsabilização, levando-me a buscar compreender como foi possível transformar essa construção social em uma unidade econômico-moral que vem a fortalecer e solidificar o projeto neoliberal estabelecido em torno de uma vontade política de instaurar uma sociedade fundada sobre a ideia de concorrência e contra qualquer forma de igualdade.

Ao pensar sobre as questões que iam sendo delineadas em relação à problemática da família na atualidade, entendi que um problema de pesquisa, como nos ensina Corazza (2002), não se descobre, ele é engendrado. Ele surge da nossa insatisfação com o instituído, da necessidade de interrogar as verdades estabelecidas. Assim, ao me questionar sobre os materiais empíricos que poderiam se constituir em objeto de análise, entendi que a seleção de um material e a constituição de um problema de pesquisa são inseparáveis. Não havia um produto pronto à espera de interpretação. Era preciso constituí-lo ao mesmo tempo em que me perguntava sobre o problema sobre o qual iria me debruçar. Nesse sentido posso afirmar que o *método* funcionou para me movimentar dentre uma paisagem imensa e me fazer pensar na relação que eu poderia estabelecer entre as coisas ditas e escritas atualmente sobre a família e aquilo que eu entendia ser necessário colocar sob suspeita.

Essa paisagem, cada vez mais próxima de mim, talvez por que meu olhar teime em enxergar aquilo que gostaria de ver, e também por que entendo que estamos, de fato, assistindo ao alargamento de um modo de condução das condutas que faz da família tradicional e da ordem heterossexual um elemento necessário para a manutenção do projeto neoliberal, foi, assim, tomada como sítio de onde recortei, selecionei e estabeleci relações entre diferentes materiais empíricos que materializam um discurso sobre a família que julgo merecer atenção. Sublinho, amparada em Nikolas Rose (Carvalho; Lima, 2016), que se estivesse pensando em um problema diferente, traçaria um conjunto diferente de possibilidades, não organizaria os materiais na mesma sequência temporal, nem mesmo relacionaria exatamente os documentos selecionados.

Destes movimentos de aproximação teórico-metodológica com o *corpus* escolhido, resultou o problema de pesquisa que proponho desenvolver nesta Tese:

***Como o modo de condução da conduta familiar na contemporaneidade se vincula a uma economia moral aderente ao ethos neoliberal e que implicações nos domínios da educação a atual responsabilização familiar vem produzindo no contexto brasileiro?***

Estabeleci, assim, um problema do presente como foco de investigação e procurei tomar a produção discursiva mobilizada como material empírico “no jogo da sua instância” (Foucault, 2004), isto é, “simplesmente como um *dictum*, em sua

simples positividade” (Veiga-Neto; Lopes, 2007, p. 97). Isto porque me interessa o fato de que tal conjunto de documentos *materializa* uma forma de governo que vem fazendo da família, preponderantemente aquela tradicional, sustentáculo do livre mercado e protagonista moral na sociedade. Ancorando-me em Lockmann (2013, p. 93), meu objetivo ao olhar para esses discursos é mostrar a forma como são vinculados a verdades específicas do nosso tempo “que os fazem operar sobre os sujeitos conduzindo suas condutas por meio de formas de governo que funcionam, ao mesmo tempo, pelo eixo político e ético”.

Partindo dessa forma de abordagem, percorri diferentes caminhos ao selecionar o material empírico. Levando em consideração, a partir de Silva (2016), que os regimes de governamentalidade perfazem diferentes espaços da vida pública, debruicei-me não apenas sobre documentos oficiais, mas também sobre um conjunto de ditos e escritos que têm circulado na mídia e nas redes sociais. Esse conjunto de documentos oficiais e não oficiais pode ser tomado como uma espécie de *arquivo* que, longe de se constituir em um compilado exaustivo que intenta abarcar a totalidade dos discursos sobre a família, procura tão somente materializar um modo de condução das condutas que têm subjetivado a família a partir dos critérios da racionalidade neoliberal contemporânea.

A partir de Foucault (2000b, p. 145), entendo o arquivo como

o conjunto de discursos efetivamente pronunciados; e esse conjunto é considerado não somente como um conjunto de acontecimentos que teriam ocorrido uma vez por todas e que permaneceriam em suspenso, nos limbos ou no purgatório da história, mas também como um conjunto que continua a funcionar, a se transformar através da história, possibilitando o surgimento de outros discursos.

Trata-se, em outras palavras, não exatamente de excertos específicos a um determinado contexto ou época, mas sobretudo de um conjunto de regras que, em um certo tempo e espaço, definem o que é possível ser dito sobre algo, no caso específico desta Tese, sobre a família. Segundo Foucault (2004, p. 147), arquivo é, de início, “a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares”. Mas é também

o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas (Foucault, 2004, p. 147).

Assim é que procuro interrogar o discurso que vem sendo produzido sobre a família no escopo da governamentalidade neoliberal não com o propósito de analisar significados ocultos ou apontar uma origem do que vem sendo dito, mas com o objetivo de abordar suas *condições de existência* e sua “produtividade veridictiva”, isto é, sua capacidade de delimitar não somente “as fronteiras entre o verdadeiro e do falso, mas também daquelas do pensável e do impensável em certo espaço-tempo histórico” (Aquino; Do Val, 2018, p. 46).

O recorte temporal apresenta discursos produzidos entre 2003 e 2024, embora a maior parte do material selecionado corresponda aos últimos dez anos da história brasileira. Esse dado precisa ser considerado uma vez que é nesse espaço de tempo que vemos a anatomia do neoliberalismo mudar e sua face modernizadora e dinâmica (Dardot *et al.*, 2021) ser suplantada por uma face autoritária de viés conservador. É nesse sentido que entendo ser relevante salientar a questão temporal. Ela importa por aquilo que nos diz sobre a plasticidade do neoliberalismo e as transformações ocorridas no bojo da instauração de um novo modo de governo das condutas.

Entre os documentos especificamente relacionados à educação estão Projetos de Lei encaminhados entre os anos de 2014 a 2019<sup>24</sup> à Câmara dos Deputados e ao Senado que visam instituir o Programa Escola sem Partido nos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios<sup>25</sup>; o Projeto de Lei N.º 2731/2015, que altera a Lei N.º 13.005, de 25 de junho de 2014, que estabelece o Plano Nacional de Educação – PNE, proibindo “o uso da ideologia de gênero” na

---

<sup>24</sup> No ano de 2020, o Supremo Tribunal Federal procedeu ao julgamento de uma série de ações judiciais que contestavam os projetos de lei relacionados ao Escola sem Partido encaminhados aos legislativos municipais, estaduais e ao Congresso Nacional. Em todas as ações, foi declarado o caráter inconstitucional das normas apresentadas nos projetos. Ainda que cada ação tenha tramitado em um município específico, os fundamentos das decisões de controle de constitucionalidade no STF impõem efeitos nacionais, o que inviabilizou o avanço de novos projetos nas casas legislativas.

<sup>25</sup> Conforme mapeamento realizado por Fernanda Pereira de Moura e Renata da Silva, mais de 15 projetos de lei apresentados ao Congresso Nacional fazem referência ao conteúdo do Escola sem Partido. Disponível em: <https://profscontraesp.org/vigiando-os-projetos-de-lei/>. Acesso em: 12 out. 2024.

educação nacional; e o Projeto de Lei N.º 3.179/2012, aprovado em maio de 2022, que dispõe sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica.

Ainda em referência a documentos atinentes à Educação, faço menção à terceira versão da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), de 2017, e ao Edital do Programa Nacional do Livro Didático 2023, documentos que, em razão das demandas conservadoras orientadas pelo repúdio à abordagem de discussões sobre gênero nas novas diretrizes de política educacional, sofreram o que Corrêa e Prado (2022) denominam de “higienização semântica”.

Também selecionei diretrizes oficiais que materializam o discurso familista e demarcam o período da história brasileira compreendido entre os anos 2019 a 2022, relativos à Gestão Bolsonaro. Estas dizem respeito à criação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e da Secretaria Nacional da Família, por meio do Decreto N.º 9.673, de 02 de janeiro de 2019, e a consequente instauração de políticas, programas, ações e serviços que funcionam como um aparato institucional voltado ao fortalecimento dos laços familiares e à responsabilização familiar. Ainda nesse escopo, mas em um período pós-governo Bolsonaro, reporto-me à criação da Frente Parlamentar em Defesa da Educação sem Doutrinação Ideológica, no Congresso Nacional, em agosto de 2023, fazendo referência ao seu Estatuto, documento aprovado por 210 deputados federais e 18 senadores.

Faço, além disso, referência a manifestações, extraídas de pronunciamentos oficiais retirados do site da Biblioteca da Presidência da República e de discursos materializados em veículos midiáticos como revistas, jornais e portais de conteúdo, do então presidente Jair Bolsonaro e de seus ministros Ernesto Araújo, Ministro das Relações Exteriores; Paulo Guedes, Ministro da Economia; Damares Alves, Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Milton Ribeiro, Ministro da Educação; Ricardo Vélez Rodríguez, também Ministro da Educação; e de Angela Vidal Gandra da Silva Martins, que respondia pela Secretaria Nacional da Família.

Também me reporto a leis, projetos de lei e estatutos que orbitam em torno das discussões realizadas nesta Tese e contribuem no escopo da produção de um discurso sobre um modelo de família e um modelo de indivíduo, quais sejam, a Lei N.º 13.010/2014 – Lei Menino Bernardo, que estabelece o direito de que crianças e adolescentes sejam educados e cuidados sem o uso de castigo corporal ou de tratamento cruel ou degradante; o Caderno “Escola sem Homofobia”, material pedagógico-curricular proposto com o objetivo de servir como base teórica e material

na “promoção e garantia de uma escola livre de homofobia; o Projeto de Lei N.º 6583/13, que dispõe sobre o Estatuto da Família; e o Projeto de Lei N.º 2578/2020, que “determina que tanto o sexo biológico como as características sexuais primárias e cromossômicas definem o gênero do indivíduo no Brasil”.

Ao mesmo tempo em que persegui os discursos “oficiais” e “estatais”, busquei trazer para a cena discursiva ditos e escritos que vem sendo formulados e postos em circulação por determinados segmentos da sociedade implicados com essa produção de saberes sobre a instituição familiar que faz convergir a precedência de uma ordem privada e de uma moral tradicional. Como material empírico, selecionei excertos extraídos de redes sociais (Instagram, Facebook e You Tube) e da mídia digital (portais de notícias, revistas e jornais) que registram esse discurso familista e se apresentam, nesta Tese, como um recurso importante para mapear o alcance que ele passa a ter no cenário nacional. Entendo que apontar a ramificação desse discurso pelo tecido social e tomá-lo como *corpus* que sinaliza a emergência de uma forma de governo autoritária da população constitui-se em aspecto relevante para a discussão que procuro desenvolver nesta Tese.

A partir da seleção de materiais relativos ao Escola sem Partido e de outras produções discursivas orientadas contra a denominada *ideologia de gênero*<sup>26</sup> e a consequente *destruição da família* que estaria sendo produzida nos domínios da educação, procuro demonstrar como a cruzada moral que já vinha se delineando em países da Europa e América do Sul começa a ganhar relevância no país. Nesse escopo, a mídia, as redes sociais e as próprias instâncias governamentais passam a ser atravessados por um discurso pró-família e pró-valores tradicionais que catalisa e aproxima diferentes segmentos da sociedade. Conforme entendo, é justamente a capilarização pelo seio social desse discurso que alavancou a discussão de uma agenda moral em nível nacional e tornou possível a captura dessa pauta por parte da esfera legislativa e, posteriormente, executiva do Governo.

Se por lado cabe atentar para a forma “molar” desse discurso familista, isto é, para “as linhas duras das macropolíticas, do aparelho de Estado” (Saraiva; Lockmann, 2019, p. 219), por outro lado é preciso examinar sua forma “molecular”, ou seja, “as

---

<sup>26</sup> Conforme aponto no Capítulo 3, o termo *ideologia de gênero*, que não apresenta legitimidade acadêmica, surge no seio da Igreja Católica na década de 1990 e, desde então, tem sido mobilizado por setores conservadores da sociedade para promover um pânico moral em torno de questões relacionadas às temáticas de gênero e sexualidade.

linhas flexíveis das micropolíticas, da política das massas, que tendem à multiplicidade” e não se “referem a sistemas de representação, mas a fluxos de desejos e crenças” (Saraiva; Lockmann, 2019, p. 220). Entendo que é preciso sublinhar o enlace dessas duas formas, pois esse discurso familista que se estende por diversos segmentos da sociedade repercute nas estruturas do Estado e em suas políticas, retornando para a sociedade enquanto um discurso cujos efeitos continuam ressoando com bastante intensidade mesmo após o término da Gestão Bolsonaro. Atentar para o que tornou possível esse discurso pode nos ajudar a pensar acerca das verdades que têm circulado. Pode nos “abrir o pensamento ao mostrar como aquilo que é poderia ser diferente” (Rago, 2002, p. 262).

Selecionado o material empírico, a fim de entender como foi possível a emergência desse discurso pró-família tradicional na educação, entendi ser necessário historicizá-lo, isto é, mostrar as redes de contingência que o fizeram emergir. Era preciso retornar ao passado para reconhecer aquelas formas, aqueles modos de ser e pensar que “insistem em ficar cristalizando-se, contaminando a própria vida e barrando as forças do novo” (Rago, 2006, s/n). A carga de passado presente na atualidade do país tornou-se, assim, elemento importante da minha investigação.

A fim de fazer “aparecer o que está tão próximo, tão intimamente ligado a nós e que, por isso mesmo, não o vemos” (Foucault, 2011a, p. 246), realizo um *batimento* entre presente e passado. Apoiando-me no entendimento de que a instituição familiar se constitui em um instrumento privilegiado para o governo das populações (Foucault, 2023), a partir de uma leitura de inspiração genealógica, procuro reconhecer o lugar que cabe à família no seio do pensamento liberal para problematizar como essa carga de passado presente na atualidade têm feito por acentuar o papel da família como “uma célula de soberania” (Foucault, 2006d) que, cada vez mais, tende a ser acionada como um espaço de segurança (econômica e moral) para uma população precarizada pelo neoliberalismo.

Levando em consideração o entendimento de Nikolas Rose de que “uma genealogia começa a partir de um problema particular atual e tenta, à semelhança de uma árvore genealógica, traçar o conjunto disperso de relações que deram existência a este problema particular” (Carvalho; Lima, 2016, p. 799), procuro remontar à história do projeto neoliberal para abordar essa dimensão “estranhamente obscurecida” (Cooper, 2022) até poucos anos atrás: o papel significativo que o núcleo familista teve em toda a sua trajetória. Para tanto, faço menção a pensadores neoliberais tais como

Friedrich August von Hayek (1984, 1990, 2011, 2017), Milton Friedman (1980, 1984, 1985), Wilhelm Röpke (1950, 1960) e Gary Becker (1964, 1993); bem como a governantes como Margaret Thatcher, primeira-ministra do Reino Unido de 1979 a 1990 (1987a, 1987b, 1997), e Ronald Reagan, presidente dos Estados Unidos de 1981 a 1989 (1987), buscando nesses representantes do pensamento neoliberal aquilo que foi dito sobre a família para, em um segundo passo, pensar sobre como essa produção de verdade sobre a instituição familiar tem reverberado no presente.

Ao mesmo tempo, reporto-me a teóricos que analisam a racionalidade neoliberal na contemporaneidade, procurando subsídios para pensar as atuais práticas de governo e o atravessamento destas por estratégias conservadoras e autoritárias. Entre esses estão os pesquisadores europeus Pierre Dardot (2016, 2017, 2019, 2020, 2021), Christian Laval (2016, 2017, 2019a, 2019b, 2020, 2021, 2022, 2024), Éric Fassin (2019; 2021), Maurizio Lazzarato (2019) e David Paternotte (2020); as norte-americanas Wendy Brown (1995, 2015, 2018a, 2018b 2019) e Melinda Cooper (2018, 2020a; 2020b, 2021, 2022, 2024); as hispano-americanas Verónica Gago (2019; 2021) e Nuria Alabao (2020, 2024); e as brasileiras Flavia Biroli (2014, 2020); Esther Solano Gallego (2018; 2019; 2020), Marina Lacerda (2019); e Sonia Corrêa (2018; 2020; 2022).

Essa amplitude geográfica, ainda que circunscrita a um número limitado de autores, traz a esta Tese uma diversidade de enfoques que busca, de um lado, tornar visível aquilo que diferentes analistas apontam como elementos comuns à racionalidade neoliberal contemporânea e, de outro, delinear particularidades que vão se estabelecendo a partir do contexto e das demandas de cada lugar.

Assim é que, levando em consideração o cuidado de não se fazer do neoliberalismo um modelo destituído de especificidades geográficas e temporais, procuro me movimentar em torno de uma produção discursiva sobre a família no Brasil que, por um lado, acentua o caráter familista presente desde a gênese neoliberal e, por outro, reforça o modelo de família patriarcal que funda a organização social e política do país.

Nesse sentido, a fim de problematizar a responsabilização com o cuidado da vida imbuída à instituição familiar na contemporaneidade e as implicações que uma precedência da família tem produzido nos domínios da educação no contexto brasileiro, faço da noção de governamentalidade o aporte teórico central desta Tese. Procuro partir do que Foucault nos aponta sobre a arte de governar neoliberal para,

em um gesto duplo de observância e desprendimento em relação ao seu legado, apresentar a partir dos autores já referenciados uma perspectiva de análise do projeto neoliberal que dê conta de particularidades que o filósofo, por uma razão temporal, não conseguira alcançar.

Assim é que, estabelecendo uma “fidelidade infiel” a Foucault (Veiga-Neto; Rech, 2014), no próximo Capítulo, denominado *Governamentalidade Neoliberal e Valores Familiares*, apresento a noção de governamentalidade e procuro me movimentar em torno da arte de governar neoliberal e dos deslocamentos relativos à oposição política no terreno dos valores que vemos acontecer nos últimos anos, os quais tem feito por exacerbar, na minha compreensão, a tendência intrínseca ao pensamento neoliberal de atribuir uma importância decisiva à estrutura familiar e à moralidade tradicional.

## 2. GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL E VALORES FAMILIARES

### 2.1 O conceito de Governamentalidade pelas lentes de Michel Foucault

Nesta seção, procuro delinear a perspectiva teórica a partir da qual me movimento nesta Tese, apresentando a atividade de governo enquanto uma prática política e uma tecnologia de poder que é sempre sustentada por uma racionalidade. Sem o intuito de realizar uma ampla revisão teórica, enfoco a formulação da noção de governamentalidade buscando pontuar, sobretudo, algumas considerações de Foucault acerca da racionalidade neoliberal, que age no eixo político (da dominação – governo dos outros) e no eixo ético (da subjetivação – governo de si mesmo) tendo como grade de inteligibilidade o mercado (Lockmann, 2013).

Início esta parte afirmando que operar com a noção de governamentalidade significa olhar para a maneira como se conduz as condutas e para as relações de poder que lhes são intrínsecas, a partir da compreensão de que os sujeitos não são entidades abstratas e universais, mas constituídos pelas práticas estabelecidas por uma certa racionalidade política a que estão submetidos em um determinado momento histórico. De acordo com Fimyar (2009, p. 37), a analítica da governamentalidade “examina as práticas de governo em suas complexas relações com as várias formas pelas quais a verdade é produzida nas esferas social, cultural e política. Portanto, o papel da analítica de governo é o de diagnóstico”.

Tal diagnóstico se sustenta em uma relação de criticidade ante as estratégias de governo, as quais são questionadas em sua aparente evidência e obviedade. Trabalhar a partir da ideia de governamentalidade implica problematizar os discursos considerados como verdadeiros em um determinado contexto tornando visível a interdependência entre o exercício do governo (práticas) e as mentalidades que sustentam tais práticas.

Duarte (2011) aponta que a noção geral de *governo*, entendida em sentido amplo como a arte de conduzir as condutas – governo das crianças pelos adultos, das almas pelo sacerdote, do rebanho pelo pastor, do povo pelo príncipe, etc. – já havia sido discutida por Foucault no Curso ministrado no *Collège de France* intitulado *Os anormais* (1974-1975). Não obstante, com a introdução da noção de

governamentalidade, o filósofo propõe abordar sob um sentido específico tal noção: “por governo, entendo o conjunto das instituições e práticas através das quais se guiam os homens desde a administração até a educação” (Foucault, 2010, p. 345). Assim é que o neologismo governamentalidade passa a ser operado como

instrumento heurístico para a investigação da racionalidade das práticas de controle, vigilância e intervenção governamental sobre os fenômenos populacionais, funcionando, ademais, como recurso analítico para a discussão das práticas de governo de tipo especificamente liberal. Foucault finalmente encontrara o caminho para discutir as políticas administrativas liberais em sua racionalidade própria, segundo o modelo genealógico das estratégias sem estrategista (Duarte, 2011, p. 55).

Candido (2020) afirma que o conceito de governamentalidade não foi criado por Foucault, porém assim como no caso do conceito de *biopolítica*, sua apropriação é original, não apresentando correspondente em outra abordagem anteriormente desenvolvida de que se tenha conhecimento. Para o pesquisador (2020), o termo já havia sido empregado por Roland Barthes<sup>27</sup> durante os anos 1950, quando este produz uma série de artigos voltados à denúncia de “abusos ideológicos” que estariam escondidos nas diversas narrativas da “atualidade”. Tal não é o sentido, por certo, que Foucault vai dar à governamentalidade. Para o filósofo, governamentalidade não significa uma prática mítica de despolitização de signos e mascaramento daquelas relações, mas uma série de formas de ação e campos de prática visando de um modo complexo dirigir indivíduos e coletividades (Bröckling; Krassman; Lemke, 2011).

Ao trabalhar com esse conceito, Foucault enfoca seu aspecto positivo, produtivo, em harmonia com suas elaborações prévias sobre o poder. Nas palavras de Candido (2020, p. 76),

*Mais do que mascarar, ocultar, ou reprimir, as práticas de poder/governo têm como objetivo e como resultado a produção de fenômenos na realidade. Elas criam realidade. Além do mais, como todo o aparato conceitual desenvolvido por Foucault, este conceito corresponde à designação histórica de fenômenos, de acontecimentos. Ele não é um conceito normativo, mas possui um caráter histórico descritivo, que talvez se aproxime do “tipo ideal” weberiano: uma generalização capaz de servir de instrumento analítico ao pesquisador. Como não se trata de algum objeto transcendente ou intemporal, a governamentalidade possui uma trajetória histórica.* Foucault

---

<sup>27</sup> Roland Barthes (1915-1980) foi um escritor, filósofo e crítico literário francês que se tornou referência pela aplicação de métodos semiológicos à análise das obras literárias, sendo considerado um dos principais representantes do pós-estruturalismo e do desenvolvimento da semiótica.

pretende, com este conceito, apreender e reconstruir, nos limites permitidos pelas circunstâncias em que ele abordou o tema, a trajetória desta forma de racionalidade política, que ele coloca no centro de seu diagnóstico da política moderna (Grifos meus).

De acordo com Duarte (2011, p. 55), o conceito de *governamentalidade* é compreendido por Foucault como uma noção metodológica que serve para operar na “investigação da racionalidade das práticas de controle, vigilância e intervenção governamental sobre os fenômenos populacionais”. Trata-se, em outras palavras, de um recurso analítico mobilizado por Foucault para discutir o conjunto das instituições e práticas por meio das quais os indivíduos são guiados, isto é, do conjunto de procedimentos, técnicas e métodos que visam à condução desses indivíduos.

Esse termo aparece no contexto de cursos proferidos por Foucault no *Collège de France* enquanto uma lente analítica, um instrumento criado pelo filósofo para poder explicar para si e para os seus ouvintes as transformações percebidas por ele dos dispositivos de saber/poder que vão se estabelecer entre os séculos XVI e XVIII (Noguera-Ramirez, 2011). Na aula de 1º de fevereiro de 1978 do Curso *Segurança, Território, População* (1977-1978), Foucault (2023) introduz a noção de governamentalidade, salientando que o título mais apropriado do curso em questão deveria ser “história da governamentalidade” e não como fora nomeado. A partir dessa ressalva, o pesquisador realiza o que Veiga-Neto e Saraiva (2011) denominaram de “primeiro exercício” para definir o que entende por governamentalidade:

Por esta palavra, “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (Foucault, 2023, p 146, grifos do autor).

O primeiro modo de significar governamentalidade propõe a articulação entre saber (economia política), instrumentos (dispositivos de segurança) e população,

objeto sobre o qual atua. Mais do que analisar as relações de poder que colocam em funcionamento práticas discursivas e não discursivas, trata-se de problematizar as tecnologias de governo sobre a população. Foucault quer, a partir dessa primeira definição, chamar a atenção para os processos por meio dos quais, nos últimos séculos, formas repressivas e centralizadas do poder estatal exercidas pelo soberano evoluíram para formas mais descentralizadas e difusas de poder, exercidas pelas instituições e pelos próprios sujeitos (Fimyar, 2009).

Lockmann (2013) aponta que, a partir dessa concepção, é possível compreender a governamentalidade como uma forma de racionalidade, uma forma de ser do pensamento político, econômico e social que organiza as práticas de governo desenvolvidas em um determinado tempo e em uma determinada sociedade.

Pode-se entendê-la como certa lógica que coloca em funcionamento determinadas técnicas que objetivam conduzir as condutas dos sujeitos e das populações. Trata-se, portanto, de como pensamos a ação de governar, ou ainda, de como as tecnologias de governo são empreendidas a partir de uma racionalidade política que as coloca em operação numa época dada. De acordo com Avelino (2010, p. 22), 'Por racionalidades Foucault entendia os conjuntos de prescrições calculadas e razoáveis que organizam instituições, distribuem espaços e regulamentam comportamentos; nesse sentido as racionalidades induzem uma série de efeitos sobre o real'. Com base nisso, entendemos que as práticas, os procedimentos e as tecnologias utilizadas para governar são produzidos orientados por uma determinada forma de racionalidade (Lockmann, 2013, p. 57).

Essa primeira concepção de governamentalidade abre um campo de possibilidades de análise que encaminha, no caso específico desta Tese, ao questionamento das tecnologias de governo utilizadas na condução das condutas por parte da racionalidade neoliberal em sua atual conjuntura. O trabalho a partir dessa noção possibilita lançar luz sobre o imperativo do *cuidado* com os familiares, entendendo-o dentro daqueles aparatos que visam a administrar os sujeitos e produzir subjetividades cujo *dever moral* é o de funcionar como contrapeso às necessidades do mercado. Nesse sentido, a família é tomada como um instrumento fundamental para a manutenção e perpetuação do projeto neoliberal.

A segunda forma de significar o termo governamentalidade diz respeito aos estudos desenvolvidos por Foucault acerca dos deslocamentos no modo de condução das condutas ao longo da história do Ocidente. Ao produzir essa história das artes de governar,

Foucault mostra como, desde a Idade Média até o século XX, existiram diferentes maneiras de governar: desde uma forma de conduzir as condutas, relacionada à denominada 'pastoral das almas' até a emergência de um 'governo político dos homens' [...] Como destaca Dean (1999), esse 'segundo sentido é uma versão historicamente específica do primeiro', pois não trata apenas de entender a governamentalidade como uma racionalidade política, mas de se perguntar sobre 'quais são os tipos de racionalidade usados nos procedimentos, nos dispositivos e nas tecnologias que a administração estatal emprega para governar' (Araújo, 2009, p. 42) em diferentes períodos históricos' (Lockmann, 2013, p. 58-59).

Acerca dos desdobramentos que a arte de governar apresenta, Candiotti (2010) destaca que, ao contrário de focar os aspectos históricos das doutrinas políticas e suas ideologias, tal como fazem as análises filosóficas tradicionais, o intuito de Foucault ao realizar uma história da governamentalidade no Ocidente é o de examinar as práticas, as maneiras de fazer, os modos de aplicação do governo, seu desenvolvimento e o saber a ele vinculado. Em outras palavras, a Foucault interessava problematizar o "*modus operandi* das tecnologias políticas e seus mecanismos de racionalização" (Candiotti, 2010, p. 94). Com esse propósito, Foucault realiza uma incursão na história que parte da emergência do poder pastoral no século IV, passa pela razão de Estado dos séculos XVI e XVII e pela tecnologia de governo liberal dos séculos XVIII e XIX e culmina na perspectiva econômica do ordoliberalismo alemão e do neoliberalismo norte-americano do século XX (Candiotti, 2010).

A partir dessa história produzida acerca artes de governar, Foucault pôde delinear o que denominou de "governamentalização do Estado" (Foucault, 2021b), isto é, o deslocamento que a noção de *governo* assumiu ao longo dos séculos. Na aula no *Collège de France* de 8 de fevereiro de 1978, Foucault (2023) afirma que, antes de a palavra *governar* adquirir seu significado propriamente político a partir do século XVI, abrangia um vastíssimo domínio semântico, sendo que em todos os sentidos atribuídos a ela,

[...] há algo que aparece claramente: nunca se governa um Estado, nunca se governa um território, nunca se governa uma estrutura política. Quem é governado são sempre as pessoas, são homens, são indivíduos ou coletividades" (Foucault, 2023, p. 166).

Se até o final do Renascimento *governar* apresentava um significado amplo que dizia respeito não apenas à gestão pelo Estado ou pela administração, mas também à "maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos: governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes" (Foucault, 1995, p. 244), na

modernidade, a palavra passou a se restringir às coisas do Estado. Foucault sustenta que tal atrelamento decorreu do fato de que “as relações de poder foram progressivamente governamentalizadas, ou seja, elaboradas, racionalizadas e centralizadas na forma ou sob a caução das instituições do Estado” (Foucault, 1995, p. 247).

Veiga-Neto (1996) aponta que o caráter governamental que o Estado moderno assumiu foi resultante de um longo processo histórico que partiu da pastoral cristã, característica da sociedade da lei da Idade Média, passou pela sociedade de regulamento e disciplina dos séculos XV e XVI e chegou à sociedade de polícia, controlada por dispositivos de segurança.

É daí que se coloca uma nova questão política para a Modernidade: a relação entre a segurança, a população e o governo. Para dar conta dessa questão, “a arte do governo começou a tornar-se Ciência Política” (Foucault, 1992, p.290). Todo esse processo é resumido pelo filósofo nas seguintes palavras: ‘Em suma, a passagem de uma arte de governo para uma ciência política, de um regime dominado pela estrutura de soberania para um regime dominado pelas técnicas de governo, ocorre no século XVIII em torno da população e, por conseguinte, em torno do nascimento da economia política’ (ib.) (Veiga-Neto, 1996, p. 290).

Essa governamentalização do Estado criou o que Fimyar (2009) chamou de nova matriz de racionalidade que combinava a tecnologia diplomática militar, a polícia e o surgimento da população como campo de intervenção e como objetivo das técnicas governamentais. Essa tomada da população, que aparece como uma entidade distinta da família, ocasionou o isolamento da economia numa realidade específica e a economia política como disciplina e técnica de intervenção nessa realidade (Foucault, 2021b).

Ao tratar das práticas de governo que vão se estabelecendo a partir da perspectiva biopolítica de administração dos processos de vida da população, Foucault (2023) sustenta que, de modelo da arte de governar, a família passa a ser considerada um instrumento privilegiado para o governo das populações:

Em outras palavras, até o surgimento da problemática da população, a arte de governar não podia ser pensada senão a partir do modelo da família, a partir da economia entendida como gestão da família. A partir do momento em que, ao contrário, a população vai aparecer como absolutamente irreduzível à família, a família aparece como o nível inferior à população; aparece como elemento no interior da população. Portanto, ela não é mais um modelo, é um segmento, segmento simplesmente privilegiado porque, quando se quiser obter alguma coisa da população quanto ao comportamento

sexual, quanto à demografia, ao número de filhos, quanto ao consumo, é pela família que se terá efetivamente que passar [...] Esse deslocamento da família do nível de modelo para o nível de instrumentação é absolutamente fundamental (Foucault, 2023, p. 141-142).

Até o século XVIII, considerava-se capaz de governar um Estado quem sabia governar a si mesmo e sua família com pleno êxito. As práticas próprias da economia familiar serviam como modelo na gestão do Estado. Com o advento do problema da população e dos fenômenos próprios a ela, tal modelo passa a não responder às necessidades da razão governamental. Ela deixa de orientar a razão de Estado e passa a ser acionada por ele como um instrumento para governo da população. A administração dos corpos e a gestão calculista da vida, pensadas para “fazer viver”, encontram na família seu principal ponto de ação.

Com a emergência da sociedade disciplinar, é a família quem vai cuidar dos nascimentos, vigiar os corpos, falar sobre as práticas sexuais aos médicos e formar um saber que vai ser classificado como normal ou anormal. É ela que vai se colocar como um ponto de apoio determinante acerca das práticas e saberes disciplinares que serão produzidos a fim de gerir a população e o exercício da sexualidade dos sujeitos (Kornatki, 2019). Nas palavras de Foucault (2006d, p. 100), a família passa a ser uma peça cada vez mais essencial:

a família, na medida em que obedece a um esquema não disciplinar, a um dispositivo de soberania, é a articulação, o ponto de engate absolutamente indispensável ao próprio funcionamento de todos os sistemas disciplinares [...] É porque a família existe, é porque vocês têm esse sistema de soberania que age na sociedade sob a forma da família, que a obrigação escolar age e que as crianças, enfim os indivíduos, essas singularidades somáticas são fixadas e por fim individualizadas no interior do sistema escolar [...] Ela também tem, creio eu, outra função. É que ela é o ponto zero, de certo modo, em que os diferentes sistemas disciplinares vão prender-se uns aos outros. Ela é o ponto de intercâmbio, de junção que garante a passagem de um sistema disciplinar ao outro, de um dispositivo a outro. A melhor prova é que, quando um indivíduo é lançado fora de um sistema disciplinar como sendo anormal, para onde é mandado? Para a sua família.

É pela família que passarão os discursos e as práticas que dizem respeito à sexualidade, aos cuidados com o corpo e o que cabe a cada integrante da família. A família, no século XIX, é a norma, o padrão de normalização, criando instituições e zonas de reclusão, sendo a sexualidade uma das expressões mais fortes da força normativa da família, na forma de uma sexualidade familiarizada e conjugalizada: a sexualidade do casal heterossexual (Ortega, 2002).

As estratégias biopolíticas de controle da população passam a desenvolver a partir da família estratégias de controle a fim de “melhorar a sorte das populações, aumentar suas riquezas, sua duração de vida, sua saúde” (Foucault, 2023, p. 142). Assim é que, no contexto dos novos Estados Nacionais, o controle da população requer, primeiro, o controle sobre a família. Nesse sentido, uma das formas de regulação passa a ocorrer através de práticas jurídicas como leis, decretos e decisões administrativas que vão produzir um discurso sobre a família. Essa passa a ser mobilizada como o local próprio do cuidado, exigindo afeto, mas também responsabilidade, atenção, proteção.

Duarte (2011) sustenta que a biopolítica somente se constituiu de maneira plena a partir do momento em que as técnicas de governo foram projetadas para além do universo mental e institucional da soberania em seu sentido clássico e centralizador que limitava a atuação governamental. Segundo o pesquisador (2011), esse desbloqueio se deu em razão da emergência dos dispositivos de segurança, entendidos enquanto técnicas de governo “aptas a lidar com os fenômenos variáveis da população – crescimento, mortes, casamentos, reprodução –, os quais se tornaram mais bem conhecidos a partir de meados do século XVIII, com a constituição da ciência estatística” (Duarte, 2011, p. 59).

Ao realizar essa história da governamentalidade, Foucault (2023) defende que, com a introdução de novas técnicas de governo assentadas em tecnologias de regulação e autorregulação dos fenômenos populacionais, governar não recobre apenas formas instituídas e legítimas de sujeição política ou econômica, mas também

modos de ação mais ou menos refletidos ou calculados, porém todos destinados a agir sobre as possibilidades de ação dos outros indivíduos. Governar, neste sentido, é estruturar o eventual campo de ação dos outros. O modo de relação próprio ao poder não deveria, portanto, ser buscado do lado da violência e da luta, nem do lado do contrato e da aliança voluntária (que não podem ser mais que instrumentos); porém do lado deste modo de ação singular – nem guerreiro nem jurídico – que é o governo (Foucault, 1995, p. 244).

Essa compreensão pode ser observada a partir da análise do verbete *governar*. Candiotto (2010) sublinha que, na Língua Francesa, ele apresenta um significado material e um moral. No primeiro, diz respeito ao deslocamento de uma população no espaço ou de seu movimento em busca de subsistência. No segundo, designa a condução de condutas, em um duplo aspecto. Tal condução pode significar tanto a “atividade que consiste em conduzir” quanto “a maneira pela qual nos conduzimos, o

modo pelo qual nos deixamos conduzir” (Candiotto, 2010). Nesse sentido, a atividade de conduzir condutas é inseparável da maneira de se conduzir, da atitude de resistência a uma condução específica. Segundo o autor (2010), a compreensão dessa dupla designação é fundamental para entender como Foucault, a partir dos anos 1980, desloca-se de uma analítica do poder em direção à ética do sujeito, quando se entrecruzam o governo dos outros e o governo de si mesmo.

Tal guinada inicia a partir do curso proferido no *Collège de France* denominado *Do Governo dos vivos* (1979-1980), em que Foucault “nos lembra que com os conceitos de saber/poder havia tentado desembaraçar-se da ideia de ideologia dominante e agora, com os conceitos de governo pela verdade, tentava desembaraçar-se dessa noção de saber/poder” (Noguera-Ramírez, 2011, p. 78).

Na aula do dia 9 de janeiro de 1980, Foucault (2014b) recorda a partir de que perspectiva trabalhou com a noção de governo e esclarece aos seus ouvintes como pretende abordá-la naquele ano:

Nos cursos dos últimos anos eu procurei esboçar um pouco essa noção de governo, que me parece muito mais operacional que a noção de poder; “governo” entendido, claro, não no sentido estrito e atual de instância suprema das decisões executivas e administrativas nos sistemas estatais, mas no sentido lato, e aliás antigo, de mecanismos e procedimentos destinados a conduzir os homens, a dirigir a conduta dos homens, a conduzir a conduta dos homens. E foi no âmbito geral dessa noção de governo que procurei estudar duas coisas, a título de exemplos: por um lado, o nascimento da razão de Estado no século XVII, entendida não como teoria ou representação do Estado mas como arte de governar, como racionalidade que elabora a própria prática do governo; e (por outro lado), o liberalismo contemporâneo, americano e alemão – foi o que fiz ano passado, o liberalismo entendido, aqui também, não como teoria econômica ou como doutrina mas como certa maneira de governar, certa arte racional de governar. A partir deste ano gostaria de elaborar a noção do saber em direção ao problema da verdade (Foucault, 2014b, p. 13).

Com esse gesto, o filósofo expande seu interesse para o governo que o sujeito realiza sobre si mesmo, chegando ao terceiro modo de significar a noção de governamentalidade. Trata-se, agora, de compreendê-la não apenas como um problema político, mas também ético. Para tanto, Foucault remonta à Antiguidade grega, romana e cristã a fim de analisar a dimensão ética do sujeito, definido pela sua relação consigo mesmo (Candiotto, 2010). Nesse sentido, o filósofo questiona como são exercidas “ações onde se é o objetivo dessas ações, o domínio em que elas se aplicam, o instrumento ao qual podem recorrer e o sujeito que age” (Foucault, 1997, p. 110).

Gros (2006, p. 637) afirma que, na primeira versão inédita do Curso *Subjetividade e Verdade* (1981), ministrado por Foucault no ano de 1981, o filósofo se referiu à governamentalidade como a “superfície de contato em que se juntam a maneira de conduzir os indivíduos e a maneira pela qual eles se conduzem”. Fica explícita, aqui, a articulação que Foucault realiza entre as técnicas de dominação dos outros com as técnicas de si. Nesse âmbito, o sujeito não é compreendido como um produto passivo de poderes e saberes, mas sim como constituído no atravessamento instável, variável e historicamente datado entre as técnicas de dominação e os processos de conhecimento e de domínio de si por si. Em outras palavras, o sujeito aparece como uma invenção que ganha existência a partir da confluência das técnicas de dominação e das “práticas refletidas e voluntárias através dos quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular” (Foucault, 2001a, p. 15).

Ao comentar sobre as reconfigurações do pensamento foucaultiano acerca da governamentalidade, Lockmann (2013) destaca que o alargamento do modo de significar essa noção é o que faz com que seja possível tomá-la como uma grade de inteligibilidade para analisar as técnicas de dominações e as técnicas de si que são exercidas na atualidade. Nas palavras da pesquisadora,

o alargamento dessa noção metodológica permite compreender as coisas da seguinte forma: a cada momento histórico específico há uma racionalidade política que é constituída por um conjunto de verdades que circulam naquele momento. Essas verdades — que são, ao mesmo tempo, produto e produtoras da racionalidade — incidem sobre os sujeitos, conduzindo suas condutas (governo dos outros) e fazendo com que cada um tome essas verdades para si mesmo e as naturalize como princípios condutores da própria existência (governo de si). Trata-se, por conseguinte, de entender como diferentes formas de condução da conduta, tanto dos outros quanto de si mesmo, encontram-se vinculadas a determinados regimes de verdade, a determinadas formas de manifestação e de ritualização da verdade. Desse modo, talvez não se trate de dizer que a governamentalidade seja o encontro entre as técnicas de dominação e as técnicas de si, mas que se dá, exerce-se e se atualiza na e pela articulação entre o governo dos outros e o governo de si (Lockmann, 2013, p. 62).

É a partir desse modo de ver as coisas que pretendo desenvolver uma análise do governo da família no presente. Ao buscar abordar como a família passa a ser acionada pelo neoliberalismo e como certas práticas irão incidir sobre os sujeitos e as famílias de modo a encaminharem suas escolhas segundo as verdades que são produto e produtoras da racionalidade neoliberal tal como se apresenta hoje, procuro partir da compreensão de governamentalidade que Foucault apresenta no final da

década de 1970 para pensar sobre a constituição do mercado como um princípio de inteligibilidade para o governo.

Levando isto em consideração, entendo ser importante olhar para a instauração que Foucault propõe de uma tecnologia de governo que implica, também, uma “inovadora tecnologia do eu”. Não obstante, não me aterei aos seus trabalhos que apontam para a dimensão ética do sujeito. Enfoco, sobretudo, o que Foucault desenvolveu acerca do neoliberalismo enquanto uma racionalidade política governamental, “um regime de saber-poder que atua na constituição do indivíduo” e que vai encaminhá-los a uma nova maneira de pensar e agir, de ser e de viver (Candioto, 2011, p. 478) em consonância com os ditames neoliberais.

Importa-me, sob essa perspectiva, abordar como a governamentalidade neoliberal traz consigo a inovação de vincular diretamente o modo como um indivíduo é governado à maneira como ele deve governar a si mesmo e como tal “inovação” está diretamente relacionada a uma progressiva transferência de responsabilidades estatais, como o cuidado da saúde e os investimentos em educação, para o âmbito das escolhas e responsabilidades individuais e familiares.

Com esse objetivo, a próxima seção apresenta apontamentos sobre o Curso *Nascimento da Biopolítica*, proferido por Foucault no Collège de France no ano letivo 1978-1979, em que ele se debruça sobre o liberalismo e o neoliberalismo assinalando este último “como exemplo emblemático de biopolítica contemporânea” (Candioto, 2011), o qual encaminha para uma nova forma de condução das condutas.

## **2.2 Sobre a arte neoliberal de governo das condutas**

No Curso *Nascimento da Biopolítica*, Foucault desenvolve uma análise da passagem do liberalismo ao neoliberalismo, sublinhando o modo como a arte de governar passa por transformações conforme a racionalidade política que constitui o conjunto de verdades postas em circulação em um determinado momento. Com o propósito de tentar apresentar o que ele entendia por biopolítica, conceito já discutido no curso anterior, *Segurança, Território e População*, Foucault propõe pensar acerca de como o fenômeno da gestão dos problemas da população se dá no contexto do liberalismo, o qual se ocuparia “em respeitar os sujeitos de direito e a liberdade de iniciativa dos indivíduos” (Foucault, 1997, p. 89), e, mais adiante, no neoliberalismo,

que culmina por exacerbar essa liberdade, ao incitar os indivíduos a governarem a si mesmos sem que haja a necessidade de um Estado a dirigir a população a partir de um modelo disciplinar.

Com essa perspectiva analítica, Foucault principia a pensar sobre a emergência de um modelo de condução das condutas que passa a produzir e regular comportamentos e sentimentos a fim de levar a cada um a se compreender, dentro de um quadro de gestão da liberdade, como um “empresário de si mesmo” (Foucault, 2008), livre para escolher e para ser responsabilizado por suas escolhas.

Na sua primeira aula do Curso, em 10 de janeiro de 1979, Foucault salienta o intuito de tratar da biopolítica naquele ano, mas esclarece que, para tanto, seria preciso compreender o regime geral da nova razão governamental que se instaurava:

esse regime geral que podemos chamar questão de verdade – antes de mais nada da verdade econômica no interior da razão governamental, e, por conseguinte, se se compreender bem o que está em causa nesse regime que é o liberalismo, o qual se opõe à razão de Estado, ou antes, [a] modifica fundamentalmente sem talvez questionar seus fundamentos. Só depois que soubermos o que era esse regime governamental chamado liberalismo é que poderemos, parece-me, apreender o que é a biopolítica (Foucault, 2008, p. 30)

A partir dessa premissa, o filósofo aponta a “fobia do Estado” que vinha se delineando e sobre a qual economistas políticos tais como Ludwig von Mises<sup>28</sup> e Friedrich von Hayek haviam se debruçado. Para Foucault, o repúdio pelas experiências socialista e nazista e também pela planificação inglesa do pós-guerra e pelo *welfare state*<sup>29</sup> encaminhava para aquilo que ele entendeu como um dos maiores sinais do que chamou de *crise de governamentalidade*. O que estaria sendo presenciado era um momento histórico ímpar, em que uma crítica contumaz a um

---

<sup>28</sup> O economista e filósofo austríaco Ludwig Edler von Mises (1881-1973) foi um dos principais representantes da escola austríaca de economia. Mises foi um crítico ferrenho do socialismo e defensor do liberalismo clássico. Suas ideias influenciaram diversos pensadores e movimentos, especialmente o libertarianismo. O economista também teve uma relação significativa com a Escola de Genebra, que se destacou na formação de economistas que influenciaram o liberalismo e a teoria econômica no início do século XX e, embora não tenha sido um membro formal da escola, suas obras e pensamentos foram fundamentais para os economistas genebrinhos, que compartilharam seu foco no individualismo e na análise crítica do socialismo.

<sup>29</sup> O Estado de bem-estar social, no inglês *welfare-state*, é o nome que se atribui ao Estado que garante um conjunto de políticas sociais que objetivam garantir proteção social à sua população ou a parte dela. Este modelo de proteção surge na Europa no final do século XIX e parte da premissa de que o Estado é responsável por garantir condições que assegurem um determinado nível de bem-estar aos cidadãos.

excesso de governo levava ao engendramento de uma nova estratégia biopolítica de controle sobre a população, amparada não mais em uma *raison d'État*, mas agora em uma racionalidade econômica.

Foucault (2008) afirma que, “atravessado pelo princípio: ‘sempre se governa demais’, ou, pelo menos, sempre se deve suspeitar que se governa demais” (p. 433), o liberalismo vai romper com “essa ‘razão de Estado’ que, desde o século XVI havia procurado na existência no fortalecimento do Estado o fim capaz de justificar uma governamentalidade crescente e de regular seu desenvolvimento” (p. 432) e buscará saber por que é necessário haver um governo, em que se pode prescindir dele e sobre o que é inútil ou prejudicial que ele intervenha (Foucault, 2008). Em outras palavras, Foucault vai buscar entender como o “excesso de governo” levou a essa crise no modo de governar a população e como nasce, a partir dessa crise, um “instrumento de crítica da realidade e do pensamento” (Lagasnerie, 2013, p. 26) que virá a ser chamado de neoliberalismo.

Em entrevista<sup>30</sup> a Duccio Trombadori no final de 1978, Foucault já sublinhava que tal crise de governamentalidade era uma questão crucial acerca da qual gostaria de tratar. Ao ser indagado sobre a disponibilidade manifestada por ele em discutir com intelectuais comunistas italianos sobre o funcionamento dos Estados capitalistas e dos Estados socialistas e os tipos de sociedades próprias a estes, Foucault afirma:

Parece-me, com efeito, que através da crise econômica atual e das grandes oposições e conflitos que se desenham entre nações ricas e pobres (entre países industrializados e não industrializados), pode-se ver o nascimento de uma crise de governo. Por governo, entendo o conjunto das instituições e práticas através das quais se guiam os homens desde a administração até a educação. *É esse conjunto de procedimentos, de técnicas, de métodos que garante a orientação dos homens, uns pelos outros, que me parece em crise hoje, tanto no mundo ocidental como no mundo socialista.* Lá, também, as pessoas ressentem-se cada vez mais de mal-estar, dificuldades, intolerância com a maneira pela qual as guiam. Trata-se de um fenômeno que se exprime nas formas de resistência, às vezes de revolta a respeito de questões concernentes tanto ao cotidiano quanto às grandes decisões, como a implantação de uma indústria atômica ou o fato de se enquadrarem as pessoas em tal ou tal bloco econômico-político no qual não se reconhecessem (Foucault, 2010, p. 345, grifos meus).

---

<sup>30</sup> Publicada originalmente no ano de 1980 na revista *Contributo*, 42º ano, nº 1, pág. 23-84, a entrevista foi traduzida para a Língua Portuguesa na obra Michel Foucault – Repensar a Política, Coleção Ditos & Escritos V. 6, no ano de 2010, cuja organização e seleção dos textos ficou a cargo de Manoel Barros da Motta.

No entendimento do filósofo (2010, p. 345), o conjunto de procedimentos pelos quais os homens se dirigem uns aos outros estava sendo recolocado em questão, “não, evidentemente, por aqueles que dirigem, que governam, mesmo se não podem deixar de registrar as dificuldades. Estamos, talvez, no começo de uma grande crise de reavaliação do problema do governo”. Para Foucault (2010), a crise vivenciada naquele momento assemelhava-se, embora não repetisse o passado, ao que ocorrera no fim da Idade Média, quando houve toda uma reorganização da forma de governar, a partir do que ele chama de “ebulição que conduziu ao protestantismo, à formação dos grandes Estados nacionais, à constituição das monarquias autoritárias, à distribuição dos territórios sob a autoridade de administrações, à Contrarreforma, à nova presença da Igreja Católica no mundo” (p. 345). Em suas palavras, “Tudo isso foi uma espécie de grande rearranjo da maneira como se governavam os homens tanto em suas relações individuais quanto sociais, políticas” (Foucault, 2010, p. 346). Um novo arranjo no modo de governar os homens, tão profundo quanto aquele, estava, portanto, no horizonte foucaultiano.

Daniel Zamora, comentador de Foucault, ao ponderar que “um conceito nunca é completamente independente do contexto ou dos propósitos que cercaram seu nascimento” (Zamora, 2019, *on-line*), destaca um aspecto importante para se entender por que Foucault se inclina a discutir sobre o neoliberalismo. Ele sustenta que a análise foucaultiana parte do contexto francês e, para entendê-la, seria preciso primeiro situá-la dentro da crescente oposição dos intelectuais ao programa da União da Esquerda e ao socialismo do pós-guerra e; então, como uma junção das ideias avançadas por uma “segunda esquerda” francesa. Ao analisar as políticas colocadas em prática por Valéry Giscard-d'Estaing, presidente da França de 1974 a 1981, Foucault viu o desenvolvimento do neoliberalismo em seu país como uma ruptura com a clássica clivagem “esquerda-direita”. Sobre isto, Zamora (2019) sublinha algumas ações de Giscard d'Estaing, como a aproximação com os socialistas alemães do Partido Social-Democrata (SPD)<sup>31</sup>, a descriminalização do aborto, a introdução de visitas a prisioneiros, o fim da censura e a redução da idade legal para votar, por exemplo.

---

31 O Partido Social-Democrata da Alemanha (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands*, SPD) é dos partidos dominadores da cena política alemã. Tendo sido fundado em 1875, é o segundo partido mais antigo ainda em funcionamento naquele país. Foi um dos primeiros partidos de influência marxista do mundo e um dos primeiros partidos Social-Democrata do mundo.

O mesmo pode ser afirmado em relação às impressões de Foucault quando de suas viagens a Califórnia, nos Estados Unidos da América (EUA), pouco tempo antes de ministrar seus cursos sobre governamentalidade. Segundo Audier (2015, citado por Ferreira Neto, 2019, p. 6), o filósofo ficou impactado com determinadas “práticas de tolerância”, como em relação ao uso de drogas, bem como com a liberdade das práticas sexuais, vislumbrando aí “um prenúncio da crise da ordem disciplinar e a emergência de outras modalidades de governo menos disciplinarizadoras, operando através das tecnologias de segurança” (Ferreira Neto, 2019, p. 6).

Foucault faz uma referência direta a esta questão na aula de 21 de março de 1979, quando aborda aspectos do neoliberalismo norte-americano e trata da generalização ilimitada da forma econômica do mercado enquanto princípio de inteligibilidade dos comportamentos individuais e princípio da crítica das intervenções governamentais. Para Foucault (2008, p. 354-355),

[...] o que aparece não é em absoluto o ideal ou o projeto de uma sociedade exaustivamente disciplinar em que a rede legal que encerra os indivíduos seria substituída e prolongada de dentro por mecanismos, digamos, normativos. Tampouco é uma sociedade em que o mecanismo da normalização geral e da exclusão do não-normalizável seria requerido. Tem-se, ao contrário, no horizonte disso, a imagem ou a ideia ou o tema-programa de uma sociedade na qual haveria otimização dos sistemas de diferença, em que o terreno ficaria livre para os processos oscilatórios, em que haveria uma tolerância concedida aos indivíduos e às práticas minoritárias, na qual haveria uma ação não sobre os jogadores do jogo, mas sobre as regras do jogo [...]

Esses elementos que apontam para uma arte de governar que não diz tanto respeito a forçar os indivíduos a fazer o que se quer, mas a estruturar a possibilidade de ação sobre a ação, em um processo orientado por “complementaridades e conflitos entre técnicas que garantem a coerção e os processos pelos quais o sujeito é construído e modificado por ele mesmo” (Foucault, 2011b, p. 156), irão instigar Foucault a pensar sobre a mudança na razão governamental então em marcha.

Foucault comenta sobre seu intuito de abordar o neoliberalismo afirmando não se tratar de uma sacralização ou valorização de saída desse tipo de governamentalidade, mas de uma tentativa de compreender a “singularidade” daquilo que estava sendo formulado. Na aula do dia 7 de março de 1979, ao abordar o inflacionismo com que se tratava da “fobia ao Estado”, Foucault sustenta:

Não quero dizer tampouco que não seja legítimo, digamos, odiar o Estado. Mas creio que a que não se deve fazer é imaginar que se descreve um

processo real, atual e que diz respeito a nós todos quando se denuncia a estatização ou a fascistização, a instauração de uma violência estatal, etc. *Todos os que participam da grande fobia do Estado fiquem sabendo que vão no sentido em que sopra a vento e que, de fato, em toda parte, se anuncia faz anos e anos um decrescimento efetivo do Estado, da estatização, da governamentalidade estatizante e estatizada.* Não digo em absoluto que se engana sobre os méritos e deméritos do Estado quem diz "é ruim" ou quem diz "é ótimo". Meu problema não é esse. O que digo e que não devemos nos enganar acreditando que é próprio do Estado um processo de fascistização, que lhe é exógeno" e decorre muito mais do decrescimento e do desconjuntamento do Estado. Quero dizer também que não devemos nos enganar sobre a natureza do processo histórico que toma atualmente o Estado, ao mesmo tempo, tão intolerável e tão problemático (Foucault, 2008, p. 265, grifos meus).

É possível compreender que Foucault distancia-se, aqui, da postura dos neoliberais de enxergar uma "invariante iliberal" assentada no dirigismo econômico e político em todas as formas de Estado, situando-se em uma perspectiva que visa apontar os limites desta fobia "sempre que ela se torna genérica e indiferenciada em relação à sua experimentação acontecimental" (Candioto, 2022, p. 57). Tal temor, conforme os anos 1970 em diante irão demonstrar, dará lugar a uma invocação recorrente do Estado como garantidor da implementação das normas neoliberais. Assim é que a função prevista pelos neoliberais para o Estado será a de "Ser um Estado forte, para uma economia livre" (Lazzarato, 2019).

Ao tomar como ponto de partida a leitura de teóricos neoliberais, Foucault define o neoliberalismo não como uma teoria econômica ou jurídica, nem como uma ideologia, "mas como uma prática, isto é, como uma "maneira de fazer" orientada para objetivos e regulando-se por uma reflexão contínua" (Foucault, 2008, p. 432). A análise empreendida por Foucault em relação ao neoliberalismo inicia a partir do questionamento proposto na aula do dia 31 de janeiro de 1979 sobre como se apresentara "a programação liberal, ou, como se diz, neoliberal em nossa época?" (Foucault, 2008, p. 107) e, para tanto, ele se debruça sobre o ele chamou de duas formas distintas da "crítica da irracionalidade própria do excesso de governo" (Foucault, 2008, p. 437): o ordoliberalismo alemão (1948-1962) e o neoliberalismo norte-americano, a serem abordados nas duas subseções a seguir.

### 2.2.1 O ordoliberalismo alemão

A genealogia traçada por Foucault aponta que essa nova racionalidade política que reorganiza não apenas o governo da vida econômica, mas também a vida social e individual, emerge no contexto do desaparecimento do Estado nazista, na década de 1940. Na aula de 31 de janeiro de 1979, Foucault afirma que, para entender o surgimento do neoliberalismo, é preciso retornar até o momento em que a Alemanha se encontra ocupada pelos aliados, ao final da Segunda Guerra Mundial.

Trata-se de uma situação em que não há um Estado e em que figuras como Ludwig Erhardt, membro da Escola de Friburgo<sup>32</sup>, sustentavam publicamente a necessidade de uma fundação *econômica* do Estado (Castro-Gómez, 2010). O argumento de evitar que os alemães pudessem reestabelecer o Estado autoritário com que estavam acostumados embasava a necessidade de criação de um espaço de liberdade econômica que servisse como base para a construção do Estado que, com a derrocada de Hitler, tornara-se inexistente. Assim é que, em vez de procurar limitar o poder absoluto do Estado, como fizeram os liberais do século XVIII, a questão que se colocava era: “Como fazer do mercado a condição de possibilidade da existência do Estado?” (Castro-Gómez, 2010, p. 180).

Nesse contexto em que um dos maiores objetivos era criar as condições econômicas para que os alemães se percebessem “obrigados a serem livres”, a fim de que não vislumbassem retornar às antigas estruturas estatais autoritárias, as principais forças políticas do país convergiram para a criação da República Federal da Alemanha, em 1949. Foucault explica que o ordoliberalismo<sup>33</sup> alemão apresentara-se como uma tecnologia completamente distinta do liberalismo clássico do século XVIII. Enquanto os liberais se embasavam no *laissez-faire*, pois supunham que o mercado tinha suas próprias regras internas, de caráter natural, sobre as quais não havia que intervir, os ordoliberais concebiam, em sentido contrário, que o mercado não era uma

---

<sup>32</sup> A Escola de Freiburg diz respeito a um grupo de economistas e pensadores associados à tradição do neoliberalismo na Alemanha, surgida na década de 1930 e que se consolidou após a Segunda Guerra Mundial. O movimento foi fundado em torno da ideia de que a economia de mercado deve ser preservada e incentivada, defendendo um papel limitado do Estado na economia, mas reconhecendo a necessidade de um marco institucional que assegurasse a liberdade econômica.

<sup>33</sup> Os economistas que fazem parte da chamada Escola de Friburgo são chamados de ordoliberais por enfatizarem a ordem constitucional e procedural que se encontra na base de uma sociedade e de uma economia de mercado (Dardot; Laval, 2016). As ideias desses pensadores foram difundidas em uma revista chamada ORDO: *Jahrbuch für die Ordnung von Wirtschaft und Gesellschaft* (Anuário da ordem diária e social), criada pelo economista alemão Walter Eucken (1891-1950).

realidade natural, ensejando uma certa intervenção política. A questão que se colocava não era tanto a de se interrogar sobre intervir ou não, mas necessariamente *como* intervir.

A fim de ilustrar essa tese ordoliberal, Foucault faz referência ao Colóquio Walter Lippmann, organizado por Louis Rougier e realizado em Paris, na França, de 26 a 30 agosto de 1938, no âmbito do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual. Este evento reunira 26 intelectuais, como o homenageado, o intelectual e jornalista norte-americano que no ano anterior havia publicado a obra *An Inquiry into the Principles of the Good Society* (Uma investigação sobre os princípios da Grande Sociedade); os ordoliberais alemães Wilhelm Röpke e Alexander von Rüstow; os franceses Louis Rougier e Raymond Aron; e os teóricos austríacos Friedrich von Hayek e Ludwig Von Mises, entre outros.

No Colóquio, onde o referido livro é apresentado “como um manifesto de reconstrução do liberalismo, em torno do qual podem reunir-se espíritos diferentes trabalhando na mesma direção” (Dardot; Laval, 2016, p. 74), projetou-se a convicção de que, “em face dos inimigos comuns (o coletivismo em suas formas comunista e fascista, mas também as tendências intelectuais e as correntes políticas reformistas que supostamente levavam a ele nos países ocidentais, a começar pelo keynesianismo)” (Dardot; Laval, 2016, p. 73), a discussão a ser empreendida pelos economistas diria respeito à reinvenção da “agenda” do liberalismo, a partir da compreensão de que a economia de mercado não seria uma ordem natural, mas resultante de uma determinada ordem legal amparada pelo Estado.

Foucault retoma o resumo desse Colóquio para pontuar que ali estava especificada a tese de que a liberdade de mercado necessitaria de um governo ativo, vigilante, que deveria intervir permanentemente a fim de produzir as condições para a concorrência. O filósofo (2008) sublinha que o próprio Louis Rougier havia proposto que essa nova doutrina que estava sendo pensada fosse chamada de “liberalismo positivo”, o que, segundo Foucault, seria bem significativo, pois afirmava a ideia de um “liberalismo intervencionista”.

Castro-Gómez (2010) pontua que o entendimento de Foucault era de que se tratava, de fato, de um tipo de liberalismo capaz de criar as condições para que os homens pudessem se sentir livres para exercer sua liberdade econômica, isto é, a liberdade dependeria do estabelecimento artificial de “condições de concorrência”. Diferentemente do liberalismo clássico, não se buscava intervir diretamente sobre os

jogadores, mas sobre as “regras do jogo”. O Estado não interviria sobre o mercado, mas sobre o *marco* do mercado, procurando produzir as condições formais para o livre desenvolvimento da economia, porém sem interferir na vida econômica em si, como fazia a política keynesiana.

Foucault (2008) é enfático quando destaca que, para os ordoliberais, a concorrência não seria, em absoluto, um fenômeno natural, mas sim um princípio de formalização. Ela possuiria uma lógica interna, uma estrutura própria, sendo seus efeitos produzidos mediante o respeito a essa lógica. Tratar-se-ia, de certo modo, de “um jogo formal entre desigualdades. Não é um jogo natural entre indivíduos e comportamentos” (Foucault, 2008, p. 163). Não se tratava, assim, de adotar a igualdade como objetivo. Ao contrário, dever-se-ia “deixar a desigualdade agir” (Foucault, 2008, p. 196).

A partir da instauração de uma “estrutura de concorrência”, a função do Estado não seria a de proteger o cidadão (mediante políticas de pleno emprego, seguridade social, controle sobre os preços, etc.), mas somente a de criar as condições para que os próprios cidadãos se convertessem em atores econômicos, movendo-se independentemente do Estado. Esse deslocamento em relação ao liberalismo explicita que a concorrência se constitui em uma “produção da própria governamentalidade” (Marinho, 2022, p. 122) neoliberal.

De acordo com Marinho (2022), é possível perceber que a importância do processo de subjetivação no exercício do poder da governamentalidade neoliberal é dada e determinada pela própria dinâmica da sociedade neoliberal baseada no mercado. O princípio da concorrência deveria, assim, se universalizar na sociedade. Foucault explicita este princípio ao questionar:

O que é uma casa individual senão uma empresa? O que é a gestão dessas pequenas comunidades de vizinhanças senão outras formas de empresa? Em outras palavras, trata-se de generalizar, difundindo-as e multiplicando-as na medida do possível, as formas “empresa” que não devem, justamente, ser concentradas na forma nem das grandes empresas de escala nacional ou internacional nem tampouco das grandes empresas do tipo do Estado. É essa multiplicação da forma “empresa” no interior do corpo social que constitui, a meu ver, o escopo da política neoliberal. Trata-se de fazer do mercado, da concorrência e, por conseguinte, da empresa o que poderíamos chamar de poder enformador da sociedade (Foucault, 2008, p. 203).

A partir de um modo de governo que vai intentar produzir subjetividades empresariais e concorrenciais, a “reprogramação do liberalismo” tal como se

apresentava pelos ordoliberais encaminhou para o que Foucault denominou de “uma nova arte de governar”. Na aula de 21 de fevereiro de 1979, o filósofo sintetiza o projeto ordoliberal afirmando que este

projeta uma economia de mercado concorrencial, acompanhada de um intervencionismo social que, por sua vez, implica uma renovação institucional em nome da revalorização da unidade "empresa" como agente econômico fundamental. Creio que temos aí, não simplesmente a consequência pura e simples e a projeção numa ideologia, ou numa teoria econômica, ou numa opção política, das crises atuais do capitalismo. Parece-me que o que se vê nascer aí e, por um período talvez breve ou talvez um pouco mais longo, algo como uma nova arte de governar, em todo caso uma certa renovação da arte liberal de governar (Foucault, 2008, p. 242).

Na mesma aula, o filósofo (2008, p. 245-246) refere-se ao projeto político dos ordoliberais como “importantíssimo”, por ter formatado a “armadura política alemã contemporânea” e por ter se difundido, por um lado, na política econômica francesa e, por outro lado, em um certo “número de problemas, de teorias e de utopias liberais, tais como vemos se desenvolver nos Estados Unidos”.

Castro-Gómez (2010) salienta que, na aula seguinte, de 7 de março de 1979, Foucault aborda o modo com que a política social na França governada por Giscard d’Estaing se detém no modelo ordoliberal, evidenciando que essa nova governamentalidade supõe o desmonte do tipo de seguridade social vigente até a década de 1970. E isto por que tal seguridade, conforme os economistas neoliberais, afetaria negativamente a economia, ao tornar os cidadãos dependentes das políticas sociais do Estado.

Procurando deixar de lado a política do *welfare state*, deveria desaparecer a contraposição entre economia e sociedade, de modo a converter a sociedade em um conjunto de jogadores. Nas palavras de Foucault (2008, p. 197-198), “Em suma, não se trata de assegurar aos indivíduos uma cobertura social dos riscos, mas de conceder a cada um uma espécie de espaço econômico dentro do qual podem assumir e enfrentar os riscos.”

Foucault (2008) exemplifica a implantação desse jogo econômico tal como se desenvolveu na França abordando o “imposto negativo”, defendido pelo economista norte-americano Milton Friedman na década de 1960 e que fora percebido por Giscard d’Estaing, quando este ainda era Ministro das Finanças francês (1969 a 1974), como um elemento importante para o estabelecimento do jogo competitivo do mercado. Foucault faz referência a um documento oficial de 1972 prefaciado por d’Estaing no

qual é afirmado que, sendo a economia um jogo, a função do Estado seria a de impulsionar os cidadãos a se tornarem jogadores e, para isso, seria necessário estabelecer um “limiar de pobreza”, a fim de proporcionar às famílias abaixo desse limiar uma espécie de “capital inicial” que lhes permitisse fazer parte do jogo concorrencial, isto é, adentrar no mercado, trabalhar, adquirir bens e serviços.

O filósofo (2008) é explícito quanto ao objetivo do imposto negativo. Este não visa, de modo algum, eliminar a pobreza, nem mesmo modificá-la. Trata-se simplesmente de *agir no nível de seus efeitos*. Enquanto uma tecnologia de governamento, configura-se de modo a evitar, no âmbito das políticas sociais, um certo efeito de redistribuição geral de renda, no sentido de que busca se afastar de uma forma da gestão da pobreza que poderia ser entendida como uma política socialista ou socializante. O imposto negativo teria, somente, a finalidade de assegurar um nível mínimo de seguridade ao indivíduo, suficiente o bastante para que ele pudesse participar do jogo concorrencial. Conforme destaca Foucault, o referido imposto

assegura de certo modo uma segurança geral, mas por baixo, ou seja, em todo o resto da sociedade vai-se deixar agir, precisamente, os mecanismos econômicos do jogo, os mecanismos da concorrência, os mecanismos da empresa. Acima do limiar, cada um deverá ser para si mesmo e para a sua família, de certo modo, uma empresa [...] Ou seja, vai-se ter uma população que será, do lado do piso econômico, uma população em perpétua mobilidade entre uma assistência, que será concedida se um certo número de infortúnios se produzir e se se descer abaixo do limiar, e será, ao contrário, ao mesmo tempo utilizada e utilizável, se as necessidades econômicas assim necessitarem, se as possibilidades econômicas assim ocasionarem (Foucault, 2008, p. 283-284).

O objetivo dessa tecnologia de governamento neoliberal não é a igualdade, mas a equidade, entendida como a garantia de que todos os cidadãos têm direito de jogar a partir de um “ponto de partida mínimo” (Castro-Gómez, 2010). Por esse prisma, as desigualdades passam a ser entendidas como funcionais para a economia, pois estimulam a criatividade e incentivam a concorrência. É nesse sentido que Dardot *et al.* (2021) sustentam que, desde o início, o neoliberalismo se constitui em uma guerra a favor da concorrência e contra a igualdade.

Um dos aspectos a se ressaltar, em relação ao ordoliberalismo, é o de que alguns de seus pensadores, como Wilhelm Röpke, intentam *atenuar* o “mecanismo frio” da concorrência a partir da reconstituição de toda uma “série de valores morais e culturais chamados de valores “quentes” (Foucault, 2008, p. 332). Röpke entendia

que, para fazer da concorrência um princípio de ordem, era necessária a implantação de uma política que organizasse um quadro político e moral capaz de assegurar “uma comunidade não desagregada”, isto é, era preciso “*reconstituir pontos de ancoragem concretos em torno do indivíduo*, uma reconstituição de pontos de ancoragem que formam o que Rüstow chamava de *Vitalpolitik*” (Foucault, 2008, p. 332, grifos meus).

Assim é que, para Röpke, haveria a preocupação constante de reabilitar as comunidades “naturais” (família, vizinhança, povoado), de modo a assegurar um quadro estável e moralizador aos indivíduos (Dardotfideli *et al.*, 2021). É sob essa perspectiva que ele vai realizar uma articulação entre o mercado concorrencial e os valores cristãos tradicionais, dando particular atenção à família, entendida por ele “como o espaço natural da mulher, campo da educação das crianças e célula natural da comunidade”<sup>34</sup> (Röpke, 1950, p. 15, tradução minha). Tal como defendem os conservadores, a família seria “a verdadeira comunidade voluntária, inspirada pelo amor e pelo conhecimento comum. A única alternativa à família é o Estado totalitário, governado por forças e poderes centralizadores” (Kirk, 2021, p. 57).

A economia de mercado, e com ela a liberdade política e social, apenas poderiam florescer como “parte e sob a proteção de um sistema burguês”, o que implicaria

a existência de uma sociedade na qual certos fundamentos são respeitados e dão cor a toda a rede de relações sociais: esforço e responsabilidade individuais, normas e valores absolutos, independência baseada na propriedade, prudência e perspicácia, cálculo e poupança, responsabilidade para planejar sua própria vida, coerência adequada com a comunidade, *sentimento pela família, um senso de tradição e da sucessão de gerações combinado com uma mente aberta para o presente e o futuro*, tensão adequada entre o indivíduo e a comunidade, firme disciplina moral, respeito pelos valores do dinheiro, a coragem de lidar com a própria vida e suas incertezas, um senso de ordem natural das coisas, e uma firme escala de valores<sup>35</sup> (Röpke, 1960, p. 98, tradução minha, grifos meus).

---

<sup>34</sup> Texto original: “*which is the natural sphere of the Woman, the proper environment for raising children and indeed the parente cell of the community*”.

<sup>35</sup> Texto original: “[...] *the existence of a society in which certain fundamentals are respected and color the whole network of social relationships: individual effort and responsibility, absolute norms and values, independence based on ownership, prudence and daring, calculating and saving, responsibility for planning one's own life, proper coherence with the community, family feeling, a sense of tradition and the succession of generations combined with an open-minded view of the present and the future, proper tension between individual and community, firm moral discipline, respect for the value of money, the courage to grapple on one's own with life and its uncertainties, a sense of the natural order of things, and a firm scale of values.*”

De acordo com Dardot *et al.* (2021, p. 164), Röpke entendia que a política de sociedade deveria associar “à defesa intransigente da economia de mercado – que ‘responsabiliza o indivíduo’ – a promoção de um quadro social e moral no qual o indivíduo reencontrará o sentido do comedimento, do trabalho, da honestidade, da hierarquia e da comunidade”. Nesse sentido, o que se projeta é uma espécie de “compensação estratégica”, que consiste na “reintegração dos indivíduos em comunidades orgânicas, única barragem eficaz ao coletivismo” (Dardot *et al.*, 2021, p. 164). Não haveria, assim, contradição entre uma economia concorrencial e a comunidade natural, mas uma articulação necessária, que permitiria o desenvolvimento de uma “economia sadia”, por um lado, e a neutralização de uma possível “revolta anticapitalista das massas”, por outro (Röpke, 1950).

A ideia de esforço e de responsabilização individual projetada pelos ordoliberais, atrelada a uma perspectiva de valorização da tradição, contribui, assim, para a projeção de um indivíduo que, cada vez mais, defronta-se com a necessidade incessante de comprometer-se moralmente com seu sucesso ou fracasso. Dentro de um quadro de concorrência em que ele se coloca como sujeito ativo dotado de “valores” e de “disciplina moral”, não há espaço para indagar ao Estado por políticas públicas capazes de impedir ou, ao menos, minimizar os riscos sociais, como pretendido pelo *welfare state*. Tampouco há lugar para as ideias coletivistas que encaminhariam para o socialismo, por exemplo. Nesse escopo, o indivíduo deve ser completamente imputável por suas escolhas, cabendo ao Estado somente certificar-se de que será assegurado a ele um mínimo para adentrar no jogo concorrencial. Trazendo a questão do imposto negativo, este aparece como uma tecnologia de governo capaz de possibilitar esse ingresso no mundo competitivo, uma vez que não tem o intuito de aplacar a pobreza relativa, mas tão somente de agir sobre a pobreza absoluta.

Ao discorrer sobre o imposto negativo e seu funcionamento, Foucault (2008) aponta uma radicalização dos temas gerais tratados pelos ordoliberais, que haviam entendido que o objetivo principal era o de desenvolver uma sociedade empresarial instaurada a partir de um certo número de mecanismos de intervenção econômica para assistir àqueles que deles necessitassem em um determinado momento. Por isso, na aula seguinte, ele passa a tratar do neoliberalismo norte-americano, que vêm ampliar a racionalidade do mercado a campos tidos até então como não-econômicos

e a apresentar-se, também, como uma utopia “alternativa”, um radicalismo liberal capaz de construir uma nova sociedade.

### 2.2.2 O neoliberalismo norte-americano

No ano em que Foucault ministrou o curso *Nascimento da Biopolítica*, as ideias neoliberais ganhavam força em amplos círculos políticos e econômicos, tanto na Europa quanto nos EUA. Dois expoentes do pensamento neoliberal já haviam ganhado o Prêmio Nobel de Economia, August von Hayek em 1974 e Milton Friedman em 1976, e Theodore Schultz receberia o prêmio naquele ano. É em maio de 1979, também, que Margareth Thatcher, mais tarde reconhecida como a “mãe do neoliberalismo”, é eleita primeira-ministra do Reino Unido. Além disso, na América do Sul, o Chile, país que sofrera um golpe militar<sup>36</sup> em 1973, tornava-se palco do primeiro experimento de governo efetivamente neoliberal, tendo respaldo do grupo de economistas conhecido como Chicago Boys<sup>37</sup>.

Nesse contexto de efervescência do pensamento econômico neoliberal, Foucault (2008) propõe discutir, na aula de 14 de março de 1979, a concepção norte-americana de neoliberalismo, chamando a atenção, inicialmente, para elementos relativos ao desenvolvimento desse pensamento naquele país. Em primeiro lugar, Foucault salienta a crítica ao *New Deal* e à política keynesiana, desenvolvida a partir de 1933-34 pelo presidente Franklin Roosevelt; em segundo, aponta os projetos de intervencionismo econômico e social elaborados durante a Primeira Guerra Mundial e, em terceiro lugar, destaca os programas relativos à pobreza, à educação e à

---

<sup>36</sup> Em 11 de setembro de 1973, o presidente Salvador Allende foi deposto do cargo em um golpe de Estado orquestrado pelo General do Exército Augusto Pinochet. Esse golpe se deu em um contexto da Guerra Fria em que os EUA promoviam políticas de combate a governos de esquerda na América Latina. A partir do apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI) e com o respaldo de economistas neoliberais conhecidos mais tarde como Chicago Boys, o Governo chileno reverteu nacionalizações promovidas por Allende e instaurou uma política de privatizações que atingiu a seguridade social e abriu as portas do país para o capital estrangeiro.

<sup>37</sup> Atualmente, o termo Chicago Boys se refere à geração de economistas neoliberais formados na Universidade de Chicago entre o fim da década de 1970 e o início dos anos 1980, entre os quais os mais conhecidos no Brasil são Paulo Guedes, ex-ministro da Economia do Governo Bolsonaro, e Joaquim Levy, ex-ministro da Fazenda do Governo Dilma. Historicamente, o termo diz respeito a um grupo de 25 economistas, a maioria chilenos, responsáveis pela implantação das políticas neoliberais no Chile. Esse grupo recebeu instruções de vários pensadores neoliberais, entre eles Milton Friedman, Friedrich von Hayek, Gary Becker e Theodore Schultz, fazendo do Chile o laboratório experimental do neoliberalismo.

segregação que foram desenvolvidos até a administração do presidente Lyndon B. Johnson, no final da década de 1960. Para Foucault, é contra estes três elementos que o pensamento neoliberal vai se opor.

Afirmando que a questão do liberalismo não deixou de estar no âmago de todos os debates políticos dos EUA por dois séculos, Foucault sublinha que, enquanto na Europa os elementos recorrentes do debate político no século XIX foram a unidade da nação, a independência desta, ou ainda o Estado de direito, nos EUA foi o liberalismo. Para os norte-americanos, pois, o neoliberalismo não seria simplesmente uma opção econômica e política, mas *toda uma maneira de ser e de pensar*.

É um tipo de relação entre governantes e governados, muito mais que uma técnica dos governantes em relação aos governados. Digamos, se preferirem, que, enquanto num país como a França o contencioso dos indivíduos em relação ao Estado gira em torno do problema do serviço e do serviço público, o contencioso nos [Estados Unidos] entre os indivíduos e o governo adquire ao contrário o aspecto do problema das liberdades. É por isso que eu creio que o liberalismo americano, atualmente, não se apresenta apenas, não se apresenta tanto como uma alternativa política, mas digamos que é uma *espécie de reivindicação global, multiforme, ambígua, com ancoragem à direita e à esquerda* (Foucault, 2008, p. 301, grifos meus).

Essa passagem enfatiza o quanto o neoliberalismo norte-americano não se apresenta somente como um projeto de refundação do liberalismo, mas também, e principalmente, como uma nova forma de governamentalidade que vai *produzir* certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades, que vão fazer com que não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados, seja guiada conforme a racionalidade neoliberal (Dardot; Laval, 2016).

A fim de explicar como esta forma de governamentalidade vai ser formatada, Foucault faz referência a Hayek, responsável por realizar o enlace entre a escola de pensamento neoliberal alemão e a Escola Econômica de Chicago. Segundo Gadelha Costa (2009), o termo “Escola de Chicago” surgiu na década de 1950 aludindo às ideias de professores que atuavam, sob a liderança de Theodore Schultz, junto ao Departamento de Economia da Universidade de Chicago. Mais adiante, passou a ser utilizado, também, para se referir aos economistas defensores do livre mercado que irão refutar e rejeitar os princípios da doutrina keynesiana, tais como Hayek, Mises e Friedman, e àqueles que tratam da teoria do capital humano, como Theodore Schultz e Gary Becker.

Conforme Foucault (2008) mencionara na aula de 21 de fevereiro de 1979, Hayek e Mises participaram do Colóquio Walter Lippmann em 1938, considerado o acontecimento fundacional do neoliberalismo<sup>38</sup>, cumprindo depois deste evento o papel de “agentes de transmissão” das ideias ali difundidas. Castro-Gómez (2010), ao comentar a análise foucaultiana sobre o neoliberalismo, aponta a importância de Hayek na articulação entre as escolas identificando nas duas o mesmo objetivo: a criação de condições formais de concorrência. A busca pela extensão da forma empresarial a todas as áreas da vida, de modo a instigar a responsabilidade moral nos indivíduos, aparece em ambas as vertentes, pois este seria “o caminho para a emergência de uma ‘sociedade aberta’, capaz de afastar o perigo de todos os seus ‘inimigos’ (comunismo, socialismo, stalinismo)” (Castro-Gómez, 2010, p. 201).

Acerca destes “perigos”, Dardot *et al.* (2021) são enfáticos ao destacar que, desde seu início, o neoliberalismo é uma estratégia política que identifica claramente o socialismo, o Estado-providência e tudo o que se assemelhe a dirigismo e coletivismo como inimigos a serem aplacados. Daí que a defesa da liberdade intelectual, em primeiro lugar, mas também a propriedade privada, o mercado concorrencial e “primazia do direito”, seriam os elementos que definiriam “a sociedade livre”.

Esse programa já aparece, é preciso salientar, na obra *O caminho da servidão*, que Hayek publicara em 1944, na qual a oposição ao socialismo, associado pelo economista ao fascismo e ao nazismo, deveria ser levada a cabo a partir da introdução da concorrência como elemento fundamental de uma sociedade livre. É nesse momento que Hayek (1990, p. 57) sustenta que o uso das forças da concorrência como “princípio de organização social” não apenas admite “determinadas formas de ação governamental” (p. 57), como também necessita da

existência de um sistema legal apropriado, estruturado de modo a manter a concorrência e a permitir que ela produza os resultados mais benéficos possíveis. Não basta que a lei reconheça o princípio da propriedade privada e da liberdade de contrato; também é importante uma definição precisa do direito de propriedade (Hayek, 1990, p. 58)

---

38 Quinn Slobodian, na obra *Globalistas. O fim do Império e o nascimento do Neoliberalismo* (2021), situa o início do intento neoliberal ainda nos anos 1920, em Viena, na Áustria, com os seminários realizados por Von Mises junto à chamada Câmara de Comércio e Indústria da Baixa Áustria, que Hayek, entre outros, frequentara. Para o historiador, a trajetória do neoliberalismo continua em Genebra, na Suíça, para onde Von Mises se transfere, em 1934, ao ser convidado a ensinar no Instituto Avançado de Estudos Internacionais.

É então que Hayek (1990, p. 59) sustenta que a criação dessas condições de concorrência define um “um campo vasto e indisputável para a atividade estatal”. Em suas palavras, “Em nenhum sistema racionalmente defensável seria possível o Estado ficar sem qualquer função. Um sistema eficaz de concorrência necessita, como qualquer' outro, de uma estrutura legal elaborada com inteligência e sempre aperfeiçoada” (Hayek, 1990, p. 59). Com essa perspectiva, o economista imputa ao Estado o papel de garantir que os indivíduos se “comportem como querem na forma da livre empresa” e desenvolvam “na sociedade essas formas múltiplas e dinâmicas características da unidade empresa” (Foucault, 2008, p. 240). Não se trata, absolutamente, de minimizar o papel do Estado, mas de colocá-lo a serviço do mercado. É nesse sentido que Foucault (2008, p. 165) sublinha que, para o neoliberalismo, o que se projeta é a necessidade do Estado de “*governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado*”.

A despeito do papel decisivo que Hayek desempenhou para a formatação do neoliberalismo tal como vai ser concebido a partir da Escola de Chicago, cabe salientar que Foucault (2008, p. 301-302) sublinha a importância do economista ao pensar o liberalismo não como uma alternativa econômica, como “uma alternativa técnica de governo”, mas como uma “espécie de foco utópico sempre ativado. E também um método de pensamento, uma grade de análise econômica e sociológica”. Ao mencionar tais elementos, Foucault faz referência a um artigo de 1949, *Os intelectuais e o socialismo*, em que o austríaco assegurava:

Devemos tornar a construção de uma nova sociedade, mais uma vez, uma aventura intelectual, um feito de coragem. *O que falta é uma utopia liberal*, um programa que não pareça nem uma simples defesa das coisas como são, nem um tipo diluído de socialismo, mas *um radicalismo liberal* que não poupe as suscetibilidades dos poderosos (dentre eles, os sindicatos), que não seja demasiado severo na prática e que não se confine ao que parece hoje politicamente possível. Precisamos de líderes intelectuais que estejam dispostos a trabalhar *por um ideal*, não importa quão diminutas sejam as possibilidades de uma recente concretização (Hayek, 2017, p. 123, grifos meus).

Hayek aparece como um dos pensadores seminais para o desenvolvimento do que Lagasnerie (2013, p. 41) denominou de “ambição jamais consumada e que exige ser perpetuamente reativada”, “algo da ordem da aspiração”. Assim é que, embora

Foucault não tenha feito menção a respeito da criação da Sociedade *Mont Pèlerin*<sup>39</sup> por Hayek em 1947 e às implicações dessa instituição para o desenvolvimento do neoliberalismo, o filósofo não se furtou de apresentar o pensamento hayekiano como “visionário” de um modo de governamentalidade que fez incidir a razão econômica em todas as esferas da ação privada e pública, permitindo eliminar as linhas de separação entre política, sociedade e economia (Dardot; Laval, 2016).

Dardot e Laval (2016) afirmam, em relação à importância de Hayek e Mises para a continuidade do projeto neoliberal, que estes pensadores perceberam a concorrência no mercado como um processo

de descoberta da informação pertinente, como certo modo de conduta do sujeito que tenta superar e ultrapassar os outros na descoberta de novas oportunidades de lucro. Em outras palavras, radicalizando e sistematizando numa teoria coerente da ação humana alguns aspectos já presentes no pensamento liberal clássico (desejo de melhorar a própria sorte, fazer melhor do que o outro etc.), *a doutrina austríaca privilegia uma dimensão agonística: a da competição e da rivalidade. [...] Essa revolução na maneira de pensar inspirou inúmeras pesquisas, como aquelas, em plena expansão, sobre inovação e informação. Mas, sobretudo, ela exige uma política que vai muito além dos mercados de bens e serviços e diz respeito à totalidade da ação humana* (Dardot; Laval, 2016, p. 135-136, grifos meus).

Os neoliberais norte-americanos estendem a racionalidade econômica a esferas não tradicionalmente vistas como parte da economia. Não se trata, portanto, de uma diferença de objetivos em relação aos ordoliberais, mas de método (Castro-Gómez, 2010). Se os economistas alemães tinham como propósito organizar a sociedade de acordo com mecanismos de mercado, sendo o Estado um agente de proteção do ambiente competitivo, os neoliberais austro-americanos vão radicalizar esta ideia e romper definitivamente com a dicotomia entre o econômico e o social. Nesse sentido, já “não se trata de mobilizar o social através da economia, mas de fazer do social uma economia, isto é, de converter a própria vida social num mercado. O programa do neoliberalismo norte-americano reside, então, na molecularização da forma empresarial” (Castro-Gómez, 2010, p. 202).

---

<sup>39</sup> A Sociedade Mont Pèlerin (SMP) foi criada no ano de 1947, quando um grupo de intelectuais se reuniu na localidade de mesmo nome, na Suíça, a convite do economista Friedrich von Hayek. Formado por integrantes de diversos países alinhados com o pensamento de Hayek, como Milton Friedman, Karl Popper, Ludwig von Mises, Walter Lipman, Michael Polanyi, entre outros, o grupo foi responsável pela publicação de uma Declaração de Objetivos, em que lançava as bases daquilo que seria o projeto neoliberal. A SMP tornou-se uma das mais importantes redes neoliberais e trabalha, atualmente, com uma rede com cerca de 1000 membros e uma centena de *think tanks*.

Foucault inicia a abordagem da produção de uma subjetividade empresarial na aula de 14 de março de 1979, quando, ao tratar da concepção neoliberal norte-americana, faz referência à teoria do capital humano e ao tratamento reservado pelos neoliberais<sup>40</sup> à criminalidade e à delinquência. Conforme Candido (2020), esses dois elementos aparecem como importantes para Foucault na medida em que enfocam a racionalidade governamental desenvolvida no âmbito do neoliberalismo.

Fazendo menção a Theodore Schultz, que nas décadas de 1950 e 1960 havia publicado um conjunto de artigos compilados na obra *Investment in Human Capital: The role of education and of research*, (1971); a Gary Becker, que na mesma época publicara um livro com título semelhante, *Investment in human capital: a theoretical analysis* (1962); e a Jacob Mincer, que publicara a obra *Schooling, Experience and Earnings* (1975), o filósofo procura discutir o que essa nova perspectiva analítica proposta pelos neoliberais aponta em termos de *cálculos* que cada indivíduo de fazer ao utilizar determinados recursos para alcançar certos fins.

O que os neoliberais apresentam, por assim dizer, é uma alteração que diz respeito às normas de conduta do sujeito, que tendo agora a empresa como modelo de subjetivação, deixa de ser percebido e de perceber-se enquanto um “átomo jurídico que obedece a regras em vista da persecução do bem coletivo” e passa a ser compreendido como um “ser calculista e racional cuja responsabilidade maior é velar pelo cuidado de sua vida, a saber: o correto investimento em seu capital humano” (Candioto, 2011, p. 482). Nesse sentido, todas as ações dos indivíduos deveriam ser atravessadas pela ideia da empresa, de modo que suas escolhas deveriam se dar junto a outras unidades-empresas. De acordo com Foucault (2008, p. 331), “a própria vida do indivíduo – como, por exemplo, sua relação com a sua propriedade privada, sua relação com a sua família, com o seu casamento, com os seus seguros, com a sua aposentadoria – tem de fazer dele como que uma espécie de empresa permanente e de empresa múltipla”.

A fim de apresentar as ideias de Schultz, Becker e Mincer, Foucault inicia abordando a crítica realizada por esses pensadores relativa à forma como a economia política tratou do trabalho, dispensando-lhe um tratamento abstrato, distante daquele de quem o exerce, ou seja, o próprio trabalhador. A perspectiva dos neoliberais, ao

---

<sup>40</sup> Em razão do escopo desta Tese, não farei menção à abordagem de Foucault relativa ao programa de análise da criminalidade e da delinquência tal como abordado pelos neoliberais.

enfocar o cálculo interno das atividades, é a de apresentar o trabalhador como um sujeito econômico ativo e não como um trabalhador “alineado” dos processos produtivos, tal como percebido por Karl Marx. Por isso, para os neoliberais, a análise a ser empreendida diria respeito aos *investimentos* realizados pelos indivíduos para adquirir competências necessárias a fim de adentrar no jogo concorrencial do mercado. Nas palavras de Foucault,

O que a análise deve tentar esclarecer é qual cálculo, que pode ser despropositado, pode ser cego, que pode ser insuficiente, mas qual cálculo fez que, dados certos recursos raros, um indivíduo ou indivíduos tenham decidido atribuí-los a este fim e não aquele. A economia já não é, portanto, a análise da lógica histórica de processo, *é a análise da racionalidade interna, da programação estratégica da atividade dos indivíduos* (Foucault, 2008, p. 307, grifos meus).

Tal programação estratégica encaminha para o retorno do *homo oeconomicus*, visto não mais como o homem da troca, mas como o homem da empresa, o “empresário de si mesmo”, aquele que “é seu próprio capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda” (Foucault, 2008, p. 311). Nesse escopo, os neoliberais passam a enfocar a maneira como se constitui e se acumula esse capital, e isso lhes possibilita aplicar análises econômicas a campos e áreas totalmente novos (Foucault, 2008). De acordo com Marinho (2022), o amplo universo de elementos que entram na composição desse capital humano abrange a genética, as relações familiares, os cuidados médicos individuais, a saúde pública, a migração, e assim por diante. Trata-se, sempre, de um investimento a ser realizado para obter certa melhoria.

Foucault (2008) aponta que esse capital humano é composto de elementos inatos e de elementos adquiridos. O capital inato ou hereditário é aquele que está ligado ao potencial genético de um indivíduo, enquanto o adquirido diz respeito a ações estratégicas empreendidas a fim de aumentar esse capital herdado e/ou para transmitir novo capital. É o caso, por exemplo, dos investimentos afetivos, entendidos como estratégias de capitalização transmitidas de geração em geração (Castro-Gómez, 2010). Esse investimento afetivo seria, por exemplo, o cuidado que os pais dedicam aos filhos, o tempo de amamentação, o número de horas que os pais brincam com os filhos, etc.

Na aula de 21 de março de 1979, Foucault aborda a relação mãe-filho pontuando que os cuidados maternos seriam um investimento a ser mensurado ao

longo do tempo. Assim é que os filhos, ao serem adultos, deverão investir em si mesmos para melhorar esse capital herdado. Ademais, a mãe, ao oferecer cuidado ao filho gera sua própria satisfação, sendo seu pagamento pelo investimento realizado uma espécie de “renda psíquica” que a faz se sentir realizada enquanto mãe (Foucault, 2008). O ganho econômico da mãe se traduz, assim, em um ganho moral.

Castro-Gómez (2010) afirma que esse exemplo evidencia a radicalização com que os neoliberais norte-americanos trataram da *Sozialpolitik* idealizada pelos ordoliberalis. A ideia de empresariamento abrange todas as esferas da vida e deve fazer com que cada um se entenda responsável e se converta em um sujeito moral.

No entendimento de Castro-Gómez (2010), as estratégias de formação de capital humano funcionam na racionalidade neoliberal como estratégias biopolíticas, no sentido de que perpassam a vida íntima das pessoas, como, por exemplo, o cuidado com o corpo, a forma de educação dos filhos, os relacionamentos afetivos, os interesses culturais, etc. Todas as decisões cotidianas se convertem em estratégias econômicas orientadas para a otimização de si mesmo como máquina produtora de capital. Trata-se, pois, de uma biopolítica que extrapola as variáveis biológicas como o nascimento, a morte, as doenças, e que irrompe como uma intervenção muito mais molecular. Mais precisamente, é uma biopolítica que, a partir da extensão da forma empresa a esferas não econômicas, tem como principal objetivo o governo da intimidade. Nesse sentido, a vida íntima é entendida como um mercado que pode e deve ser autogerenciado a partir de uma série de técnicas de governo.

Foucault (2008) sublinha que os neoliberais sempre procuram analisar em termos econômicos elementos que até então pertenciam à demografia, à sociologia, à psicologia, tais como a família e o casamento. O filósofo faz referência ao tamanho das famílias para abordar a transmissão de capital humano para os filhos, salientando que a análise realizada pelos neoliberais é a de que a série de investimentos que os pais realizam (financeiro, de tempo) depende do número de filhos. A família rica não tem como propósito transmitir aos filhos a herança no sentido clássico, a tradição afetiva que liga uma geração a outra, mas sim capital humano. Por isso essa transmissão, para ser igual ao dos pais ou maior, implica uma família numericamente menor. Nas palavras de Foucault (2008, p. 335), “São também e sempre fatores econômicos que agem aqui, na medida em que pessoas que têm renda elevada são pessoas que detêm, como prova do caráter elevado dos seus rendimentos, um capital humano elevado”.

Ao tratar do casamento, Foucault (2008) afirma que os neoliberais tomam o casal como uma unidade de produção, do mesmo modo que uma empresa. Para apresentar esse entendimento, menciona o economista Jean-Luc Migué, que aponta em um artigo: “De fato, o que é um casal senão o compromisso contratual de duas partes para fornecer inputs específicos e compartilhar em determinadas proporções os benefícios dos output dos casais?” Ao comentar a compreensão de Migué, Castro-Gómez (2010) evidencia que o casamento enquanto vínculo romântico dá lugar a uma concepção puramente empreendedora, que tem a função estratégica de aumentar o capital humano e de projetar em nível molecular os mesmos valores necessários para alcançar o sucesso nos negócios: independência emocional, segurança, dinamismo e caráter.

Dardot *et al.* (2021) chamam atenção, ao se referirem ao que Foucault apontara sobre a teoria do capital humano, que esta considera o investimento privado e familiar na educação dos filhos como uma alternativa ao investimento público. Além disso, dizem os autores (2021), a aplicação dessa teoria aplicada à família, tal como elaborada por Becker na obra *A Treatise on the family* (Um tratado sobre a família), de 1981, por exemplo, não só justifica a desativação do estado provedor, como também contribui para desacreditar as demandas típicas da esquerda contracultural e sua defesa da libertação sexual.

A família passa a ser percebida como estratégica para a produção de uma cultura empreendedora que engloba todos os aspectos da vida, inclusive os mais íntimos. Todas as ações realizadas pelo casal, as condutas dos indivíduos dentro do casamento, passam a ser conduzidas visando ao sucesso dessa *firma*. A família torna-se a “forma celular” da moralização da criança, derivando daí “a exaltação incessante do indivíduo calculador e responsável, na maior parte das vezes pela figura do pai de família trabalhador, econômico e previdente” (Dardot; Laval, 2016). Conforme sublinha Veiga-Neto (2018, p. 40), “Na medida em que cada indivíduo é, desde muito cedo, imerso e educado numa forma de vida neoliberal, na medida em que a governamentalidade neoliberal constitui o ar que ele respira ao longo da vida, a racionalidade neoliberal *lhe parece natural*” (grifo meu).

O que se pode depreender a partir da análise realizada por Foucault acerca do neoliberalismo norte-americano, se enfocarmos esses exemplos mencionados, é que, além da generalização do filtro econômico sobre o governo, a sociedade e as relações cotidianas, o neoliberalismo tal como vai se delineando nos EUA, marca,

profundamente, os indivíduos em seus processos de subjetivação (Marinho, 2022). A condução das condutas exercida pela governamentalidade neoliberal busca programar e controlar os indivíduos “em suas formas de agir, pensar, sentir e de situar-se diante de si mesmos, da vida que levam e do mundo em que vivem”, encaminhando os indivíduos a modificarem a percepção que têm de suas escolhas e atitudes de modo que se estabeleçam entre si relações de concorrência” (Gadelha Costa, 2009, p. 178).

Nesse escopo, o cuidado da vida passa a ser entendido não como uma atribuição do Estado, mas como algo da esfera individual. Invalida-se, assim, a ideia de esperar que o Estado cubra as necessidades dos indivíduos e os protejam das consequências de seus maus investimentos. Há nesse processo um modo de constituir um comportamento empreendedor responsável e resoluto do indivíduo que não lhe permite questionar sobre os limites de seus investimentos em capital humano e sobre o quanto outras variáveis também determinarão seu futuro. Ao se lançar no mundo competitivo do trabalho, em caso de fracasso, esse indivíduo da racionalidade neoliberal não vai culpar o Estado ou as *contradições* do capitalismo, mas sim a sua própria falta de habilidades de autogestão. É preciso, portanto, que o indivíduo aumente suas competências a partir de investimentos educacionais contínuos, em um eterno *aprender a aprender*. E, para isso, é preciso deixá-lo se sentir livre para atuar, livre para escolher.

É com essa perspectiva que Foucault (2008, p. 442) afirma que o neoliberalismo é a “condição de inteligibilidade da biopolítica” da nossa época. Não se trata somente de normalizar o indivíduo ou de regular seus processos vitais como parte de uma população, mas principalmente de modular condições, possibilidades e efeitos de suas ações pela intervenção e delimitação recorrente no seu campo de possibilidades (Candiotto, 2011).

O neoliberalismo tal como pensado pela Escola de Chicago, a partir de uma condução das condutas que incita os indivíduos a serem livres para escolher, vai solicitar uma permanente administração de interesses e riscos. Cabe aos indivíduos calcularem as consequências de suas ações de modo a forjar seus próprios destinos. E essa liberdade para escolher, cabe dizer, será tanto mais efetiva quanto mais as ações dos indivíduos forem desempenhadas a partir de um comprometimento que lhes imputa o bem-estar e o prazer pelas conquistas e, na mesma medida, a responsabilização diante dos fracassos.

Como sustenta Candiotta (2011, p. 486), com o neoliberalismo “adentramo-nos na era das técnicas da governamentalidade neoliberal que atuam sobre as motivações, desejos e aspirações que impelem as ações”. Ao mesmo tempo em que tais técnicas são menos restritivas e corporais ao não se preocuparem em confinar e fixar os corpos de maneira segmentada para o sistema produtivo, elas são mais intensas em modular a vida dos indivíduos de modo a apresentarem uma única forma possível, a da unidade-empresa. Trata-se, em suma, de uma forma de governo que, a partir de uma produção incessante da *obrigação de ser livre*, converte, tanto discursiva quanto moralmente, cada indivíduo num ator completamente imputável pelo cuidado da vida.

### **2.3 Da perspectiva foucaultiana de neoliberalismo**

Ao apresentar uma análise do neoliberalismo, Foucault nos oferece uma problematização acerca dessa forma de governo que introduziu uma ruptura na história do pensamento, ao propor-se como um instrumento crítico da realidade. A partir do entendimento de que se vivia uma crise de governamentalidade, o filósofo volta-se para os textos programáticos e artigos de economistas neoliberais com o intuito de compreender como foi sendo delineada uma arte geral de governo amparada pelos princípios formais de uma economia de mercado. É nesse escopo que Foucault (2008, p. 180) vai afirmar: “Ora, o que eu gostaria justamente de lhes mostrar é que o neoliberalismo é, no fim das contas, outra coisa. Grande coisa ou pouca coisa, eu não sei, mas certamente alguma coisa. *E essa alguma coisa na sua singularidade que eu gostaria de apreender*” (Grifos meus).

O autor toma o neoliberalismo, a partir de sua incursão no ordoliberalismo alemão e no anarcoliberalismo norte-americano, como uma governamentalidade, como uma forma de pensar a política, e não meramente como uma doutrina política ou econômica. Como resume Candiotta (2022, p. 57),

Foucault sugere que o neoliberalismo desenvolve um regime de verificação que transborda a relação entre economia política e governamentalidade estatal, estendendo-a para a condução de condutas e o governo da existência. No fundo, o neoliberalismo é um governo das condutas, que atua tanto no nível do empreendedorismo do sujeito quanto na esfera do reposicionamento do Estado pela lógica do mercado.

Sob essa perspectiva, Foucault não se debruçou sobre as experiências de implantação das políticas neoliberais. Não fez menção ao Chile, e, ainda que tenha abordado pontualmente algumas ações governamentais quando trata da Alemanha pós-Segunda Guerra e da França de Giscard d'Estaing, o escopo da análise foucaultiana no *Collège de France* residiu, sobretudo, na tentativa de compreensão do neoliberalismo enquanto um *ethos*, como “um modo de ser e estar no mundo” (Veiga-Neto, 2011), o que extravasava qualquer tentativa de entendimento do neoliberalismo como uma “doutrina mais ou menos coerente” ou uma “política que persegue um certo número de objetivos mais ou menos definidos” (Foucault, 2008, p. 436).

Foucault tampouco apresentou qualquer abordagem dos governos neoliberais de Margaret Thatcher, no Reino Unido, ou de Ronald Reagan, nos Estados Unidos na década de 1980, pois não houve tempo<sup>41</sup> para isso. Sua morte prematura, em 1984, impediu que vivenciasse a efetiva implementação do neoliberalismo e os consequentes desdobramentos de sua capilaridade e extensão. Por isso, conforme aponta Hamann (2012), não podemos alcançar o que Foucault teria pensado sobre a governamentalidade neoliberal na atualidade. O que sabemos, tão somente, é que “considerou o neoliberalismo relevante o suficiente para examinar e discutir em suas aulas de 1978-79 em maior profundidade do que havia planejado inicialmente” (Hamann, 2012, p. 99).

A análise apresentada por Foucault, que só veio a ser conhecida pelo grande público em 2004, quando o Curso *Nascimento da Biopolítica* foi publicado<sup>42</sup> em Língua Francesa, levou um número expressivo de pesquisadores a se apropriarem da leitura foucaultiana do neoliberalismo e a repercutirem, em maior ou menor escala, aproximações e distanciamentos do teórico em relação às suas interpretações.

Candiotto (2022) sublinha que tal repercussão pode ser dividida em dois grupos. O primeiro é composto por aqueles que se atém a avaliar o posicionamento de Foucault situando-o, em diferentes dosagens, “simpático” às técnicas neoliberais, as quais “teriam aberto as portas à pluralidade de escolhas e o elogio à diferença, em vez do emprego de táticas próprias das instituições de sequestro, nas quais, pelo controle do tempo e enquadramento espacial dos corpos, moralizam-se os indivíduos, tornando-os dóceis e úteis” (Candiotto, 2022, p. 2). Entre estes pesquisadores

---

<sup>41</sup> Michel Foucault faleceu no dia 25 de junho de 1984, em Paris.

<sup>42</sup> Em Língua Portuguesa, a edição publicada do Curso *Nascimento da Biopolítica* data de 2008.

estariam, por exemplo, os já mencionados Geoffroy de Lagasnerie (2013) e Daniel Zamora (2014). Para Candiotta (2022), tais críticos concebem que Foucault não estabelece uma crítica aos efeitos negativos dos neoliberalismos em suas dimensões econômica, social e política; não os identifica como reconfiguração do modo de produção capitalista, como pareceria ter feito Foucault em relação à sociedade disciplinar e ao biopoder.

Já o segundo grupo diz respeito aqueles críticos que “‘prolongam’ ou ‘utilizam’ suas análises como ‘pistas de trabalho’ para diagnosticar outras temporalidades e geografias” (Candiotta, 2022, p. 2), tais como fazem Wendy Brown (2015, 2019) e Pierre Dardot e Christian Laval (2016), por exemplo. No texto *Foucault, ou l’obligation de la liberté* (Foucault, ou a obrigação da liberdade), Laval (2017) se reconhece nesse lugar desse pesquisador que parte do legado foucaultiano e aponta para novas possibilidades de análise do neoliberalismo. Segundo o autor,

Se há uma fidelidade com Foucault que devemos guardar preciosamente, ela está nesta relação entre uma análise crítica e as experimentações práticas, entre problematização teórica e uma prática de subversão e alternativa [...] É, portanto, dando um passo ao lado e um passo à frente em relação ao que Foucault poderia dizer nas décadas de 1970 e 1980 que nos parece possível e sobretudo necessário para dar continuidade ao trabalho intelectual tal como Foucault o concebeu: tanto o trabalho crítico do que somos como a reinvenção de nós mesmos (Laval, 2017, on-line, tradução minha)<sup>43</sup>.

Ainda segundo Candiotta (2022), em que pese a crítica de que Foucault não teria realizado o confronto da racionalidade neoliberal com a maneira de viver democrática, preferindo, por sua vez, olhar para o sujeito da concorrência, na descontinuidade ao sujeito de interesses do liberalismo econômico clássico, os dois aspectos das tecnologias de governo pontuados por Foucault – a permanente “governamentalização” do Estado pela veridicção do mercado e o governo da conduta do *homo oeconomicus* – podem nos auxiliar a pensar acerca da afinidade entre a fragilização da forma democrática de governar e a forma de viver, sentir, pensar e agir do sujeito neoliberal.

---

<sup>43</sup> Texto original: *S’il est une fidélité avec Foucault qu’il nous faut conserver précieusement, elle est bien dans cette relation entre une analyse critique et des expérimentations pratiques, entre une problématisation théorique et une pratique de subversion et d’alternative [...] C’est donc en faisant un pas de côté et un pas en avant par rapport à ce que Foucault pouvait dire dans les années 1970 et 1980 qu’il nous paraît possible et surtout nécessaire de poursuivre le travail intellectuel tel que Foucault le concevait : à la fois travail critique de ce que nous sommes et réinvention de nous-même.*

Tais considerações me levam a entender que é possível tomar o pensamento foucaultiano sobre o neoliberalismo a partir de diferentes coordenadas, sendo o impasse em relação ao olhar crítico de Foucault sobre o neoliberalismo algo incontornável. Não obstante, se abordarmos o governo das condutas, é possível conceber que o filósofo não compartilha do apelo individualista dos neoliberais, estando mais interessado em abrir caminho para os sujeitos poderem estabelecer “relações mais ricas, numerosas, diversas e flexíveis consigo mesmo e com seu meio, garantindo a cada um uma real autonomia” (Foucault, 2006e, p. 128).

Em entrevista<sup>44</sup> pouco mencionada por seus comentadores, datada de 1983, Foucault apresenta uma leitura acerca de uma prática governamental efetiva, o programa de seguridade social da França, o que não aparece no Curso *Nascimento da Biopolítica*, partindo de elementos colocados sob suspeita pelos neoliberais, mas não se restringindo aos princípios por eles defendidos. Na referida entrevista, o filósofo rechaça o ponto de vista neoliberal de que a dependência oriunda da oferta de segurança por parte do Estado aos indivíduos seria a única responsável pelo esgotamento do modelo de seguridade francês experimentado desde a década de 1940, pontuando ser preciso distinguir duas tendências de dependência, uma por integração, atinente ao diagnóstico neoliberal, e outra por exclusão, que atestaria o fracasso das políticas de universalização. Para Foucault, contra ambas seria preciso reagir.

Em uma perspectiva que enfocava o direito dos governados de participarem efetivamente das decisões, Foucault sustenta que o sistema de garantias sociais tal como experimentado a partir da Segunda Guerra se chocava com os obstáculos econômicos conhecidos naquele momento, os quais levavam a um problema de limites que não dizia respeito à igualdade de acesso de todos à seguridade, mas tão somente ao acesso ilimitado de cada um a um certo número de benefícios possíveis. Assim é que Foucault propõe, ao ser indagado sobre como dar segurança e, ao mesmo tempo, autonomia às pessoas:

É preciso transformar o campo das instituições sociais em um vasto campo experimental, de forma a determinar quais são os parafusos a mexer, quais são os parafusos a afrouxar aqui ou ali para introduzir a mudança desejada;

---

<sup>44</sup> 'Um sistema finito diante de um questionamento infinito' (entrevista com R. Boné). In: *Sécurité sociale; l'enjeu*, Paris, Syros, 1983, pp. 39-63. Publicada em Língua Portuguesa na obra Michel Foucault - Ética, Sexualidade e Política, Coleção Ditos & Escritos, V. 5, ano 2001, organizada por Manoel Barros da Motta.

é preciso efetivamente desencadear uma operação de descentralização, por exemplo, para *aproximar os usuários dos centros de decisão dos quais eles dependem e implicá-los nos processos decisórios, evitando com isso essa espécie de grande integração globalizante que deixa as pessoas em uma completa ignorância de tudo o que condiciona tal ou tal interrupção*. É preciso, portanto, multiplicar as experiências por todo lado onde for possível nesse terreno particularmente interessante e importante do social, considerando que todo um conjunto institucional, atualmente frágil, deverá provavelmente sofrer uma reestruturação de alto a baixo (Foucault, 2006e, p. 132, grifos meus).

Na mesma oportunidade, quando questionado sobre as responsabilidades de cada indivíduo em relação às suas escolhas e ao que poderia ser passível de cobertura estatal, ao se referir aos cuidados com a saúde, Foucault (2006e, p. 121) distancia-se de uma perspectiva neoliberal que imputa aos indivíduos o cuidado total com a vida, afirmando:

Imagino, de maneira mais geral, alguma coisa como uma nuvem de decisões se ordenando em torno de um eixo que definiria em termos gerais a norma mantida. Resta saber o que fazer para que esse eixo normativo seja tão representativo quanto possível de um certo estado de consciência das pessoas, ou seja, da natureza de sua demanda e do que pode ser objeto de um consentimento de sua parte. Acredito que os julgamentos feitos deveriam ser o efeito de uma *espécie de consenso ético para que o indivíduo possa se reconhecer nas decisões tomadas e nos valores que os inspiraram [...]* Seja como for, *não preconizo obviamente um liberalismo selvagem que levaria a uma cobertura individual para aqueles que tivessem os meios para isso e a uma ausência de cobertura para os outros* (Foucault, 2006e, p. 140-141, grifos meus).

Menos que tomar partido pelo ideário neoliberal, entendo que Foucault buscou compreender a racionalidade política, econômica e social que começa a emergir a partir de 1940 e que culmina na extensão ilimitada da lógica de mercado. É nesse sentido que a contribuição foucaultiana para as discussões atuais sobre neoliberalismo reside na possibilidade de tomarmos o projeto neoliberal não como uma obra de destruição de regras, de desmantelamento de instituições, *mas como uma normativa que abarca todas as esferas da vida*: seu aspecto político, a partir da “conquista do poder pelas forças neoliberais”; seu aspecto econômico, com “o rápido crescimento do capitalismo financeiro globalizado”; seu aspecto social, com “a individualização das relações sociais às expensas das solidariedades coletivas, a polarização extrema entre ricos e pobres”; e seu aspecto subjetivo, com “o surgimento de um novo sujeito, o desenvolvimento de novas patologias psíquicas” (Dardot; Laval, 2016, p. 16). Daí que Dardot e Laval (2016), ancorados na perspectiva analítica foucaultiana, vão apontar o neoliberalismo como uma forma de existência e

constituição do sujeito, uma nova razão-mundo que projeta uma outra maneira de viver, sentir, pensar que coloca em jogo toda *a forma de nossa existência*.

Laval (2017) sustenta que a análise empreendida por Foucault não nos diz tudo, e tampouco se pretende totalizante. Não obstante, ela “abre janelas, cria novos ângulos, em uma palavra, ela nos liberta de alguns de nossos modos habituais de pensamento, mas ela não preenche em nada um fantasma muito recorrente que consistiria em querer a todo o preço encontrar nela todas as respostas a todas as questões que nós nos colocamos (Tradução minha)<sup>45</sup>.

Compartilhando dessa perspectiva, na próxima seção procuro abordar como o neoliberalismo, a partir um incessante trabalho de intervenção e reeducação da sociedade, tem procurado produzir a ideia de que os indivíduos devem ser livres para escolher e, conseqüentemente, ser amplamente responsabilizados pelo cuidado com a vida. Para tanto, apresento elementos que apontam o binômio mercado-moral para, em um passo seguinte, abordar o lugar que cabe à família no seio do pensamento neoliberal.

## 2.4 Da razão-mundo neoliberal

A pergunta sobre como abordar o neoliberalismo em sua atual conjuntura tem encaminhado um número considerável de pesquisadores, de algum modo amparados na perspectiva foucaultiana<sup>46</sup> (ver Brown, 1995, 2015, 2019; Fassin 2019, 2021; Patternotte, 2020; Gago, 2019, 2021), a discutir a aparente incongruência entre uma face dinâmica e modernizadora, tal como apresentada até meados da primeira década do século XXI, e essa face autoritária que confere lugar nodal à tradição, à família e à religião cristã, que vem desde então promovendo a “defesa ou ‘restauração’ de formas tradicionais de vida como modos de enquadramento hierárquico e de normalização autoritária da população” (Dardot *et al.*, 2021, p. 205).

---

<sup>45</sup> Texto original: “*Elle ouvre des fenêtres, elle crée des angles nouveaux, en un mot elle est libératrice de certains de nos modes habituels de pensée, mais elle ne satisfait en rien un fantasme assez courant qui consisterait à vouloir à tout prix y trouver toutes les réponses à toutes les questions que nous nous posons*”.

<sup>46</sup> Aliada à leitura de Foucault, autores como Wendy Brown e Veronica Gago apresentam uma abordagem de cunho marxista para o neoliberalismo na atual conjuntura.

São diversas as interpretações para o surgimento dessa *nova* versão. Na obra *Nas ruínas do neoliberalismo* ([2016], 2019), Wendy Brown sugere que a emergência de um neoliberalismo autoritário que flerta com o nacionalismo, racismo e populismo corresponderia a uma “criação franskensteiniana” do neoliberalismo tal como pensado por Hayek, Friedman e os ordoliberalis, por exemplo. Para a autora (2019, p. 19), os neoliberais originais “teriam ficado horrorizados diante do fenômeno contemporâneo do surgimento de líderes ao mesmo tempo autoritários e imprudentes” e, embora seu livro argumente que os princípios e modos de governar neoliberais possam ter constituído o “presente catastrófico”, não fora esse o “rebento desejado pelo neoliberalismo”. É nesse sentido que Brown (2019, p. 20) sustenta que a atual conjugação é inédita, devendo por isso entender o que levou as formulações neoliberais da liberdade a inspirarem e legitimarem a direita e a extrema direita a mobilizarem “um discurso de liberdade para justificar suas exclusões e violações às vezes violentas e que visam reassegurar a hegemonia branca, masculina e cristã, e não apenas expandir o poder do capital”.

Dardot *et al.* (2021) apontam que há também o entendimento de que o atual ressurgimento de uma versão autoritária seria uma expressão de seu enfraquecimento político, de sua crise de hegemonia, tal como Grégoire Chamayou sugere no texto “*1932: Naissance du libéralisme autoritaire*” (2020). Tanto no caso de Brown quanto de Chamayou, dizem os autores (2021, p. 33), o neoliberalismo em suas formas contemporâneas seria entendido enquanto uma “desvirtuação ou degenerescência que seria preciso decifrar como o sintoma de um modelo em crise”.

Todavia, se analisado sob uma dimensão estratégica, é possível perceber o neoliberalismo em um conjunto de relações (de composição ou de aliança, mas também de antagonismo) com outras racionalidades políticas, tendo sido, desde seu início, confrontado com a obrigação de designar inimigos e refletir sobre seus modos de ação, assegurando sua eficácia ofensiva (Dardot *et al.*, 2021). Nesse sentido, seria preciso fazer justiça ao seu caráter estratégico e à sua capacidade de se dobrar ao contexto a fim de levar a cabo seu projeto de impor às sociedades certas normas de funcionamento, entre as quais a mais importante, a de concorrência. Essa sua plasticidade estaria atrelada, portanto, à necessidade de fazer do mercado concorrencial uma espécie de *imperativo categórico* que permitiria legitimar as medidas mais excessivas. Assim é que se explicaria

por quais razões o neoliberalismo se encontra, em certas ocasiões históricas, levado a se conjugar com o advento ou restabelecimento da democracia liberal; mas também permite compreender, por que, quando a ordem do mercado parece diretamente ameaçada em sua existência, ele se anexa, ao contrário, às formas políticas mais autoritárias e à violação dos direitos individuais mais elementares (Dardot *et al.*, 2021, p.36)

Lazzarato (2019, p. 53) corrobora com esse entendimento ao afirmar que “a intensidade crescente das mobilizações neofascistas, a livre circulação do discurso e dos atos racistas e sexistas parecem poder se integrar no quadro da governamentalidade neoliberal sem maiores problemas, pois participam da mesma máquina de guerra capitalista”. A passagem de um modo de governar dinâmico e modernizador para um modo conservador e autoritário não deveria ser entendida como um declínio do projeto neoliberal ou mesmo um impasse em relação aos seus objetivos, mas como parte da racionalidade neoliberal. Tratar-se-ia, portanto, de um fenômeno que percebe as crises (políticas, sociais, econômicas, ambientais, etc.) existentes como estratégicas para a continuidade de seu projeto, de um fenômeno que se alimenta e se radicaliza por meio de suas próprias crises (Dardot; Laval, 2019). Como aponta Silva (2021, p. 163-164) ao abordar as estratégias contemporâneas de governo da população, trata-se de atentarmos para a dinâmica flexível do próprio sistema neoliberal, “que tem a elasticidade de advogar, em determinado contexto, tanto um imperativo da inclusão como, em outro, estender as possibilidades da exclusão, precarização e violência”.

O que estaríamos assistindo seria, pois, uma das metamorfoses do neoliberalismo, e não a menos perigosa. Conforme Dardot e Laval (2019, *on-line*),

no fundo, o novo neoliberalismo é a continuação do antigo de maneira pior. O marco normativo global que insere indivíduos e instituições dentro de uma lógica de guerra implacável, reforça-se cada vez mais e acaba progressivamente com a capacidade de resistência, desativando o coletivo. Esta natureza antidemocrática do sistema neoliberal explica em grande parte a espiral sem fim da crise e o aceleração diante de nossos olhos do processo de desdemocratização, pelo qual a democracia se esvazia de sua substância, sem que se suprima formalmente.

A pesquisadora argentina Verónica Gago também procura discutir essa “mutação” do neoliberalismo, mencionando como essa espécie de “involução” ou “anomalia” de um neoliberalismo caracterizado sempre por seu liberalismo político poderia ser desmentida se deslocarmos nosso olhar “de certas narrativas atlântico-eurocêntricas” e enfocarmos a origem do neoliberalismo na América Latina, a-

travessado, desde sua gênese, pelo autoritarismo (Gago, 2021). A experiência neoliberal no Chile, bem como sua implantação na Argentina, com suas reformas na legislação financeira e o terrorismo de Estado, corroborados em visitas de Hayek e Friedman durante aquele período, permitem que se analise por outro ângulo “a ideia de ‘novidade’, de um neoliberalismo que deixou sua roupagem liberal, e inclusive progressista, para conectar sua atualidade com a experiência originária em certas regiões (sem dúvidas, terceiro-mundistas) do planeta” (Gago, 2021, p. 197). Por esse motivo,

falar do caráter polimórfico, da capacidade combinatória, versátil, do neoliberalismo, mostra que a governabilidade neoliberal se refere a uma racionalidade política que não está reduzida ao aparato do governo, e que disputa as subjetividades como espaço estratégico da produção de governo” (Gago, 2021, p. 197).

Levando em consideração esse entendimento e situando-me em uma posição teórica que percebe as diferentes versões do neoliberalismo como deslocamentos que fazem parte de seu modo de funcionamento, entendo que não há uma única via para o seu desenvolvimento, conforme sustentam Dardot *et al.* (2021). Sob esse prisma, a despeito da extensa gama de perspectivas e combinações, haveria pelo menos três grandes tipos de posições estratégicas na literatura neoliberal, as quais poderia ser associado um autor em especial:

uma estratégia de modernização por adaptação às mudanças introduzidas pela competição mundial e nacional (Lippmann); um conservadorismo assumido que visa defender as comunidades orgânicas e hierárquicas (Röpke); um evolucionismo que concilia tradições e mudanças em processos lentos de experimentação social (Hayek) (Dardot *et al.*, 2021, p. 157).

Podendo se conciliar na prática, essas posições permitem que o projeto neoliberal avance sob diferentes coordenadas, o que contribui para reforçar seu caráter estratégico e versátil. O que não varia em nenhuma das três perspectivas, segundo Dardot *et al.* (2021), é o núcleo duro do antioletivismo e a defesa de um capitalismo concorrencial. Acerca do que essas três escolas compartilham, Brown (2019, p. 99) destaca a “rejeição da democracia robusta e da noção expansiva do político sobre o qual a democracia repousa”. Assim é que, mais do que distanciamentos, essas três perspectivas têm servido para fazer do neoliberalismo uma “força transformadora da sociedade até aqui irresistível” capaz de absorver, pelo

menos em parte, as lutas de enfrentamento social defendidas pela esquerda e de mobilizar parte da população – ela própria vítima do sistema neoliberal, a apoiar políticas extremamente favoráveis às classes mais ricas (Dardot *et al.*, 2021).

Pensando na constituição do projeto neoliberal na contemporaneidade e sua capacidade de se adequar às mais diversas contingências, um dos principais questionamentos referentes à sua face conservadora atual diz respeito à relevância que vem sendo atribuída à instituição familiar e a seu conjunto de valores, a qual tem contribuído para a produção de verdadeiras “cruzadas morais” que procuram restaurar uma “ordem” apresentada como natural e moral, a da tradição e da família heteronormativa definida como a base e valor supremo da civilização ocidental” (Dardot *et al.*, 2021, p. 211).

Essa vertente familista atual passou a ser discutida por pesquisadores (ver Cooper, 2018, 2020a; 2020b, 2021, 2022, 2024; Gago, 2019, 2021; Brown, 1995, 2015, 2018b, 2019; Biroli, 2014, 2020; Kalil, 2020) que apresentam enfoques variados em relação ao recurso aos valores familiares por parte do modo de governar neoliberal, de modo semelhante aos posicionamentos referentes às implicações autoritárias do neoliberalismo.

A pesquisadora norte-americana Melinda Cooper, na obra “*The Family Values: Between Neoliberalism and the New Social Conservatism*”<sup>47</sup> (Os valores familiares: entre o neoliberalismo e o novo conservadorismo social), publicada em 2017, bem como em diversos artigos com o mesmo propósito, aponta a família como o elemento central de uma aliança entre neoliberais e conservadores, salientando a noção de “responsabilização familiar” nos EUA como proveniente dessa relação de colaboração entre ambos. Conforme Cooper (2020b), as duas perspectivas precisam reforçar as obrigações não-contratuais da família de alguma forma, embora por diferentes razões. Para os neoliberais, a família atua como uma alternativa necessária ao Estado de bem-estar social e como lastro do livre mercado; já para os neoconservadores, a família é o fundamento inquestionável da ordem social. Embora a convergência entre ambos não seja perfeita, aponta a pesquisadora, ela foi forte o bastante para aproximar neoliberais e neoconservadores e tem sido o pilar da política social democrata e republicana naquele país. Ainda segundo Cooper (2022), a família era

---

<sup>47</sup> O referido livro não apresenta tradução em Língua Portuguesa, sendo utilizada nesta Tese a versão em Língua Espanhola, cuja primeira edição foi lançada no ano de 2022.

central na década de 1970 e continuou sendo, como a projeção de um neoliberalismo nos moldes de Donald Trump, cuja ascensão foi acompanhada de uma visão radicalmente tradicionalista e patriarcal da família, demonstrou.

Brown (2019) faz referência à perspectiva analítica de Cooper e pontua que, a fim de entender os pontos de convergência da moralidade tradicional e do neoliberalismo, seria preciso retornar às ideias neoliberais fundadoras, em especial a Hayek. É nesse ponto que Dardot *et al.* (2021) convergem com Brown, ao afirmarem que a fusão do neoliberalismo e do neoconservadorismo poderia ser analisada como uma estratégia de instrumentalização recíproca de duas lógicas heterogêneas, mas que tal leitura não abarcaria as afinidades eletivas que o neoliberalismo tem estabelecido com certas temáticas próprias ao pensamento conservador. Nesse sentido,

Mais que uma aliança com ares paradoxais entre um neoliberalismo inicialmente progressista e aberto e um neoconservadorismo hostil a toda transformação social, é, então, o lugar que cabe aos “valores” da tradição, da família e da religião que convêm interrogar no seio do pensamento neoliberal (Dardot *et al.*, 2021, p. 158).

Esse entendimento dimensiona essa aliança não como um fenômeno artificial, mas como uma conexão que aponta para uma tendência inerente ao neoliberalismo de, desde sua gênese, um número considerável de seus pensadores atribuir uma importância decisiva à estrutura familiar tradicional e a seu conjunto de valores hierárquicos. Por esse prisma, para além de seu caráter polimorfo, seria preciso considerar uma *matriz conservadora original* do neoliberalismo, onde os valores familiares privados constituiriam, conforme Brown (1995), *o segredo do contratualismo liberal*.

Compreender como chegamos a uma conjuntura que faz da defesa da família tradicional um elemento importante para a manutenção do projeto político neoliberal e que tem funcionado para aglutinar forças autoritárias da extrema-direita ao redor do mundo atualmente requer, no meu entendimento, um retorno à genealogia neoliberal. Uma incursão pelo modo como *corações e almas* passaram a serem modulados a partir da lógica do mercado pode auxiliar a compreender aquilo viria a ser muito mais acentuado a partir da crise de 2008: *o deslocamento dos laços sociais aos laços familiares*, únicos capazes, segundo o ideário neoliberal, de funcionarem como sistema efetivo de proteção dos indivíduos.

Com este objetivo, na próxima subseção apresento alguns apontamentos sobre como o neoliberalismo valeu-se de uma incessante exortação moral realizada a partir de “doses maciças de intervenção e de reeducação” (Safatle, 2021) a fim de que os indivíduos comesçassem a ver a si mesmos como os únicos responsáveis pelo cuidado da vida e a família como o único esteio econômico e moral.

#### 2.4.1 O mercado e a moral andam de mãos dadas

*O governo é necessariamente o produto de um design intelectual. Se conseguirmos dar-lhe uma forma que proporcione um quadro benéfico para o livre crescimento da sociedade, sem dar a ninguém o poder de controlar esse crescimento em particular, podemos muito bem esperar ver o crescimento da civilização continuar<sup>48</sup> (Hayek, 1982, p. 152).*

Lazzarato (2019, p. 31) aponta que a estratégia neoliberal não é econômica sem ser ao mesmo tempo subjetiva. Assim é que introjeção do ideal empresarial por parte dos indivíduos demandou um profundo trabalho de “design psicológico”, isto é, de internalização de predisposições psicológicas necessárias para a formalização da sociedade com base no modelo da empresa (Safatle, 2021).

Uma das frentes de atuação responsáveis por esse trabalho foram as *think tanks*, espaços em que uma vanguarda intelectual buscou influenciar jornalistas, professores, escritores, entre outros, para difundir os ideais pró-mercado. Estas instituições apresentam desde meados do século XX um papel relevante na consolidação do projeto neoliberal, contribuindo para a realização do que Safatle (2021) denominou de uma “engenharia social”.

Era preciso estimular uma batalha de ideias a fim de que os indivíduos declinassem de apoiar as políticas socialistas ou quaisquer formas de exigência de igualdade. Para tanto, o retorno às ideias de Mises (2007) sobre a difusão dos ideais liberais, ainda anteriores à Segunda Guerra, apareceu como fundamental. Na obra *Socialism: an Economic and Sociological Analysis* (Socialismo: uma análise econômica e sociológica), publicada em 1922, o economista havia escrito que as

---

<sup>48</sup> Texto original: “Government is of necessity the product of intellectual design. If we can give it a shape in which it provides a beneficial framework for the free growth of society, without giving to anyone power to control this growth in the particular, we may well hope to see the growth of civilization continue”.

massas não pensam, mas seguem aqueles que o fazem e, portanto, a direção espiritual da humanidade pertenceria ao pequeno número de homens capazes de acolher e compreender o pensamento elaborado por outros e espalhar essas ideias a fim de, aos poucos, formar a opinião pública. Ainda segundo o austríaco (2007), haveria apenas uma possibilidade para evitar “a queda no abismo que ameaçava a civilização”, ou, em outras palavras, o triunfo do socialismo, e esta significava a disseminação do ideário neoliberal:

A cultura humana desaparecerá para sempre? Ou será que a catástrofe ainda pode ser evitada no último momento e será possível encontrar novamente o único caminho para a salvação, o caminho que conduz ao pleno reconhecimento da propriedade privada dos meios de produção? Isto dependerá das ideias de que animam as próximas gerações<sup>49</sup> (Mises, 2007, p. 31, tradução minha).

É nessa perspectiva que o Colóquio Lippmann, já referenciado, vai abordar em 1938 a ideia de que a refundação do liberalismo tem por objetivo preservar a civilização ocidental daquilo que a colocaria em perigo (o intervencionismo de Estado e a escalada do coletivismo). E é também nessa seara que, em 1947, a Sociedade *Mont Pèlerin* vai trazer em sua *Declaração de Objetivos* um discurso que aponta a preocupação com os valores morais em ruínas em razão do declínio da crença na propriedade privada e no mercado competitivo, reverberando fortemente as palavras de Mises:

Os valores centrais da civilização estão em perigo. Em grandes extensões da superfície da Terra, as condições essenciais da dignidade e liberdade humanas já desapareceram. Em outras, elas estão sob constante ameaça do desenvolvimento das tendências atuais de política [...] Até mesmo a posse mais preciosa do Homem Ocidental, a liberdade de pensamento e expressão, é ameaçada pela disseminação de credos que, reivindicando o privilégio da tolerância quando na posição de minoria, buscam apenas estabelecer uma posição de poder na qual possam suprimir e obliterar todas as visões, exceto as suas. O grupo sustenta que esses desenvolvimentos foram fomentados pelo crescimento de uma visão da história que nega todos os padrões morais absolutos e pelo crescimento de teorias que questionam a desejabilidade do império da lei. Ele sustenta ainda que eles foram fomentados por um declínio da crença na propriedade privada e no mercado competitivo<sup>50</sup> (Mont Pèlerin Society, 1947, *on-line*, tradução minha).

---

<sup>49</sup>Texto original: “¿Desaparecerá para siempre la cultura humana? O bien ¿se podrá evitar todavía la catástrofe en el último instante, y será posible encontrar nuevamente el único camino de salvación, el camino que conduce al reconocimiento íntegro de la propiedad privada de los medios de producción? Ello dependerá de las ideas que animen a las generaciones del mañana”.

<sup>50</sup> Texto original: “The central values of civilization are in danger. Over large stretches of the Earth’s surface the essential conditions of human dignity and freedom have already disappeared. In others they are under constant menace from the development of current tendencies of policy (...) Even that most

O conjunto de *think tanks* criadas a partir da década de 1940 incluíam, pois, não apenas escritos de economia, produzidos por membros da Escola Austríaca e da Escola de Chicago, por exemplo, como também uma literatura mais ampla que procurava fazer uma defesa do livre mercado embasada principalmente em fundamentos morais e filosóficos. Não sem disputas internas relativas às táticas para pôr em ação o projeto neoliberal, o recurso à repetição de exortações morais funcionou para internalizar a compreensão de que toda resistência ao modo de vida pautado pelo mercado significava uma falta moral. Nesse escopo, é preciso fazer menção ao estreito vínculo com o pensamento do filósofo conservador norte-americano Russel Kirk, que alicerçado sobre a obra de Edmund Burke<sup>51</sup>, considerado o precursor do conservadorismo moderno, vai afirmar que “homens e nações são governados por leis morais” e de que “temos uma dívida moral para com nossos antepassados, que nos outorgaram nossa própria civilização, legando-nos o dever moral diante das gerações futuras” (Kirk, 2021, p. 16-17).

O princípio moral fundamentado na crença na propriedade e nos valores familiares não deixou de ser sustentado em nenhum momento por Hayek, que, em 1984, quase quatro décadas depois da fundação da *Mont Pèlerin*, anunciou em discurso proferido àquela sociedade:

Há [...] uma herança moral, que é uma explicação para a dominância do mundo ocidental; uma herança moral que consiste essencialmente da crença na propriedade, na honestidade e na família, todas coisas que não pudemos e nunca fomos capazes de justificar intelectualmente de modo adequado [...]. Devemos retornar a um mundo em que não apenas a razão, mas a razão e a moral, como parceiras iguais, devem governar nossas vidas, onde a verdade da moral é simplesmente uma tradição moral, a do Ocidente cristão, que criou a moral na civilização moderna.<sup>52</sup> (Hayek, 1984, on-line, tradução minha).

---

*precious possession of Western Man, freedom of thought and expression, is threatened by the spread of creeds which, claiming the privilege of tolerance when in the position of a minority, seek only to establish a position of power in which they can suppress and obliterate all views but their own. The group holds that these developments have been fostered by the growth of a view of history which denies all absolute moral standards and by the growth of theories which question the desirability of the rule of law. It holds further that they have been fostered by a decline of belief in private property and the competitive market; for without the diffused power and initiative associated with these institutions it is difficult to imagine a society in which freedom may be effectively preserved”.*

<sup>51</sup> Edmund Burke (1729-1797) foi um filósofo, escritor, político e orador irlandês, considerado um dos fundadores do conservadorismo moderno. Tornou-se conhecido por suas reflexões críticas sobre a Revolução Francesa, expostas em sua obra mais famosa, *Reflections on the Revolution in France* (1790). Nela, Burke defende a preservação das instituições tradicionais, como a monarquia, a religião e os costumes sociais, argumentando que mudanças abruptas e radicais podem levar ao caos e à tirania.

<sup>52</sup> Texto original: “*There is [...] a moral inheritance, which is an explanation of the dominance of the western world, a moral inheritance which consists essentially in the belief in property, honesty and the*

Hayek é bastante contundente ao vincular mercado e moral, apontando a importância de ambos para uma civilização próspera. Assim é que o lugar da moralidade tradicional dentro da razão neoliberal está enraizado em uma “ontologia comum de ordens espontaneamente evoluídas carregadas pela tradição” (Brown, 2019, p. 118). E essa ontologia, aponta Brown (2019), apresenta compatibilidade perfeita entre (e em meio à) disciplina e liberdade, herança e inovação, evolução e estabilidade, autoridade e independência.

Longe, portanto, de se constituir em uma espécie de *suplemento* compensatório para contrabalancear as necessidades do mercado, a moral se apresenta como um fundamento essencial para a constituição de uma sociedade livre e ordenada. Conforme sublinha Brown (2019, p. 23), para Hayek, o mercado e a moral, juntos, são o fundamento da liberdade, da ordem, da civilização.

Essa compreensão fica tanto mais evidente quando observamos que, na obra *Os fundamentos da Liberdade* ([1960], 2011, p. 122), Hayek sustenta:

Provavelmente nunca existiu uma crença genuína na liberdade, e certamente não houve nenhuma tentativa bem-sucedida de operar uma sociedade livre, sem uma reverência genuína por instituições desenvolvidas, por costumes e hábitos e “todas aquelas garantias de liberdade que surgem da regulamentação de longa prescrição e de costumes antigos”. *Por mais paradoxal que possa parecer, é provavelmente verdade que uma sociedade livre bem-sucedida será sempre, em grande medida, uma sociedade ligada à tradição*<sup>53</sup> (tradução minha, grifos meus).

Essa amálgama entre mercado e moral, ao mesmo tempo em que afirmava a importância crucial da tradição e dos valores da religião e da família para o funcionamento da ordem do mercado, buscava atacar a raiz do mal que estaria corroendo o ocidente e que Hayek (2011) denomina de “miragem da justiça social”. É nesse escopo que, em uma posição contrária a qualquer tipo de política igualitária ou mesmo redistributiva, Hayek aponta que, caso as “convenções” sejam ameaçadas, a fim de salvar “a sociedade livre”, formas de coerção seriam admissíveis ou mesmo indispensáveis:

---

*family, all things which we could not and have never been able adequately to justify intellectually [...] we must return to a world in which not only reason, but reason and morals, as equal partners, must govern our lives, where the truth of morals is simply one moral tradition, that of the Christian west, which has created morals in modern civilization”.*

<sup>53</sup> Texto original: “*There probably never has existed a genuine belief in freedom, and there has certainly been no successful attempt to operate a free society, without a genuine reverence for grown institutions, for customs and habits and all those securities of liberty which arise from regulation of long prescription and ancient ways. Paradoxical as it may appear, it is probably true that a successful free society will always in a large measure be a tradition-bound Society*”.

Em alguns casos, seria necessário, para o bom funcionamento da sociedade, garantir uma uniformidade semelhante por coerção, se tais convenções ou regras não fossem observadas com frequência suficiente. A coerção, então, pode às vezes ser evitável apenas porque existe um alto grau de conformidade voluntária, o que significa que a conformidade voluntária pode ser uma condição de um trabalho benéfico da liberdade. É de fato uma verdade, que todos os grandes apóstolos da liberdade fora da escola racionalista nunca se cansaram de enfatizar, que a liberdade nunca funcionou sem crenças morais profundamente arraigadas e que a coerção pode ser reduzida ao mínimo somente onde se pode esperar que os indivíduos, como regra, se conformem voluntariamente a certos princípios<sup>54</sup> (Hayek, 2011, p. 123, tradução minha).

Hayek preconiza a tradição como sendo um escudo eficaz contra o perigo do triunfo de qualquer modelo de sociedade que não seja orientado pela lógica do mercado e, nesse sentido, atribui à moral tradicional uma função normalizadora. Mas, mais que isso, o pensador não se furta de exaltar um caminho coercitivo em caso de inobservância daquilo que faria prosperar a liberdade econômica. É com essa mesma perspectiva autoritária que Hayek, em entrevista concedida ao jornal chileno *El Mercurio* em 1981, ao ser indagado sobre o valor da liberdade e da democracia, afirma que:

A liberdade requer um certo grau de democracia, mas não é compatível com a democracia ilimitada, ou melhor, com a existência de uma assembleia legislativa representativa com poderes abrangentes. No entanto, para a liberdade é indispensável que os indivíduos possam pôr fim a um governo que a maioria rejeita. Isso é de grande valor. A democracia tem uma tarefa que chamo de "higiene", garantindo que os processos políticos sejam conduzidos de maneira saudável. Não é um fim em si mesmo. *É uma norma processual que tem o objetivo de servir à liberdade. Mas de forma alguma tem a mesma posição que a liberdade. Este último exige democracia, mas prefiro sacrificar temporariamente, repito, temporariamente, a democracia a prescindir da liberdade, mesmo que seja temporariamente*<sup>55</sup> (Hayek citado por Caldwell; Montes, 2014, p. 47, tradução minha, grifos meus).

<sup>54</sup> Texto original: *The general observance of these conventions is a necessary condition of the orderliness of the world in which we live, of our being able to find our way in it, though we do not know their significance and may not even be consciously aware of their existence. In some instances it would be necessary, for the smooth running of society, to secure a similar uniformity by coercion, if such conventions or rules were not observed often enough. Coercion, then, may sometimes be avoidable only because a high degree of voluntary conformity exists, which means that voluntary conformity may be a condition of a beneficial working of freedom. It is indeed a truth, which all the great apostles of freedom outside the rationalistic school have never tired of emphasizing, that freedom has never worked without deeply ingrained moral beliefs and that coercion can be reduced to a minimum only where individuals can be expected as a rule to conform voluntarily to certain principles.*

<sup>55</sup> Texto original: *“Liberty requires a certain degree of democracy but it is not compatible with unlimited democracy, or better said, with the existence of a representative legislative assembly with all-embracing powers. However, for liberty it is indispensable that individuals can put to an end a government that the majority rejects. This is of great value. Democracy has a task that I call of “hygiene,” ensuring that political processes are conducted in a healthy way. It is not an end in itself. It is a procedural rule that has the objective of serving freedom. But in no way has it the same standing as liberty. The latter requires democracy, but I would rather prefer to sacrifice temporarily, I repeat, temporarily, democracy rather than doing without liberty, even if it were temporarily”.*

O economista aponta que a democracia não é um princípio intangível, sobre o qual não se abririam concessões, mas existiria com o fim de servir à liberdade. Conforme salienta Chamayou (2020), a democracia aparece, para Hayek, como apenas uma forma de governo, enquanto a liberdade é compreendida como um modo de vida. No caso de ser preciso optar entre uma e outra, a escolha seria pela liberdade. O entendimento de que os princípios liberais poderiam existir em outra forma de governo já havia sido delineada por Hayek (2011) quando ele afirmara que era concebível um governo autoritário seguir os preceitos neoliberais, como o caso chileno demonstrou fielmente.

Nesse escopo, a limitação da democracia não significaria um problema para a sacralização constitucional do mercado. Hayek entende que, se para o princípio da liberdade individual atingir o êxito, fosse preciso prescindir da democracia, este era o caminho a ser seguido. Por isso ele aponta a necessidade de “destronar o político”, por meio da submissão da política às coordenadas e métricas econômicas e sua sujeição às exigências do mercado e, mais ainda, por meio da oposição sistemática a quaisquer tentativas de projeção de uma “democracia robusta” baseada nos movimentos sociais, na participação política direta e nas demandas democráticas ao Estado (Brown, 2019).

Conforme meu entendimento, esse posicionamento precisa ser evidenciado, uma vez que as formas agressivas hoje utilizadas pelos movimentos de extrema-direita para minar quaisquer tentativas de avanços democráticos –como políticas de distribuição de renda e igualdade de direitos –, tem se baseado amplamente na defesa autoritária de uma liberdade individual orientada por valores tradicionais. Logo, não incorreríamos em equívoco ao perceber nas manifestações contemporâneas da governamentalidade neoliberal elementos preconizados há bastante tempo por pensadores neoliberais como Hayek.

Entender como foi sendo produzida a compreensão de uma liberdade que vai permear o projeto neoliberal, requer, portanto, o entendimento prévio dessa relação medular entre mercado e moral. Conforme Dardot *et al.* (2021), a liberdade defendida pelos neoliberais é oposta a todo movimento de “emancipação”, não designando um conjunto de garantias contra a opressão individual e coletiva, mas o direito de cada indivíduo agir motivado por seus interesses próprios. A liberdade seria sempre, para Hayek, sinônimo de liberdade individual, “dado que um horizonte de liberdade coletiva conduziria, necessariamente, a experiências totalitárias, cujo paradigma seriam o

nazismo, o socialismo e até mesmo experiências como a do estado de bem-social do pós-guerra” (Silva *et al.* 2021, p. 83), as quais arruinariam o ideal do mérito e do esforço e incorreriam na desresponsabilização dos indivíduos.

Chamayou (2020) é enfático ao apontar que ideólogos conservadores como George Gilder elaboraram uma retórica *antiwelfare* que situava o Estado de bem-estar social como um “perigo moral” e, até mesmo, “civilizacional”, ao dispensar os mais desprovidos de se curvarem aos imperativos do mercado apresentados como poderosos incentivos à virtude. Nesse escopo, os seguros-desemprego incitariam a preguiça; o direito à aposentadoria dissolveria o dever filial perante os mais velhos; os auxílios às pessoas com deficiência enalteceriam os defeitos físicos superficiais, etc.

Diante desse cenário a ser combatido, a liberdade só poderia ser sustentada por meio de estratégias capazes de produzir nos indivíduos a compreensão de que estes deveriam ter o direito a escolher, de que deveria ser permitido ao indivíduo seguir seus próprios valores, pois “o sistema de objetivos do indivíduo deve ser soberano, não estando sujeito aos ditames alheios” (Hayek, 1990, p. 84). Assim é que as condutas, na governamentalidade neoliberal, foram sendo conduzidas de modo a aceitarem um “único modelo de liberdade através do qual se reconhecem: o das escolhas de mercado e o do mercado das escolhas no qual acabam pagando os custos da concorrência e da própria produção da liberdade” (Chignola, 2016, on-line).

Ao fazer os indivíduos assumirem para si as consequências de suas ações, isto é, ao responsabilizá-los integralmente pelas escolhas em relação ao cuidado da vida, se estava, por consequência, distanciando-se de qualquer tentativa de dependência dos indivíduos em relação ao Estado. Em nome da liberdade, buscava-se suplantando o ideal de igualdade entre os indivíduos, visto que esse poderia conduzir, conforme o argumento neoliberal, aos excessos totalitários.

Acerca dessa repulsa ao ideal de igualdade, cabe salientar que Milton Friedman e Rose Friedman (1980) retomam a Declaração da Independência norte-americana e argumentam que a igualdade possível naquele momento dizia respeito à igualdade “perante Deus”, a chamada “igualdade pessoal”, tal como preconizada por Thomas Jefferson. Não obstante, asseguram os autores, com o advento de uma perspectiva de “igualdade de resultados” que levaria a um “suposto” mesmo nível de vida ou de renda”, levada a cabo por “governos sempre mais poderosos” e “dispostos a restringir as liberdades”, o que estaria sendo presenciado era o abandono desse ideal de igualdade e o conseqüente choque com o princípio da liberdade (Friedman M.;

Friedman R., 1980). Também aqui é possível fazer menção ao pensamento conservador de Kirk (2021, p. 17), quem sustenta que a justiça significa, tão somente, que “todo homem e toda mulher têm o direito ao que lhes pertence”, e que

A sociedade civilizada exige que todos os homens e mulheres tenham direitos iguais perante a lei, mas essa igualdade não deve se estender à igualdade de condição: isto é, a sociedade é uma grande parceria em que todos têm direitos iguais, mas não posses idênticas. A sociedade justa exige firme liderança, diferentes recompensas para as mais distintas capacidades e senso de respeito e dever (Kirk, 2021, p. 17).

Revestido de uma responsabilização que vai guiar, permanentemente, suas escolhas e decisões, há nesse processo, por conseguinte, um modo de constituir um comportamento resolutivo que faz do indivíduo alguém que necessita, a todo momento, receber investimentos a fim de desenvolver suas habilidades, capacidades e aptidões úteis aos processos econômicos, isto é, desenvolver seu capital humano e gerenciar os riscos que a liberdade lhe proporciona. Esse gerenciamento é fundamental, pois é o único caminho para se avançar em direção à liberdade.

Brown (2018a) afirma que o termo *responsabilização* tem origem em uma capacidade humana há muito associada a uma autonomia moderada. Ser responsável é ter a capacidade de imputabilidade, é sinal de soberania individual. Retomando o filósofo alemão Friedrich Nietzsche, a pesquisadora sustenta que somente um agente moral considerado no controle de suas ações pode carregar a responsabilidade por si mesmo. Não obstante,

[...] quando o ato de ser responsável é linguisticamente convertido na condição administrada de ser responsabilizado, ele sai do domínio do agir e passa a governar o sujeito como uma injunção moral exterior – através de demandas que emanam de um lugar outro, invisível. A palavra *responsabilização* é um passo nessa direção: de um adjetivo baseado num substantivo (*responsável*), para um verbo transitivo baseado num processo, deixando de ser uma capacidade individual para tornar-se um projeto de governança. Responsabilização assinala um *regime*, no qual a capacidade humana singular de se responsabilizar torna-se um modo de administrar sujeitos, um processo no qual estes são refeitos e reorientados pela ordem neoliberal e através do qual sua conduta é mensurada (Brown, 2018a, p. 39).

Se no liberalismo clássico a responsabilidade era tomada um dado natural ou primário, no neoliberalismo, contrariamente, temos a introjeção de predisposições psicológicas visando à produção no indivíduo do *dever moral* de administrar sua vida. Discursivamente se culpabiliza a dependência e se destitui o provisionamento coletivo

para a existência, tornando a responsabilização uma ação que afasta o indivíduo do sentido de pertencimento a uma sociedade. É nesse sentido que Brown (2018a, p. 42) sustenta que a economicização da política e a redução da cidadania como investimento “responsabilizado em si mesmo, por um lado, e como capital humano para a nação enquanto empresa, por outro, significam que a cidadania é despida de voz e engajamento político substantivos, e a virtude cidadã resumida a um acomodarse, sem queixas, à vida econômica da nação”.

Ocorre, e este é um ponto fundamental, que a liberdade neoliberal é

produzida por tecnologias diferentes, muito invasivas e fugazes. É necessário que o indivíduo - independentemente se é um precário, um estudante, um migrante - se perceba como um livre empreendedor de si, em constante competição e concorrência com os outros. Aqui a autonomia coincide com o abandono do indivíduo, a vicissitude do mercado como um duríssimo princípio de realidade para a sua ação e desejo (Chignola, 2015, p. 22).

Convertido naquele cujo dever moral é buscar o auto investimento perspicaz e estratégicas empreendedoras de autocuidado (Brown, 2018a), o indivíduo passa a ser solicitado como ator completamente imputável pelo *cuidado da vida*. Essa autossuficiência do indivíduo, não obstante, passa a ser cada vez mais inviabilizada pela própria configuração da governamentalidade neoliberal, que para concretizar a competitividade, investe em práticas, em técnicas que produzem a insegurança e o medo pelo fracasso.

A desconstrução do Estado social que vem na esteira da neoliberalização da vida repassa aos empresários de si mesmos os custos sociais com educação, saúde, habitação, segurança, cultura, etc. O que esse deslocamento de perspectiva projeta é a produção permanente de uma competitividade que traz consigo a insegurança social e a necessidade de gerenciamento de risco. É nesse escopo que aquilo que M. Friedman (1985, p. 38) chamou de “a unidade operacional última de nossa sociedade”, isto é, a “família”, passa a ser acionada. Se o Estado provedor passa a ser destituído, é preciso que uma outra instituição cumpra a função de servir de contrapeso às *liberdades* do mercado, sob o risco de o indivíduo não conseguir afastar-se das políticas sociais de um Estado provedor e querer deixar de agir conforme sua própria capacidade e seus próprios esforços. Na arte neoliberal de governo das condutas, é a instituição familiar que vai ser acionada como um tipo de contrato de

seguro mútuo primitivo (Cooper, 2022) que vai garantir ao indivíduo poder se lançar, de corpo e alma, no jogo concorrencial.

Conforme apresento na próxima seção, se em seu formato atual o neoliberalismo se ampara fortemente na família e nos valores familiares, é porque muito mais do que uma simples “zona de contato”, a “articulação da empresa com a família é o ponto de convergência ou intersecção entre normatividade neoliberal e moralismo neoconservador” (Dardot; Laval, 2016, p. 388). Por esse prisma, entendo ser importante trazer elementos que apontem como alguns neoliberais percebiam a família e como, no decorrer dos anos, estes foram reconhecendo, cada vez mais, a relevância dessa instituição para a manutenção e fortalecimento do projeto neoliberal.

## 2.5 Da centralidade da família para o projeto neoliberal

*[...] como forma de fomentar em todo o aparelho do Governo Federal uma nova sensibilidade para a importância da família, fazemos esta recomendação final: Todos os chefes de departamentos e agências devem rever os programas e políticas atuais dentro das suas jurisdições, aplicando rigorosamente a cada um destes critérios específicos: Esta medida reforça ou corrói a autoridade do lar e, especificamente, os direitos dos pais na educação, criação e supervisão dos seus filhos? Ajuda a família a desempenhar as suas funções ou substitui a atividade governamental por essa função? (Bauer, 1986, p. 52)*

Com o *cuidado da vida* por parte dos indivíduos passando a se constituir como um imperativo a ser disseminado pelo corpo social, a instituição familiar também passou a ser capturada pelo conjunto de verdades sob as quais se sustenta a racionalidade neoliberal. Nas palavras de Cooper,

atentar exclusivamente ao individualismo do livre mercado esconde a recorrente elisão entre o pessoal e o familiar no discurso neoliberal, tornando incompreensível sua compatibilidade histórica com diversas faces do conservadorismo moral. *Sim, o neoliberalismo interpela insistentemente o indivíduo para que assuma a responsabilidade por seu destino, mas até mesmo a obrigação de responsabilidade pessoal desliza inevitavelmente para a responsabilidade familiar quando se trata de gerenciar os inevitáveis problemas de dependência econômica (o cuidado com os filhos e filhas, pessoas incapacitadas, idosas ou não assalariadas)*<sup>56</sup> (Cooper, 2022, p. 77-78, tradução minha, grifos meus).

<sup>56</sup> Texto original: “(...) prestar atención exclusivamente al individualismo del libre mercado oculta la recurrente omisión entre lo personal y lo familiar en el discurso neoliberal y, por lo tanto, hace incomprensible su compatibilidad histórica con diversas facetas del conservadurismo moral. Sí, el neoliberalismo interpela insistentemente al individuo a asumir la responsabilidad de su destino; pero

Cooper (2022) sublinha que, se a fórmula para o êxito da empreitada neoliberal era produzir empresários de si mesmos responsabilizados por seus destinos, isso não ocorre sem que a instituição familiar seja acionada como o sistema de proteção básico do indivíduo. Apesar do caráter antinatural que reveste o projeto neoliberal, a restauração da *responsabilização familiar* é apresentada, pelos neoliberais, no contexto norte-americano da década de 1970 em diante, como uma consequência espontânea da renúncia, por parte do Estado, de exercer seu papel de provedor de bem-estar social. A autora (2022) destaca que os cortes nos investimentos em educação, saúde e bem-estar se orientaram a partir do entendimento de que as relações baseadas em parentesco poderiam substituir os “laços impessoais” do seguro social por meio do autocuidado, apoio mútuo e dívida intergeracional.

Segundo Cooper (2018), os neoliberais entendiam que as relações de parentesco deveriam ser impostas legalmente na forma de regras de responsabilidade familiar:

Todos os custos sociais (os custos pela educação dos filhos, as consequências econômicas do divórcio, os custos dos cuidados de saúde, as ISTs) têm de ser internalizados pelas partes do contrato sexual – as relações de parentesco, o casamento e a parentalidade são os meios legais através dos quais o Estado pode impor esses custos. O que Foucault chamou de cuidado de si<sup>57</sup> é um imperativo central do neoliberalismo, mas seria melhor definido como “cuidado com os parentes<sup>58</sup>” (Cooper, 2018, *on-line*, tradução minha).

---

*incluso el mandato de responsabilidad personal se desliza inevitablemente hacia el de responsabilidad familiar cuando se trata de gestionar los inevitables problemas de dependencia económica (el cuidado de los hijos e hijas, personas discapacitadas, ancianas o no asalariadas)”.*

<sup>57</sup> Apesar de Cooper (2018) se referir à noção foucaultiana de *cuidado de si*, a partir de Candiotta (2011), opto pela utilização da expressão *cuidado da vida* para problematizar a gestão/administração da vida no contexto neoliberal e os cálculos de investimento econômico em si mesmo que cada indivíduo produz, pois entendo que o *cuidado de si* a que Foucault se reporta aparece “como princípio de agitação, princípio de movimento, princípio de inquietude permanente” (Foucault, 2006c, p. 11), afastando-se de qualquer apelo individualista ou identitário. Nas palavras de Candiotta (2011, p. 488), tal noção incita “o desprendimento contínuo de nosso *eu* normalmente administrado e competitivo que atua somente a partir de escolhas já estabelecidas. Cuidar de si é desprender-se do conhecimento de nós mesmos atrelado às identidades que a sociedade da administração e do empreendedorismo levamos a aceitar, a torná-las quase algo natural”. É nesse sentido que as técnicas de governamentalidade neoliberais que operam pela individualização/administração da vida e apontam o indivíduo como uma empresa encontram-se nas antípodas do cuidado de si como o senhorio e domínio de si para consigo” (Candiotta, 2011, p. 488).

<sup>58</sup> Texto original: “*All social costs (the costs of raising children, the economic fallout from divorce, health care costs, STIs) need to be internalized by the parties to the sexual contract – kinship relations, marriage and parenthood, are the legal means through which the state can enforce these costs. What Foucault called “care of the self” is a central imperative of neoliberalism, but it would be better defined as “care of kin”.*

Esse deslizamento da responsabilidade pessoal para a responsabilidade familiar encaminha, assim, a tomar o enlace entre neoliberalismo e conservadorismo “não tanto como uma sorte de fenômeno artificial e antinatural, mas como uma conexão relacionada a uma tendência inerente ao próprio neoliberalismo” (Dardot *et al.*, 2021, p. 158), em razão da relevância dada à instituição familiar e seu conjunto de valores.

Nesse sentido, entendo a pertinência da abordagem de Cooper partir da década de 1970, pois é o momento em que os EUA passam a vivenciar as políticas neoliberais e a sentir os efeitos da desconstrução do Estado Social; porém aponto a necessidade de retomar o pensamento do ordoliberal Wilhelm Röpke, já mencionado anteriormente, a fim de destacar que o apelo à instituição familiar remonta ao início do projeto neoliberal.

Conforme Dardot *et al.* (2021), é preciso reconhecer o papel central que a restauração dos valores tradicionais, desde as primeiras décadas do século XX, tem para o ordoliberalismo de Röpke. Seu pensamento conservador visava, sobretudo, refutar as ideias da esquerda por meio da produção de uma síntese entre liberalismo e um Estado a serviço do mercado. Na obra *The Social Crisis of our Time* (A Crise Social do Nosso Tempo), publicada em 1942, Röpke já fazia referência à importância da família, ao apontar a idealização da exploração familiar que inspirava a restauração da propriedade individual. Fazendo menção à produção de uma horta familiar, o pensador afirma que essa autoprodução poderia realizar “milagres”, ao fazer do cultivador um empreendedor que teria sobre os próprios ombros toda a responsabilidade pelo processo de produção (Dardot *et al.*, 2021). No entendimento do ordoliberal, ao se tornar proprietário e produtor familiar, o indivíduo estaria recuperando as virtudes da prudência, da seriedade e da responsabilidade, consideradas indispensáveis à economia de mercado. Isto é, para Röpke (1950), tratava-se do estabelecimento de uma dimensão moral que faria da pequena exploração agrícola familiar o modelo a ser seguido.

Röpke entendia que, quanto mais o Estado cuidasse dos indivíduos, menos estes se inclinariam a agir por conta própria. A fim de defender esse posicionamento, o economista aponta o trabalhador que sustenta a si mesmo e à sua família como um indivíduo merecedor de respeito em relação àqueles que dependem das políticas sociais do Estado:

Deve-se afirmar enfaticamente que ele é mais merecedor de respeito do que aqueles que, em nome de uma moralidade social supostamente superior, deixariam tal provisão para os outros. Isso se aplica também àquela outra categoria de pessoas que se orgulham de sua generosidade às custas dos outros e derramam lágrimas de emoção sobre si mesmas quando sua defesa de um estado de bem-estar social bem administrado lhes rende um lugar no coração do público ingênuo – e, ao mesmo tempo, na lista de candidatos de algum partido político<sup>59</sup> (Röpke, 1960, p. 121-122, tradução minha).

Esse mesmo recurso aos valores desenvolvidos no seio familiar fica evidenciado quando Röpke (1960), ao mencionar um caso discutido no parlamento em que uma mulher membro apontava a necessidade de que o pai recebesse uma maior ajuda pública para se manter, não apenas afirmara que isso seria um “alarmante sinal do desaparecimento dos sentimentos naturais no Estado de bem-estar social”, como também sublinhou o comentário de outro membro do parlamento que asseverou que esta filha deveria sentir-se “envergonhada por não se responsabilizar pelos cuidados com seu pai” (Röpke, 1960, p. 155).

Röpke também enfatiza a relação entre família e economia ao questionar sobre as alterações que o Estado de bem-estar social realizava na sociedade:

devemos ter claro em nossas mentes que o estado de bem-estar social, ao mudar o centro de gravidade da decisão e da responsabilidade para cima, enfraquece ou distorce essas reações [de assumirem riscos] [...] O que acontece à taxa de natalidade, que no passado era limitada, em certa medida, pelo fato de o indivíduo continuar a ser responsável pela sua própria família, qualquer que seja a sua dimensão, ao passo que agora é dispensado dessa responsabilidade ou mesmo autorizado a lucrar com a procriação?<sup>60</sup> (Röpke, 1960, p. 163, tradução minha).

Esse posicionamento em relação à taxa de natalidade, por exemplo, antevê alguns elementos que serão mais tarde amplamente desenvolvidos por Gary Becker em uma abordagem econômica da família que vai contribuir para explicar uma série de fatos, tais como o declínio do número de nascimentos, o aumento do número de mulheres trabalhadoras e das taxas de divórcio, etc. Nesse momento, todavia, a maior

---

<sup>59</sup> Texto original: “*It should be stated emphatically that he is more deserving of respect than those who, in the name of a supposedly higher social morality, would leave such provision to others. This applies also to that further category of people who pride themselves on their generosity at others' expense and shed tears of emotion about themselves when their advocacy of a well-oiled welfare state earns them a place in the hearts of the unsuspecting public-and, at the same time, on some political party's list of candidates*”.

<sup>60</sup> Texto original: “*(...) but we must be clear in our minds that the welfare state, by shifting the center of gravity of decision and responsibility upwards, weakens or distorts these reactions (...) What happens to the birth rate, which in the past was limited, to some extent, by the fact that the individual remained responsible for his own family, whatever its size, whereas now he is relieved of that responsibility or even allowed to cash in on procreation?*”

preocupação do pensador ordoliberal era imputar aos indivíduos uma responsabilização de modo a impedir que os dispositivos do Estado-providência pudessem inibir a busca pela realização pessoal e pela iniciativa ao trabalho.

O estabelecimento da ideia de um indivíduo empreendedor empenhado consigo mesmo e com seus familiares vai funcionar para modular as condutas a agirem conforme os preceitos neoliberais. O que veremos alguns anos mais tarde, com Milton Friedman, por exemplo, é justamente a exacerbação da necessidade de restabelecimento da crença na responsabilidade familiar.

Conforme Cooper (2022, 2021), Friedman é um exemplo de como os neoliberais foram atribuindo à instituição familiar um papel cada vez mais decisivo. Até os anos 1970, o economista era um defensor pragmático de pelo menos alguns dos elementos do Estado de bem-estar social. A posição de Friedman era de que o chamado Plano de Assistência à Família, baseado na ideia do imposto de renda negativo, já referido<sup>61</sup> nesta Tese, era uma forma de canalizar a redistribuição de renda e, ao mesmo tempo, eliminar os custos excessivos associados aos programas de bem-estar. A partir da transferência de recursos aos necessitados, o intuito era o de que estes fossem encorajados a participarem como atores responsáveis junto ao livre mercado.

Esse Plano, não obstante, teve pequena duração nos EUA, e quando a inflação se acentuou, na década de 1970, as demandas pelos direitos sociais fizeram com que os neoliberais percebessem o acesso a tais direitos como um problema não somente de ordem macroeconômica, mas também moral. Nas palavras de Cooper (2021, p. 57), chegou-se à compreensão de que o governo seria obrigado a subsidiar, por exemplo, “a existência de mulheres que desejassem viver sem o apoio de um homem, aumentando assim consideravelmente os encargos para os cofres públicos”. Nesse escopo, a combinação da inflação e do desemprego refletia “uma ruptura da própria ordem moral, uma inflação insustentável das demandas libidinais e monetárias além dos limites estabelecidos pelo consenso keynesiano” (Cooper, 2021, p. 57).

Com essa nova configuração, Friedman passou a abordar com mais ênfase os “incentivos perversos” do Estado de Bem-estar social para a ruptura dos valores familiares e para a elevação da inflação. Afastando-se de qualquer forma de subsídio a ser distribuído às famílias em condições de vulnerabilidade, em *Liberdade de*

---

<sup>61</sup> Ver Seção 2.2.1. Sobre o ordoliberalismo alemão.

*escolher* (1980), Milton Friedman e Rose Friedman criticam o princípio da solidariedade social do sistema público de previdência, afirmando que as obrigações naturais de parentesco estavam sendo superadas por um sistema impessoal de seguridade, cujo efeito a longo prazo seria o enfraquecimento dos laços familiares:

a diferença entre a Previdência Social e os arranjos anteriores é que ela é compulsória e impessoal – enquanto os acordos mais antigos eram voluntários e pessoais. A responsabilidade moral é uma questão pessoal, não social. *Filhos ajudaram pais por amor e dever. Agora contribuem para o sustento dos pais de alguém, e isto por obrigação ou medo. As antigas transferências fortaleciam os laços de família; as compulsórias, enfraquecem-nos* (Friedman M.; Friedman R., 1980, p. 113, grifos meus).

É tendo em vista a prerrogativa dos vínculos familiares e o papel preponderante da instituição familiar para o êxito do projeto neoliberal que os referidos autores, ao abordarem a criminalidade, afirmam no livro *A tirania do Status Quo* (1984) que um dos fatores “claramente” desencadeadores do aumento no número de crimes nos EUA seria a “mudança ocorrida no caráter da família”. Para os economistas, as estatísticas sobre divórcio, famílias de um único progenitor e nascimentos de filhos ilegítimos demonstravam que a família nuclear estaria perdendo “seu papel tradicional”. No entendimento dos autores (1984, p. 149), a família

não serve mais, tão bem como antes, como uma instituição integradora, como veículo para instalar valores e desenvolver padrões de comportamento. Coisa alguma tomou seu lugar. Como resultado, um número crescente de nossos jovens cresce sem valores firmes, com pouca compreensão do que é “certo” ou “errado”, com poucas convicções que lhes disciplinem os apetites.

A resposta para o problema da criminalidade seria o distanciamento da crença no “grande governo” e na “doutrina da responsabilidade social” e o restabelecimento da “crença na responsabilidade individual, fortalecendo a família e restaurando seu papel tradicional de inculcar valores nos jovens” (Friedman M.; Friedman R., 1984, p. 150). A família, em especial aquela em seu formato tradicional, patriarcal, monogâmica e heteronormativa, é tomada como a instituição capaz de servir como sustentáculo da economia de livre mercado e como protagonista moral na ordem social. É ela, e não as políticas sociais do Estado, que pode contribuir para o desenvolvimento pleno dos indivíduos.

É dentro dessa perspectiva que vê família e indivíduo não como opostos, mas como complementares, que Gary Bauer, assessor para assuntos de família de Ronald

Reagan, presidente dos Estados Unidos de 1981 a 1989, no relatório *The Family, Preserving America's Future – A Report to the President from the White House Working Group on the Family* (A Família, Preservando o Futuro da América – Um Relatório ao Presidente do Grupo de Trabalho da Casa Branca sobre a Família) (1986), afirma que são exatamente as obrigações familiares que sustentam a liberdade do indivíduo liberal. No documento destinado a apresentar como o governo norte-americano poderia implementar uma política pró-família, é salientado que:

A experiência da história [...] demonstra que a família e a liberdade são companheiras naturais, não inimigas. Os autores da nossa Constituição viram claramente que apenas aquelas sociedades com fortes virtudes seriam capazes de experimentar a democracia representativa. A família é o primeiro campo de treinamento para a responsabilidade individual, para o sacrifício pessoal [...] Por outro lado, apenas em uma sociedade que permite a liberdade individual, os membros da família poderão exercer a iniciativa e a responsabilidade que contribuem para uma vida familiar forte<sup>62</sup> (Bauer, 1986, p. 17, tradução minha, grifos meus).

Esse entendimento de que indivíduo e família precisam ser pensados conjuntamente também é evidenciado quando é apontado que “Em todos os lugares, a equação é verdadeira: onde há famílias fortes, a liberdade do indivíduo se expande e o alcance do Estado se contrai. Onde a vida familiar enfraquece e falha, o governo avança, se intromete e, por fim, obriga<sup>63</sup> (Bauer, 1986, p. 8, tradução minha). Indivíduo e família aparecem, assim, interligados de tal modo que não parece plausível pensar na condução das condutas dentro da racionalidade neoliberal sem que seja feita referência ao modo como a responsabilização do indivíduo está, em grande medida, atrelada à responsabilização familiar. Quanto mais responsabilizada a família, maior a liberdade do *homo oeconomicus* e, conseqüentemente, menor a intervenção por parte do Estado:

A liberdade para construir nossas próprias vidas — a essência do capitalismo democrático — só pode prosperar onde a família é forte. *Famílias fortes tornam o progresso econômico possível ao transmitir os valores centrais de uma economia livre*. Claramente, ‘o sistema de livre iniciativa e a família moderna estão intimamente ligados em uma complexa rede de causa e efeito’. Na verdade, o capitalismo democrático, por meio de sua ‘dedicação à

---

<sup>62</sup> Texto original: “The experience of history, however, shows family and liberty to be natural companions, not enemies. The framers of our Constitution saw clearly that only those societies strong in certain civic virtues could sustain an experiment in representative democracy. The family is the primary training ground for individual responsibility, for self-sacrifice (...) Conversely, only in a society that allows individual freedom can family members exercise the initiative and responsibility that makes for strong family life”.

<sup>63</sup> Texto original: “Everywhere the equation holds true: Where there are strong families, the freedom of the individual expands and the reach of the State contracts. Where family life weakens and fails, government advances, intrudes, and ultimately compels”.

liberdade humana, criação de riqueza e exigência de responsabilidade pessoal, tornou a família moderna possível. *E a família moderna — ao direcionar o indivíduo liberado para tarefas sociais naturais e necessárias, por sua mobilidade, por sua psicologia motivacional única e por sua ligação a um código moral herdado — tornou o sistema de livre iniciativa possível*. Alguns argumentam que a ética consumista do capitalismo mina os valores familiares, mas é mais verdadeiro afirmar que nem a família moderna nem o sistema de livre iniciativa sobreviveriam por muito tempo um sem o outro. As famílias poupam; e, mais importante ainda, ensinam as crianças os valores sobre os quais a poupança é construída — adiar a gratificação agora para alcançar um objetivo futuro. *De fato, 'a família é o berço das habilidades econômicas, dos hábitos financeiros, das atitudes em relação ao trabalho e das artes da independência financeira'*.<sup>64</sup> (Bauer, 1986, p. 16, tradução minha, grifos meus).

O protagonismo dado à família, sobretudo aquela tradicional, é apresentado de forma a não restar dúvidas quanto à função atribuída pelos neoliberais a esta instituição. Bauer (1986, p. 08) sustenta que, depois de duas décadas de ataques aos valores familiares, seu “papel essencial em nossa sociedade livre tornou-se o ponto de partida em um esforço nacional para recuperar uma parte preciosa de nossa herança<sup>65</sup>”:

*Somos todos "pró-família" agora, mas nem sempre foi assim. Apenas alguns anos atrás, a família americana de pessoas relacionadas por sangue, casamento ou adoção - a definição tradicional de família - parecia estar em perigo. Na academia, na mídia e até no governo, críticas radicais à vida familiar eram visíveis. Estava na moda defender o "casamento aberto", o "divórcio criativo", "estilos de vida alternativos" e considerar a vida familiar como uma causa de "individualismo neurótico". Uma redefinição radical de "família" estava em andamento(...) Não é por acaso que todos os movimentos totalitários do século 20 tentaram destruir a família. A essência do totalitarismo moderno tem sido substituir os direitos, as responsabilidades e a autoridade da família pelo poder do Estado* (Bauer, 1986, p. 08, tradução minha, grifos meus).

É importante salientar o quanto esse posicionamento reitera o pensamento conservador que, nas palavras de Kirk (2021, p. 56), repudia os “ataques deliberados

---

<sup>64</sup> Texto original: “*The freedom to make our own lives the essence of democratic capitalism can flourish only where the family is strong. Strong families make economic progress possible by passing on the values central to a free economy. Clearly, "the free enterprise system and the modern family are intimately linked in a complex web of cause and effect." In fact, democratic capitalism through "its devotion to human freedom, its creation of wealth, and its demand for personal responsibility made the modern family possible. And the modern Family by its channeling of the unleashed individual toward natural and necessary social tasks, by its mobility, by its unique motivational psychology, and by its link age to an inherited moral code made the free enterprise system possible."* Some contend that the consumer ethic of capitalism undermines family values, but it is more true that neither the modern family nor the free enterprise system would long survive without the other. Families save; and even more importantly they teach children the values upon which savings are built delaying gratification now for some future goal. In fact, "the family is the seedbed of economic skills, money habits, attitudes toward work, and the arts of financial independence."

<sup>65</sup> Texto original: “(...) *its essential role in our free society has become the starting point in a national effort to reclaim a precious part of our heritage*”.

à família”, realizados por meio do “incentivo planejado do divórcio, da liberdade sexual e da ‘desprivatização das mulheres’ por meio de legislações positivas ou propagandas oficiais, com o objetivo de enfraquecer os laços da afeição dentro da família que oferecem uma forte barreira aos desejos do Estado totalitário”.

Ao apontar que a família “precisava de ajuda”, o relatório sugere o que o governo deveria ou não fazer em relação à educação, divórcio, habitação, criminalidade, infância, filhos ilegítimos, cultura, pobreza, entre outros assuntos, salientando o entendimento, por parte da “esmagadora” parcela dos indivíduos e organizações ouvidos para o desenvolvimento do documento, que haveria uma nova consciência entre os norte-americanos: a necessidade de “devolver às famílias desta terra a autonomia que já foi sua, em uma sociedade estável e segura, onde a família possa gerar e nutrir o que nenhum governo pode produzir – americanos que exercerão sua liberdade com responsabilidade e, se necessário, a defenderão<sup>66</sup>” (Bauer, 1986, p. 10, tradução minha).

Essa autonomia a ser devolvida às famílias é que o vai permitir que as escolhas dos pais em relação aos filhos, por exemplo, tenham precedência em relação ao Estado. Nesse ínterim, a educação aparece como um dos espaços em que os neoliberais vão se empenhar em repassar às famílias uma responsabilização que não diz respeito, apenas, aos custos com o ensino, mas também com aquilo que será oferecido em termos de aprendizado.

Cooper (2022) afirma que neoliberais e neoconservadores, ao analisarem os anos 1960, ficaram convencidos que o acesso facilitado ao ensino superior, decorrente dos constantes investimentos federais, era um dos responsáveis pela militância que surgia nos *campi* universitários, questionando hierarquias e exigindo direitos para as mulheres, os negros e outras minorias. É nesse contexto que Friedman<sup>67</sup> e James Buchanan, economista responsável pela criação da Teoria da

---

<sup>66</sup> Texto original: “*turning back to the households of this land the autonomy that once was their, in a society stable and secure, where the family can generate and nurture what no government can ever produce Americans who will responsibly exercise their freedom and, if necessary, defend it*”.

<sup>67</sup> Cabe salientar que, em 1955, Friedman já havia proposto, no artigo *The Role of Government in Education* (O papel do governo na educação), a implantação de um sistema de concorrência entre as escolas em que cada família receberia um “voucher” representando o custo médio da escolaridade e, dentre um leque de opções, poderia escolher a escola que melhor lhe aprofundasse. Esse sistema favorecia a competição entre os estabelecimentos, o que era considerado um aspecto positivo, pois elevaria a qualidade das escolas (Friedman, 1985).

Escolha Pública<sup>68</sup>, encontraram um modo de neutralizar essa democratização do ensino superior e, ao mesmo tempo, expandir o mercado de crédito ao consumidor. Conforme Friedman defende em *Capitalismo e Liberdade* ([1962], 1985), os retornos ao investimento em educação (na forma de salários mais altos) eram acumulados inteiramente pelos alunos e, portanto, estudante e família deveriam ser responsabilizados pelos custos de sua educação.

Ainda que os neoliberais compartilhassem da retórica moralizante de neoconservadores como Samuel Huntington<sup>69</sup>, quem desempenhou um papel fundamental ao desenvolver uma guerra cultural contra as minorias, e entendessem as políticas afirmativas como uma distorção das virtudes necessárias para o êxito do livre mercado, eles estavam mais interessados, ao restabelecer as obrigações familiares, no desenvolvimento de um modelo de financiamento da educação, com o intuito de substituir o déficit de gastos públicos por gastos privados (Cooper, 2022)

É nesse contexto que o investimento em “capital humano” aparece como um dos pilares para a transferência da responsabilização para as famílias. Conforme Cooper (2020b, *on-line*) enfatiza,

Gary Becker tinha uma posição muito semelhante a Friedman, mas como microeconomista estava sempre muito mais atento aos fundamentos domésticos íntimos do investimento em "capital humano". A educação pública gratuita, argumentou Becker, poderia ser criticada pelos mesmos fundamentos do imposto de renda progressivo, que (em suas palavras) "inicialmente reduz a desigualdade", mas acaba elevando o "nível de equilíbrio da desigualdade ... porque as famílias reduzem seus investimentos em descendentes." Tradução: se você tornar a educação gratuita, os pais deixarão de investir nos filhos!

Como o produto *filho* era o de maior valia na produção familiar, Becker entendia que, caso o governo reduzisse os investimentos em educação, era de se esperar que a família recuperasse seu papel legítimo de investidora na infância. Acrescente-se a isso a compreensão de que essa responsabilização econômica da família poderia ser reforçada pelo estímulo ao financiamento educacional. Atribuía-se à família o

---

<sup>68</sup> A teoria da "public choice" (escolha pública) é uma abordagem que aplica conceitos da economia ao estudo da política. Desenvolvida principalmente por James Buchanan e Gordon Tullock, examina como os indivíduos tomam decisões em contextos políticos e como essas decisões afetam a elaboração e implementação de políticas públicas.

<sup>69</sup> O cientista político Samuel Huntington abordou em suas obras, entre as quais *O Choque de Civilizações*, a preocupação com a globalização e a perda dos valores tradicionais. Era defensor da importância da identidade nacional e cultural.

protagonismo para escolher o tipo de investimento em educação que iria oferecer aos filhos e, ao mesmo tempo, abria-lhe caminho para uma dívida intergeracional cujos efeitos poderiam ser vistos anos mais tarde, quando o crédito estudantil passou a determinar os rumos da educação norte-americana.

As contribuições de Becker em relação ao papel da família no neoliberalismo não se restringiram, no entanto, aos investimentos em educação. De acordo com Cooper (2022), o pensador entendia que várias mudanças ocorridas na estrutura familiar, como o aumento do número de divórcios e de famílias chefiadas por mulheres, a maior participação de mulheres casadas na força de trabalho, bem como o declínio das taxas de natalidade, por exemplo, estavam diretamente relacionadas à expansão do Estado de bem-estar social na era pós-guerra, e que lutas feministas e por igualdade que insurgiram a partir dos anos 1960 eram mais uma consequência do que impulsionadoras dessas novas dinâmicas.

As obras de Becker apontam um economista interessado em abordar sob amplos aspectos a instituição familiar. Ele apresenta uma teoria econômica do casamento e outra do divórcio a partir da equiparação da família a uma empresa<sup>70</sup>. Em artigos publicados no *Journal of Political Economy* (Revista de Economia Política) na década de 1970, bem como na obra *A Treatise on the Family* (Um tratado sobre a família), de 1981, Becker discorreu sobre o motivo pelo qual as pessoas se casam, com quem se casam, quando e porque se separam, as formas de casamento, a utilidade do namoro, quantos filhos o casal deverá ter, etc. O casamento é visto como uma relação contratual estabelecida entre um homem e uma mulher que irá ocorrer se, e somente se, ambos atingirem uma situação melhor, isto é, se aumentarem sua renda, se for vantajoso para ambos. Já o divórcio é interpretado a partir de dois fatores, os ganhos obtidos com o casamento e a distribuição de uma variável que

---

<sup>70</sup> Acerca dessa compreensão, cabe salientar que essa “forma empresa” passou a afetar o modo de produção de subjetividades, principalmente nas sociedades ocidentais. Dentro de uma lógica empreendedora, a família passou a ser redefinida a partir de valores, princípios e condutas que advêm do *ethos* empresarial. Essa discursividade foi adentrando na sociedade a partir de diversos processos bastante concretos, como a produção de uma literatura voltada a desenvolver nas famílias as habilidades e os recursos atinentes à empresa. É nessa seara que vemos o léxico da gestão aparecer em diferentes publicações, no exterior e também no Brasil, que acionam a instituição familiar e seus membros a agirem consoante os atributos de uma empresa. Entre as inúmeras obras encontradas, menciono: *Os 7 hábitos das famílias altamente eficazes*, de Stephen Covey; *Pai Rico, Pai Pobre*, de Robert Kyiosaki; *Educando Filhos para empreender*, de João Kepler Braga; *Família de Alta Performance* e *Educar para formar vencedores*, ambos de Içami Tiba; *Família, Afeto e Finanças*, de Angélica Rodrigues Santos e Rogério Olegário do Carmo, entre outras.

descreva os eventos inesperados ocorridos com o casal. Assim, quanto maiores forem os ganhos esperados do casamento e menor a variância dos ganhos inesperados, menor será a probabilidade da ocorrência do divórcio (Balbinotto Neto, 2009).

Tais análises buscavam esmiuçar os parâmetros a serem seguidos para que a empresa familiar pudesse obter êxito e as despesas públicas envolvendo a família pudessem diminuir. Assim é que os estudos relativos à fertilidade, bem como aqueles relativos às taxas nascimentos de filhos fora do casamento, entre outros, foram de vital importância para que o Estado fosse levado a identificar e impor obrigações legais de pensão alimentícia e de guarda de filhos mesmo quando as partes não consentiam ou não reconheciam a prole. Nessa seara, o Estado, em vez de prover políticas públicas que assegurassem a sobrevivência desses indivíduos, também ele passa a agir segundo os princípios neoliberais e a reforçar, por meio do Direito, as relações contratuais da família.

### *2.5.1 De Thatcher a Trump: o acionamento da instituição familiar pela governamentalidade neoliberal*

É no escopo de uma arte de governo que faz da família um requisito essencial e não um aspecto incidental (Brown, 2015) que Margaret Thatcher, primeira-ministra do Reino Unido de 1979 a 1990, dentro das chamadas *contraofensivas anti-igualitárias* ocorridas a partir da década de 1970, amparada no pensamento de Hayek e Friedman, vai ser responsável por fazer da instituição familiar um instrumento que conjuga a segurança do sistema de desresponsabilização do Estado com a disciplina e a autoridade.

A implantação de uma política econômica austera, que seguiu um programa radical de privatizações e desregulamentações, além de reformas sindicais, cortes de impostos e introdução de mecanismos de mercado em áreas vitais como saúde e educação, ocorreu em paralelo a uma forte exortação moral para que os britânicos declinassem do entendimento de que deveriam se socorrer de políticas públicas e passassem a se sentir, eles mesmos, dentro de uma visão explicitamente individualista, responsabilizados pelo cuidado da vida. Em entrevista no ano de 1987, Thatcher afirmara:

Acho que passamos por um período em que muitas crianças e adultos entenderam 'tenho um problema, é trabalho do governo lidar com isso!' ou 'tenho um problema, vou buscar uma bolsa para lidar com isso!' "Eu sou um sem-teto, o governo deve me abrigar!" e então eles estão lançando seus problemas na sociedade e quem é a sociedade? *Não existe tal coisa! Existem homens e mulheres individuais... e existem famílias e nenhum governo pode fazer nada exceto através das pessoas e as pessoas olham para si mesmas em primeiro lugar*<sup>71</sup> (Thatcher, 1987a, on-line, tradução minha, grifos meus).

Nesse contexto, a necessidade de restabelecer a família britânica como o pilar da ordem econômica e social foi um de seus grandes projetos, que em seu modo de governar buscou conjugar politicamente o retorno do mercado aos temas conservadores da tradição, da família patriarcal e da nação.

Thatcher via na educação das crianças e jovens britânicos um caminho para o desenvolvimento nacional, a fim de que pudessem competir contra países como Japão, Alemanha e Estados Unidos. E esse caminho seria sedimentado por meio de uma “educação decente” que estaria sendo, muitas vezes, “arrancada” dos estudantes “por autoridades educacionais de extrema esquerda e professores extremistas” (Thatcher, 1987b, on-line).

Em pronunciamento durante conferência do Partido Conservador no ano de 1987, a governante pontuou de sua preocupação quanto aos conteúdos abordados nas escolas britânicas:

E as crianças que precisam saber contar e multiplicar estão aprendendo *matemática antirracista* — seja ela qual for. As crianças que precisam de ser capazes de se expressar em inglês claro *estão aprendendo slogans políticos*. Crianças que precisam ser ensinadas a respeitar os valores morais tradicionais estão sendo ensinadas que têm o *direito inalienável de ser gays* [...] *Todas essas crianças estão sendo enganadas em relação a um bom começo de vida — sim, enganadas*<sup>72</sup> (Thatcher, 1987b, on-line, tradução minha, grifos meus).

---

<sup>71</sup> Texto original: “*I think we have gone through a period when too many children and people have been given to understand ‘I have a problem, it is the Government’s job to cope with it!’ or ‘I have a problem, I will go and get a grant to cope with it!’ ‘I am homeless, the Government must house me!’ and so they are casting their problems on society and who is society? There is no such thing! There are individual men and women... and there are families and no government can do anything except through people and people look to themselves first*”.

<sup>72</sup> Texto original: “*I think we have gone through a period when too many children and people have been given to understand “I have a problem, it is the Government’s job to cope with it!” or “I have a problem, I will go and get a grant to cope with it!” “I am homeless, the Government must house me!” and so they are casting their problems on society and who is society? There is no such thing! There are individual men and women and there are families and no government can do anything except through people and people look to themselves first*”.

Esse posicionamento que via a inserção na escola de temas relacionados à educação antirracista e antidiscriminatória como uma doutrinação proveniente de docentes situados à esquerda do espectro político, bem como seu entendimento de que “a família é o primeiro lugar onde aprendemos aqueles hábitos de amor mútuo, tolerância e serviço dos quais toda nação saudável depende para sua sobrevivência” (Thatcher, 1987b, on-line), contribuíram para que determinadas hierarquias (de raça, de gênero, de classe) fossem acentuadas e um único modelo de família fosse considerado adequado, qual seja, o formado pelo pai provedor, pela mãe garantidora do cuidado da prole e da casa, e pelos filhos, capitais humanos a serem frutificados permanentemente.

Ademais, ao mesmo tempo em que reforçava esse viés moralista reacionário, Thatcher inseria na educação britânica os mecanismos de mercado e proclamava que a “escolha dos pais” deveria ser soberana em relação ao governo, ao propor que as famílias deveriam ter o direito de matricular os filhos em escolas “independentes”, geridas por membros da comunidade, e não diretamente pelo Governo Federal (Thatcher, 1987b, on-line).

Em discurso em Washington, EUA, em 1997, durante o Primeiro Congresso Conservador Internacional, Thatcher afirmou que o fracasso educacional estava intimamente relacionado a uma “quarta ameaça ao Ocidente”, que seria o ataque sistemático à família tradicional, realizado tanto a partir da promoção da seguridade social, que tornou possível às mulheres solteiras se manterem sem a necessidade do matrimônio, por exemplo, quanto da incitação do que chamou de uma exaltação sexual não condizente com os valores conservadores:

o fornecimento efetivamente incondicional de benefícios sociais para aqueles que eram considerados incapazes de lidar com a situação minou o incentivo para trabalhar e forneceu uma renda alternativa e aparentemente infinita do governo. Assim, minou a unidade familiar. *Promoveu hábitos de ociosidade e delinquência. Permitiu que a monoparentalidade se tornasse um modo de vida alternativo e financeiramente sustentável.* Ao minar o respeito próprio de tantos dos membros mais vulneráveis da sociedade — os pobres respeitáveis lutando pela decência contra as probabilidades — a cultura da dependência envenenou e enfraqueceu a sociedade como um todo [...] Além de tudo isso, houve um ataque deliberado e em grande escala à própria instituição da família. A exaltação do sexo violento e explícito torna cada vez mais vulgar o conteúdo dos filmes e dos livros e — eventualmente e inevitavelmente — da própria vida. Isto não é progresso. Não é libertação. É a decadência. Nós, conservadores, não somos, a maioria de nós, santos: mas mesmo como pecadores, temos o dever de lutar — tão sinceramente quanto os nossos

inimigos promovem – o ataque à família que ameaça o Ocidente nos seus alicerces<sup>73</sup> (Thatcher, 1997, on-line, tradução minha, grifos meus).

Calcada numa compreensão de uma “sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora” (Foucault, 1999), Thatcher posicionou-se fortemente contrária às demandas típicas da esquerda contracultural e sua defesa da libertação sexual, denominada de *decadência*. Ao fazer do binômio mercado-moral a fórmula para substituir o Estado de bem-estar social pelas lógicas exclusivamente privadas, elevou a família tradicional a modelo para o sucesso da empreitada neoliberal.

A mesma perspectiva familista pode ser atribuída a Ronald Reagan, presidente norte-americano de 1981 a 1989, fortemente inclinado, desde seu mandato como governador do Estado da Califórnia, nas décadas de 1960 e 1970, a reforçar as relações maritais e familiares. Conforme o Relatório *The Family, Preserving America's Future* propunha, restabelecer o protagonismo da instituição familiar significava desonerar o Estado e impingir às famílias o maior número possível de responsabilidades relativas ao cuidado da vida. Para Reagan (1987, on-line), o trabalho deveria ser mais recompensador que a assistência social, porque o trabalho seria o “único caminho genuíno para o respeito próprio e a independência”. É nesse intuito que ele vai afirmar que famílias bem estruturadas e formadas por indivíduos preocupados com o bem-estar dos familiares “seriam o melhor seguro contra a pobreza jamais concebido” (Reagan, 1987, on-line).

Tal como Thatcher, Reagan foi um defensor da família em seu modelo tradicional, seguindo o entendimento de que as obrigações entre marido e mulher e entre pais e filhos seriam gerenciadas mais adequadamente se seguidas as imposições conservadoras que tomavam a família heteronormativa, patriarcal e monogâmica como o modelo para toda a sociedade. Se a inflação nas décadas

---

<sup>73</sup> Texto original: [...] *the effectively unconditional supply of social benefits to those who were thought incapable of coping undermined the incentive to work and provided an alternative and seemingly endless income from government. It thus undercut the family unit. It promoted habits of idleness and delinquency. It permitted single-parenthood to become a financially sustainable, alternative way of life. By undermining the self-respect of so many of the most vulnerable members of society—the respectable poor struggling for decency against the odds—the dependency culture poisoned and weakened society as a Whole [...] Then on top of all that there has been a full-scale and deliberate assault on the institution of the family itself. The exaltation of violent and explicit sex increasingly coarsens the content of films and books and—eventually and inevitably—life itself. This is not progress. It is not liberation. It is decadence. We conservatives are not, most of us, saints: but even as sinners, we have a duty to fight—as whole-heartedly as our enemies promote—the attack on the family that threatens the West at its foundations.*

anteriores era explicada em razão das políticas de bem-estar social que contribuíram, segundo o entendimento dos neoliberais, para a liberalização dos costumes e a chamada *decadência da família*, fazer com que os indivíduos buscassem defender os laços familiares se tornava uma peça essencial para a manutenção do projeto neoliberal.

No campo da saúde, intensificava-se o apelo para que a família, a igreja e as instituições de voluntariado promovessem os cuidados que o Estado deixava de assegurar aos indivíduos. Ao mesmo tempo, com o repasse cada vez menor de orçamento para os serviços sociais, e seguindo a prerrogativa de que é preciso atribuir a cada um uma responsabilização sobre si mesmo, a promoção do *autocuidado* também ganhou relevância. É nesse contexto que os comportamentos sexuais passam a receber uma maior atenção por parte do Estado.

O surgimento da AIDS em 1981 e o aumento do número de casos em escala exponencial fez com a preocupação sobre quem deveria arcar com os custos médicos e hospitalares levasse o Governo a adotar medidas que iam da promoção do sexo seguro até o incentivo à castidade. Em uma perspectiva contrária àquela que pregava o modelo de família tradicional como o único possível, alguns neoliberais, entre eles o economista Richard Posner, defendiam o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Posner entendia que o reconhecimento legal dessa união fazia com que eventuais custos médicos ou hospitalares decorrentes de enfermidades, com destaque para a AIDS, não precisassem ser repassados ao Governo ou à sociedade, mas sim àquela unidade familiar. Ao realizar uma análise econômica da homossexualidade, o economista (1986) sustenta que o amparo legal dessas uniões significaria a desoneração do Estado em relação à saúde desses indivíduos, ao mesmo tempo que estaria fomentando a prática do sexo seguro e a consequente redução de comportamentos considerados “temerários” à saúde. Resumidamente, o casamento homoafetivo, a partir da ideia de monogamia, poderia funcionar como foco de ajuntamento de salários, cuidado mútuo e zelo dos espaços de convivência, além de servir como “plataforma de higienização moral contra doenças sexualmente transmissíveis, vícios, jogatinas, comportamentos de riscos, etc.” (Filordi de Carvalho, 2023, p.10).

Assim é que, enquanto o Governo Reagan alinhava intenções tanto de neoliberais quanto dos conservadores e buscava restabelecer o modelo tradicional de família, o reconhecimento legal dessa unidade conjugal aparecia, para alguns

economistas neoliberais, como mais uma estratégia para repassar os custos com o cuidado da vida aos indivíduos.

O entendimento de Posner, aliado a todas as investidas neoliberais para restabelecer os laços familiares ao longo dos anos, encaminha-nos, consoante as palavras de Cooper (2024, *on-line*), a afirmar que

Está claro que quando se trata de cuidados e dependência, o neoliberalismo não se contenta apenas com o reconhecimento da família, mas inventa ativamente relações familiares que não são emocionalmente reais ou consensuais e força as pessoas nestas relações a subsidiarem-se mutuamente para substituir o Estado.

Cooper (2022) menciona o Governo de Bill Clinton, presidente dos EUA de 1993 a 2001, para pontuar que a reforma da assistência social empreendida por ele, a mais drástica desde o *New Deal*, seguiu o imperativo neoliberal não apenas de reconhecer, mas também de promover as relações familiares, com vistas a transferir para o seio familiar o maior número de obrigações relativas ao cuidado da vida.

Seguindo o caminho traçado por Reagan, Clinton construiu um imenso aparato para policiar e fazer cumprir as obrigações de pensão alimentícia entre os beneficiários das políticas de bem-estar social, ao mesmo tempo que facilitou o acesso, via financiamento privado, à casa própria por parte de um número expressivo de famílias, e promoveu, junto a um amplo aparato de instituições religiosas, o que foi chamado de *matrimônio saudável*.

Acerca do acesso ao crédito, que desde a década de 1970, despontava para os neoliberais como uma das formas de repassar os custos sociais do Estado aos indivíduos, sobretudo para o financiamento estudantil e para a habitação, na década de 1990, começa a ser disseminado a uma parcela da população até então considerada com alto risco de inadimplência. Conforme afirma Cooper (2022), os credores privados, diferentemente dos bancos, se inclinavam para riscos de crédito fora do padrão, o que contribuiu para o boom imobiliário no início dos anos 2000.

Em um certo sentido, a democratização do crédito parecia ter resolvido os eternos problemas de exclusão por raça e gênero que durante anos inundaram o estado de bem-estar social americano [...] Os pobres não precisavam mais depender dos degradantes apoios de bem-estar social e transferências de renda para sobreviver, pois agora também podiam participar de formas de propriedade de ativos que antes eram reservadas para homens brancos casados e suas famílias. Em última análise, o que Clinton ofereceu às minorias foi uma porta de entrada para as formas de acumulação de riqueza privada há muito consideradas um privilégio da classe

média branca [...] É certamente nesse sentido particular que Clinton percebeu uma aliança secreta entre o bem-estar baseado em ativos e a promoção dos valores familiares<sup>74</sup> (Cooper, 2022, p. 162, tradução minha).

É preciso acrescentar que, ao mesmo tempo que promovia o modelo de casamento heteronormativo, Clinton assinou o *Defense of Marriage Act* (DOMA) (Ato de Defesa ao Casamento), proibindo a nível federal o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Essa perspectiva tradicional de família ia ao encontro das aspirações de organizações religiosas que, cada vez mais, influenciavam decisões sobre política pública e controlavam grande parte das atividades de voluntariado realizadas no âmbito da assistência social, entre as quais a ressocialização de ex-detentos (Cooper, 2022). Conforme sustenta Cooper (2018), os democratas não desafiaram as guerras culturais da direita; eles simplesmente absorveram suas lições e ofereceram uma terceira via de conservadorismo moral chamada *comunitarismo*, que, resumidamente, visava fortalecer os laços comunitários, incentivar o voluntariado e a participação cívica a fim de que tal modelo de governança pudesse desonerar o Estado de responsabilidades em relação a políticas sociais.

É nesse contexto que, conforme aponto no Capítulo 3, a partir de uma ampla reforma educacional, a instituição familiar é acionada a participar mais ativamente da formação educacional dos filhos, assumindo deveres em relação à formação do capital humano de seus descendentes e tendo um papel mais decisivo em relação ao processo educacional.

Assim é que, em paralelo com a ascensão de movimentos sociais que visavam a legalização do casamento homoafetivo na década de 1990, e que guardavam relações com o próprio pensamento de neoliberais como Posner, o avanço do projeto neoliberal se orientou por uma perspectiva que via no Estado um agente com papel pedagógico ativo na cultura de valores familiares entre a população como um todo, independentemente de ser ou não beneficiária de assistência social (Cooper, 2022).

---

<sup>74</sup> *Texto original: En cierto sentido, así, la democratización del crédito parecía haber resuelto los eternos problemas de la exclusión por raza y género que durante años habían inundado el Estado de bienestar oculto estadounidense. [...] A la población pobre ya no le hacía falta recurrir a los denigrantes apoyos del bienestar social y las transferencias de ingresos para salir adelante, dado que ahora ellos también podían participar en formas de propiedad de activos que en su día estaban reservadas a los hombres blancos casados y sus familias. En última instancia, lo que Clinton ofrecía a las minorías era una vía de acceso a las formas de acumulación de riqueza privada consideradas durante años un privilegio de la clase media blanca. [...] Sin duda, es en este sentido concreto en el que Clinton percibió una alianza secreta entre la asistencia social basada en activos y la promoción de los valores familiares.*

Cabe salientar, não obstante, que a demanda pela legalização do casamento homoafetivo e, com ele, o direito a herança e a uma série de benefícios, como o acesso a planos de saúde, por exemplo, aparece, segundo Cooper (2022), no exato momento em que a população *queer* começa a ser percebida como uma fatia importante para o mercado de crédito ao consumidor. Nesse sentido, embora o Governo Clinton tenha promovido políticas públicas voltadas à promoção da família heterossexual, a expansão do acesso ao crédito e os benefícios advindos do reconhecimento legal de uma união faziam o ativismo gay buscar adquirir os mesmos direitos das uniões heterossexuais.

Esse levante se intensificou durante o Governo de George W. Bush (2001-2009), que na esteira da premissa instaurada pelo *Personal Responsibility and Work Opportunities Reconciliation Act* (PRWORA) (Decreto de Conciliação de Responsabilidade Pessoal e Oportunidades de Trabalho) (Washington, 1996), continuou estimulando o casamento e a paternidade responsável, inclusive envolvendo diferentes departamentos federais que consumiam uma porcentagem crescente do orçamento federal de bem-estar (Cooper, 2022).

O recrudescimento de diferentes movimentos identitários que traziam demandas feministas, do ativismo negro e da população LGBTQIA+, entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, responsáveis por conquistas importantes para um número significativo de indivíduos não somente nos EUA, mas ao redor do mundo, fez com que se apontasse para um suposto “verniz de carisma emancipatório” do neoliberalismo (Fraser, 2017). Nesse escopo, a ascensão “de uma pequena elite de mulheres ‘talentosas’, minorias e gays na hierarquia corporativa”, que garantia a esses grupos bens e serviços até então acessados apenas por um determinado segmento da sociedade, o dos homens brancos e heterossexuais, conjugou o “progresso” à meritocracia, em vez da igualdade (Fraser, 2017, on-line). Assim é que esse entendimento liberal-individualista contribuiu para que demandas mais expansivas e sensíveis às classes sociais, tal como surgidas nos anos 1960 e 1970, dessem lugar a formas de vida cada vez mais distantes dos ideais de esquerda de outrora.

O apelo em torno de uma luta coletiva única, de justiça social, dava lugar a uma miríade de novas formas de identidade, não mais orientadas apenas pelo recorte de classe, mas agora também relativas à raça, ao gênero, à orientação sexual, entre

outras. As discussões em torno do *reconhecimento* e/ou da *redistribuição*<sup>75</sup> faziam dessas duas reivindicações um profícuo espaço de debates no campo da esquerda, que viu ascender movimentos em torno da validação<sup>76</sup> das identidades e das experiências de indivíduos e grupos minoritários, o que, em certo sentido, deixou em segundo plano as discussões em torno da dimensão econômica e social das desigualdades.

É nesse contexto de efervescência de um progressismo cultural que a vitória do democrata Barack Obama, em 2008, foi entendida, sobretudo, como a vitória dos jovens urbanos, dos diplomados, dos imigrantes hispânicos, dos negros, das minorias sexuais, das mulheres, dos não religiosos, etc, sobre o eleitorado republicano, mais velho, mais branco, mais rural e mais religioso (Dardot *et al.*, 2021). Não obstante, é preciso sublinhar o caráter dinâmico e modernizador projetado pelo neoliberalismo, naquele momento, não se traduzia em uma tentativa de promover a igualdade entre os indivíduos. O que se projetava, sobretudo para as minorias, era um horizonte de liberdade individual que visava oferecer a cada um o estímulo à mobilidade social e à *integração ativa* no mundo econômico. E, diante dessa configuração, também a esquerda contribuiu para a diluição das aspirações “emancipatórias”, ao combinar as lutas pela igualdade social ao mito da empresa, o culto da inovação tecnológica, a promoção do consumismo e o desenvolvimento das finanças de mercado (Dardot *et al.*, 2021).

Ocorre, e este é um ponto bastante relevante para a compreensão da plasticidade do neoliberalismo e de sua capacidade de se alimentar de suas próprias crises, que a democratização da riqueza por meio de financiamentos a longo prazo,

---

<sup>75</sup> Uma importante discussão acerca desses dois elementos aparece na obra *Redistribuição ou Reconhecimento? Um debate entre marxismo e feminismo*, de Nancy Fraser e Judith Butler. O livro, publicado em 2017, traz o debate das duas autoras ocorrido no ano de 2000 no âmbito do periódico inglês *New Left Review*.

<sup>76</sup> Não compartilho do entendimento de que os movimentos sociais que levantaram as bandeiras do feminismo, da luta LGBTQIA+ e do antirracismo sejam, de algum modo, culpados por *minar* a luta a favor da igualdade social ou pela incapacidade coletiva de se opor ao avanço do neoliberalismo. Como sustenta Alabao (2020, on-line), não se pode responsabilizar tais grupos pela “fragilidade dos sindicatos ou pela desarticulação do movimento trabalhador (que foi um processo histórico complexo e que envolveu vários fatores)”. Dentro de uma perspectiva que reconhece a dimensão biopolítica de tais pautas, reconheço a importância que a busca por uma vida digna e vivível significa para sujeitos historicamente invisibilizados. Nessa seara, visando fugir da *armadilha* de optar pelo reconhecimento ou pela redistribuição, penso que seja possível realizar uma crítica em relação ao modo como a busca pelo reconhecimento, em um espaço de amplos embates e resistências, foi também mobilizada pelo neoliberalismo em algumas situações, como a ascensão econômica de determinados segmentos, a partir do final dos anos 1990, demonstrou.

tal como vinha ocorrendo em grande escala desde os anos 1990, culminou com a crise financeira e econômica de 2008, que não só freou o acesso a bens e serviços a que parte da população vinha tendo acesso, como também expôs indivíduos e famílias a um drástico quadro de financeirização da vida.

Tida como a pior crise desde a Grande Depressão, de 1929, a de 2008 ocorreu em razão da chamada *bolha imobiliária*, causada pelo aumento nos valores imobiliários que não fora acompanhado por um aumento de renda da população. Com a expansão do crédito a um número significativo de pessoas, inclusive para aquelas que não conseguiam comprovar renda suficiente para quitar a dívida, a procura por imóveis, ao longo dos anos, foi levando ao aumento dos preços, fazendo com que os financiamentos aumentassem a taxa de juros e impedissem que parte daqueles que contraíram os financiamentos pudessem pagar as parcelas.

O início do colapso ocorreu quando os bancos, ao não receberem dos mutuários tais parcelas, começaram a não ter mais dinheiro para realizar suas operações. Em 15 de setembro daquele ano, o *Lehman Brothers*, um dos mais tradicionais bancos norte-americanos, decretou falência, seguida por uma enorme queda na bolsa de valores em várias partes do mundo. O resultado para a economia mundial foi a profunda queda da produção industrial e do comércio internacional em todo o mundo, inclusive no Brasil, que viu seu Produto Interno Bruto (PIB) cair em 14% (Oreiro, 2011).

Segundo Cooper (2022), a crise de 2008 foi um grande retrocesso para os mais pobres, o que reforçou as divisões sociais e aumentou ainda mais a desigualdade. A renda das famílias, que já vinha em queda em razão da inflação há vários anos, despencou ainda mais devido à falência de empresas e o aumento do desemprego, a redução de salários e uma série de outras situações que acarretaram em uma maior precarização do trabalho.

Ao contrário do que o economista Joseph Stiglitz havia conjecturado em 2008, longe de significar a “morte do neoliberalismo”, a crise contribuiu para aprofundar ainda mais as desigualdades e impelir os indivíduos e as famílias a um endividamento que culminou por fortalecer os mercados financeiros. Conforme sustentam Dardot e Laval (2017), o neoliberalismo, que estava amplamente desacreditado em setores cada vez maiores da sociedade e provocava múltiplas resistências, radicalizou-se naquele momento. Pressionados pelas grandes conglomerados e bancos, em vez de

implementarem medidas que compensassem as perdas vivenciadas pelos indivíduos e as famílias, os governos repassaram a estes os custos da quebra de 2008.

Enquanto os Estados moviam-se para restabelecer a supremacia da economia, os indivíduos se viam cada vez mais desprotegidos e incapazes de gerir todos os custos sociais sem recorrer ao mercado financeiro. É nesse escopo que o endividamento dos lares colocou os indivíduos frente a uma responsabilização que aprofundou a exigência familista da lógica do cuidado e da proteção dos familiares. Ao mesmo tempo, fez aumentar o sentimento de responsabilização moral frente às dívidas contraídas, levando ao que Lazzarato (2019) chamou de “governo pela dívida”. Nas palavras de Hennigen (2019, p. 3959),

Como Nietzsche (2009) já demonstrou há muito tempo, o crédito implica a constituição de um sujeito capaz de prometer, instaura uma memória da dívida a ser honrada e, desse modo, empenha e condiciona o futuro, o porvir. Neste sentido, “[...] o sistema dívida/crédito não é apenas motor econômico, mas também uma técnica para governar as condutas dos indivíduos. O sistema da dívida (financeira e moral, cuja origem, segundo Nietzsche, é a mesma) faz circular, por sua vez, a culpa e a ‘responsabilidade’ entre os governados (Lazzarato, 2019, p. 88).

A crise de 2008 não produziu a financeirização da vida, pois esta já vinha se delineando há algumas décadas. Não obstante, ela acentuou ainda mais a fórmula neoliberal de conduzir as condutas:

em vez de direitos trabalhistas e empregos formais, somos “motivados” a criar, empreender, investir em negócio próprio; no lugar de direito à moradia, crédito imobiliário; ao invés de aumentos salariais, a concessão de mais e mais crédito ao consumo; no lugar da mutualização das cotizações para a aposentadoria, fundos de pensão ou de previdência privada; ao contrário da garantia do direito (constitucional) à saúde e escola pública de qualidade, (seu sucateamento em prol da) “liberdade” de escolha e “eficiência” dos planos de saúde e das escolas privadas, cujos custos seriam investimentos (em si, nos filhos) (Henningen, 2019, p. 3961).

Assim é que a governamentalidade neoliberal fez com que os indivíduos fossem levados a perceberem-se, cada vez mais, imbuídos do dever moralizado de arcar com o cuidado da vida em um contexto biopolítico em que os direitos sociais iam sendo transformados em dívidas sociais. Como sustenta Soler (2016, p. 6)

A crise da dívida opera, portanto, como um dispositivo biopolítico intimamente relacionado aos programas de austeridade como forma não de enfrentamento aos problemas sociais e políticos, mas como estratégia funda mental da perpetuação das desigualdades através do aumento da má distribuição de

renda e de uma gestão da vida pautada em uma relação credor devedor a partir da construção de um processo ético no qual aquele que deve é dotado de uma consciência marcada pela culpa.

Em um contexto de imprevisibilidade da economia de livre mercado, a família apareceu como espaço não somente de segurança econômica, mas também de segurança psicológica contra os efeitos psíquicos do desemprego, da precariedade e da perda de status social (Arruzza, 2019). Diante das incertezas quanto ao futuro, resguardar-se das *crises neoliberais* no seio familiar é o que torna possível a sobrevivência dos indivíduos no jogo competitivo de todos contra todos.

O que resulta de tal configuração não é apenas a ativação da família enquanto principal fonte de segurança econômica e psicológica, mas também, e por consequência, o enfraquecimento das formas de solidariedade e de pertencimento social. É nesse sentido que Soler (2021, p. 8) afirma que

A obrigação em ter de honrar seus compromissos leva um número cada vez maior de sujeitos a abrir mão de um envolvimento com a política, com a cidadania e com a ética uma vez que o dispositivo do endividamento é profundamente controlador dos desejos e afecções inibindo qual quer potência criativa por parte do sujeito. A financeirização da vida é, portanto, um dispositivo agregado a lógica do mercado neoliberal que procura, a todo custo, intensificar o controle dos processos de subjetivação do sujeito, já que ela se baseia na propagação de discursos referentes a uma esperança quase escatológica por parte do indivíduo em acordar e não possuir dívida alguma, ou pelo menos, passar um único dia de sua curta existência sem ter de colocar a mão na carteira para sacar seu cartão de crédito.

Uma vez que a sobrevivência dos indivíduos foi sendo construída, ao longo dos anos, de forma a necessitar dos mecanismos de mercado e da família, o que o modo de condução das condutas neoliberal pós-crise de 2008 produziu foi o recrudescimento da privatização dos cuidados e a desativação dos vínculos sociais que tornavam a busca pela igualdade e justiça social uma luta a ser travada coletivamente.

Fazer de cada indivíduo um capital humano em competitividade com os demais sempre esteve no horizonte dos neoliberais, pois apenas deste modo seria possível estabelecer uma sociedade fundada sobre o princípio da concorrência. Por esse motivo a família, desde o início, apareceu como a instituição capaz de absorver os choques e as intempéries do livre mercado. Ao mesmo tempo que o fortalecimento dos laços familiares contribuía para viabilizar o livre mercado, também funcionava para coibir a busca por quaisquer conquistas que não estivessem relacionadas à liberdade

individual para empreender, consumir e endividar-se. Retirar do horizonte toda e qualquer *ameaça* relacionada à capacidade de os indivíduos se autogerirem em torno de formas democráticas de vida, orientadas na busca pelos direitos sociais e pela igualdade, era fundamental para o avanço neoliberal. Quanto mais imbuídos com o cuidado com os familiares e o pagamento das dívidas intergeracionais, menos, por conseguinte, os indivíduos poderiam dar vazão às lutas coletivas de enfrentamento às desigualdades. É nesse sentido que projetar o familismo como um requisito essencial significava, no limite, reafirmar o que Thatcher havia sublinhado com bastante ênfase seguindo o receituário hayekiano: não existe sociedade, mas apenas homens e mulheres...e suas famílias.

Brown (2019) sinaliza as diferentes formas de desmantelamento da ideia de sociedade que foram exercidas pelos neoliberais:

Epistemologicamente, o desmantelamento da sociedade envolve a negação de sua existência, como Thatcher fez nos anos 1980 [...] Politicamente, envolve o desmantelamento ou a privatização do Estado social – seguridade social, educação, parques, saúde e serviços de todos os tipos. Legalmente, envolve o manejo de reivindicações e liberdade para contestar a igualdade e o secularismo, bem como as proteções ambientais, de saúde, de segurança, laborais e ao consumidor. Eticamente, envolve a contestação da justiça social por meio da autoridade natural dos valores tradicionais. Culturalmente, implica uma versão do que os ordoliberais chamaram de ‘desmassificação’, escorando os indivíduos e famílias contra as forças do capitalismo que os ameaçam (Brown, 2019, p. 48).

A questão a ser colocada, se entendemos que o projeto neoliberal foi orientado em torno dessas várias frentes de desmantelamento do social, é o que decorre da passagem dos laços sociais aos laços familiares acentuada após a crise econômica e financeira de 2008. Se ao destituir a ideia do social restam somente as versões neoliberais das unidades individuais e das unidades familiares, cada vez mais necessárias ao *progresso* da nação, essa família precisaria, mais do que nunca, ser afiançada enquanto protagonista na ordem social.

Cooper (2019) é enfática ao afirmar que o recuo neoliberal dos gastos sociais buscou situar a família como se esta estivesse além do Estado, como se fosse uma forma espontânea de autocuidado e ajuda mútua, surgindo além do espaço de intervenção social e capaz de nos proteger da insegurança generalizada provocada pelas reformas econômicas neoliberais. Assim, seria tentador imaginar que os sujeitos estariam conseguindo resistir ao neoliberalismo. No entanto, é precisamente desse

modo que o neoliberalismo conseguiu capturar os indivíduos e as famílias, promovendo ativamente a necessidade de proteção da instituição familiar e de seus valores.

Meu entendimento é o de que o giro conservador e autoritário que vemos se delinear politicamente desde meados dos anos 2000, e que adquiriu grandes proporções a partir da vitória de Donald Trump à presidência dos EUA, em 2017, de Jair Bolsonaro no Brasil, em 2018, e da ascensão de outros personagens de extrema-direita ao redor do mundo, teve no acionamento da família como esteio econômico e moral da sociedade um dos seus pilares fundamentais para conseguir a adesão da população a um projeto explícito de desdemocratização da sociedade. Essas forças antidemocráticas encontraram poder crescente nas duas últimas décadas, entre outras circunstâncias, a partir de um deslocamento das questões políticas do terreno da justiça social para o dos valores da família, da nação e da religião, “movendo a raiva, a frustração e os medos sociais para um conjunto de alvos considerados ‘desviantes’ ou ‘ameaças’, imigrantes, negros, mulheres, homossexuais, sindicalistas, ativistas, intelectuais” (Dardot *et al.*, 2020, on-line). Isto é, contra todos aqueles que supostamente poderiam representar um risco ao homem, branco, heterossexual e cristão e aos valores que ele simboliza.

Entender como a plataforma de governo que levou Trump a ser eleito, amparada do tríplico “fé-família-liberdade” (Dardot *et al.*, 2021) da direita cristã norte-americana, contribuiu para que jurisprudências em torno das liberdades religiosa e de expressão tornassem possível reforçar normas sexuais e de gênero e amplificar o rechaço a grupos não normativos requer que lembremos que, desde Reagan, os serviços de assistência social nos EUA foram amplamente desenvolvidos a partir de parcerias Igreja-Estado. Com a reforma do bem-estar social promovida por Clinton em 1996, o aumento do que Cooper (2022) denomina de “serviços sociais baseados na fé” alicerçou-se em uma disposição constante na lei que encorajava os governos federal e estadual a contratar associações religiosas sem fins lucrativos desde que *não infringissem seus direitos à expressão religiosa*. Nas palavras de Cooper (2022, p. 210),

Em retrospectiva, parece evidente que a expansão do espaço da liberdade religiosa tem sido contemporânea ao crescente número de restrições impostas à política sexual dissidente. A liberdade religiosa de impor a lei

moral é afirmada ao mesmo tempo em que a liberdade sexual é reduzida à lei moral: uma implica a outra<sup>77</sup>.

A promoção da responsabilização familiar, nos EUA, esteve diretamente ligada a essa aliança entre Estado e Igreja, e, embora em alguns momentos, como quando do aumento exponencial dos casos de AIDS, o recurso às uniões homoafetivas tenha sido percebido por neoliberais como Posner como uma forma de desonerar o Estado dos cuidados com a saúde, a jurisprudência sobre a liberdade sexual, não sem tensões dentro do próprio Governo, não deixou de ser perpassada por uma moral religiosa cristã. Isso fica tanto mais evidente quando atentamos para o fato de que os hospitais católicos em Nova York, no final dos anos 1980 e início de 1990, ao solicitar financiamento do Governo para cuidar de pacientes com AIDS, opuseram-se abertamente ao cumprimento das recomendações estaduais para aconselhar os pacientes sobre práticas sexuais seguras. E, ainda que ilegal, essa demanda por “excepcionalismo religioso” não somente não impediu a Igreja de receber financiamento, como também abriu precedente para que, anos mais tarde, posicionamentos como este fossem percebidos, na forma da lei, como “expressões de liberdade religiosa” (Cooper, 2022).

O problema aqui não é apenas que esse processo confere às organizações religiosas o controle imediato sobre sujeitos sociais, mas também a crescente influência de partes interessadas de natureza religiosa na constituição de decisões sobre política pública e a crescente parcela dos empregos de serviço social que recaem sob a autoridade da igreja. Esse é o contexto no qual os tribunais e governos no mundo todo introduziram os novos projetos de “liberdade religiosa” que visam anular leis que previnem discriminação de gênero e de sexualidade. E eu acredito que esse é igualmente o contexto mais amplo de ascensão da extrema-direita religiosa (Cooper, 2020a, online).

A partir do que venho apontando, entendo que a restauração da família heteronormativa patriarcal acionada pela governamentalidade neoliberal contemporânea precisa ser entendida sob dois aspectos. De um lado, é preciso levar em consideração a *matriz conservadora originária* do neoliberalismo, a qual procurei assinalar nas duas últimas seções deste Capítulo. De outro, é necessário perceber que o resultado de décadas de políticas neoliberais foram profundas transformações

---

<sup>77</sup> Texto original: “*En retrospectiva parece evidente que la ampliación del espacio de libertad religiosa ha sido contemporánea al creciente número de restricciones establecidas a las políticas sexuales disidentes. La libertad religiosa de imponer la ley moral se afirma al mismo tiempo que se reduce la libertad sexual ante la ley moral: una implica la otra*”.

nas sociedades e nas subjetividades, levando a uma progressiva erosão dos próprios fundamentos da democracia representativa que repercute no aprofundamento dos laços familiares em detrimento dos laços sociais.

Ao exaltar um determinado conceito de liberdade atrelado à proteção e expansão da esfera pessoal que tem conferido à moralidade “mais poder, amplitude e legitimidade do que as democracias sociais seculares racionais propiciam” (Brown, 2019, p. 23), a governamentalidade neoliberal incita os indivíduos a promoverem formas de proteção que se traduzem em constantes investidas familiares em diversos âmbitos da vida, entre os quais o da educação.

Neste Capítulo, busquei apontar o lugar que cabe à família no seio do pensamento liberal e apresentei uma leitura de como a conduta familiar foi se vinculando a uma economia moral aderente a um *ethos* que rejeita uma ordem pública, plural, secular e democrática. No próximo Capítulo, intitulado *Família docendis: a educação como campo de tensões e disputas em torno da agenda familiar brasileira*, abordarei como o acionamento da instituição familiar pelas estratégias biopolíticas de governo neoliberal contemporâneas tem repercutido, no Brasil, nas políticas educacionais e na própria ideia de escola republicana, entendida enquanto espaço democrático onde o diferente e o contraditório se encontram e se transformam, projetando para os estudantes a vida futura em sociedade.

### **3. FAMÍLIA *DOCENDIS*: A EDUCAÇÃO COMO CAMPO DE TENSÕES E DISPUTAS EM TORNO DA AGENDA FAMILIAR BRASILEIRA**

#### **3.1 A parceria família-escola no escopo de uma governamentalidade neoliberal de face “democrática”**

Nas últimas décadas, presenciamos mudanças significativas que afetaram a relação família-escola e que, diretamente ou não, têm encaminhado para o protagonismo familiar que hoje vemos ser solicitado nos domínios da educação. Por esse motivo, entendo que abordar os processos que incidiram sobre essa relação pode nos auxiliar a compreender como chegamos a uma configuração que faz da família aquela instituição que reivindica para si uma primazia nos processos educacionais a partir da instauração de uma guerra de valores que faz da escola espaço de tensões e disputas acerca do que pode ou não ser considerado um conhecimento escolar e de com quem se pode aprender e conviver.

A socióloga Maria Alice Nogueira aponta que, no passado, a relação família-escola era bem menos frequente e, sobretudo, mais restrita em sua natureza, isto é, o campo e o teor das trocas eram bem mais limitados e esporádicos. Fazendo referência à também socióloga Cléopâtre Montandon, Nogueira (2006) sublinha que, até as primeiras décadas do século XX, a maioria das famílias não se relacionava com a escola pública, apresentando pouca ou nenhuma intervenção no ambiente escolar, ficando as intervenções no plano pedagógico reservadas apenas para as autoridades escolares.

Mattos *et al.* (2017) pontuam a existência de algumas exceções relativas a movimentos que, a partir dos anos 1930, buscaram representar a instituição familiar ao defender que um determinado conjunto de saberes, relativo aos valores religiosos cristãos, adentrasse na ordem do discurso das escolas públicas brasileiras. Opondo-se à ideia de centralidade da escola pública e, principalmente, de uma escola pública laica, tal como defendida pelo grupo conhecido como “escolanovista”, setores católicos que “falavam em nome da ‘família brasileira’ entendiam que a escola estatal não poderia deixar de promover o ensino religioso – identificado de modo quase direto ao ensino confessional católico” (Mattos *et al.*, 2017, p. 91). Nesse contexto, passaram a promover ações que levaram o presidente Getúlio Vargas a reintroduzir, em 1931,

o ensino religioso nas escolas públicas, atendendo ao que entendiam ser os desígnios das famílias.

Segundo os referidos autores (2017), no contexto de formulação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), entre os anos de 1950 e 1960, em curso após a promulgação da Constituição de 1946, a discussão sobre as relações entre família, religião e educação se atualizou. Nesse cenário, foi estabelecida uma forte aproximação com o setor privado da educação, que assumia expressão crescente na sociedade brasileira e tentava fazer com que seus interesses fossem contemplados na lei que se encontrava em discussão. Nas palavras de Mattos *et al.* (2017, p. 91-92),

Em nome do que diziam ser a “liberdade de ensino” e criticando o “monopólio estatal da educação”, procuravam garantir na LDB a possibilidade de obtenção de recursos públicos para a subvenção de instituições escolares confessionais. Posicionando-se em nome da “família”, identificada, mais uma vez, como católica, o grupo entendia que a escolha dos pais deveria prevalecer na escolarização dos filhos e que este processo deveria envolver uma formação religiosa mais ampliada. Em sua visão, “uma aulinha de religião”, tal como se apresentaria nas escolas públicas, a partir do decreto de 1931, não bastaria e, ainda de acordo com seu ponto de vista, a escolha da família deveria ser apoiada pelo Estado. Defendiam que a lei em debate assinalasse a centralidade das escolas particulares no oferecimento da educação para crianças e jovens, destinando, por sua vez, à escola pública um papel complementar nessa tarefa.

Ainda que a defesa do ensino religioso fosse pautada, sobretudo, por grupos católicos e empresários da área da educação, o posicionamento favorável ao ensino religioso nas escolas públicas era compartilhado pela maioria das famílias brasileiras, contribuindo para a difusão, no meio educacional, dos valores religiosos cristãos. O ensino da religião como componente curricular manteve-se presente na atual Constituição (1988) e na segunda versão da LDB (1996). Em 1997, a Lei N.º 9.475, de 22 de julho, deu nova redação à LDB<sup>78</sup>, que passou a vigorar com o seguinte texto:

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das

---

<sup>78</sup> Em 2010, o Decreto N.º 7.107, de 11 de fevereiro, que Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé, também fez referência ao ensino do componente religioso nas escolas, com a seguinte redação: Art. 11. A República Federativa do Brasil, em observância ao direito de liberdade religiosa, da diversidade cultural e da pluralidade confessional do País, respeita a importância do Ensino religioso em vista da formação integral da pessoa. § 1º. O Ensino religioso, católico e de outras confissões religiosas, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, em conformidade com a Constituição e as outras leis vigentes, sem qualquer forma de discriminação (Brasil, 2010).

escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo (Brasil, 1997).

A existência desses movimentos que, no âmbito do século XX, tensionaram os domínios da educação brasileira buscando fazer da escola um *continuum* dos saberes atinentes ao ambiente familiar, aparece, assim, fortemente vinculada à disseminação de valores religiosos – notadamente de orientação católica, em conformidade com a histórica hegemonia desta instituição religiosa em nosso país. Não obstante, em que pese a relevância destes para a construção daquilo que foi sendo entendido como passível de ser ensinado nas escolas, trata-se, no meu entendimento, de ações pontuais e verticalizadas que incidem sobre a família e sua relação com a escola, não sendo, portanto, promovidas diretamente pela instância familiar. Isto é, ainda que estivesse de acordo com os preceitos familiares de parte considerável da população, o ensino do componente curricular religioso não aparecia como uma pauta diretamente defendida pela instância familiar, mas sim por setores da sociedade que entendiam representá-la.

Nesse sentido, cabe compreender como chegamos a uma nova relação entre a família e a escola para, em um passo seguinte, abordar o tensionamento do campo educacional por parte de pais e mães que advogam para si um papel de destaque naquilo que, historicamente, foi entendido como competência exclusiva dos educadores.

Nogueira (2006) sustenta que três processos respondem pelas metamorfoses ocorridas nas relações família-escola e levaram à atual conjuntura. O primeiro processo diz respeito à relevância que as interações individuais entre pais e docentes passaram a ter. Ainda que sempre existisse esse contato, Nogueira (2006) pontua que é a partir dos anos 1960 que este começa a ganhar relevância.

O segundo processo, relevante para esta Tese, está relacionado à aproximação dessas duas instâncias no âmbito da sociedade:

Escola e família intensificam suas relações de modo nunca antes conhecido. A presença dos pais no recinto escolar e sua maior participação em determinadas atividades tornam-se mais comuns. Os contatos formais e informais se multiplicam e se diversificam. No cotidiano, os canais de comunicação parecem se ampliar para além da tradicional participação nas associações de pais e mestres e da presença em reuniões oficiais com professores. Hoje há palestras, cursos, jornadas e “festas da família”, a agenda escolar do aluno, os bilhetes, os contatos telefônicos, as conversas na entrada e na saída das aulas e ainda, segundo Perrenoud (1995), a mais

importante das formas de contato: a própria criança, através da qual se dá grande parte da comunicação (Nogueira, 2006, p. 164).

Acerca dessa aproximação, Nogueira (2006) ressalta a formulação de políticas públicas educacionais que, visando ao desenvolvimento da cooperação entre as famílias e a escola, começam a surgir nos anos 1990 em diferentes países do ocidente. Em um contexto de atendimento às metas relativas à educação para o desenvolvimento das nações, reiteradamente mencionadas em Relatórios do Banco Mundial nos anos 1990, a promoção de políticas educacionais insere-se em um quadro de reformas que vão ao encontro da necessidade de investimento em capital humano, considerado fundamental para o crescimento tanto dos países considerados de primeiro mundo quanto dos emergentes, caso do Brasil e de outros países da América Latina, por exemplo. É o que sublinha Silva (2021, p. 154), quando ao abordar a constituição do *homo oeconomicus* como um capital humano, por parte do governamentalidade neoliberal, afirma que:

Os Relatórios do Banco Mundial dos anos 1990, contexto em que as políticas inclusivas, nomeadamente as da educação, iniciam no Brasil, são repetitivos quanto à necessidade de investimento em capital humano. O “Relatório para as reformas econômicas e trabalhistas na América Latina e no Caribe” (BM, 1995) considera que —o atendimento das necessidades dos pobres em educação, nutrição e saúde terá efeitos diretos importantes sobre o crescimento econômico: à medida que uma parcela maior da população adquirir capital humano básico, o crescimento deve se acelerar! (p. 1).

Nesse escopo, o envolvimento parental aparecia como uma das estratégias capazes de alavancar os índices educacionais visando ao desenvolvimento econômico. Conforme o documento *Priorities and Strategies for Education: A World Bank Review* (Prioridades e estratégias para a educação: uma análise do Banco Mundial) (1995a), publicado pelo Banco Mundial seguindo definições ocorridas na “Conferência Mundial de Educação para Todos”, realizada na Tailândia em 1990, em todo o mundo os pais e as comunidades davam mostras de uma participação mais ativa da gestão das escolas, motivo pelo qual incentivar a responsabilização parental era também um modo de melhorar o desempenho dos estudantes.

Conforme afirmado no Capítulo denominado “*Household Involvement*” (Participação familiar) do referido material,

É possível tornar as instituições de ensino mais responsáveis pelo seu desempenho se conseguirem que os lares participem mais das atividades das

instituições às quais os membros da família pertencem. Os pais que participam nas atividades escolares costumam estar mais satisfeitos com as escolas e, o que é ainda mais importante, mais dispostos a contribuir para sua eficácia. A maior parte das famílias contribui, direta ou indiretamente, com os custos da educação, mas poderiam participar da administração e supervisão das escolas, junto com toda a comunidade, e poderia ser dada a elas a possibilidade de escolher entre diferentes escolas (Banco Mundial, 1995a, p. 120, tradução minha)<sup>79</sup>.

Segundo outro documento, o *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial: O trabalhador e o processo de integração mundial*, também apresentado pelo Banco Mundial em 1995, os governos deveriam desempenhar um papel relevante em apoio aos investimentos da família em relação aos filhos, pois “os investimentos em capital humano podem melhorar o padrão de vida familiar, expandindo as oportunidades, aumentando a produtividade, atraindo investimentos de capital e elevando a capacidade de auferir renda” (Banco Mundial, 1995b, p. 42).

A educação, conforme afirmado no Relatório, aparece como

essencial para o aumento da produtividade individual. A educação geral dota a criança de habilidades que podem ser mais tarde transferidas de um trabalho para outro, e dos instrumentos intelectuais básicos, necessários para a continuação do aprendizado. A educação aumenta a capacidade de desempenhar tarefas normais, de processar e utilizar informações e de adaptar-se a novas tecnologias e práticas de produção (Banco Mundial, 1995b, p. 42).

O entendimento, por parte do Banco Mundial, de que os investimentos em educação levariam à acumulação de capital humano, sendo considerado um fator determinante para o crescimento econômico sustentável e o aumento da renda, encaminhou diversos países do mundo ocidental, mutuários do banco, a realizarem reformas em seus sistemas de ensino, com vistas ao atendimento dos critérios do mercado. Sob o *imperativo da inclusão* e o atendimento ao *slogan* de uma “Educação para Todos” defendido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o que se projetava, conforme afirmado pelo Banco Mundial, era “Um crescimento apoiado no mercado”, que fizesse “eficiente uso da

---

<sup>79</sup> Texto original: “*Educational institutions may be more accountable for their performance when households are more closely involved in the institutions that family members attend. Parents involved with a school are more likely to be satisfied and, even more important, to help make it more effective. Most households already contribute, directly or indirectly, to the costs of education, but they could participate in school management and oversight, along with their wider communities, and they could be given the possibility of choosing among schools.*”

mão-de-obra” e promovesse “um amplo setor de emprego assalariado” (Banco Mundial, 1995b, p. 53).

É nesse contexto que, ainda em 1994, o presidente dos EUA, Bill Clinton, aprovou o *Goals 2000: Educate America Acts*, considerado um marco legislativo que tinha como propósito melhorar a qualidade da educação ao estabelecer metas nacionais para o ensino fundamental e médio. Nos objetivos apresentados, fica explícita a relevância dada à participação familiar na gestão e governança da escola e na educação dos filhos:

Os objetivos para esta Meta são que: (i) cada Estado desenvolverá políticas para auxiliar as escolas locais e as agências educacionais locais a estabelecer programas para aumentar parcerias que atendam às diversas *necessidades dos pais e da família*, incluindo pais de crianças desfavorecidas ou bilíngues, ou pais de crianças com deficiência; (ii) *cada escola envolverá ativamente os pais e as famílias em uma parceria* que apoie o trabalho acadêmico das crianças em casa e a tomada de decisões educacionais compartilhadas na escola; (iii) *os pais e as famílias ajudarão a garantir que as escolas sejam adequadamente apoiadas e cobrarão das escolas e dos professores altos padrões de responsabilidade*<sup>80</sup> (Goals 2000, 1994, on-line, grifos meus, tradução minha).

De acordo com Carvalho (2000, p. 146), a parceria família-escola é oficialmente apresentada, no Governo Clinton, como solução para várias necessidades aparentemente compatíveis:

dos pais e do lar, sobretudo nos casos de crianças em desvantagem social, portadoras de características especiais e/ou bilíngues (imigrantes); de reforço acadêmico no lar, por meio de políticas explícitas de dever de casa; de participação dos pais na tomada de decisões educacionais na escola; de financiamento adequado das escolas; e, de padrões elevados de desempenho escolar e docente [...]

Ainda segundo a pesquisadora, é nesse contexto que, tendo sido objeto de políticas escolares específicas desde a década de 1980, quando surge o grupo denominado *Famílias como Educadoras*, vinculado à Associação Americana de Pesquisa Educacional (AERA), o envolvimento dos pais com a educação em nível nacional passa a ser formalizado e se definir “o lar como uma extensão da sala de

---

<sup>80</sup> Texto original: “*The objectives for this Goal are that— (i) every State will develop policies to assist local schools and local educational agencies to establish programs for increasing partnerships that respond to the varying needs of parents and the home, including parents of children who are disadvantaged or bilingual, or parents of children with disabilities; (ii) every school will actively engage parents and families in a partnership which supports the academic work of children at home and shared educational decisionmaking at school; and (iii) parents and families will help to ensure that schools are adequately supported and will hold schools and teachers to high standards of accountability.*”

aula e o dever de cada como uma tarefa a ser realizada fora do horário escolar, de preferência, em casa” (Carvalho, 2000, p.146).

Em uma perspectiva semelhante, em 1997 o primeiro-ministro inglês Tony Blair promoveu, dentro de um contexto de reformas educacionais, o chamado “*Home-School Agreement*” (contrato casa-escola), em que os pais deveriam se comprometer a assumir a responsabilidade no plano da assiduidade, da disciplina e da realização das atividades de casa de seus filhos. A “*Education Act 1997*” previa que, no momento de matrícula do aluno, escola e pais assinassem, conjuntamente, um acordo que formalizava as responsabilidades e as expectativas em relação a cada uma das partes.

Outro país europeu que também promoveu essa parceria foi a França. Em 1998, o Ministério da Educação criou a “*Campagne nationale sur le nouveau partenariat école-famille: confiance et ouverture*” (Campanha nacional sobre a nova parceria escola-família: confiança e abertura), responsável por uma série de ações voltadas a envolver as famílias no processo de aprendizagem e gestão escolar. Com o slogan *Pais, vocês precisam da escola, a escola precisa de vocês*, essa iniciativa visava estabelecer um “momento privilegiado de parceria para promover a informação, a consulta, a reflexão sobre o papel dos pais na escola<sup>81</sup>” (tradução minha), sendo o lançamento da “Semana dos pais na escola uma ação destinada a estabelecer uma parceria educativa duradoura com os pais, em um espírito de abertura, confiança mútua e respeito recíproco (tradução minha)”<sup>82</sup> (Royal, 1998, on-line).

No Brasil, campanhas visando à interseção entre escola e família começam a ser promovidas a partir dos anos 2000 (Nogueira, 2006). Uma dessas ações foi o lançamento do “Dia Nacional da Família na Escola”, em 21 de abril de 2001, por parte do Ministério da Educação, durante o Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Conforme o ministério, semestralmente deveriam ser realizadas ações nos estabelecimentos públicos de ensino com a participação dos pais. Na mesma oportunidade, foi distribuída para cerca de 20 milhões de estudantes de 1º a 4º ano a

---

<sup>81</sup> Texto original: “*Il doit correspondre à un moment privilégié de partenariat pour favoriser l’information, la concertation, la réflexion sur le rôle des parents à l’école*”.

<sup>82</sup> Texto original: “*La Semaine des parents à l’école est une action destinée à instaurer un partenariat éducatif durable avec les parents dans un esprit d’ouverture, de confiance réciproque, de respect mutuel*”.

cartilha intitulada *Educar é uma tarefa de todos nós: um guia para a família participar, no dia-a-dia, da educação de nossas crianças*.

De acordo com o Catálogo de Publicações do MEC (1995-2002), a referida publicação tinha como objetivo apresentar “o que as crianças podem e devem ter aprendido em língua portuguesa e matemática, ao final da 2<sup>a</sup>. e 4<sup>a</sup>. série, *para que a família possa acompanhar melhor o seu desenvolvimento escolar*” e trazia “dicas e sugestões de como contribuir para a educação das crianças fora da escola” (Brasil, 2002).

Seguida a essa primeira ação nacional, entre dezembro de 2004 e início de 2005, durante o Governo de Luís Inácio Lula da Silva, o MEC realizou uma campanha publicitária conclamando as famílias usuárias da rede pública de ensino a participarem da “Pesquisa Nacional Qualidade da Educação: a Escola Pública na opinião dos pais”, realizada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). O propósito era o de “construir o perfil das escolas públicas a partir das *percepções de pais e responsáveis pelos alunos no momento em que lhes é dada a oportunidade de expressar suas crenças, expectativas e comportamentos, bem como, sua relação com a escola*” (Pinto *et al.*, 2006, p. 530, grifos meus). A campanha de sensibilização, divulgada em rádio e televisão, apontava para a participação dos pais na educação dos filhos: “Agora é a vez de os pais opinarem sobre a escola pública no Brasil [...] A escola pública que você deseja para seu filho está sendo desenhada” (Pinto *et al.*, 2006, p. 530, grifos meus).

Na América Latina, encontramos outros exemplos de países que promoveram políticas públicas visando à promoção da relação família-escola. Um dos mais representativos é o Chile, que, em 2002, sob o Governo de Ricardo Lagos, publicou sua *Política de Participación de Padres, Madres y Apoderados/as en el Sistema Educativo* (Política de Participação de Pais, Mães e Responsáveis no Sistema Educativo). No documento assinado pela Ministra de Educação Mariana Aylwin, é afirmado que, em um “contexto em que se reconhece que a formação de pessoas é uma ferramenta fundamental para o bem-estar das famílias e para atravessar o limiar do desenvolvimento dos países”<sup>83</sup>, o objetivo de tal Política é “Gerar condições institucionais e jurídicas que garantam a promoção, o incentivo e o desenvolvimento

---

<sup>83</sup> Texto original: “*en un contexto en que se reconoce que la formación de las personas es una herramienta principal para el bienestar de las familias y para cruzar el umbral del desarrollo de los países*”.

da participação ampla, diversa e organizada de pais, mães, responsáveis e da comunidade no sistema educacional”<sup>84</sup> (Ministério da Educação do Chile, 2002). Conforme o entendimento da ministra chilena,

Ter uma relação de cooperação entre a família e a escola é fundamental para melhorar o aprendizado. Uma relação de diálogo, de compartilhamento de informações, de trabalho conjunto. *Os pais têm uma responsabilidade na educação de seus filhos.* Pais engajados, filhos com melhores oportunidades de aprender. É uma relação de causa e efeito. Simples assim, claro assim. (...) *Precisamos de pais comprometidos com a qualidade da educação de seus filhos, pais que perguntem, que cooperem, que exerçam seus direitos e suas responsabilidades*<sup>85</sup> (Ministério da Educação do Chile, 2002, p. 14, grifos meus, tradução minha).

Nessa mesma seara, ainda em 1998, a Unesco publicou um estudo realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 12 países que enfatizava a influência positiva do envolvimento parental na escolaridade dos filhos, salientando a redução dos números relativos à evasão e repetência. No texto denominado *Escola e Família - uma relação a precisar de um 'clique'*, é afirmado que os governos sabem que “o envolvimento dos pais pode se constituir em uma alavanca para elevar os parâmetros” e que, em muitos países, os pais “vêm o seu envolvimento como um direito democrático, cabendo às escolas dar uma resposta “mais cabal às exigências e desejos dos pais e dos contribuintes” (Unesco, 1998, online).

Anos mais tarde, visando englobar o conjunto de países latino-americanos, o Escritório Regional para a América Latina e Caribe da Unesco publicou o estudo *Participación de las Familias en la Educación Infantil Latinoamericana* (Participação das Famílias na Educação Infantil Latino-americana), que trazia como finalidade “fortalecer a participação e a educação de mães e pais *como principais educadores de seus filhos e filhas*”<sup>86</sup> (Unesco, 2002, p. 3, grifos meus). Para tanto, apresentava

---

<sup>84</sup> Texto original: “*Generar condiciones institucionales y jurídicas que garanticen la promoción, fomento y desarrollo de la participación amplia, diversa y organizada de padres, madres y apoderados/as y de la comunidad en el sistema educativo.*”

<sup>85</sup> Texto original: “*Tener una relación de cooperación entre la familia y la escuela es fundamental para mejorar los aprendizajes. Una relación de diálogo, de información, de trabajo común. Los padres tienen una responsabilidad en la educación de sus hijos. Padres preocupados, hijos con mejores oportunidades de aprender. Es una relación causa-efecto. Así de simple, así de claro. (...) Necesitamos padres comprometidos con la calidad de la educación de sus hijos, padres que preguntan, que cooperen, que ejerzan sus derechos y sus responsabilidades.*”

<sup>86</sup> Texto original: “*fortalecer la participación y la educación de madres y padres como principales educadores de sus hijos e hijas.*”

quatro objetivos a serem alcançados: 1) a identificação dos ministérios e das organizações que trabalham na educação e no apoio aos pais; 2) a análise e sistematização de políticas e programas educacionais sobre participação, educação familiar e apoio aos pais; 3) a realização de encontros regionais e nacionais para troca de informações e experiências e estabelecimento de um fórum regional permanente para discussão e compartilhamento de políticas e; 4) programas voltados para promover a relação família-escola (Unesco, 2004).

A relevância dada à participação familiar tanto no que diz respeito às atividades pedagógicas quanto àquelas relativas à gestão escolar, se analisada sob as lentes da governamentalidade, permite-me apontar que o regime de colaboração entre família e escola, tal como proposto pela série de dispositivos institucionais mencionados, surge na esteira de uma forma de governamentalidade neoliberal denominada por Gallo (2017a, 2017b) de “democrática”. Para o pesquisador, que faz referência ao contexto brasileiro, a biopolítica da governamentalidade amparou-se, entre o final dos anos 1980 e meados de 2010, na produção de ações de governo que consistiam em constituir os sujeitos como cidadãos para que estes pudessem ser governados. Dito de outro modo, tratava-se de um modo de condução das condutas que subjetivava a todos para obedecerem aos princípios básicos de uma sociedade liberal democrática. O objetivo era o de que todos fossem percebidos como “sujeito de direitos”, o que implicava a eles uma série de direitos políticos e um conjunto de deveres cívicos. Nas palavras de Gallo (2017b, p. 1510),

na construção da governamentalidade democrática brasileira, a liberdade dos cidadãos não poderia ser deixada de lado. Apenas cidadãos livres podem ser governados, participando de modo ativo, como membros de uma sociedade civil, na organização da estrutura mesma do Estado, que se volta para eles para conduzir suas condutas, de modo a concertar as ações conjuntas entre Estado e sociedade civil, construindo um projeto de país, mas também o cotidiano mesmo que vivemos.

Lockmann (2020) corrobora com esse entendimento ao pontuar que se tratava de uma configuração da racionalidade neoliberal que tomava a noção de democracia e, portanto, a noção de *sujeito de direitos*, como o fundamento da ação governamental. A não exclusão e a constituição de todos os sujeitos como cidadãos encaminhava as estratégias fundamentais de governo da população. Nesse ínterim, as políticas educacionais voltadas para a inclusão buscavam tornar a escola um *locus* de valorização da diversidade e do respeito à diferença, fazendo adentrar

na ordem do discurso escolar temas como desigualdades sociais, raça, gênero e educação para a sexualidade. O que se objetivava era promover a participação dos cidadãos nos processos sociais e aproximá-los das esferas decisórias.

Conforme sublinham Hillesheim e Bernardes (2015), tais políticas de inclusão aparecem enquanto parte de uma governamentalidade, isto é, de um governo de sociedade que faz da inclusão um imperativo para a manutenção do imperativo neoliberal. O que se delineou naquela conjuntura foi, portanto, a migração de um “plano de evidência de um campo social que operaria por procedimentos de exclusão, para os jogos em que a inclusão passa a ser gestada como forma de governo da sociedade e, sobretudo, da população” (Hillesheim; Bernardes (2015, p.130). Tais políticas

emergem em um território de políticas econômicas. Isto significa um exercício de inflexão, mediante o qual as políticas de inclusão não são tomadas como um campo de exterioridade às políticas econômicas, mas como mais um elemento que se faz presente em razão das estratégias de governamentalidade (Hillesheim; Bernardes (2015, p.130).

Se enfocarmos as políticas que foram promovidas visando à atuação da família no contexto escolar, é possível assinalar que esta é chamada a também ser responsável pela educação formal dos filhos e a cumprir com o dever de acompanhar o desempenho educacional destes, a partir de uma participação mais efetiva junto aos educadores e a todo o ambiente escolar.

Não por acaso, os direitos e deveres da família em relação à educação ganham respaldo legal no Brasil a partir da Constituição de 1988, que em seu art. 205 estabelece que a “educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família”, reforçando a responsabilidade compartilhada entre a família e o Estado na garantia da educação e ressaltando a importância da participação ativa da família no processo educacional; do ECA (1990) e da LDB promulgada em 1996, que traz em seu art. 2º que a “educação é um *dever da família* e do Estado” e em seu art. 12º que os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de “VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola”.

Trata-se de um momento em que um conjunto de ações governamentais faz da educação um “setor capaz de mobilizar, potencializar e concretizar parte fundamental das necessidades para a inclusão social” (Lopes; Reck, 2013, p. 213). Além de

capacitar o sujeito para o mercado, “ela propicia a difusão de valores sociais e a formação de tipos humanos compatíveis com o desenho de Nação que se almejava” (Lopes; Reck, 2013, p. 213). Nesse sentido, dotar as famílias de direitos e deveres relativos ao processo educacional era, também, um modo de o Estado colocar em prática uma forma de governança que enfatizava a “integração das ‘partes envolvidas’ [stakeholders], a facilitação do consenso e da ‘cooperação multilateral’, e o desenvolvimento de ‘boas práticas’ na produção e implementação de soluções para problemas tecnicamente definidos” (Brown, 2018a, p. 17).

Tal como apontado por Colleta e Perkins (1995) em artigo publicado pelo Banco Mundial, na esteira de uma forma de governmentação orientada por reformas descentralizadoras, ao se chamar os pais para participar dos processos de tomada de decisão, esperava-se que houvesse um impacto positivo sobre a qualidade do processo educacional:

*O envolvimento dos pais tem, em muitos casos, ajudado a melhorar as taxas de aprovação, bem como a relevância do currículo, dos materiais didáticos e do calendário escolar. O resultado tem sido o aumento da moral, a redução das taxas de abandono e repetência, a melhoria nos resultados acadêmicos e a ampliação da demanda por matrículas<sup>87</sup> (Colleta; Perkins, 1995, p. 8, grifos meus, tradução minha).*

O envolvimento dos pais na educação formal dos filhos os coloca em uma posição *ativa*, ensejando um compromisso não só com um melhor rendimento educacional dos filhos, mas também com o desenvolvimento de toda a nação. Nesse modo de governmentação, tanto os pais como os filhos aparecem como *sujeitos de direitos* que devem atender aos imperativos neoliberais relativos ao desenvolvimento econômico da sociedade.

Ao mesmo tempo, ao dispenderem mais tempo aos cuidados com a formação educacional dos filhos, os pais esperam que os saberes, as habilidades e as competências adquiridos a partir da composição hereditária (o capital inato) possam ser ampliados e aprimorados, a fim de agregar valor naquilo que investiram ao longo dos anos (o capital adquirido). É nesse sentido que um melhor desempenho dos filhos significa, também, uma forma de “renda psíquica” aos pais (Foucault, 2008). Dito de

---

<sup>87</sup> Texto original: *The involvement of parents making has, in many cases, helped torates as well as the relevance of the curriculum, teaching materials and school calendar. The result has been to boost morale, reduce drop out and repeater rates, improve achievement scores, and expand enrollment demand*”.

outro modo, participar mais ativamente das atividades escolares contribui para que os pais percebam seus investimentos (econômicos e emocionais) como capazes de resultar no êxito tanto dos filhos quanto deles próprios. Como aponta Godard (1992, p. 119, citado por Nogueira, 2005, p. 572), “tudo se passa como se o êxito do filho constituísse uma *espécie de símbolo do êxito pessoal dos pais, do bem fundado de seus valores e de sua concepção de educação*; como se esse êxito se tornasse para os pais um critério fundamental de sua autoestima” (grifos meus).

Um maior engajamento familiar na educação dos filhos tende a culminar em melhores resultados pedagógicos, o que contribui para a acumulação de capital humano por parte dos estudantes, fundamental dentro da perspectiva de que “o desenvolvimento baseado no mercado pode reduzir as desigualdades e a pobreza” e que o acesso à educação “é essencial para estimular um crescimento mais rápido e reduzir as desigualdades” (Banco Mundial, 1995b, p. 55).

Nessa configuração, a promoção da relação família-escola está também relacionada ao intuito de desobrigação do Estado em relação aos seus cidadãos. Dentro de um quadro de reformas educacionais e trabalhistas mais amplo, responsabilizar os indivíduos, acionando-os como economicamente ativos, aparece como uma estratégia biopolítica que faz do cuidado da vida não uma atribuição do Estado, mas algo da esfera individual (e familiar).

Esse entendimento aparece, por exemplo, no *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial: O trabalhador e o processo de integração mundial*, já mencionado. No documento, ao abordar a abertura do comércio a outros países, é afirmado que, a despeito do incentivo para que os governos promovam políticas públicas voltadas ao atendimento de minorias, o objetivo principal é criar condições para que os indivíduos, enquanto empreendedores de si mesmos, não recorram ao Estado em busca do sistema de seguridade social:

Fazer com que o compromisso com a abertura do comércio permaneça politicamente aceitável *requer por vezes medidas de política que busquem melhorar a sorte da minoria prejudicada. A longo prazo, porém, a preferência deve certamente voltar-se para políticas públicas que incentivem os trabalhadores a melhorar suas habilidades, educar os filhos e apoiar a mobilidade dos trabalhadores na direção de novos empregos, ao invés de programas que criem dependência dos sistemas de assistência social* (Banco Mundial, 1995b, p. 69).

Esse mesmo direcionamento está presente no artigo de Colleta e Perkins (1995), que ao se referirem aos programas voltados para a promoção da relação

família-escola, destacam: “*Além de economizar recursos governamentais, esses programas têm como objetivo incentivar os pais a terem orgulho e responsabilidade pela escola*”<sup>88</sup> (Grifos meus, tradução minha).

Retomando Foucault (2006d), enquanto uma célula de soberania, a família aparece como uma peça essencial que pode agir para fixar compromissos, obrigações e para estabelecer uma “espécie de vinculação dos indivíduos aos aparelhos disciplinares (Foucault, 2006d). Nas palavras do filósofo,

Para ser obrigatório ir à escola, tem de agir também esta outra soberania que é a soberania da família. Vejam como historicamente a obrigação do serviço militar foi obtida de pessoas que, é claro, não tinham nenhuma razão de querer fazer o serviço militar; foi unicamente porque o Estado fez pressão sobre a família como pequena coletividade constituída pelo pai, a mãe, os irmãos, as irmãs, etc., que a obrigação do serviço militar foi efetivamente coercitiva e que os indivíduos puderam ser ligados a esse sistema disciplinar e confiscados por ele. O que significaria a obrigação ao trabalho, se os indivíduos não fossem pegos primeiro no interior desse sistema de soberania que é a família, desse sistema de compromissos, de obrigações, etc., que faz com que a assistência aos outros membros da família, a obrigação de lhes fornecer comida, etc., fossem dadas? (Foucault, 2006d, p. 100-101).

Ao promover o vínculo entre família e escola, a governamentalidade neoliberal toma a instituição familiar como aquela capaz de se colocar como um ponto de apoio determinante acerca das práticas e saberes necessários para a produção de capital humano, fundamental para o sucesso da economia. Se é “pela família que se terá efetivamente que passar” quando “se quiser obter alguma coisa da população” (Foucault, 2023, p. 142), então é possível afirmar que o modo de condução das condutas, tal como aparece entre os anos 1990 e início dos anos 2000, aciona a instituição familiar delegando-lhe um papel importante dentro do processo educacional, uma vez que a mobiliza para, junto da instituição escolar, ser responsabilizada pelo desempenho dos estudantes e, por consequência, do crescimento da economia.

A forma de governança então em evidência visa criar condições para que os próprios indivíduos possam se converter em atores econômicos, capazes de moverem-se independentemente das políticas sociais do Estado, indo ao encontro de uma das principais premissas do projeto neoliberal desde sua gênese: fazer do mercado o princípio de inteligibilidade e do Estado a instituição que, “governando para

---

<sup>88</sup> Texto original: *In addition to saving government funds, such programs are intended to prompt parents to take pride and responsibility in the school*”.

o mercado”, busca promover a responsabilização dos indivíduos e famílias a fim de que não dependam dos programas de seguridade social. Resumidamente, tratava-se de seguir o princípio hayekiano de que “a liberdade gera responsabilidade, responsabilidade gera disciplina, e disciplina gera inovações sociais, eficiência e ordem”<sup>89</sup> (Brown, 2018b, p. 64, tradução minha).

Cabe sublinhar que tal estratégia aparecera como uma das recomendações do Relatório *The Family, Preserving America's Future* produzido pelo Departamento de Educação dos EUA em 1986 e entregue ao presidente Reagan, já mencionado nesta Tese. Após ser afirmado que os pais são fundamentais, tanto em termos de direitos quanto de responsabilidades em relação aos filhos, na Seção “*The Future*”, é apontado que “as escolas devem tratar os pais como *parceiros no processo educativo*. *A opinião dos pais deve ser incentivada e solicitada*. *Novos programas educacionais nos níveis local, estadual ou federal deverão exigir o envolvimento dos pais*”<sup>90</sup> (Bauer, 1986, p. 50, tradução minha, grifos meus).

Enquanto segmento privilegiado para o governo das populações, a família é mobilizada por meio de práticas jurídicas, tais como leis, decretos e decisões administrativas, bem como por documentos de caráter orientativo, que visam regular a conduta familiar. Se observarmos a recomendação *futura* apresentada no referido Relatório, bem como as políticas públicas que foram sendo elaboradas com vistas ao atendimento das proposições do Banco Mundial a partir da década de 1990, é possível afirmar que estamos diante da formulação, ao longo dos anos, de um conjunto de saberes sobre a família, de um discurso que visa estabelecer como a família deve ser, como ela deve agir, quais seus compromissos, seus direitos e deveres em relação à educação.

É nesse escopo que em publicações organizadas pela Unesco, tais como *Parents and Learning* (Pais e Aprendizado), de autoria de Sam Redding (2000), os pais são apontados como “os primeiros e mais poderosos professores da criança”, e em *Families as Educators for Global Citizenship* (Famílias como Educadoras para a Cidadania Global), de Péter Somlai e Judith A. Myers-Walls (2001), os pais são entendidos aqueles capazes de “preparar seus filhos para serem bons cidadãos de

---

<sup>89</sup> Texto original: “*Liberty generates responsibility, responsibility generates discipline, and discipline generates social innovations, efficiencies, and order*”.

<sup>90</sup> Texto original: “*Schools should treat parents as the partners they are in the educational process. Parental input should be encouraged and solicited. New education programs on the local, State or Federal levels should require parental involvement*”.

uma comunidade global emergente”. É também nesse contexto que a Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 1998, para celebrar o Dia Internacional das Famílias, criado em 1993, propôs o tema “As famílias como educadoras e provedoras dos direitos humanos”. Segundo a organização, a escolha do tema visava destacar “que a família desempenha um papel fundamental no desenvolvimento e na proteção dos membros individuais das famílias”, sublinhando o “papel positivo da família na socialização, na proteção da educação e na transmissão intergeracional da cultura e dos valores”<sup>91</sup> (ONU, 1998, on-line).

Nesse discurso, que passa a circular em trabalhos acadêmicos relativos à parceria família-escola produzidos sobretudo a partir da década de 1990 (ver Epstein, 1992; Hoover-Dempsey, Sandler, 1995; Bhering, Siraj-Blatchford, 1999, por exemplo), a família não se limita a ter um papel coadjuvante nos processos educacionais. Fortalecida por políticas públicas e pelo aparato de organizações que faz circular esse discurso familista, ela é tomada como a instituição protagonista na ordem social, capaz não apenas de contribuir para o aumento do capital humano dos filhos e, conseqüentemente, para o crescimento econômico dos países, mas também de transmitir seus valores e de fazer valer seus direitos enquanto “educadora”.

O que deriva desse fortalecimento da família, no meu entendimento, é o terceiro processo que marca a relação família-escola mencionado por Nogueira (2006). Segundo a pesquisadora (2006), com a aproximação de ambas, ocorre uma nova definição da divisão do trabalho educativo. De um lado, “a escola não se limita mais às tarefas voltadas para o desenvolvimento intelectual dos alunos, estendendo sua ação aos aspectos corporais, morais, emocionais do processo de desenvolvimento”; de outro, a família “passa a reivindicar o direito de interferir no terreno da aprendizagem e das questões de ordem pedagógica e disciplinar. Não há mais uma clara delimitação de fronteiras” (Nogueira, 2006, p. 164).

Para a referida pesquisadora (2006), as causas desse fenômeno são bastante complexas; não obstante, ela aponta que um dos fatores que contribuiu para que as famílias adentrassem em questões pedagógicas ou ainda tecessem críticas em

---

<sup>91</sup> Texto original: “*The theme ‘Families as Educators and Providers of Human Rights’ was suggested for the observance of the International Day of Families in 1998 in recognition of the interrelationship between families and humanrights education. The theme also acknowledges that the family plays a key role inthe development and protection of individual members of families and underlinesthe positive role of family is in socialization, education protection and theintergenerational transmission of culture and values*”.

relação à escola diz respeito à difusão de ideias relativas aos direitos das crianças e dos pais. Em suas palavras, tais ideias autorizaram a “família a cobrar da escola uma prestação de contas, sobre o conteúdo e a natureza do ensino que oferece” (Nogueira, 2006, p. 165).

O discurso que foi sendo produzido em torno dos direitos e deveres da família em relação à formação educacional dos filhos, que fez as tarefas escolares adentrarem nos lares e a participação em eventos escolares e a interação com os docentes, tornarem-se parte da rotina familiar, em certo sentido, *autorizou a família* a fazer do espaço escolar uma extensão do espaço familiar. Tal autorização, como abordo a seguir, tornou possível à instituição familiar não somente desempenhar um papel de *suporte* nas atividades pedagógicas, mas também solicitar essa “prestação de contas” em relação àquilo que é ensinado nas escolas e, conseqüentemente, buscar estender a ela seus princípios e valores.

Conforme Nogueira (2006), as discussões e contradições resultantes da relação família-escola vêm sendo analisadas por vários pesquisadores, que se reportam a uma “relação armadilhada”, a um “diálogo impossível” e a uma “proximidade distante” (Santos, 2001), por exemplo. Não sem implicações para o fazer pedagógico e para a própria noção de escola, portanto, a relevância que foi sendo atribuída à instância familiar nos processos educativos ao longo dos anos contribuiu para o *esgarçamento* dos limites que separavam o espaço escolar (público) do espaço familiar (privado).

Não obstante, para compreendermos como passamos da ideia da construção de uma parceria família-escola para a expansão de uma ordem privada, familiar e homogênea sobre o espaço escolar, tal como presenciamos hoje, é preciso observar os deslocamentos no modo de governo da população que foram se delineando nos últimos anos.

Da década de 1990 até meados de 2010, a governamentalidade neoliberal apresentava uma face dinâmica e modernizadora, ou “progressista”, como denominou Fraser (2017, 2019). Nesse momento, importava que todos se tornassem cidadãos e, em “gradientes diferenciais de participação social e educacional” (Lopes; Rech, 2013, p. 211), fizessem parte do jogo competitivo do mercado. Em síntese, a inclusão funcionou como mediadora entre os indivíduos e o mercado, como um dispositivo de segurança que visava à amplificação da participação de todos no jogo (Silva, 2021, p. 157).

Por esse motivo, a família foi acionada como aquela instituição capaz de realizar investimentos (econômicos e psíquicos) a fim de fazer dos filhos capitais humanos capazes de contribuir para o sucesso do modelo neoliberal econômico. Ainda que em escalas diferentes e seguindo as especificidades de cada país, o que se projetava era a integração ativa no mundo econômico e um horizonte de liberdade que encaminhava os indivíduos e as famílias a agir segundo suas próprias escolhas e, conseqüentemente, ser responsabilizados por elas. Incentivar as famílias a participarem da gestão da educação era também um modo de as investir de uma atribuição, de um *dever moral em relação aos filhos e à nação*.

A partir de meados dos anos 2000, mas sobretudo da crise econômica e financeira de 2008, da aprovação do Brexit<sup>92</sup>, no Reino Unido, e da ascensão à cena política de governantes de extrema direita em diversos países, como Jair Bolsonaro, no Brasil, Donald Trump, nos Estados Unidos, Viktor Orbán, na Hungria, Jarosław Kaczyński, na Polônia, entre outros, uma face autoritária do modo de condução das condutas foi ganhando contornos cada vez mais evidentes, colocando em suspenso o modelo de sociedade liberal *democrática* de outrora.

A chegada ao poder dessas forças políticas fez combinar um autoritarismo antidemocrático, um concorrencialismo generalizado e uma racionalidade capitalista expandida com a defesa da supremacia da *liberdade* em detrimento das demandas pelos direitos e igualdade. É no bojo dessa *outra* configuração da racionalidade neoliberal que vemos recrudescer o apelo às hierarquias domésticas e aos valores religiosos, levando poder crescente à moralização da vida social e mesmo ao mercado (Safatle, 2021).

O avanço de uma economia moral moldada por uma ética familista incidiu fortemente sobre a separação do público e do privado, do mundo social e do mundo familiar, levando à expansão da proteção da esfera pessoal e à geração de uma política de liberdade autoritária nos dias de hoje, atualizando, por assim dizer, os sentidos da relação de “parceria” entre família-escola.

---

<sup>92</sup> *Brexit* é a junção das palavras em inglês “*British*” e “*exit*” e significa “saída britânica”. O termo é usado para se referir à saída do Reino Unido da União Europeia. A pauta teve origem em grupos de direita inicialmente minoritários e ganhou força ao longo dos anos 2010. A discussão sobre o Brexit avançou em 2016, após a proposta ser aprovada em referendo. A saída iniciou em 30 de janeiro de 2020 e efetivou-se em 1 de janeiro de 2021, após período transitório.

Essa política de liberdade autoritária envolve o direito de desafiar as normas de igualdade, tolerância e inclusão em nome da liberdade de escolha” (Brown, 2018b). Nas palavras de Dardot *et al.* (2021, p. 212),

Os novos governos neoliberais se anunciam como defensores da tradição e da nação e, simultaneamente, paladinos da ‘liberdade individual’, uma expressão que, na época moderna, possui um valor moral universal incontestável e assegura ao neoliberalismo um potencial de legitimação cuja importância não se pode subestimar.

É nesse escopo que assistimos a um alargamento do domínio no qual a liberdade pessoal é irrestrita e que uma ordem privada e familiar passou a intentar recolonizar o cívico e o social em que a democracia outrora imperava (Brown, 2019). Se a instituição familiar já vinha sendo mobilizada como um instrumento de segurança para os indivíduos face à desresponsabilização do Estado em relação ao cuidado da vida, com a restauração de modos tradicionais de produção das subjetividades em torno de normas autoritárias e conservadoras, ela passou a ser revestida de uma centralidade na ordem social que a levou a acionar uma proteção em relação aos *ataques* à moralidade e aos códigos de conduta tradicionais e em relação à sua privacidade, no sentido de resguardo da autoridade familiar. Mais que *participar* como *uma* das partes *responsáveis pela* formação educacional dos filhos, a família passou a ser subjetivada pela racionalidade neoliberal como *a principal educadora*, capaz de definir não apenas o que deve ou não fazer parte da ordem do discurso escolar, mas também com quem se pode aprender e conviver.

Assim, na próxima seção, procuro discorrer sobre como a escalada autoritária e conservadora que temos presenciado está diretamente relacionada às investidas familistas que vemos atingir os domínios da educação. Para tanto, tomo como objeto de análise o caso brasileiro.

### **3.2 O Brasil como laboratório neoliberal contemporâneo**

Os pesquisadores Éric Fassin (2019) e Vladimir Safatle (2019) apontam que o Brasil funcionou, nos últimos anos, como uma espécie de *laboratório mundial* em que a atual configuração autoritária do neoliberalismo tem sido testada. Nesse *laboratório* neoliberal contemporâneo, vimos emergir uma figura política que, privilegiando os

valores e reivindicações do mercado, de um lado, e o familismo heteropatriarcal cristão, de outro, fez da *expansão* da esfera pessoal protegida e da chamada *liberdade de expressão* a base para a produção de um discurso que radicalizou a onda racista, sexista e neofascista que assola o planeta.

Jair Bolsonaro, ex-capitão do Exército, deputado federal de 1991 a 2018 e eleito presidente do Brasil para o mandato de 2019 a 2022, aparece como um dos principais representantes mundiais de um modo de governo da população inédito que apresenta traços autoritários, fascistas, populistas e conjuga elementos característicos do neoliberalismo (favorecimento do capital, repressão do trabalho, demonização do Estado social e do político, ataque às igualdades e exaltação da liberdade) com seus *aparentes* apostos (nacionalismo, imposição da moralidade tradicional, antielitismo) (Brown, 2019).

Sua ascensão à presidência da República pode ser explicada por diversos fatores, tais como o recurso à disseminação do ressentimento, que atingiu fortemente aqueles indivíduos historicamente dominantes que se sentiram ameaçados em suas presumidas superioridades (de classe, de raça, de gênero); a mobilização da raiva daqueles abandonados economicamente que vivenciaram as perdas que o neoliberalismo produziu para as classes trabalhadoras e médias nas últimas décadas; a falta de confiança nas instituições, que se traduziu em um movimento *anti-establishment* como o que presenciamos em junho de 2013; a associação da esquerda a uma corrupção generalizada que contribuiu para a queda de Dilma Roussef, etc. Tais elementos podem auxiliar a pensar em como o social passou a ser atacado sob diferentes ângulos e como parte da população identificou-se como um *exército* pronto “a se (re)alinhar ao que existe de pior entre os conservadores, como forma de reação amarga e estéril, carregada de desejos de vingança” (Kehl, 2020, p. 194).

Compreender os motivos que levaram à vitória bolsonarista em 2018 extrapola, não obstante, os limites desta Tese. Assim, importa ressaltar que sua chegada ao poder não só contribuiu para aprofundar poderes desiguais de classe, gênero, sexualidade e raça, legados do nosso passado sempre manifesto, como também buscou produzir um *ethos* de nação que rejeita uma ordem pública, plural, secular e democrática.

E é justamente a produção desse *ethos* de nação que interessa observar mais detalhadamente. Mesmo após a saída de Bolsonaro da presidência, a ordem social

seguiu sendo atravessada por um discurso moralizador que faz do recurso aos valores familiares uma estratégia para angariar a adesão da população a uma pauta que defende uma ordem privada, homogênea e religiosa. É nesse escopo que o compromisso com a diversidade e a igualdade, por exemplo, passa a ser suplantado pela tentativa de fazer do político e social, de fazer da escola, espaços unificados, hierárquicos e autoritários.

Os excertos a seguir apontam para um discurso que visa produzir a compreensão de que haveria uma ameaça pairando sobre as *peças de bem* e seus filhos, motivo pelo qual se justificaria a defesa de um determinado modelo de família (o tradicional) e de nação (voltado para as maiorias), uma fé específica (a cristã, representada pelos evangélicos e católicos fundamentalistas), e um ideal de liberdade (o da esfera pessoal protegida):

*Nós somos a maioria. A maioria que quer conservar o que é fundamental. A família. Nossa fé. Nossa liberdade. E nunca esses valores foram tão ameaçados quanto hoje. Pra enfrentar isso, precisamos nos unir e resistir. O partido do presidente Bolsonaro “tá” do teu lado. Do lado que não vai parar de lutar. Então, vem com a gente. Vem pro PL (Inserção partidária do Ex-ministro Onyx Lorenzoni, filiado ao PL/RS em 5 de abril de 2024<sup>93</sup>).*

Eu jamais jogaria um livro no lixo, mas porcaria numa biblioteca aqui do nosso município, não vai ter mais não! A Mundoteca é um tal de programa do Governo federal, Lei Rouanet, coisa que vocês também já conhecem... Mais uma vez, o governo do PT faz esse tipo de coisa. 'Bota' o adolescente, 'bota' a criança, induz a coisa que não é dos valores do que a gente acredita, não é o que a família quer que ele aprenda, não é o que realmente uma criança ou até um adolescente precisa ler numa biblioteca. Então aqui em Canoinhas nós jogamos esse tipo de 'porcaria' no lixo. Agora, eu quero alertar todos os prefeitos que estão me assistindo. Por favor, se vocês têm uma Mundoteca aí na cidade de vocês, façam que nem eu. Venham, batam, façam um pente fino nesses livros para ver se vocês também não estão sendo enganados mais uma vez por essa política do que a gente não acredita que não prega valores para nossas crianças e nossos adolescentes e façam a limpa aí se vocês têm Mundoteca na cidade de vocês (Transcrição de vídeo da prefeita da cidade de Canoinhas/SC, Juliana Maciel, de 14 de julho de 2024<sup>94</sup>).

Quando veio o livro [O avesso da pele], eu consegui ver umas partes, mas não consegui finalizar o texto. É uma obra interessante sim, ele fala de uma história muito triste. Eu respeito completamente essa obra, assim como respeito qualquer tipo de livro, só que como trabalhar isso neste momento que a gente vive hoje dentro de uma sala de aula? E essa não é só a minha visão, é a visão de muitos outros professores [...] e também não é só a escola, como é que é a aceitação dos pais? *Esses estudantes são “de menores”, nós temos por trás os pais, e os pais realmente não estão de acordo com esse tipo de vocabulário dentro de uma escola.* (Excerto de entrevista dada pela Diretora da Escola Estadual Ernesto Alves, da cidade de Santa Cruz do Sul, Janaina Venzon ao Portal Gaz dia 4 de março de 2024, relativa à polêmica envolvendo vídeo em que ela repudia o envio do livro *O Avesso da Pele*, do escritor Jeferson Tenório, à escola pelo PNLD de 2021<sup>95</sup>)

Art. 1º A Frente parlamentar em Defesa da Educação sem Doutrinação Ideológica (FPDEDI) é uma entidade associativa, sem fins lucrativos, constituída por representantes da Câmara dos Deputados, podendo ter

<sup>93</sup> Fonte:

<https://www.youtube.com/watch?v=X3IKuGjdtJQ&list=PLVkw2eAJhcWY6BTHJRyR4Xr3tZ2PYFe24&index=11>

<sup>94</sup> Fonte: <https://www.instagram.com/p/C54KGCOvVw/>

<sup>95</sup> Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=IQQwdu10NEg>

representações nas Assembleias Legislativas Estaduais e da Câmara Legislativa do Distrito Federal e demais setores da sociedade civil que atuem na educação.

Art. 2º Objetivos da Frente Parlamentar:

- I. Conscientizar pais, docentes e demais profissionais do ramo do Ensino, alunos e representantes da sociedade civil acerca da ocorrência da doutrinação ideológica em ambientes de ensino do Brasil;
  - II. Acompanhar e fiscalizar os programas e a política do Ensino no âmbito escolar;
  - III. Combater e prevenir a ocorrência da doutrinação político-ideológica nas escolas brasileiras;
- [...]

VIII. *Resgatar a soberania dos pais na educação dos filhos e os aproximar dos ambientes de Ensino a fim de que eles tenham pleno conhecimento do conteúdo ministrado nas salas de aula e disponham de autoridade para questionar, aprovar ou reprovar a grade curricular e os métodos de Ensino* (Excerto do Estatuto da FPDEDI, registrado em 30 de agosto de 2023, grifos meus<sup>96</sup>).

Estamos chegando ao final desse evento, mais que isso, desse marco histórico, que com certeza vai reverberar nos quatro cantos dessa nação como o momento oficial onde as famílias entraram no campo de batalha. E esse campo de batalha é o mais importante. *Essa batalha é a mais importante que está sendo travada, mais importante que todas as outras, porque é nessa batalha que são criados os soldados que lutam as outras batalhas, os soldados que querem o aborto, a militância que quer a legalização das drogas, que quer liberar os presos, que quer prender patriotas, que odeiam os cristãos.* Toda essa militância, toda essa infantaria, ela é criada na doutrinação, na violência ideológica que os nossos filhos sofrem. E os do lado de lá dizem que não temos o direito de dizer como os filhos deverão ser educados. Isso faz sentido pra vocês? [plateia responde: Não]. Se nós, os pais, não temos o direito de determinar como será a educação, a criação, quais serão os valores e princípios incutidos nos corações dos nossos filhos, com quem fica essa responsabilidade? [...] Pela primeira vez nós temos um instrumento institucional para proteger os nossos filhos [...] *Até quem não tem filhos sabe que essa é a nossa principal missão, proteger as crianças* (Transcrição de trecho da fala do Deputado Fernando Gayer durante lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Educação sem Doutrinação Ideológica, em 10 de outubro de 2023, grifos meus<sup>97</sup>).

Os excertos referidos são parte do discurso que visa instaurar uma cesura entre aqueles que deveriam ter seus direitos garantidos e aqueles que precisariam se adequar ao conjunto de valores e regras de ação de uma maioria supostamente em perigo diante das investidas de indivíduos contra o ideal de nação, de moralidade, de religião, isto é, contra todos os elementos capazes de forjar a superioridade de um determinado grupo de indivíduos em relação a outro.

Ao arrogarem-se do princípio da liberdade de expressão para promover a soberania do direito dos pais em relação à educação a ser oferecida aos filhos, por exemplo, o que se projeta não é somente a tentativa de impor os valores familiares tradicionais a todos indistintamente, mas também de fazer dessa imposição um verdadeiro embate que busca evidenciar os contornos de quem seria considerado um *aliado* e quem seria um *inimigo*, a partir da mobilização de afetos como o do medo e

<sup>96</sup> Fonte:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2297331&filename=Tramitacao-REQ%202196/2023](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2297331&filename=Tramitacao-REQ%202196/2023)

<sup>97</sup> Fonte: [https://www.camara.leg.br/evento-](https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/70460?a=564521&t=1696949333403&trechosOrador=)

[legislativo/70460?a=564521&t=1696949333403&trechosOrador=](https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/70460?a=564521&t=1696949333403&trechosOrador=)

da raiva. O caráter bélico desse discurso pode ser entendido como uma tática bastante eficiente para angariar o apoio da população e fazer do Estado e de todos os que não compartilham desse marco conservador e autoritário adversários declarados. Com isso, o que se projeta é a dissolução dos laços que unem os indivíduos em sociedade e que fazem do social “o local em que cidadãos de origens e recursos diferentes se reúnem e são pensados como um conjunto” (Brown, 2019, p. 134).

Diante dessas considerações, se foi na gestão Bolsonaro que se exacerbou esse modo de governo, é porque foram sendo criadas condições para isto. Dito de outro modo, o que vivenciamos nos últimos anos não diz respeito a um fenômeno isolado, que estaria relacionado exclusivamente à ascensão desse personagem à cena política brasileira, mas, contrariamente, diz respeito a uma oposição política entre os indivíduos no terreno dos valores que vem sendo projetada há vários anos pela governamentalidade neoliberal, e que tem permitido “justamente que as crenças e costumes tradicionais, ou aquilo que Hayek chama de ‘convenções e costumes do intercâmbio humano’, reivindicuem legitimamente e de fato recolonizem o cívico e o social em que a democracia outrora imperava” (Brown, 2019).

Assim, cabe analisar o que Foucault (2006f, p. 338) denominou de “programações de conduta que têm, ao mesmo tempo, efeitos de prescrição em relação ao que se deve fazer e efeitos de codificação ao que se deve saber”. Isto é, cabe olhar para um “regime de práticas” – as práticas sendo consideradas como o “lugar de encadeamento do que se diz e do que se faz, das regras que se impõem e das razões que se dão, dos projetos e das evidências”. Em síntese, seguindo o fio de pensamento foucaultiano, trata-se de mostrar como essa oposição no terreno dos valores, que tem no protagonismo familiar seu principal elemento, vem adentrando na ordem do discurso atual “*a ponto de aparecer como uma peça inteiramente natural, evidente, indispensável*” (Foucault, 2006f, p. 338).

Como chegamos a essa configuração que subjetiva a família dentro um marco conservador e procura fazer do Estado um agente que governa com o objetivo de garantir que os valores da moralidade cristã, dentro de um viés fundamentalista, sejam assegurados em relação a todos os outros?

Meu entendimento é o de que temos presenciado a produção de uma “cultura antidemocrática desde baixo” que “constrói e legitima formas antidemocráticas de poder estatal desde cima” (Brown, 2019, p. 39) capaz de produzir *inimigos internos* em uma lógica divisionista semelhante à de uma guerra civil (Dardot *et al.*, 2021).

Nessa guerra, em que surgem tensões que extrapolam aquelas relativas ao pertencimento às classes sociais, essa produção de inimigos tem mobilizado os afetos do medo e da insegurança em relação à precarização da vida ocasionada pelas políticas neoliberais e promovido o esgarçamento do tecido social que une indivíduos para além dos limites do privado.

De acordo com Laval (2022), a fim de garantir a continuidade do projeto neoliberal, os governos se fortalecem com paixões populares dirigidas contra minorias, estrangeiros e intelectuais, entre outros. Com isso,

[...] obtêm certo apoio popular, deslocando os desafios políticos do campo da injustiça social para o campo dos valores da nação e a religião, desviando os medos sociais e as indignações morais para um conjunto de objetivos considerados como tantos outros desvios e ameaças: imigrantes, negros, mulheres, homossexuais, sindicalistas, militantes, intelectuais, e contra todas as forças sociais, corpos profissionais e instituições democráticas [...] (Laval, 2022, *on-line*).

Sob essa perspectiva, a instauração de batalhas contra todos aqueles que não compartilham dos mesmos princípios e valores conservadores, dentro do quadro de guerra civil implementado pelo neoliberalismo, surge como uma estratégia eficiente de governamento da população, pois oferece às vítimas do sistema neoliberal algo pelo que lutar, o que inclui o controle do corpo das mulheres e a negação de todas as realidades sexuais e de gênero que transgridam a matriz heterossexual. “*Se você não consegue chegar ao fim do mês, é levado a considerar que as leis de gênero ‘discriminam os homens’*”: essa é a compreensão a que chega Alabao (2024, *on-line*), quando sustenta que as guerras de gênero funcionam como uma ferramenta de agitação que catalisa emoções através de pânico morais e gera forte mobilização da sociedade por meio da produção de *fake news* e teorias da conspiração.

Retomando à ascensão bolsonarista, entender como a defesa da instituição familiar tradicional constituiu-se em um dos pilares da gestão Bolsonaro requer, portanto, que analisemos como tem se dado a projeção da família como um campo moral e uma construção necessária na ordem social, a qual tem feito com que as ameaças à essa instituição passem a ser identificadas não com as políticas neoliberais, acentuadas após a crise econômica e financeira de 2008 – que fizeram recrudescer o endividamento familiar e levaram a uma maior precarização da vida –, mas com movimentos culturais e sociais que buscariam descentrar ou dissolver a autoridade familiar. Dito de outro modo, cabe tentar entender como, diante das

medidas de austeridade, do desemprego, da concorrência de todos contra todos que gera a corrosão dos vínculos sociais, isto é, das crises promovidas pelo próprio neoliberalismo, a família, longe de questionar a precarização da vida a quem tem sido submetida, solicita uma proteção que não é de ordem econômica ou social, mas moral.

A partir de Dardot (2020, on-line), entendo que falar da racionalidade neoliberal e daquilo que temos presenciado em relação ao modo de condução das condutas na atualidade não implica assimilá-la à ação de um “rolo compressor indiferente à diversidade de situações, contextos culturais e tradições nacionais”. Segundo o referido pesquisador (2020), a razão neoliberal pode ser uma razão global, mas não é uma razão unitária que exerceria uma restrição de homogeneização à escala mundial. Assim é que, se em países do norte europeu como Hungria e Polônia, por exemplo, a defesa dos valores morais familiares apresenta fortes pontos de convergência com políticas anti-islâmicas ou xenofóbicas, de caráter nacionalista, no Brasil tal defesa ampara-se no próprio modelo de sociedade sob a qual o país foi fundado, baseado em um patriarcalismo que afirma a supremacia do homem em relação à mulher e faz do conceito de gênero e o que ele carrega consigo (direitos sexuais e reprodutivos, educação sexual, violência de gênero, etc.) uma ameaça para a perpetuação da autoridade patriarcal, da heteronormatividade compulsória e da hierarquia de gênero.

Ao mesmo tempo, fazendo reverberar os anos vividos durante a ditadura militar iniciada em 1964 – cujo golpe de Estado que a sustentou fora levado a cabo sob a justificativa de livrar o país da ameaça comunista –, a defesa da instância familiar apoia-se no combate à *doutrinação* a que crianças e adolescentes estariam expostos nas escolas em razão do chamado “marxismo cultural”.

Mobilizada como um campo fértil para fazer crescer uma “fantasia mobilizadora” (Arruzza, 2019) de que a família está em perigo, a educação se constitui em um espaço de disputa de poder que reverbera tensões e em que a racionalidade política neoliberal disputa subjetividades como espaço estratégico da produção de governo. Os embates em torno do que pode ou não ser dito em sala de aula, de com quem se deve ou não aprender, aparecem, assim, como elementos que convergem para a restauração de um mundo que não existe mais, e que talvez nunca tenha existido, “Um mundo estável, seguro, homogêneo, organizado por valores cristãos e patriarcais”, mas que funciona para criar “uma base extraordinária para o autoritarismo” (Brown, 2020, on-line) ao contestar os laços sociais e mesmo excluir

determinados corpos, modos de vida e sexualidades que contrariam valores e regras de ação tradicionais.

Se foi possível a Bolsonaro enunciar o enlace entre mercado e moral a partir do recurso ao *slogan Deus, pátria, família e liberdade*, é por que, antes disto, outro lema, *Liberal na economia e conservador nos costumes* já circulava no país e colocava em relevo a ascensão de um modo de governo que fazia combinar as reivindicações do mercado com aquelas do familismo cristão fundamentalista.

Dito isto, na seção a seguir procuro me movimentar em torno do avanço da agenda familiar no campo educacional, apresentando elementos que apontem a relação entre uma privatização econômica e uma privatização familiar que estamos vivenciando. Enquanto a primeira subverte substancialmente a democracia gerando “desigualdade, exclusão, propriedade privada dos bens comuns, plutocracia e um imaginário democrático profundamente obscurecido”<sup>98</sup>, a segunda desestrutura a democracia a partir da exclusão de modos de vida não condizentes com o patriarcalismo, a tradição, a religião cristã (Brown, 2018b, p. 66). Juntas, essas duas formas de privatização “contestam os princípios de igualdade, do secularismo, pluralismo e inclusão no cerne da moderna sociedade democrática, permitindo que sejam substituídos por aquilo que Hayek chamou de “valores tradicionais morais da ‘esfera pessoal, protegida’”<sup>99</sup> (Brown, 2018b, p. 65).

Para tanto, busco analisar a formulação de um discurso de protagonismo da instância familiar que tem acionado uma proteção da família tradicional em relação ao *perigo comunista* e aos *poderes destrutivos do gênero* que aponta para duas perspectivas entrelaçadas: 1) uma que diz respeito à defesa dos valores tradicionais, exemplificada por movimentos que fazem da família o *locus* principal de disputa da moralidade e angariam o apoio de parte da população ao se apresentarem contra a *doutrinação ideológica* e contra a *sexualização precoce das crianças e adolescentes*; 2) outra que aciona a proteção da instituição familiar em relação à intervenção do Estado no sentido de resguardo da autoridade familiar. No bojo dessa proteção estão,

---

<sup>98</sup> Texto original: “[...] *inequality, exclusion, private ownership of the commons, plutocracy, and a profoundly dimmed democratic imaginary.*”

<sup>99</sup> Texto original: “[...] *together these challenge the principles of equality, secularism, pluralism, and inclusion at the heart of modern democratic society, allowing them to be replaced by what Hayek termed the ‘traditional moral values’ of the ‘personal, protected sphere’.*”

por exemplo, a busca pela preservação da privacidade familiar, a partir da defesa do modelo de escolarização doméstica.

Ao abordar o recrudescimento de uma agenda familiar na educação, enfoco o contexto brasileiro e o período compreendido entre o início dos anos 2000 e o presente. Sem a pretensão de realizar uma análise exaustiva do discurso sobre a família então em circulação, tomo um conjunto de documentos oficiais e não oficiais enquanto um arquivo que procura materializar uma forma de governo que procura fazer da instituição familiar preponderantemente aquela tradicional, a protagonista moral na sociedade.

### **3.3 Não se meta com meus filhos: o avanço da agenda familiar no campo educacional**

A fim de abordar a ascensão da agenda familiar na educação brasileira, eu poderia iniciar fazendo referência à apresentação do Projeto de Lei N.º 7.672/2010, mais tarde transformado na Lei N.º 13.010/2014 – Lei Menino Bernardo, que estabelece o direito de que crianças e adolescentes sejam educados e cuidados sem o uso de castigo corporal ou de tratamento cruel ou degradante.

Este projeto colocou em evidência a discussão sobre a privacidade da família e os limites da intervenção do Estado, sendo defendido por aqueles que entendiam que as crianças não podem ser consideradas propriedade dos pais e, por essa razão, a despeito de a família ser a estrutura básica de proteção das pessoas menores de idade, seria necessário dispor de um dispositivo legal que amparasse o contingente de crianças exposto a castigos e tratamentos considerados abusivos ou violentos.

Seus opositores, situados à direita do espectro político e orientados por um viés religioso fundamentalista, alicerçaram-se na preconização do direito irrestrito dos pais em relação aos filhos e no entendimento de que a interferência na vida privada, por parte do Estado, seria uma afronta à liberdade individual e aos princípios familiares que permitiriam o uso de castigos como ferramenta educativa. É esta a conclusão a que chegam os deputados Neucimar Fraga (PR-ES), Alberto Fraga (DEM-DF, da Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana) e Pastor Frankembergen (PTB/RR, da Frente Parlamentar Evangélica), que apresentaram recurso contra o PL

N.º 2654/2003, semelhante ao de N.º 7.672/2010, e que também previa a punição corporal de crianças e adolescentes:

O presente Projeto de Lei nº 2654, de 2003 de autoria da nobre Deputada Maria do Rosário [...] sob a alegação de quaisquer propósitos, ainda que pedagógicos, *vem de encontro a tradição da boa educação desenvolvida pelas famílias brasileiras*. Nos encontramos diante de uma matéria que tem como *objetivo interferir no sagrado direito dos pais educarem seus filhos*, envolvendo toda sociedade brasileira (Excerto do Recurso contra o PL 2654/2003<sup>100</sup>).

Conforme Miguel (2016, p. 616), esse posicionamento situa a família como “uma entidade cujos direitos suplantam as garantias individuais de seus integrantes. É uma visão que está entranhada no senso comum e que foi, em parte, vencida no que concerne à violência contra a mulher, mas que mal começou a ser disputada no que diz respeito aos filhos”. Cabe salientar, acerca desse posicionamento, que ele se sustenta no preceito neoliberal de que o Estado não deveria intervir naquilo que diria respeito, exclusivamente, aos indivíduos e suas famílias, como é o caso dos valores morais, portanto qualquer tipo de educação que estivesse em contrariedade com essa prerrogativa deveria ser rechaçado, pois incidiria sobre a liberdade dos indivíduos.

Outro opositor ao projeto conhecido como “Lei da Palmada” foi o então deputado federal Jair Bolsonaro, cujas críticas foram direcionadas para o Governo Federal, que no momento de aprovação do projeto estava sobre a presidência de Dilma Rousseff:

Que cultura é essa que o PT quer impor à sociedade? *Se petista está se lixando para a sua família, problema dele*. Que moral, Major Olímpio, Capitão Augusto, tem o Governo que criou a Lei da Palmada para punir o pai que porventura dê um tapa no bumbum do filho? *Que moral tem este Governo para se imiscuir nas nossas famílias, para dizer como eu e o Deputado Manato temos de educar nossos filhos e, daqui a pouco, ajudar na educação dos nossos netos?* (Deputado Jair Bolsonaro – PP/RJ, 11 jun. 2015<sup>101</sup>).

Na sua fala, Bolsonaro procura desqualificar a aprovação da lei, apontando a suposta imoralidade do Governo petista e uma conseqüente impossibilidade de que um projeto formulado durante esta gestão tivesse respaldo para adentrar na seara

<sup>100</sup> Fonte:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=370985&filename=REC+261/2006+%3D%3E+PL+2654/2003](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=370985&filename=REC+261/2006+%3D%3E+PL+2654/2003)

<sup>101</sup> Fonte:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=149.1.55.O&nuQuarto=11&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:20&sgFaseSessao=BC&Data=11/06/2015&txApelido=JAIR%20BOLSONARO&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:20&txEtapa=>

privada e definir como as famílias deveriam ou não se portar em relação ao tratamento destinado às crianças.

Poderia, também, a fim de abordar a produção desse discurso que projeta os valores familiares nos domínios da educação, mencionar os ataques promovidos em 2011 contra o Escola sem Homofobia. Esse projeto fora pensado pelo MEC – em parceria com representantes do movimento LGBTI e organizações da sociedade civil – como uma das estratégias para atender às demandas do Programa Federal Brasil sem Homofobia, lançado em 2004 pelo ministério no bojo de uma política nacional de combate à discriminação por orientação sexual na escola.

O alvo das investidas conservadoras foi majoritariamente o *Caderno Escola sem Homofobia*, material pedagógico-curricular proposto com o objetivo de servir como base teórica e material na “promoção e garantia de uma escola livre de homofobia” (Caderno Escola sem Homofobia, 2009), denominado por seus detratores de “kit gay”. Segundo o documento, que não chegou a ser distribuído nas escolas por decisão tomada pela presidente Dilma Roussef após pressão para não dar continuidade ao projeto, as ações nele previstas poderiam ser implementadas através de um programa de médio ou longo prazo ou ainda por meio de oficinas temáticas, e amparavam-se na busca pelo “reconhecimento da diversidade de valores morais, sociais e culturais presentes na sociedade brasileira, heterogênea e comprometida com os direitos humanos e a formação de uma cidadania que inclua de fato os direitos das pessoas LGBT” (Caderno Escola sem Homofobia, 2009, p. 9).

A suposta apologia à homossexualidade a ser promovida nas escolas do país aparece como um elemento amplamente mobilizado pela Frente Parlamentar Evangélica<sup>102</sup>, que recebeu a adesão de deputados católicos e buscou sensibilizar a opinião pública acerca do *perigo* a que as crianças e adolescentes seriam submetidos caso o Escola sem Homofobia fosse implementado. Tal empreitada resultou no número de 94 pronunciamentos no plenário sobre esse tema em 2011 (Lacerda, 2019).

---

<sup>102</sup> A Frente Parlamentar Evangélica é a frente de caráter religioso mais antiga do Congresso. Foi fundada em 2005, quando a Câmara autorizou a criação dessas articulações com o propósito de organizar e institucionalizar grupos já articulados. Essa frente foi formada a partir da “bancada evangélica”, existente desde 1987, e na 55ª Legislatura (2015-2018) contou com 203 deputados e 9 senadores, entre evangélicos, católicos, evangélicos, 75 católicos, deputados com vinculação não identificada, de outra religião ou até mesmo sem religião. Entre suas figuras de destaque estão Eduardo Cunha (MDB/RJ), Magno Malta (PL/ES) e Marco Feliciano (Avante/SP).

Um dos eixos dessa investida recaiu sobre a necessidade de preservação da entidade familiar tradicional e dos valores que ela representa. É nesse escopo que, a partir do recurso ao pânico moral, personagens políticos passaram a acionar os pais para que pudessem defender seus filhos e o próprio modelo de família tradicional:

Sr. Presidente, meus companheiros, *quero tratar de um assunto que, no meu entender, em 20 anos de Congresso Nacional, é o maior escândalo de que já tomei conhecimento*. Não tem nada a ver com corrupção. Afinal de contas, esse é um tema corriqueiro neste Governo. Na semana passada, houve reunião na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em conjunto com a Comissão de Educação, com a presença do Sr. André Lázaro, Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do MEC. Estava presente uma plateia composta de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. Essa turma toda reunida tomou decisões de que esta Casa não está sabendo. E digo mais: a maioria dos integrantes da Comissão de Educação também não está sabendo dessa decisão. *Atenção, pais de alunos de 7, 8, 9 e 10 anos, da rede pública: no ano que vem, seus filhos vão receber na escola um kit intitulado Combate à Homofobia. Na verdade, é um estímulo ao homossexualismo, à promiscuidade*. Esse kit contém DVDs com duas historinhas. *Seus filhos de 7 anos vão vê-las no ano que vem, caso não tomemos uma providência agora. [...] Atenção, pais, no ano que vem, sua filha de 7, 8, 9 ou 10 anos vai assistir a esse filmete, que já está sendo licitado*. A grande discussão da nossa Comissão de Direitos Humanos e Minorias é a profundidade em que a língua de uma menina tinha que entrar na boca da outra menina. Dá para continuar discutindo esse assunto? Dá nojo! Esses gays e lésbicas querem que nós entubemos, como exemplo de comportamento, a sua promiscuidade. Isso é uma coisa extremamente séria (Excerto de pronunciamento do Deputado Federal Jair Messias Bolsonaro acerca do projeto Escola sem Homofobia na Câmara dos Deputados, em 2010, Grifos meus<sup>103</sup>).

Por muito menos, Deus destruiu Sodoma e Gomorra. Aliás, estou convencido, senador Pinheiro, que se Deus não tomar uma atitude com esse país, ele terá que se desculpar por Sodoma e Gomorra. Para onde nós vamos? [...] *Nós temos que resistir ao governo, nós temos que resistir ao Haddad com esse kit*. [...] Minha consciência não tá a serviço de Haddad, minha consciência não tá a serviço de uma minoria, que eu respeito. Agora, *valores de família, eu vim aqui pra isso. É essa a missão que Deus me deu, a missão que o Brasil me deu a missão que meu estado me deu*. (Pronunciamento do senador Magno Malta em 24 de maio de 2011<sup>104</sup>).

Então, quero registrar que, como Presidente da Frente da Família, de que V. Ex<sup>a</sup> faz parte - eu digo isso ao povo da Paraíba e ao povo de Alagoas -, de que nós fazemos parte, nós haveremos de fazer esse enfrentamento aqui, como fizemos ao PL nº 122<sup>105</sup>, esse famigerado, desgraçado, que não vai ter vida aqui, porque o Senado jamais criará uma lei para enfrentar *valores de família*. O enfrentamento que fizemos foi para a morte desse kit gay, em relação ao qual a Presidente Dilma tão sabiamente, de maneira tão decisiva, *em favor de valores de família*, tomou uma decisão tão importante. (Pronunciamento do senador Magno Malta em 2 de junho de 2011<sup>106</sup>).

A defesa dos “valores da família”, tal como realizada pelo senador Magno Malta e pelo deputado Jair Bolsonaro, contra a suposta *degeneração* que se queria impingir aos estudantes, aparece diretamente vinculada a uma “forma virulenta de homofobia que recorre a uma linguagem da lei moral e divina” para contestar a expressão pública do desejo não heterossexual (Cooper, 2022). A produção de um discurso sobre a sexualidade funciona, aqui, como uma ferramenta de dominação, legitimação e

<sup>103</sup> Fonte: <https://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/ordinari/2010/11/V301110.pdf>

<sup>104</sup> Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=VvMxQMu0INU>

<sup>105</sup> O Projeto de Lei da Câmara N.º 122, de 2006, arquivado, buscava criminalizar a homofobia.

<sup>106</sup> Fonte: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/389517>

perpetuação da heteronormatividade que “envolve a formação de sistemas de valores com a capacidade de nomear posições de sujeição e induzir comportamentos” (Souza *et al.*, 2022, p. 4). Como bem apontara a jornalista Eliane Brum (2018) ao se referir ao apelo à moralidade que vem sendo realizado pela extrema-direita no Brasil, não há maneira mais eficiente de criar uma base de apoio do que adentrar no âmbito da sexualidade, pois quem “controla os corpos leva o voto para onde quiser, e também arregimenta apoio para projetos autoritários”.

Assim é que a deslegitimação do projeto Escola sem Homofobia, a partir da invenção do termo “kit-gay”, aparece como um elemento que reforça a heteronormatividade compulsória e que visa apagar corpos e modos de vida que não estejam de acordo com as verdades produzidas por um discurso de retórica conservadora que entrelaça família, religião e nação. Esse ataque, que será retomado nas vésperas das eleições para presidência da República de 2014 e 2018, funciona para afirmar disputas em torno dos saberes que podem adentrar na escola e para situar a família como aquela que tem a prerrogativa sobre a educação moral e sexual das crianças e adolescentes.

Eu poderia, também, nessa mesma seara que aciona a família tradicional como o modelo para toda a sociedade, fazer menção a processos de educabilidade da sociedade e referir-me à discussão em torno do Projeto de Lei N.º 6583/13, já mencionado nesta Tese, que dispõe sobre o Estatuto da Família<sup>107</sup> e aponta a entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes. Nesse projeto, que prevê a oferta obrigatória de um componente curricular chamado “Educação para a Família” nas escolas de ensino fundamental e médio do país, o único modelo de família a receber a garantia de proteção do Estado seria aquele tradicional, o que estabeleceria uma hierarquia de direitos entre os brasileiros, a partir da definição do que poderia ou não ser considerado, legalmente, uma família.

---

<sup>107</sup> Em contraponto a este Estatuto, também em 2013 foi proposto pela senadora Lídice da Mata (PSB-BA) o Projeto de Lei N.º 470/2013, cuja proposta formulada pelos juristas que compõem o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) traz um conceito extensivo de família e visa “atualizar e modernizar legislação brasileira sobre Direito das Famílias”. O referido projeto foi arquivado no Senado, mas substitutivos dele prosseguiram em discussão na Câmara dos Deputados.

É a partir da prerrogativa de proteção da instituição familiar que o deputado Anderson Ferreira (PR-PE) aponta como argumentos para a proposição do projeto colocado em discussão em 2013 a necessidade de políticas públicas que fortaleçam os laços familiares e a tentativa de impedir a *desconstrução* do conceito de família:

Conquanto a própria carta magna tenha previsto que o Estado deve proteger a família, *o fato é que não há políticas públicas efetivas voltadas especialmente à valorização da família* e ao enfrentamento das questões complexas a que estão submetidas às famílias num contexto contemporâneo. São diversas essas questões. Desde a grave epidemia das drogas, que dilacera os laços e a harmonia do ambiente familiar, à violência doméstica, à gravidez na adolescência, *até mesmo à desconstrução do conceito de família, aspecto que aflige as famílias e repercute na dinâmica psicossocial do indivíduo*. O estatuto aborda questões centrais que envolvem a família. Primeiro propugna duas ideias: *o fortalecimento dos laços familiares a partir da união conjugal firmada entre o homem e a mulher*, ao estabelecer o conceito de entidade familiar; a proteção e a preservação da unidade familiar, ao estimular a adoção de políticas de assistência que levem às residências e às unidades de saúde públicas profissionais capacitados à orientação das famílias (Justificação do Projeto de Lei nº 6583/13<sup>108</sup>).

Embora a justificativa do projeto baseie-se na necessidade de formulação de políticas voltadas à proteção e preservação da unidade familiar, o documento não faz alusão aos direitos de cada membro familiar e tampouco explicita em que medida o fortalecimento dos laços familiares significará, por exemplo, em uma possível diminuição das desigualdades decorrentes da divisão sexual do trabalho dentro das famílias, que colocam a mulher como a cuidadora primária e dificultam o acesso dela ao mundo do trabalho. Tampouco situa o Estado como o agente promovedor de políticas sociais capazes de amortecer as dívidas sociais que, cada vez mais, encaminham as famílias para um quadro de precarização e de financeirização da vida.

O que se depreende, ao observar o referido Estatuto, é que este traz como único objetivo proteger um ideal de família, aquele que vem se constituindo em um “elemento aglutinador das extremas-direitas a nível mundial e que serve tanto para se opor às dissidências sexuais” – como no caso da união estável para casais do mesmo sexo –, “quanto para confrontar a emancipação feminina, de maneira explícita ou não” (Alabao, 2024).

Não por acaso, o referido documento surge após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que, em maio de 2011, de forma unânime, equiparou as relações entre pessoas do mesmo sexo às uniões estáveis entre homens e mulheres, reconhecendo,

<sup>108</sup> Fonte:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1159761&filename=PL%206583/2013](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1159761&filename=PL%206583/2013)

assim, a união homoafetiva como um núcleo familiar. Desde então, esse reconhecimento passou a ser atacado tanto a partir de argumentos relativos à arbitrariedade da decisão do STF, como o fez a deputada Priscila Costa (PL-CE), ao afirmar que a união homoafetiva foi legislada “de maneira irregular por um poder que não tem o poder de legislar, que é o STF”<sup>109</sup>, quanto no sentido das consequências civilizatórias e culturais que tal união poderia acarretar, tal como o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) procurou sublinhar ao afirmar que: “Se não fosse o casamento hetero, não haveria mais seres humanos. Isso é atestar a realidade.”<sup>110</sup>

Eu poderia, ainda, situar a alçada do protagonismo familiar na educação nos embates travados ao longo da década de 2010 em torno da elaboração do Plano Nacional de Educação – documento formulado a cada dez anos que estabelece diretrizes, objetivos, metas e estratégias para a educação no Brasil; e da Base Nacional Comum Curricular – documento normativo que define as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver na Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio.

As investidas conservadoras nas políticas educacionais evidenciaram o quanto as tentativas de “controle, seleção, organização e distribuição do discurso” (Foucault, 2014) escolar passaram a traduzir demandas de uma *família educadora* que visa ditar aquilo que pode ou não ser ensinado nas escolas. O currículo escolar, entendido como parte fundamental de uma gramática política e econômica que é impulsionada por diferentes agentes, passou a ser alvo de uma agenda familista defendida tanto por parlamentares das alas evangélica e católica fundamentalista, como por setores da sociedade implicados em impor ao conjunto de políticas educacionais em discussão saberes hegemônicos em consonância com preceitos morais cristãos.

Nessa seara, a discussão sobre gênero apareceu como um elemento simbólico decisivo para demonstrar o quanto os valores familiares estavam sendo afrontados por políticas educacionais consideradas *perigosas*. Em contraponto à inserção no espaço escolar de discussões relativas ao marcador social de gênero e à educação sexual, deputados e grupos conservadores passaram a exercer um papel relevante junto às equipes de elaboração dos referidos documentos, buscando reverter o que

---

<sup>109</sup> Fonte: <https://www.camara.leg.br/noticias/1002158-deputados-divergem-sobre-proposta-que-proibe-uniao-de-pessoas-do-mesmo-sexo-assista>

<sup>110</sup> Fonte: <https://www.camara.leg.br/noticias/1002158-deputados-divergem-sobre-proposta-que-proibe-uniao-de-pessoas-do-mesmo-sexo-assista>

De Souza Cruz e Macedo (2019) apontaram como conquistas importantes relativas a políticas mais igualitárias que buscaram fazer do espaço escolar um lugar de “reconhecimento da alteridade” e de respeito por todos que fazem parte do conjunto da sociedade.

Tomando, pois, o gênero como uma espécie de “fantasma de poder destrutivo” (Butler, 2024), esse discurso funcionou para produzir a compreensão de que, caso expostos à discussão sobre gênero e sobre sexualidade, os estudantes seriam levados a aceitarem modos de vida *desviantes* em relação ao preconizado no seio familiar, o que poderia destituir a autoridade familiar e promover a destruição da própria ideia de família. Isto é, automaticamente, em uma “passagem rápida e imperceptível do pensamento à convicção, suplantando qualquer julgamento ou avaliação” (Butler, 2024, p. 104), ao ouvirem ou lerem sobre gênero, os estudantes passariam a vivenciar práticas consideradas condenáveis moralmente, tais como a homossexualidade, por exemplo. Nas palavras de Butler (2024, p. 104), “A mente jovem é tacitamente apresentada nestes casos como totalmente porosa ou impotentemente receptiva a um poder penetrante, como se ser exposto a uma palavra ou pensamento fosse ser penetrado contra a própria vontade”.

Diante dessa ameaça, não restaria outra possibilidade se não a exclusão de qualquer menção à palavra, ao conceito, ao campo semântico relativo ao gênero do espaço escolar. Vejamos os excertos a seguir:

Essas coisas têm um valor sagrado. Essas coisas são caras a nós, cujas tradições, princípios e valores são os da família. Daquela família 'adâmica': um homem, uma mulher e seus filhos. E agora com essa discussão de ideologia de gênero nós ficamos sujeitos a deformações, que amanhã poderão ter reflexos muito complexos até de serem avaliados, porque vai dar uma confusão no futuro. *E pior, desautorizar o pai e a mãe na sua autoridade de educador.* (Discurso do senador Marcelo Crivella em 2013 relativo à discussão de gênero nas escolas, grifos meus<sup>111</sup>).

Contra a inclusão da Ideologia de Gênero no Plano Nacional de Educação

Para: Católicos, Evangélicos e Cidadãos de todo o Brasil.

*Uma ameaça gravíssima paira sobre a nação. A ideologia de gênero que está para ser sacralizada no Plano Nacional de Educação, cuja votação está marcada para o próximo dia 11, atingirá o que temos de mais precioso: as crianças. Os nossos filhos! Esta petição se dirige a todos os brasileiros que não concordam com a implantação dessa nefasta ideologia em nosso país. Convoca todos a manifestarem aos Senadores - representantes do povo - o desejo de que seja rejeitado o substitutivo do Senador Vital do Rêgo e rejeitada também a inclusão da igualdade de gênero como diretriz do Plano Nacional de Educação. Compartilhe a informação com os amigos e parentes. Agora é a hora de agir em defesa da família, em defesa das crianças e dos jovens desse país, em defesa do futuro Brasil!* (Petição pública contra a inclusão da Ideologia de Gênero

<sup>111</sup> Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/06/23/marcelo-crivella-criticou-a-discussao-da-ideologia-de-genero-nas-escolas>

no Plano Nacional de Educação, novembro de 2013, grifos meus<sup>112</sup>).

[...] o sistema educacional brasileiro será transformado em uma máquina armada para a demolição e a destruição da família natural. É a nova revolução socialista de que o PT, orientado por organizações internacionais, é atualmente o principal protagonista no Brasil. Se o Plano for aprovado, nos próximos dez anos nossos filhos serão educados segundo a nova ideologia de gênero. É o que pretende o projeto do Plano Nacional de Educação e diversos outros projetos que estão atualmente sendo propostos no Congresso Nacional, em grande quantidade, pelo Partido dos Trabalhadores. Se você é pai, mãe ou professor, você tem obrigação urgente de entender claramente o que está acontecendo. (Texto publicado no Site Portal da Família em 18 de março de 2014<sup>113</sup>)

A vitória da ideologia de gênero [em referência ao PNE] significaria a permissão de toda perversão sexual (incluindo o incesto e a pedofilia), a incriminação de qualquer oposição ao homossexualismo (crime de “homofobia”), a perda do controle dos pais sobre a educação dos filhos, a extinção da família e a transformação da sociedade em uma massa informe, apta a ser dominada por regimes totalitários – afirma a psicóloga. – Muitos brasileiros ainda não entenderam o perigo da ideologia de gênero. Políticos querendo ser politicamente corretos em época de eleição estão condenando o Brasil a uma farsa que vai promover a maior guerra de gerações jamais vista. (Trecho de entrevista concedida pela psicóloga e escritora cristã Marisa Lobo, autora do livro Famílias em perigo: O que todos devem saber sobre a ideologia de gênero” ao site Gospel +, em 22 de abril de 2014<sup>114</sup>).

*Somos da opinião de que a escola, o currículo escolar e o trabalho pedagógico realizado pelos professores em sala de aula não deve entrar no campo das convicções pessoais e valores familiares dos alunos da educação básica. Esses são temas para serem tratados na esfera privada, em que cada família cumpre o papel que a própria Constituição lhe outorga de participar na educação dos seus membros.* (Excerto da justificção do Projeto de Lei N.º 7.180/ 2014, de autoria do Deputado Erivelton Santana, que altera o Art. 3º da Lei N.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, grifos meus).

*O que verdadeiramente está acontecendo é que o conceito de ‘gênero’ está sendo utilizado para promover uma revolução cultural sexual de orientação neo-marxista com o objetivo de extinguir da textura social a instituição familiar.* Na submissão do feminino ao masculino através da família, Marx e Engels enxergaram o protótipo de todos os subsequentes sistemas de poder. Se esta submissão é consequência da biologia, não há nada a que se fazer. Mas se ela é uma construção social, ou um gênero, então, a longo prazo, ela poderá ser modificada até chegar-se à uma completa igualdade onde não haverá mais possibilidade de opressão de gênero, mas também onde não haverá mais famílias, tanto as heterossexuais como demais famílias alternativas. Neste contexto a educação caberia como uma tarefa exclusiva do Estado, e não existiria mais traços diferenciais entre o masculino e o feminino. Em um mundo de genuína igualdade, segundo esta concepção, todos teriam que ser educados como bissexuais e a masculinidade e a feminilidade deixariam de ser naturais [...] *A presente proposição baseia-se no princípio constitucional da especial proteção do Estado à família* (Artigo 226), esta última reconhecida pela Carta Magna como “base da sociedade” (Artigo 226), no princípio constitucional da obrigação da lei estabelecer os meios jurídicos que garantam à família a possibilidade de se defender contra os que desrespeitam seus valores éticos e sociais (Artigo 221) e, com muito mais razão, contra os que atentam contra a sua integridade e existência no tecido social, e no princípio constitucional do papel privilegiado da família na educação, atribuído à mesma como dever (Artigo 205), de modo que *se torna uma contradição constitucional um sistema educacional concebido com o objetivo específico de destruir a própria família como instituição.* (Excerto da justificção do Projeto de Lei N.º 1.859/2015, de autoria do Deputado Izalci e outros, grifos meus<sup>115</sup>).

Com a proximidade da homologação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que deve ocorrer neste mês de novembro, ativistas e entidades em defesa da família intensificaram o alerta à população sobre os riscos que

<sup>112</sup> Fonte: <https://peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR61093>

<sup>113</sup> Fonte: <https://www.portaldafamilia.org/artigos/urgente-ideologia-do-genero.shtml>

<sup>114</sup> Fonte: <https://noticias.gospelmais.com/marisa-lobo-alerta-ideologia-genero-plano-nacional-educacao-67075.html>

<sup>115</sup> Fonte: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1503335](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1503335)

o atual texto pode trazer à formação moral dos alunos [...] Se homologada, a BNCC vai se tornar uma lei específica com o gênero incluso e aí, diferentemente do que acontece hoje, os pais perderão a liberdade de dizer se querem ou não que os filhos tenham contato com o assunto na escola. “Hoje não há proibição e por isso parece estar permitido. Ao mesmo tempo por não haver a lei, o pai também pode ser contrário. Se a BNCC for aprovada, os pais não terão mais esse direito”, finaliza {Felipe Nery}. (Excerto do artigo “Por que a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) devia preocupar as famílias brasileiras”, de autoria de Angélica Favretto, publicado em 31 de outubro de 2017 pelo jornal Gazeta do Povo<sup>116</sup>).

A cruzada moral promovida para que as políticas educacionais não apresentem qualquer discussão sobre gênero e sexualidade aponta, assim, para uma censura que, nas palavras de Butler (2024, p. 105), “*não é considerada um mal às pessoas que são privadas de educação, especialmente educação sexual, e sim o remédio para o mal, a forma como o mal pode ser interrompido*” (grifos meus). Nesse sentido, impedir que a discussão sobre gênero adentre nas salas de aula justifica-se em razão de um *mal imaginário* que essa proibição procura impedir.

Ao analisar a última versão da BNCC, aprovada pela Resolução CNE/CP N.º 2, de 22 de dezembro de 2017 e publicada em 2018, percebemos que as investidas dessa coalizão conservadora levaram à supressão da discussão em torno dos termos “gênero”, “sexualidade” e “sexual” do documento, no sentido de análise ou compreensão das desigualdades sociais e como ferramenta para se combater as violências sexistas e homofóbicas (Brasil, 2018). Conforme destacam Silveira *et al.* (2021), temas relacionados a esses contextos foram retirados do texto final sob a alegação do MEC e do Conselho Nacional de Educação (CNE) de que o gênero é objeto de controvérsias sociais e de debates “confusos” que tumultuam os currículos escolares.

Há que se ressaltar, ainda, que a sexualidade é mencionada na Área de Ciências da Natureza, especificamente, dentro do conteúdo de Ciências para o 8º Ano do Ensino Fundamental, que impõe um modo de significá-la como uma questão de saúde pública, sendo apagados os seus aspectos culturais, sociais, políticos, históricos e psicológicos associados a essa temática (Silveira *et al.*, 2021). Por esse prisma, ainda que haja a referência ao termo “sexualidade”, este não alcança o propósito de suscitar o questionamento acerca da diversidade sexual, do machismo, da violência sexual, da luta das mulheres, entre outros.

<sup>116</sup> Fonte: <https://www.semprefamilia.com.br/educacao-dos-filhos/por-que-a-base-nacional-curricular-comum-bncc-devia-preocupar-as-familias-brasileiras/>

Em síntese, a partir de Butler (2014, p. 105), podemos entender que o ataque a esses saberes visa não somente impedir que os estudantes tenham acesso às discussões sobre gênero e de sexualidade, por exemplo, mas sobretudo “tornar esses pensamentos indizíveis, ilegíveis e impensáveis”. Dito de outro modo, “Excluir o mero pensamento significa que tudo isso deve ser expulso ou negado de alguma forma, retornando apenas através de ordenações fantasmáticas que tanto organizam quanto ameaçam as convicções conscientes” (Butler, 2024, p. 20).

Dentro dessa mesma seara de produção de temores projetados em torno do da exposição das crianças a *conteúdos impróprios*, caberia fazer menção ao esquadramento de livros didáticos e obras literárias, outro elemento que traduz a obsessão com que a pauta moral foi sendo mobilizada ao longo dos anos. É nesse escopo que vemos o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) – política pública federal voltada para a produção de materiais pedagógicos distribuídos gratuitamente para estudantes da Educação Básica –, começar a sofrer intervenções nos parâmetros constantes nos editais para aquisição das obras. Sob o argumento da necessidade de *neutralidade ideológica*, temas como gênero e sexualidade passaram a ser considerados inadequados ou mesmo ameaçadores, devendo, portanto, serem suprimidos dos livros didáticos. Essa patrulha moral envolvendo materiais pedagógicos recebeu o suporte, inclusive, de um blog e um perfil na rede social Facebook com o título “*De olho no livro didático*”<sup>117</sup>, que têm funcionado como veículos de divulgação junto à sociedade de tais demandas conservadoras.

No site criado em 2014, que traz como subtítulo: “Políticas educacionais e ocorrências de doutrinação nos materiais didáticos, literários e pedagógicos”, os textos reproduzidos apontam para a vigilância e a denúncia de publicações que, segundo o entendimento do gerenciador do Blog, não deveriam constar no rol de obras destinadas aos estudantes da educação básica. É dentro da mesma perspectiva denunciatória que propunha a exclusão de determinados saberes do PNE e da BNCC que se projetou na população um pânico moral quanto ao aniquilamento da família e à tomada do poder pelo socialismo/comunismo, elementos que aparecem por vezes

---

<sup>117</sup> O criador do blog e do perfil no Facebook é o professor Orley José da Silva, que se apresenta como “particularmente interessado no acompanhamento do currículo, dos materiais didáticos e literários, além das políticas educacionais”.

imbricados e encaminhariam para a projeção de uma “sociedade secularizada, relativista” e moralmente condenável, como os excertos a seguir buscam sublinhar:

Este livro [O grande e maravilhoso livro das famílias] é recomendado pelo Ministério da Educação (MEC) e encontra-se em classes de Educação Infantil de todo o país. Inclusive, ele faz parte do grupo de livros destinados ao Programa Nacional para a Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Este que é um programa do Governo Federal em convênio com estados, municípios e universidades para alfabetizar toda criança até os 8 anos de idade [...] *É relevante neste livro o esforço para a desconstruir o conceito de família nuclear: pai, mãe e filhos.* Isto levando-se em consideração que seu público é composto por crianças de 7 e 8 anos, cujas famílias são majoritariamente tradicionais. *Trata-se de uma atitude deliberada de contradizer os valores morais dos núcleos familiares dos alunos.* E esta pode ser considerada uma atitude reprovável porque a escola deixa de respeitar a bagagem cultural trazida de casa pelo aluno [...] O livro, ao esquecer a Constituição, isto com a finalidade de normalizar novos modelos de família para crianças em fase de formação psicológica e física, trai a confiança da lei. Mais ainda: *trai também a confiança dos cidadãos que vivem debaixo dessa Constituição porque prepara os filhos para burlarem o paradigma familiar dos pais. Tendo em vista essa nova realidade da escola, os pais precisam acompanhar mais cuidadosamente o conteúdo moral e cultural transmitido aos seus filhos. A responsabilidade de estabelecer as bases dos padrões morais, religiosos e culturais para os filhos é da família e não do Estado.* Ainda mais quando o assunto é a orientação sexual porque há o risco de ensinar às crianças e aos jovens conceitos equivocados sobre o assunto (Excerto do post “Livro apresenta famílias gay e lésbica para alunos da alfabetização”, publicado no Blog De olho no livro didático em 24 de janeiro de 2014<sup>118</sup>).

As unidades escolares da Secretaria Municipal de Educação (SME) da Prefeitura de Goiânia receberam no começo deste semestre letivo os livros recomendados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), do Ministério da Educação (MEC). É provável que o MEC tenha enviado estes mesmos livros para outras prefeituras e também estados [...] Elas reproduzem, em suas obras, a compreensão governamental de sociedade e educação, que é de acordo com intérpretes do marxismo e do relativismo filosófico. Pelo que se percebe, *o Governo tem a escola como um dos lugares privilegiados para a execução do seu ambicioso projeto de subjetivação coletiva, que visa construir uma sociedade socialista, secularizada e relativista [...]* É natural que as famílias confiem na isonomia da escola pública para respeitar os fundamentos que as sustentam. Mas é bom elas se prepararem para a possível quebra desta confiança pela chegada em suas casas de livros com uma nova configuração de família. *Elas também terão que lidar com a censura e o enfrentamento dos filhos doutrinados pela escola em discursos diferentes aos seus, relacionados ao corpo, à família e ao comportamento.* (Trecho do texto “Livros didáticos polêmicos trazem orientação política, familiar e sexual”, publicado originalmente no jornal “A tribuna news” de Campo Grande (MS) e reproduzido no Blog De Olho no Livro Didático em dezembro de 2014<sup>119</sup>).

*As crianças de escolas públicas e privadas que estudarem com os livros didáticos/2016 do MEC para a primeira fase do Ensino Fundamental serão informadas sobre arranjos familiares de gays e lésbicas, com adoção de filhos. Elas tomarão conhecimento de bigamia, poligamia, bissexualismo e transexualismo. Aprenderão a observar melhor os próprios corpos e os corpos dos outros através de exercícios em sala de aula, orientados pelo livro didático.* Os livros também lhes dirão das doenças sexualmente transmissíveis e dos mais diferentes métodos anticoncepcionais. A ministração desses conteúdos se inicia já no 1º ano, onde os alunos têm 6 anos de idade e, numa gradação de complexidade, termina no 5º ano com alunos de 10 anos [...] A estratégia pedagógica obedece ao princípio da repetição exaustiva do conteúdo. Durante o mesmo ano letivo o aluno ouvirá, lerá e fará exercícios seguidas vezes sobre esses assuntos com professores e disciplinas diferentes: Português, Geografia, Ciências, História, Ciências Humanas e da Natureza, etc. Trata-se da aplicação do princípio segundo o qual uma história, mesmo que fantasiosa, quando repetida várias vezes, adquire valor de verdade. *Neste caso, o esforço do MEC é para atender os objetivos de desconstrução da heteronormatividade e do conceito de família tradicional previstos no Plano Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH3), assinado pelo presidente Lula em 21 de dezembro de 2009.* (Trecho do texto “MEC não desiste: livros de 2016 para crianças de 6 a 10 anos vêm com Ideologia de Gênero”, publicado no Blog De Olho no Livro Didático em 16 de janeiro de 2016<sup>120</sup>).

Nos posts apresentados, fica explícita uma defesa de valores que se ampara na precedência da família em relação ao Estado e na tomada da moralidade sexual como eixo principal de uma disputa relativa a quem pode definir quais saberes são

<sup>118</sup> Fonte: <https://deolhonolivrodidatico.blogspot.com/2014/01/livro-para-educacao-infantil.html>

<sup>119</sup> Fonte: <https://deolhonolivrodidatico.blogspot.com/2014/12/>

<sup>120</sup> Fonte: <https://deolhonolivrodidatico.blogspot.com/2016/01/mec-nao-desiste-livros-de-2016-para.html>

passíveis de serem ensinados na escola. O temor quanto a uma possível instauração de uma ditadura comunista no Brasil, assim como a suposta tentativa de destruição da instituição familiar, projetados em um discurso que faz uso de uma sintaxe inflamada e apelativa, aparecem como elementos capazes de absorver uma série de medos e de funcionar como uma espécie de *assombração totalizante* para a direita contemporânea.

É nesse sentido que o intento de retirar do currículo escolar e dos livros didáticos quaisquer discussões envolvendo gênero, diversidade, direitos das minorias, bem como justiça social, por exemplo, diz respeito à tentativa de fazer com que as mentes infantis permaneçam fechadas para tais questões. As palavras de Butler a esse respeito lançam luz sobre o que está em jogo nesse esforço de supressão de determinados temas do espaço escolar:

O problema é as crianças serem livres demais para pensar e imaginar? O pressuposto é o de que, se as crianças lerem sobre algo, elas se tornarão esse algo? Que estranhos poderes são atribuídos à leitura e aos livros? A censura oculta, portanto, sua crença no desmedido poder transitivo das palavras que teme: elas são aparentemente instigantes e transformadoras demais para que se possa deixá-las perto de uma criança. As palavras em si são apresentadas tacitamente como recrutadoras e molestadoras, motivo pelo qual devem ser removidas das salas de aula a fim de cercear seu efeito aparentemente gigantesco e destrutivo. Os medos são alimentados para que se torne aceitável demitir pessoas de seus cargos; restringir o que pode ser dito, mostrado, ouvido e ensinado; e estigmatizar, como pessoas perigosas, docentes, profissionais da administração e artistas que ousem levantar questões (Butler, 2024, p. 101).

Ainda segundo Butler (2024, p. 13), tais ações podem não configurar um fascismo completo, mas constituem elementos claros de uma tendência fascista que busca totalizar o campo social, “infundindo na população o medo quanto a seu próprio futuro existencial – ou melhor, explorando medos existentes e dando uma forma totalizante à ‘causa’ deles”. Assim é que também o campo artístico e cultural passou a sofrer com as investidas dessa ofensiva familista, como a censura à mostra *Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*, que estivera em cartaz no ano de 2017 no Santander Cultural, em Porto Alegre, evidenciou.

A exposição, que tinha como foco a temática da diversidade sexual e abrangia 270 trabalhos de 85 artistas, fora cancelada após onda de protestos nas redes sociais desencadeadas pelo Movimento Brasil Livre (MBL)<sup>121</sup>. Conforme um dos líderes do

<sup>121</sup> O MBL é um movimento social e político criado em 2013 por membros da *think tank* brasileira Estudantes pela Liberdade, braço brasileiro da *Students for Liberty*. Entre os membros fundadores do

MBL à época, Kim Kataguiri, a mostra não representava “a maior parte dos valores da sociedade” e estava sendo visitada por crianças levadas para a exposição por escolas “sem a anuência dos pais”<sup>122</sup>. Ainda segundo o entendimento de Kataguiri, não existiria “maior expressão do livre mercado do que o boicote”<sup>123</sup>, motivo pelo qual se justificaria a represália promovida pelo movimento e por grupos cristãos conservadores, que receberam a adesão de figuras políticas do Rio Grande do Sul, como Marcel Han Hattem, então deputado estadual e membro do Partido Progressista (PP), de vertente neoliberal.

Esse apelo à moralidade aparece, também, em artigo escrito pelo empresário Flávio Rocha<sup>124</sup> publicado no Jornal A Folha de São Paulo em outubro de 2017. No texto intitulado *O comunista está nu*, Rocha retoma a ideia defendida por Olavo de Carvalho de que a dissolução da moral sexual cristã seria uma estratégia para a derrubada do capitalismo e a consequente tomada do poder pelo comunismo. Fazendo menção a Gramsci e à tentativa de se chegar a uma ditadura comunista no Brasil por meio de uma luta pela hegemonia cultural, o empresário menciona a exposição *Queermuseu* e uma performance realizada durante a abertura do 35º Panorama da Arte Brasileira no Museu de Arte Moderna (MAM), em São Paulo, quando uma criança que estava acompanhada da mãe, interagiu com o artista, tocando em sua perna e em sua mão. Ao analisarmos o excerto a seguir, é possível assinalar o quanto determinados segmentos implicados com a ordem do mercado tendem a fazer da moralidade conservadora um elemento tático importante para angariar o apoio da população:

---

MBL estão Juliano Torres, Fábio Ostermann e Felipe França, todos integrantes da organização financiada pela Atlas Network, grande *think tank* com sede em Washington, D.C. que atua desde 1981 na defesa e propagação de concepções da direita ultraliberal, com organizações parceiras em todos os continentes. O movimento ganhou notoriedade durante as manifestações de 2013 e, posteriormente, pelo conteúdo difundido junto às mídias sociais, em que apresentava um forte discurso antipolítico, marcado pela afirmação contra “a velha forma de fazer política”. Em 2014, passou a ser coordenado por Kim Kataguiri, também membro da *Students for Liberty*, tornando-se um dos principais expoentes a favor do impeachment de Dilma Rousseff. Ao longo dos anos, o MBL passou a lançar candidaturas ao Congresso Nacional, Câmaras e Prefeituras, com nomes como o do próprio Kim Kataguiri, de Fernando Holliday e de Marcel Van Hattem, por exemplo, todos alinhados às políticas neoliberais e a posicionamentos conservadores.

<sup>122</sup> Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45191250>

<sup>123</sup> Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/ultimas-noticias/tag/queermuseu/pagina/12/>

<sup>124</sup> Flávio Rocha é o proprietário da rede de lojas Riachuelo e atual presidente do Grupo Guararapes, empresa familiar que detém o controle da Midway Financeira, Confecções Guararapes Transportadora, Casa Verde e Shopping Midway Mall, maior shopping center do Rio Grande do Norte.

Os comunistas aprenderam, com o fracasso da primeira experiência real do socialismo, a como não fazer uma revolução. *Hoje em dia está ultrapassado o conceito de uma vanguarda partidária que age em nome do povo.* Em seu lugar, *o movimento comunista vem construindo um caminho que, embora sinuoso, leva ao mesmo destino: a ditadura do proletariado exaltada pelo marxismo.* Ao contrário dos bolcheviques, que enfrentavam inimigos de peito aberto, os comunistas atuais são sibilinos e arditos. Aprenderam com o filósofo italiano Antonio Gramsci (1891-1937) a combater o capitalismo pelos flancos mais sensíveis. *Para eles, os valores do regime são protegidos em trincheiras burguesas, que precisam ser neutralizadas. As mais visadas são Judiciário, Forças Armadas, partidos ditos conservadores, aparelho policial, Igreja e, por último mas não menos importante, a família.* Nas últimas semanas assistimos a mais um capítulo dessa revolução tão dissimulada e subliminar quanto insidiosa. *Dois exposições de arte estiveram no centro das atenções da mídia ao promoverem o contato de crianças com quadros eróticos e a exibição de um corpo nu, tudo inadequado para a faixa etária. [...] e venho a público, expondo-me à patrulha ideológica infiltrada nos meios de comunicação, é para denunciar tais iniciativas como parte de um plano urdido nas esferas mais sofisticadas do esquerdismo ameaça que, não se enganem, é tão mais real quanto elusiva.* Exposições são só um exemplo. *Há muitos outros: associação de capitalismo e picaretagem na dramaturgia da TV; glorificação da bandidagem glamorosa; vitimização do lumpem descamisado das cracolândias; certo discurso politicamente correto nas escolas. São todos tópicos da mesma cartilha, que visa à hegemonia cultural como meio de chegar ao comunismo.* Ante tal estratégia, Lênin e companhia parecem um tanto ingênuos. À imensa maioria dos brasileiros que não compactua com ditaduras de qualquer cor, resta zelar pelos valores de nossa sociedade. (Excerto do texto *O comunista está nu*, de Flavio Rocha, publicado dia 22 de outubro de 2017 no *Jornal A Folha de São Paulo*<sup>125</sup>)

Os exemplos aqui referidos, capazes de dar a dimensão da guerra de valores que foi sendo produzida no Brasil nos últimos anos, são parte de um conjunto de ações que assinalam, de um lado, a defesa da família em relação a ataques à moralidade e aos códigos de conduta tradicionais e, de outro, a defesa em relação à privacidade familiar. Todos aparecem como aparatos que procuram proteger a instituição familiar como *entidade*, e não os seus membros, isto é, que procuram afirmar moralmente um determinado modelo de família – e, conseqüentemente, de homem e de mulher – sem, no entanto, colocar em discussão o que esse protagonismo familiar pode significar em relação ao cuidado da vida, em relação ao repasse de responsabilidades do Estado para o seio familiar que a governamentalidade neoliberal tem produzido.

Diversas pesquisadoras (Macedo, 2017; Biroli, 2020; Corrêa, 2020; Gallego, 2019, 2018; etc.) têm se debruçado em compreender o funcionamento desse arranjo conservador no Brasil, fazendo menção a um ou mais destes eventos surgidos na década de 2010 na tentativa de discutir como a ordem social foi sendo tomada pela tentativa de restaurar modos de vida tradicionais e de estendê-los, de forma autoritária, ao todo da população.

Quaisquer dessas situações assinalam contextos importantes em que vimos um modo de governo da população buscar estender “a alçada de uma

<sup>125</sup> Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2017/10/1928996-o-comunista-esta-nu.shtml>

moralidade tradicional para além dos confins da igreja e da família” (Brown, 2019, p. 127) e, por essa razão, podem ser tomadas como ponto de partida para discutirmos a exacerbação de uma projeção de uma ordem privada sobre a ordem pública. Não obstante, em que pese a compreensão destas pesquisadoras de que é a partir de 2010 que vemos emergir essa ofensiva conservadora nos domínios da educação, entendo que é necessário retornar ainda mais no tempo e realçar o momento em que, no Brasil, a governamentalidade neoliberal ainda aparece revestida de uma face democrática e que uma *metamorfose* no modo de condução das condutas começa a se delinear.

É essa conjuntura de *prelúdio* de outros contornos da governamentalidade neoliberal que entendo merecer atenção. Quero, com esse gesto, em consonância com os pesquisadores José Serrano-Amaya (2017), David Paternotte (2020) e María Fernanda Rodríguez López (2020), afirmar que o giro autoritário e conservador em curso aparece como uma forma original de governar e de significar o político que apresenta uma *dimensão produtiva e não* somente reativa e opera a partir de um acionamento da família como instrumento de governo da população seguindo um *modus operandi* que não é contingencial, mas intrínseco ao próprio projeto neoliberal.

Diante desse argumento, entendo que as investidas familistas que aponte anteriormente precisam ser analisadas enquanto *desdobramentos* de uma *guinada* conservadora promovida pela governamentalidade neoliberal que, conforme minha interpretação, começa a ocorrer ainda em meados dos anos 2000, quando um quadro ativo de promoção de pressupostos neoliberais – tais como o postulado hayekiano de proteção da esfera pessoal –, junto à defesa de ideais religiosos fundamentalistas defendidos por setores evangélicos e católicos, principia uma guerra de valores que tem tentado subtrair do horizonte as consequências das desigualdades e precarizações sociais ocasionadas pelas políticas econômicas neoliberais.

Para Hayek (2011), cabe lembrar, o Estado não deveria intervir naquilo que diria respeito, exclusivamente, aos indivíduos e suas famílias, como é o caso dos valores morais, portanto qualquer tipo de educação que estivesse em contrariedade com essa prerrogativa deveria ser rechaçado, pois incidiria sobre a liberdade dos indivíduos. Do mesmo modo, tanto para a Igreja Católica – que define em diversos documentos do Vaticano o papel primário das famílias e subsidiário das instituições de ensino na educação das crianças (Junqueira, 2018), quanto para diferentes

vertentes evangélicas, a primazia em relação ao que é ensinado às crianças e aos adolescentes é da família, instância que deve ter asseguradas suas convicções morais, religiosas, filosóficas e pedagógicas em relação às demais.

O deslocamento dos conflitos sociais para o campo moral ocorrido a partir dos anos 2000, que fez com que indivíduos e famílias passassem a questionar não os efeitos ameaçadores das políticas neoliberais (cuja crise financeira e econômica de 2008 acentuou sobremaneira), mas as políticas voltadas à igualdade social, de gênero, de classe, de raça, contribuiu para fazer da educação um espaço de disputa do poder, um microcosmo que reverbera tensões entre o público e o privado e que torna mais perceptível o projeto de desmantelamento da ideia de sociedade que povoa o imaginário neoliberal desde Hayek.

Assim é que, se por um lado, o resguardo da autoridade e da liberdade das famílias que vimos ganhar relevância ao longo dos anos está intrinsecamente relacionado à ascensão de movimentos conservadores pautados pelas coordenadas da religião, por outro, ele aparece diretamente vinculado à difusão, na sociedade, de valores atinentes à lógica do mercado. Não por acaso, Kim Katagiri, ao defender o direito de boicote à mostra *Queermuseu*, pontuou ser esta ação a expressão maior da liberdade promovida pelo mercado. Por esse ângulo, a imbricação entre mercado e moral, longe de constituir-se em uma aliança eventual que tem na família o elemento capaz de unir duas lógicas heterogêneas, neoliberalismo e conservadorismo, diria respeito, a partir daquilo que venho pontuando, a uma tendência inerente ao próprio “neoliberalismo de, desde muito cedo, atribuir uma importância decisiva à “estrutura familiar tradicional e aos valores hierárquicos que ela encarna e transmite” (Dardot *et al.*, 2021, p. 158).

Levando em consideração tais afirmações, sem a pretensão de afirmar um evento ou situação específica que possa delimitar com exatidão o início da emergência desse discurso familista na educação no Brasil, aponto o ano de 2003 como uma referência importante para a compreensão da produção das batalhas travadas em nome da moralidade e da defesa da família tradicional que temos visto moldar a esfera pública.

É em 2003 que Miguel Francisco Nagib, procurador do Estado de São Paulo e então membro do Instituto Liberal de Brasília<sup>126</sup>, incomodado com a comparação feita entre as trajetórias de vida de São Francisco de Assis e Ernesto Che Guevara pelo professor de História de uma de suas filhas durante uma aula, escreve a ele uma carta que será, também, destinada a Olavo de Carvalho. Na missiva destinada “ao professor Iomar”, Nagib afirma:

Venho acompanhando há algum tempo o *seu incansável esforço para doutrinar ideologicamente as crianças do Sigma*, impingindo às suas frágeis consciências a visão que o senhor tem do mundo e sei que para atingir esse objetivo – que o senhor certamente acredita ser necessário para a “construção de um mundo melhor” –, o senhor não hesita em aplicar à complexa disciplina que leciona o modelo de narrativa das histórias infantis, onde o Mal jamais se confunde com o Bem. Assim, *na história que o senhor ensina, a Idade Média é “do mal” e o Iluminismo é “do bem” os capitalistas são “do mal” e os socialistas são “do bem” os conservadores são “do mal” e os revolucionários são “do bem” os Estados Unidos são “do mal”, a ONU e Cuba são “do bem”, e por aí vai [...]* Mas com essa absurda comparação o senhor, francamente, passou dos limites. Afirmar a existência de uma semelhança entre um dos santos mais amados da Igreja e um assassino frio e calculista, um apologista do ódio, do qual os seus pobres alunos – e talvez o senhor mesmo – não conhecem mais do que a foto de Alberto Korda e o meloso “hay que endurecerse...”, é ir longe demais é abusar do direito, que o senhor decerto acha que tem, de mentir para os alunos a pretexto de forjar neles uma “consciência crítica” – que é como vocês, militantes, se referem ao *processo de envenenamento das almas desses jovens mediante a inoculação do marxismo mais grosseiro* – e contribuir, desse modo, para a tal “construção de uma sociedade mais justa”. (Excerto da Carta ao Professor Iomar, escrita por Miguel Nagib em 14 de setembro de 2003<sup>127</sup>).

No mesmo dia em que recebera a cópia da carta, Olavo de Carvalho escreveu o artigo *O estupro intelectual da infância*, que reproduz o texto de Nagib e discorre sobre o que denomina de “doutrinação comunista” nas escolas brasileiras (Penna; Salles, 2017; Miguel, 2016):

O professor ensinava às meninas que Che Guevara era um santo do mesmo estofado moral de Francisco de Assis. Mas o que pode haver de comum, perguntava o remetente, entre o místico que professava: “Onde houver ódio, que eu leve o amor”, e o revolucionário sangrento que ensinava seus seguidores a transformar-se, pelo cultivo sistemático do ódio, em “eficientes e frias máquinas de matar”? A resposta, evidentemente, não se encontra nem nos escritos de São Francisco, nem nos de Che Guevara. Encontra-se nos “Cadernos do Cárcere” de Antonio Gramsci, onde se ensina que a Igreja não deve ser combatida, mas esvaziada de seu conteúdo espiritual e usada como caixa de ressonância da propaganda comunista. Suprimido o conteúdo do seu discurso, esvaziado da fé cristã, da caridade, da obediência a Deus, reduzido ao estereótipo banal do jovem rico que abandona a família para ir falar aos pobres, Francisco torna-se indiscernível de Guevara. Eis o ensinamento de Antonio Gramsci transformado em prática pedagógica. O método pedagógico implantado neste país é o do estupro intelectual, calculado por Antonio Gramsci para alcançar suas vítimas numa idade em que seus cérebros não estejam prontos para reagir criticamente a um assédio publicitário incansável e brutal [...] Mas os manipuladores não se contentam com a propaganda doutrinária. Passam à arregimentação ativa, usando seus alunos como exército de reserva para engrossar passeatas convocadas pelo partido governista ou pela rede internacional de ONGs esquerdistas milionárias, que, mui gramscianamente, se autodenomina “a

<sup>126</sup> Conforme Miguel (2016), a organização era uma filial do Instituto Liberal, associação criada em 1983 com o objetivo de difundir os princípios do liberalismo em segmentos profissionais como “políticos, empresários, professores universitários, jornalistas, militares e intelectuais em geral.

<sup>127</sup> Fonte: <https://www.usinadeletras.com.br/exibetexto.php?cod=26349&cat=Artigos&vinda=S>

sociedade civil organizada”, ou seja, o Partido sob outro nome. Aí, também, a indocilidade custa caro ao aluno. Um de meus próprios filhos já foi vítima disso [...] As escolas brasileiras, sustentadas com o dinheiro de nossos impostos ou de nossas mensalidades, transformaram-se em centros de adestramento da juventude comunista, ou fascista, já quase pronta para denunciar os pais à autoridade constituída quando ouvir em casa alguma conversa politicamente imprudente. (Excerto do artigo “O estupro intelectual da infância”, de Olavo de Carvalho, publicado no dia 14 de setembro de 2003<sup>128</sup>).

O artigo de Carvalho constituirá o arquivo de textos publicados no site do Escola sem Partido, criado no ano seguinte por Nagib, e servirá como narrativa da gênese do ESP, movimento que contribuirá para a produção de um discurso que, no microcosmo da sala de aula, levará à vigilância e cerceamento do trabalho docente por parte de estudantes e pais e, no macrocosmo da sociedade, funcionará para promover a fratura do ideal de escola republicana, guiada pelo necessário reconhecimento do outro e, por consequência disso, pela capacidade de convívio com o diferente, com o plural.

É em 2003, também, que o termo *ideologia de gênero* é mencionado pela primeira vez no Plenário da Câmara, em pronunciamento do deputado federal e católico praticamente Elimar Máximo Damasceno (PRONA-SP). Esse sintagma foi ganhando relevância conforme setores da sociedade situados à direita do espectro político, religiosos e seculares conservadores passaram a dotá-lo de um poder capaz de ameaçar as noções de *família, nação, homem, mulher e civilização*.

Entendo que sublinhar o aparecimento desse termo em um pronunciamento de um parlamentar visa assinalar como o *gênero* adentra em um espaço de poder institucional e passa a ser discutido a partir de uma perspectiva religiosa fundamentalista que visa impor ao todo da sociedade um conjunto de saberes tidos como os únicos aceitáveis. Vejamos o excerto a seguir:

Nós nos fixaremos, hoje, em 2 focos principais: primeiro, os ataques à vida através do aborto e da eutanásia; segundo, os atentados à família através do homossexualismo [...] O que nos parecia no começo excentricidade de pequenos grupos e prática exótica de minorias ganhou tal dimensão que se tornou movimento de alcance mundial, batendo ostensivamente à porta de igrejas, organismos internacionais e até de Parlamentos em busca da institucionalização do que é imoral e anômalo perante Deus. *Até o Governo se permite enredar pelo aranzel do embuste*. No currículo escolar “moderno” que elaborou para o ensino fundamental — da 1ª à 4ª séries — de todas as escolas públicas do Brasil, o *Ministério da Educação aconselha os professores a “trabalhar as relações de gênero em qualquer situação do convívio escolar”*. A orientação decorre do compromisso firmado pelos governantes brasileiros de não aceitar livros didáticos *“que contenham posturas tradicionais em relação ao papel do homem e da mulher”*. A palavra “gênero” sempre foi usada para designar sexo. Assim, falamos em “gênero masculino” e “gênero feminino”. Nas aulas de Português, sempre usamos “palavras do gênero masculino” ou do “gênero feminino”. Agora, a expressão “gênero” adquiriu outro significado, dentro de uma *“ideologia de gênero”* [...] Vejam, Srs. Deputados, *que se trata de mais um eufemismo para encobrir os desvios da conduta sexual*. Então, quando falamos de “ideologias de gênero”, de “não discriminação de gênero” etc, queremos nos referir a condutas sexuais. Pensar o que pensamos e dizer o que dizemos expõe-nos ao perigo do rótulo de

<sup>128</sup> Fonte: <https://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=26349&cat=Artigos&vinda=S>

"politicamente incorreto", à acusação de homofobia, à denúncia de preconceituoso, à culpa de discriminação. Longe de nós esses intentos, contrários à honra, à dignidade e ao respeito que se devem a todo ser humano. Reivindicamos, porém, o direito — tão sagrado quanto os que creditamos ao próximo — de expor honestamente, e com toda a liberdade, as opiniões que assumimos e as ideias que esposamos [...] Nada temos contra a pessoa do homossexual [...] *O que condeno é a apologia ao homossexualismo, que pretende mostrar a nossos filhos que o procedimento homossexual é coisa normal e prática a ser seguida.* Esse, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o sentimento com que repudiamos veementemente os projetos de lei que apoiam o homossexualismo e favorecem a prostituição. É o que sinceramente *nos cumpre fazer em nome da instituição da família*, alicerce da sociedade e esteio maior da vocação religiosa, do espírito cristão e do sentimento fraterno do povo brasileiro. (Pronunciamento do Deputado Elimar Máximo Damasceno (PRONA-SP) na Câmara dos Deputados, em 14 de julho de 2003<sup>129</sup>).

Como é possível perceber ao analisar o pronunciamento do deputado, a discussão sobre o pode ou não fazer parte do currículo escolar ancora-se, desde aí, no repúdio à discussão de quaisquer outros modos de vida que não estejam em consonância com a moralidade cristã. Ao apontar a homossexualidade como um desvio de conduta relacionado, inclusive, à prostituição, capaz de levar à derrocada da instituição familiar, a fala já antevê alguns elementos que serão amplamente mobilizados para fazer da batalha moral contra o *gênero* e a sexualidade aspecto central da defesa da instituição familiar tradicional.

O recurso ao sintagma *ideologia de gênero* aponta para o rechaço a sexualidades que contrariam o modelo heteronormativo economicamente útil e politicamente conservador, motivo pelo qual colocar-se contra a menção ao gênero contribui para endossar formas de governo autoritárias que buscam eliminar, simbolicamente ou não, determinados corpos e modos de vida.

Como pretendo sustentar ao longo desse Capítulo, ao mencionar esses dois episódios – a denúncia de doutrinação apresentada na carta escrita por Miguel Nagib e o aparecimento do termo *ideologia de gênero* em um pronunciamento na Câmara dos Deputados, menos do que assinalar as circunstâncias pormenorizadas em que eles ocorrem, meu propósito é o de destacar a emergência de discursos que projetam a instituição escolar, sobretudo a pública, como um lugar em que as crianças e os adolescentes poderiam ter seus valores oriundos do seio familiar corrompidos por professores doutrinadores que colocariam em prática políticas curriculares que trazem em seu escopo o objetivo destruir “o alicerce da sociedade”, a instituição familiar.

<sup>129</sup> Fonte:

<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=013.1.52.E&nuQuarto=159&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=19:16&sgFaseSessao=GE&Data=14/07/2003&txApelido=ELIMAR%20M%C3%81XIMO%20DAMASCENO&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=19:16&txEtapa=>

Enquanto para Miguel Nagib e Olavo de Carvalho o discurso de primazia da família em relação ao Estado restava ancorado na contrariedade às supostas *contaminação e monopolização* política e ideológica realizada nas escolas, orquestradas pelo Governo Federal para implantar o comunismo no país a partir da perspectiva do marxismo cultural, para o deputado Elimar Damasceno esse discurso encontrava respaldo no repúdio às sexualidades dissidentes e a quaisquer discussões de saberes relativos à sexualidade que não estivessem em consonância com uma perspectiva moral cristã. Ambos os discursos buscam condensar uma gama de medos e ansiedades a partir da projeção de uma ameaça às crianças, à família, à propriedade privada, à civilização, enfim, à vida como um todo.

É importante destacar que a formulação desses discursos, que naquele momento ainda circulavam separadamente, mas que rapidamente irão convergir – como aponto a seguir –, coincidem com o começo da primeira gestão de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), à frente da presidência da República, que não só deu continuidade às políticas públicas voltadas para as minorias sociais formuladas durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), como também buscou fortalecer o debate político sobre a igualdade de gênero, de raça, de sexualidade junto às instâncias educacionais.

Assim é que a ideia dos *poderes destrutivos* do *marxismo cultural* e da *ideologia de gênero* aparece como uma forma de produzir um medo existencial que, ao propor restaurar a *ordem natural* das coisas, encaminha para a reversão de direitos e políticas progressistas que emergiram em um contexto que buscava fazer de cada cidadão, um sujeito de direitos implicado com o desenvolvimento econômico da nação. Por essa razão, pesquisadores como Lacerda (2019) apontam que as ações pró-família tradicional promovidas nos domínios da educação poderiam ser entendidas enquanto uma *reação* conservadora que almejaria frear possíveis avanços democráticos. Nesse escopo, a ideia de um contra-ataque diante dos avanços progressistas aparece como uma chave analítica capaz de explicar essas intervenções no campo da educação.

Indo em outra direção, minha interpretação é a de que, ainda que este levante conservador busque acionar a população a partir do rechaço aos avanços progressistas provenientes das lutas feministas, antirracistas e LGBTQIA+, ele não diz respeito, exatamente, a um *backlash*, a uma mera reação aos avanços democráticos das últimas duas décadas. Meu entendimento é o de que a

governamentalidade neoliberal contemporânea tem buscado fazer desse retrocesso um verdadeiro campo de batalha que funciona um símbolo poderoso do processo de desdemocratização em curso.

Como sustenta Paternotte (2020, on-line),

a narrativa do *backlash* induz, de forma excessiva, as e os acadêmicas/os, comentaristas e outras pessoas interessadas a focalizar o que está sob ataque, impedindo as/os de enxergar que o ataque aos direitos das mulheres e das pessoas LGBTI faz parte de um projeto mais amplo, empenhado em instaurar uma nova ordem política menos liberal e menos democrática. Esse projeto não é, fundamentalmente, apenas uma tentativa de devolver as mulheres aos papéis tradicionais do lar ou recolocar gays e lésbicas no armário, mas sim transformar as questões de gênero e sexualidade tanto em campos de batalha cruciais como em símbolos poderosos do que pretende alcançar. Por essa razão, campanhas antigênero devem ser urgentemente lidas à luz dos atuais processos de desdemocratização, e nossas perspectivas não devem ser confundidas por um foco estreito que se limita a examinar o que está sendo destruído. Estudos contemporâneos sobre liberdade acadêmica mostram que a extrema-direita e atores populistas não apenas buscam dismantelar instituições de produção de conhecimento como também estão promovendo novos critérios sobre o que torna o conhecimento válido e, em última instância, o que vale como verdade. Do mesmo modo, o *backlash* no campo dos direitos das mulheres e LGBTI não deve ser entendido como o objetivo ou a base dos ataques correntes, mas sim como uma de suas consequências mais espetaculares.

Sob essa perspectiva, essa *reação* conservadora precisaria ser entendida enquanto uma verdadeira *estratégia de governo neoliberal*, que encontrou na produção de uma guerra de valores – promovida, no Brasil, contra o comunismo e o gênero –, uma forma de se adaptar às crises pelas quais o neoliberalismo tem passado e conseguir manter sua eficácia ofensiva. É nessa produção sistemática de uma verdade sobre o que pode ser considerado uma família e sobre o que pode fazer parte da ordem do discurso escolar que a governamentalidade neoliberal tem tido êxito em levar parte considerável da população a apoiar medidas antidemocráticas e antipopulares, como as que presenciamos durante a gestão Bolsonaro, por exemplo.

É nessa mesma perspectiva que tenta abranger a *dimensão produtiva* dessas investidas que podemos entender o avanço da agenda familiar nos domínios da educação como um modo de produzir o acirramento de disputas de certas categorias da população contra outras, de forma a dividir o povo, decompondo-o em comunidades de identidades inegociáveis e em unidades individuais e familiares econômico-morais. Segundo Dardot *et al.* (2021, p. 27), “a guerra civil contra a igualdade e em nome da ‘liberdade’ é, sem dúvida, uma das principais faces do neoliberalismo atual, considerado pelo ângulo da estratégia”.

A compreensão dessa dimensão tática, por vezes negligenciada, pode contribuir para o entendimento de que, se o neoliberalismo passou a assumir essa face conservadora que “confere lugar nodal à tradição, à família e até à religião cristã”, é em razão de sua plasticidade e sua capacidade de se apropriar “do espaço dos possíveis políticos” e se impor como “como uma força transformadora da sociedade até aqui irresistível” (Dardot *et al.*, 2021, p. 205- 206).

Por esse viés, a guerra de valores que vimos emergir não só no Brasil, mas em diversos países do mundo ocidental, não pode ser entendida como uma “espécie de suplemento da luta de classes, como poderia ser a luta ideológica entre os defensores do capitalismo e os do socialismo” (Dardot *et al.*, 2021, p. 207). Embora essa dimensão apareça no discurso contra o socialismo e o comunismo que a nova direita coloca em circulação, essa guerra instaurada no campo moral visa desempenhar “a função de substituto do enfrentamento social”, “assim como de escape para a fúria das vítimas do sistema neoliberal” (Dardot *et al.*, 2021, p. 207).

Assim é que convém entender como o *perigo comunista* e a *ameaça do gênero* aparecem, no Brasil, como catalisadores de diversos interesses e demandas e como conseguem dar uma aparente coerência a distintas vozes que intentam fazer avançar as políticas neoliberais voltadas a repassar, cada vez mais, o cuidado da vida às famílias a partir da tentativa de renaturalização de uma ordem social, moral e sexual tradicional.

Com esse objetivo, a seguir procuro apresentar o que autores como Paternotte e Kuhar (2018) e Butler (2019, 2024) apontam sobre o surgimento da expressão *ideologia de gênero* e como esta passa a ser acionada como uma ameaça para o modelo de família tradicional e para a própria ideia de civilização. Ainda, busco apontar como o discurso relativo à doutrinação comunista reaparece em um contexto de difusão dos ideais neoliberais na educação e como ele vai sendo mobilizado junto ao sintagma *ideologia de gênero* de modo a tornar possível a ascensão do que denominei de família *docendis*, uma instituição que visa estender os princípios familiares para além dos limites da casa.

### 3.3.1 A ofensiva antigênero como modo de governo das condutas contemporâneas

O posicionamento contra o termo gênero, entendido nesta Tese enquanto um conceito teórico disputado por diferentes disciplinas, matrizes teóricas e políticas que se desenvolvem no amplo campo denominado Estudos de gênero, tem contribuído para deslegitimar a intensa produção intelectual que vem sendo realizada desde os anos 1970 na área e para transformá-lo no que Butler (2024) denominou de “força fantasmática”. Essa força seria capaz de suscitar medos e ansiedades íntimas organizadas socialmente por meio de uma sintaxe inflamada que incita paixões políticas contra possíveis ameaças à família tradicional, ao modelo de homem e de mulher definidos pelos preceitos judaico-cristãos e à própria civilização.

Conforme a filósofa (2024, p. 25),

Não importa que as salas de aula nas quais o gênero é ensinado estejam tomadas por debates apaixonados; que diferentes escolas, métodos e teorias entrem em conflito; e que um grande número de especialistas em gênero recorra ecleticamente a diferentes legados intelectuais formulados em diferentes idiomas. O gênero é tachado de “ideologia”, uma forma de saber falsa e unívoca que capturou a mente de quem atua dentro de seus parâmetros – ou mesmo de pessoas que foram apenas momentaneamente expostas a seu funcionamento.

Nesse escopo, a alegação de que o gênero é uma ideologia o torna não somente um “monólito assustador” (Butler, 2024) onde cabem temores e repulsas atinentes à educação em gênero e sexualidade, aos direitos das minorias sexuais, aos direitos reprodutivos das mulheres, por exemplo, mas uma “jogada ideológica por excelência”. Parece ser irrelevante para o movimento contra a chamada *ideologia de gênero* que ele tenha como alvo uma versão do gênero que não é endossada por ninguém que se dedique aos estudos nessa área, uma vez que essa tendência anti-intelectualista é justamente marcada pela hostilidade a todas as formas de pensamento crítico. O que se vislumbra é justamente definir um inimigo a ser aplacado e, com isso, mobilizar a população em relação ao “medo quanto a seu próprio futuro existencial” (Butler, 2024, p. 13).

Grzebalska e Petó (2018) afirmam que o termo *ideologia de gênero* permite conectar distintos significados, sentimentos e temores, funcionando como uma “cola simbólica” que serve para dar coesão à agenda defendida pelos conservadores e pela

extrema direita contra a igualdade de direitos e a democracia liberal. Ao tomarem como objeto de análise a Europa Central, as pesquisadoras (2018, p. 167) salientam que um dos princípios dessa agenda é o familismo, entendido como “uma forma de biopolítica que vê na família tradicional o alicerce da nação e subjuga os direitos reprodutivos e de autodeterminação individuais à exigência normativa da reprodução da nação”. Esse familismo, segundo as autoras (2018), pode ser compreendido à luz da convergência simbiótica do neoliberalismo e de uma ordem de gênero que reforça a noção patriarcal de famílias com divisão do trabalho por gênero, apoia-se em condições de trabalho distintas para homens e mulheres e promove a esfera familiar como o principal abrigo às políticas neoliberais.

Levando em consideração tais afirmações, para entender como o movimento antigênero vai sendo produzido e cooptado por diferentes atores políticos e forças conservadoras que tensionam e movimentam o espaço escolar e fazem da família *docendis* a instituição que busca pautar a educação, é preciso retornar à década de 1990, momento em que começa a circular um discurso sobre a *ideologia de gênero*.

A apropriação do termo gênero enquanto uma agenda político-ideológica tem origem no seio da Igreja Católica, que aparece disposta a combater os estudos feministas e de gênero e as pautas relativas aos direitos sexuais e reprodutivos (Paternotte, Kuhar, 2018; Butler, 2019, 2024). Tal ofensiva teria surgido em meados da década de 1990, no âmbito de uma série de discussões sobre o direito das mulheres iniciada pela ONU, como a III Conferência sobre População e Desenvolvimento, ocorrida no Cairo em 1994, e a IV Conferência Mundial sobre as mulheres, realizada em Pequim, no ano seguinte, quando pela primeira vez o termo gênero se fez presente nos documentos da Organização.

Segundo Junqueira (2018), a preparação da Santa Sé para as conferências iniciara bem antes, com as reuniões de trabalho em que dezenas de especialistas e de grupos pró-vida e pró-família foram convocados para intensificar o *lobby* antifeminista junto à presidência da ONU e aos representantes mundiais. O resultado da pressão exercida pelo Vaticano e pela coalisão estabelecida com aliados conservadores de diferentes países, com destaque para os EUA, para países latino-americanos e do mundo islâmico, foi o encaminhamento, por parte do secretariado da Conferência de Pequim, de uma “nota técnica que seria incluída no anexo do documento final da conferência, segundo o qual o termo ‘gênero usado no texto (...)

deveria ser interpretado e entendido segundo seu uso comum e geralmente aceito” (Paternotte e Kuhar, 2018, p. 511).

Conforme Mariz (2021), ainda que tenham sido postas em discussão questões fundamentais relativas aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e à promoção da igualdade entre homens e mulheres, possibilitando a inclusão de tais demandas na pauta política internacional dos anos posteriores, o posicionamento da nota técnica a respeito do termo gênero, colocado na condição de palavra a ser entendida em seu “sentido comum”, culminou por esvaziar conceitualmente o termo,

[...] extraíndo dele qualquer profundidade teórica já acumulada desde a sua emergência nos diferentes campos de estudos das humanidades, em círculos acadêmicos e movimentos sociais feministas, possibilitando que o conceito fosse enxertado com interpretações conservadoras (Mariz, 2021, p. 32).

É na esteira dessa tentativa de deslegitimação dos Estudos de gênero que a Igreja Católica começa a promover, a partir de 1995, conferências episcopais e a produzir e financiar publicações destinadas a combater a chamada ideologia de gênero. Em 1998, surge a nota emitida pela Conferência Episcopal do Peru, produzida pelo opusdeísta monsenhor Oscar Alzamora Revoredo, bispo auxiliar de Lima, intitulada *Ideologia de gênero: seus perigos e alcances*, cuja base argumentativa encontra respaldo na obra *The Gender-Agenda: redefining equality* (1997), da ativista católica e também ligada à Opus Dei<sup>130</sup> Dale O’Leary<sup>131</sup>, que por sua vez retoma a expressão “*gender feminists ideology*” e as estratégias discursivas mobilizadas cunhadas pela filósofa Christina Hoff Sommers<sup>132</sup> no livro *Who stole feminism?* (1994). Nessa mesma seara, é publicado o *L’Évangile face au désordre mondial* (1997), do monsenhor Michel Schooyans, que se alinha ao repertório do discurso antigênero que começa a ser produzido.

<sup>130</sup> A *Opus Dei* é uma instituição ultraconservadora da Igreja Católica, uma prelazia pessoal composta por leigos, casados ou solteiros e sacerdotes que tem como finalidade participar da missão evangelizadora da Igreja. Foi criada em 1928 pelo sacerdote espanhol Josemaría Escrivá de Balaguer, e tradicionalmente está ligada às elites econômicas e às forças políticas de direita e extrema-direita de diversos países do ocidente.

<sup>131</sup> Dale O’Leary também tinha ligações com a *Family Research Council*<sup>131</sup> e a *National Association for Research & Therapy of Homosexuality*<sup>131</sup>, instituições de cunho ultraconservador responsáveis pelo lobby contra a união homoafetiva e a terapia de conversão para homossexuais, por exemplo.

<sup>132</sup> Conforme Silvana Mariz (2021), após o rastreamento dos usos da expressão *ideologia de gênero* em distintas fontes, bibliográficas e audiovisuais, físicas e virtuais, foi observado que seu emprego se constitui como um empréstimo tomado do pensamento da “feminista liberal” Christina Hoff Sommers.

O primeiro documento da Cúria Romana que vai trazer a expressão *ideologia de gênero* é o documento do Pontifício Conselho para a Família publicado no ano 2000 intitulado *Família, matrimônio e “uniões de fato”*. No texto, a referência à desestruturação do matrimônio é vinculada à *ideologia de gênero*, elemento que será amplamente mobilizado a partir de então como um dos responsáveis pelo aniquilamento da ideia de família tradicional:

A diminuição progressiva do número de matrimônios e de famílias reconhecidas como tais pelas leis de diferentes Estados, o aumento do número de casais não casados que convivem juntos em certos países, não pode ser suficientemente explicado por um movimento cultural isolado e espontâneo, senão que responde a mudanças históricas na sociedade nesse momento cultural contemporâneo que alguns autores denominam “pós-modernidade”. É certo que a menor incidência do mundo agrícola, o desenvolvimento do setor terciário da economia, o aumento da duração média de vida, a instabilidade do emprego e das relações pessoais, a redução do número de membros da família que vivem juntos debaixo do mesmo teto, a globalização dos fenômenos sociais e econômicos, têm dado como resultado uma maior instabilidade das famílias e favorecido um ideal de família menos numerosa. Porém, é isto suficiente para explicar a situação atual do matrimônio? *A instituição matrimonial atravessa uma crise menor onde as tradições familiares são mais fortes. [...] Dentro de um processo que se poderia denominar de gradual desestruturação cultural e humana da instituição matrimonial, não deve ser subestimada a difusão de certa ideologia de “gênero” (“gender”). Ser homem ou mulher não estaria determinado fundamentalmente pelo sexo, mas pela cultura. Com isto se atacam as próprias bases da família e das relações interpessoais. É preciso fazer algumas considerações a este respeito, devido à importância desta ideologia na cultura contemporânea e de sua influência no fenômeno das uniões de fato* (Pontifício Conselho para a Família, 2000, on-line, tradução minha, grifos meus)

Depois dessa publicação, vieram outras, como o *Lexicon: termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas* (2002), organizado pela Congregação para a Doutrina da Fé, um dos órgãos mais importantes da Cúria Romana. Denominado por Junqueira (2018) como “a suma teórica do movimento antigênero”, esse documento assemelha-se a um dicionário e traz verbetes que tratam de uma gama extensa de tópicos éticos, incluindo vários sobre gênero. Conforme consta em seu prefácio, assinado pelo Cardeal Alfonso López Trujillo, o *Lexicon* visa indicar “o conteúdo real e a verdade que deve orientar seu uso adequado, procura esclarecer alguns termos ou expressões ambíguos ou equívocos e de difícil compreensão<sup>133</sup>” (López Trujillo, 2002, on-line).

<sup>133</sup> Texto original: “(...) *il reale contenuto e la verità che deve guidare il suo uso appropriato, cerca di illuminare riguardo ad alcuni termini o espressioni ambigue o equivocate, che risultano di difficile comprensione*”.

A centralidade das questões de gênero e de sexualidade aparecem no texto introdutório do Cardeal, que esclarece que o *Lexicon* foi produzido com o objetivo de tornar público aos membros da ONU, aos governantes, aos movimentos católicos, etc., o sentido “real” e “verdadeiro” dessas expressões, com vistas a evitar que fossem “surpreendidos e desorientados na sua boa vontade” (López Trujillo, 2002, on-line).

É na tentativa de apresentar um sentido *definitivo* sobre gênero e sexualidades que a Congregação para a Doutrina da Fé vai buscar em mais de setenta autores Conselheiros Ativos do Vaticano e/ou do contexto das suas instituições de ensino respaldo para escrever o guia que vai posicionar-se fortemente contrário a qualquer modelo familiar que não seja o tradicional e recusar quaisquer políticas educacionais voltadas para a educação sexual nas escolas (Paternotte; Kuhar, 2018). Como sustenta Miguel (2016, p. 597), a Santa Sé identificou uma ofensa à sua doutrina, “mas também uma oportunidade para salvaguardar a influência da Igreja em um contexto de secularização”. Nesse escopo, ela reforçou sua centralidade política na medida em que buscou despolitizar as questões de gênero, “invocando-as para a esfera em que sua autoridade seria mais legítima, que é a esfera da moral” (Miguel, 2016, p. 597).

Não demorou muito tempo para que o conjunto dessas publicações começasse a reverberar junto a um crescente contingente de evangélicos e de conservadores seculares, que também passaram a difundir a compreensão de que qualquer discussão em torno do conceito de gênero deveria ser abolida, sob o risco de degeneração da instituição familiar. Nas palavras de Butler (2019, p. 223-224), o que quer que seja o gênero,

[...] ele carrega enorme poder destrutivo nas mentes de seus opositores – com efeito, uma capacidade destrutiva terrível e inimaginável. É representado como uma força demoníaca de destruição, contraposta aos poderes criativos de Deus. Essa é uma das razões pelas quais o gênero é entendido como um exercício de poderes demoníacos: uma “ideologia diabólica”.

Nesse escopo, o entendimento de que a noção de gênero negaria as diferenças naturais entre os sexos e tornaria a sexualidade livre de qualquer restrição passou a funcionar como estratégico para intentar não “apenas restaurar um lugar legítimo para a autoridade patriarcal, concebida como parte de uma ordem natural e/ou religiosa” (Butler, 2024, p. 20), como também, por consequência, para “negar a

vida daquelas pessoas que passaram a representar, por meio da sintaxe do fantasma [do gênero], uma ameaça à nação” (Butler, 2024, p. 13).

Paternotte e Kuhar (2018) afirmam que “O discurso sobre ‘ideologia de gênero’ estava de fato pronto em 2003, quando o *Lexicon* foi publicado. No entanto, demorou dez anos para viajar de Roma para a maioria dos países europeus, onde os protestos começaram frequentemente em 2012-2013 (embora alguns tenham experimentado mobilizações anteriores)”. Sob essa perspectiva, cabe salientar o quanto a recepção dessa expressão ocorre quase que instantaneamente no Brasil e como ela alcança rapidamente a esfera governamental, ao ser mencionada no já referido pronunciamento do Deputado Elimar realizado em julho de 2003, e também em produções jornalísticas, cujo primeiro registro, conforme Souza *et al.* (2022), data de julho de 2004, na matéria “Documento do Vaticano condena o feminismo”, publicada pelo jornal A Folha de São Paulo.

Uma breve análise realizada junto aos arquivos da Câmara dos Deputados e do Senado aponta que, de 2003 a 2013, o termo *ideologia de gênero* é pouco mencionado pelos parlamentares, aparecendo em sete pronunciamentos, todos eles de deputados cristãos com uma atuação política restrita. Esse cenário começa a se modificar em 2014, quando o termo é mencionado em oito oportunidades. É justamente o momento que o PNE e a BNCC passam a ser discutidos que as questões relativas ao gênero e à sexualidade recebem a atenção dos grupos conservadores. É justamente, também, quando o movimento Escola sem Partido ganha contornos nacionais e começa a adentrar nas esferas institucionais.

Se é na 55ª Legislatura (2015-2018) que o uso deste termo se consolida na agenda política dos grupos de direita, com 160 pronunciamentos por parlamentares situados à direita do espectro, é nela também que presenciamos o início de uma disputa pelos sentidos do termo, a partir de 23 pronunciamentos de deputados vinculados à esquerda. Esse número significativo de citações adquire proporções ainda maiores na 56ª Legislatura (2019-2022), quando ocorre o que Corrêa e Prado denominam de “estatização da ofensiva antigênero”, isto é, quando o Estado surge como o principal articulador da guerra contra o gênero e contra quaisquer discussões envolvendo a educação em gênero e sexualidade, os direitos das minorias sexuais, os direitos reprodutivos das mulheres, etc.

*Conquanto a expressão ideologia de gênero* tenha sido pouco mobilizada na década seguinte a 2003 – quando as linhas de força progressistas pautavam os rumos

das políticas educacionais, o que incluía a oferta de uma educação voltada para a valorização da diversidade e do respeito às diferenças e a própria promoção da relação família-escola, como procurei salientar na Seção 3.1 – o entendimento de que o gênero se constitui em um perigo não deixou de produzir sentidos.

Se por alguns anos a discussão em torno do gênero enquanto uma ideologia *perversa* e capaz de *degenerar* a ideia de família ficou mais restrita ao espaço religioso, foi também ali que esse sintagma foi sendo reconhecido como uma *ferramenta de poder*, ou melhor, como uma *forma de pensamento* disposta a abarcar todos os aspectos da vida pessoal e social dos indivíduos. Corrêa (2020) aponta a visita do Papa Bento XVI ao Brasil, em 2007, para participação na V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenho (Celam), realizada em Aparecida/SP, como um momento em que os movimentos antigênero recebem um apoio substancial, a partir da publicação do *Documento de Aparecida*<sup>134</sup>. Nesse documento, a educação aparece como uma das preocupações da Igreja em pelo menos dois momentos, quando pontua sobre *ideologia de gênero* e quando aborda diretamente o que denominam de “novas formas educacionais”:

Entre os pressupostos que enfraquecem e menosprezam a vida familiar, encontramos a ideologia de gênero, segundo a qual cada um pode escolher sua orientação sexual, sem levar em consideração as diferenças dadas pela natureza humana. Isso tem provocado modificações legais que ferem gravemente a dignidade do matrimônio, o respeito ao direito à vida e a identidade da família (Documento de Aparecida, 2007, p. 30)

A América Latina e o Caribe vivem uma particular e delicada emergência educativa. Na verdade, as novas formas educacionais de nosso continente, impulsionadas para se adaptar às novas exigências que se vão criando com a mudança global, aparecem centradas prioritariamente na aquisição de conhecimentos e habilidades e denotam claro reducionismo antropológico, [...] por outro lado, com frequência, elas propiciam a inclusão de fatores contrários à vida, à família e a uma sadia sexualidade. Dessa forma, não manifestam os melhores valores dos jovens nem seu espírito religioso [...] (Documento de Aparecida, 2007, p. 149)

Outro material importante nessa seara foi o livro *La ideología de género: El "género" como herramienta de poder*, escrito em 2010 pelo advogado argentino e católico convicto Jorge Scala. A obra foi publicada no Brasil um ano depois com o

---

<sup>134</sup> Esse documento é considerado um marco na história da Igreja Latino-americana e um dos grandes acontecimentos da Igreja na América Latina.

título *Ideologia de gênero: O neototalitarismo e a morte da família*, e traz em seu Prefácio o entendimento do jurista Ives Gandra Martins<sup>135</sup> de que a publicação

permite ao leitor visualizar o nível de manipulação a que a sociedade está submetida por um pequeno grupo de pessoas dispostas a implementar posições minoritárias contra a natureza humana, à luz de distorção de palavras e de idéias. [...] é de se realçar a preocupação bem sucedida do autor de desmascarar as desvirtuações provocadas, mediante alteração de conteúdo do gênero (palavras e idéias) para implantação de política que levaria ao poder um pequeno grupo, cujo único objetivo é este, após ter provocado uma verdadeira lavagem mental da sociedade, “bombardeada”, nos termos do autor, por tais desconstituintes de valores (Gandra Martins, 2011, p. 10).

Não menos relevante é a Apresentação da obra, que pontua sobre um determinado tipo de discriminação “justa” a ser defendida pela Igreja e também acerca do respaldo do Governo Federal a uma prática considerada um “vício contra a natureza”:

*a Igreja admite discriminações justas para com os homossexuais. E de fato admite. [...] Tampouco um cristão deve dizer que se opõe à homofobia, pois este vocábulo pejorativo foi criado para designar as discriminações justas. [...] O Brasil tem-se destacado vergonhosamente pelo apoio maciço a essa ideologia [de gênero]. E isso nosso governo tem feito por todos os meios: realizando Conferências Nacionais de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT); apoiando as horrendas paradas de “orgulho” (sic) homossexual; produzindo material educativo (?) de “combate à homofobia” e distribuindo-o a crianças e adolescentes nas escolas; apoiando a “união estável” e o “casamento” entre pessoas do mesmo sexo; lutando perante a ONU e a OEA pela proibição internacional de toda discriminação (justa ou injusta) aos que praticam o vício contra a natureza (Da Cruz, 2011, p. 7).*

Conforme Butler (2024, p. 13), a identificação de minorias sexuais e de gênero “como perigosas para a sociedade, como exemplos da força mais destrutiva do mundo, a fim de privá-las de seus direitos, proteções e liberdades fundamentais, enreda a ideologia de gênero no fascismo”. E à medida em que a produção de um pânico moral aumenta, dá-se “carta branca ao Estado para negar a vida daquelas pessoas que passaram a representar, por meio da sintaxe do fantasma, uma ameaça à nação” (Butler, 2024, p. 13). Sob essa perspectiva, a recepção desse discurso contra os homossexuais e contra a chamada *lavagem mental* que estaria ocorrendo em razão da discussão sobre gênero, por parte de setores conservadores da sociedade, levou

---

<sup>135</sup> Ives Gandra da Silva Martins (1935-) é um reconhecido jurista e destacado integrante do *Opus Dei*, instituição católica ultraconservadora criada em 1928, tradicionalmente ligada às elites econômicas e às forças políticas de direita de diversos países do ocidente.

a uma série de mobilizações, ao longo dos anos 2010, em diversos países da Europa e da América Latina.

É levantando essa bandeira que, na França<sup>136</sup>, em 2011, manifestantes católicos e vinculados à extrema-direita atacaram livros didáticos de biologia destinados aos estudantes do Lycée (ensino médio) sob a alegação de que estariam ensinando um “feminismo ideológico”. Esse ataque, conforme Fassin (2021), serviu como ensaio para a campanha religiosa e política contra o gênero e o casamento homossexual. Em 2015, a Itália protagonizou a manifestação Dia da Família, organizada pela Associação Defendam nossos filhos, em que dizeres como “Não à teoria de gênero”, “Sim à Família tradicional”, “A família salvará o mundo”. Na Hungria, em 2018, o Governo proibiu os estudos de gênero e sexualidade nas universidades, sob a justificativa de que as pessoas nasceriam homens ou mulheres e, portanto, não haveria necessidade de aporte de fundos públicos para pesquisas nessa área. A América Latina viu a campanha #ConMisHijosNoTeMetas (Não Se Meta Com Meus Filhos) ganhar as ruas e as redes sociais do Peru em 2016, quando grupos conservadores conseguiram barrar a implementação de parte do novo Currículo Nacional para Educação Básica, inspirando articulações com o mesmo nome em diversos outros países, como Colômbia, Argentina, Chile, Equador e Paraguai.

Levando essas afirmações em consideração, para entender como o sintagma *ideologia de gênero* retorna com força à esfera pública brasileira e ao parlamento na década de 2010, procurarei me debruçar sobre o outro elemento que havia apontado como determinante da ascensão da agenda familista na educação: o embate contra a doutrinação política e ideológica nas escolas, que ganha relevância em torno do Escola sem Partido, fundado por Miguel Nagib.

Para tanto, na próxima seção discorro sobre o ESP e como sobre a cooptação do gênero como uma *ideologia nefasta*, por parte desse programa, contribuiu para evocar representações de uma degradação tanto política quanto moral vivida no país, motivo pelo qual defender os valores familiares tradicionais seria um modo de restabelecer não só uma moralidade *perdida*, mas também um modelo de prosperidade e de crescimento econômico advindo do modelo concorrencial de todos contra todos projetado pelo neoliberalismo.

---

<sup>136</sup> Na França e na Itália a *ideologia de gênero* costuma ser chamada de “teoria do *gender*” (“*théorie du gender*”, “*teoría del gender*”).

### 3.4 O Escola sem Partido no âmbito da guerra de valores neoliberal

Conforme referi anteriormente, a gênese do Escola sem Partido é alicerçada na ideia de um pai desejoso de não ver mais a filha ser doutrinada em sala de aula por professores “determinados a ‘fazer a cabeça’ dos alunos” (Escola Sem Partido, 2019a, on-line). Ela é narrada a partir do episódio em que o procurador Miguel Nagib escreve a carta ao professor Iomar questionando-o acerca da comparação realizada por ele entre São Francisco de Assis e Che Guevara. Dias depois, Nagib teria tentado mobilizar outros pais contra a atitude do professor, sem sucesso. Então, “ciente da disseminação de práticas e conteúdos doutrinadores em todos os níveis de ensino”, teria decidido criar o movimento Escola sem Partido (Escola Sem Partido, 2019a, on-line).

O foco da problematização de Nagib apontava, naquele momento, para a atitude do professor de dar um viés político-ideológico à sua prática docente, o que violaria um direito fundamental dos estudantes, o de não ser vítima de doutrinação em sala de aula. É o que esse excerto da carta de 2003 aponta:

Mas com essa absurda comparação o senhor, francamente, passou dos limites. Afirmar a existência de uma semelhança entre um dos santos mais amados da Igreja e um assassino frio e calculista, um apologista do ódio, do qual os seus pobres alunos – e talvez o senhor mesmo – não conhecem mais do que a foto de Alberto Korda e o meloso “hay que endurecerse...”, é ir longe demais; é abusar do direito, que o senhor decerto acha que tem, *de mentir para os alunos a pretexto de forjar neles uma “consciência crítica” – que é como vocês, militantes, se referem ao processo de envenenamento das almas desses jovens mediante a inoculação do marxismo mais grosseiro* – e contribuir, desse modo, para a tal “construção de uma sociedade mais justa”. (Excerto da Carta ao Professor Iomar, escrita por Miguel Nagib em 14 de setembro de 2003<sup>137</sup>).

Para Nagib, a promoção sistemática de uma doutrinação “marxista” nas escolas e universidades brasileiras iria de encontro “ao direito dos alunos ao pluralismo de ideias”<sup>138</sup>, motivo pelo qual demover os docentes dessa prática seria uma forma de impedir que os *ideais perversos* do comunismo fossem incutidos nas mentes infantis.

Essa compreensão de que os estudantes estariam sendo “envenenados” por docentes doutrinadores é alimentada, conforme Miguel (2016, p. 600), por uma leitura fantasiosa da obra de Antonio Gramsci<sup>139</sup>, tornando a percepção da luta política

<sup>137</sup> Fonte: <https://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=26349&cat=Artigos&vinda=S>

<sup>138</sup> Fonte: Escola sem partido. Disponível em: <http://escolasempartido.org/perguntas-e-respostas/>

<sup>139</sup> Antonio Gramsci (1891-1937) foi um teórico e ativista político marxista nascido na Sardenha, Itália. Seus trabalhos sobre literatura, hegemonia cultural, história da Itália, economia, materialismo histórico e teoria política se tornaram uma referência para os estudiosos dos estudos culturais e da teoria crítica.

pensada por ele como uma “estratégia maquiavélica e simplória, com o objetivo de solapar os consensos que permitem o funcionamento da sociedade, por meio da manipulação das mentes”. Ainda segundo Miguel (2016), a perspectiva defendida por Nagib aparece diretamente vinculada às produções de Olavo de Carvalho, para quem o objetivo da esquerda seria o de promover uma revolução psicológica que visa apagar a herança moral e cultural da humanidade. É nesses termos que Carvalho (2014) sustentara que “a brutal politização marxista das escolas, que hoje culmina nas barbaridades ideológicas impingidas às crianças” (p. 108) seria parte da estratégia “que deve preceder e aplinar o caminho para o golpe de Estado” (p. 46).

Nesse escopo, a criação do Escola sem Partido seria uma forma de lutar contra a doutrinação impetrada pelos docentes, cujo fim seria a implantação do comunismo no país. Para tanto, a fim de defender os estudantes vítimas dessa “manipulação ardilosa” (Carvalho, 2014), seria necessário imputar aos docentes, de acordo com Nagib, uma “liberdade de ensinar” capaz de não ferir a “liberdade de consciência e de crença dos alunos”. Com isto, segundo o Escola sem Partido, as escolas poderiam se tornar “centros de produção e difusão do conhecimento, abertos às mais diversas perspectivas de investigação e capazes, por isso, de refletir, com neutralidade e equilíbrio, os infinitos matizes da realidade” (Escola sem Partido, 2019a, on-line).

Reconhecer em que medida a narrativa do nascimento do Escola sem Partido está atrelada a um pensamento que conjuga a crença na superioridade ocidental e a defesa de uma “liberdade-tradição” da direita (Dardot *et al.*, 2021) que sacraliza a família, o direito da religião de fixar normas e o desejo de controlar o que é ensinado nas escolas e universidades, pode nos auxiliar a entender o ataque a todos aqueles definidos como *inimigos* do neoliberalismo: sociais-democratas, socialistas, intervencionistas ou defensores da justiça social, por exemplo. É nessa perspectiva que cabe fazer referência, também, ao movimento promovido pelo ativista de extrema-direita David Horowitz, voltado a denunciar as ideologias de esquerda que estariam minando a educação escolar e universitária norte-americana.

Horowitz é o criador de várias organizações voltadas a promover uma batalha contra o que Stanley (2022, p. 54) denominou de “bicho-papão” clássico da política fascista: a “doutrinação marxista”, expressão usada sem qualquer conexão com Marx ou com o marxismo e empregada como uma maneira de difamar a igualdade em diferentes contextos, entre os quais os domínios da educação. É nessa seara que, em 2003, mesmo ano que Nagib denuncia o professor *militante* brasileiro, surgiram a

*Students for Academic Freedom* (Estudantes pela Liberdade Acadêmica) <sup>140</sup> e a *Parents and Students for Academic Freedom* (Pais e Estudantes pela Liberdade Acadêmica) <sup>141</sup>. Enquanto a primeira apresenta-se como uma organização sem fins lucrativos voltada a promover valores educacionais e diversidade intelectual e a não doutrinação em agendas políticas nos campi universitários dos EUA (*Students for Academic Freedom*, 2004), a segunda organização enfoca o sistema escolar norte-americano e traz como princípios:

1) uma escola é uma instituição educacional, não um partido político; 2) os recursos e a autoridade educacional de uma escola devem ser usados para promover o aprendizado e a busca desinteressada de conhecimento, não para doutrinar os alunos em ideologias políticas partidárias; e 3) os princípios da liberdade acadêmica e uma boa educação exigem que os alunos tenham acesso a uma diversidade de pontos de vista em cursos, textos de leitura obrigatórios e em programas de atividades do campus <sup>142</sup> (*Parents and Students for Academic Freedom*, 2004, p. 8, tradução minha).

Esse discurso de pluralidade e abertura a diferentes perspectivas e visões de mundo, traz consigo, entretanto, uma tentativa de controle da prática docente que, longe de significar a promoção de uma liberdade de expressão nos *campi* universitários e escolas norte-americanas, funciona para legitimar um ataque às próprias instituições educacionais a partir da produção de embates morais que contribuem para a adesão da população a uma pauta que, em seu cerne, está implicada com a manutenção do projeto político neoliberal via desmonte da “democracia por dentro” (Brown, 2015). Esse ataque tem como alvo preferencialmente os docentes, como a publicação do livro *The Professors* (Os professores), em 2006, em que Horowitz apresenta os “101 professores mais perigosos da América”, explícita. A sinopse da obra, que coloca entre aqueles temidos os pensadores Noam Chomsky, Angela Davis e bell hooks, ampara-se em uma retórica acalorada contra os chamados “acadêmicos radicais de hoje”, que teriam como objetivo solapar os valores que sustentam a sociedade norte-americana, situando o texto de Horowitz como um

<sup>140</sup> Site da organização: <https://studentsforacademicfreedom.org/>

<sup>141</sup> Site da organização: <http://www.psaf.org/>.

<sup>142</sup> Texto original: “1) a school is an educational institution not a political party; 2) a school’s resources and educational authority should be used to further learning and the disinterested pursuit of knowledge, not to indoctrinate students in partisan political ideologies; and 3) the principles of academic freedom and a good education require that students have access to a diversity of viewpoints in courses, required reading texts, and in campus activities programs”.

chamado manifesto à luta contra os “terroristas, racistas e comunistas”, que você “conhece como os professores”<sup>143</sup> (Horowitz, 2013, tradução minha):

Todos nós sabemos que os radicais de esquerda dos anos 1960 andavam pela academia e contratavam pessoas como eles. Mas se você pensou que eles eram todos hippies inofensivos e antiquados, você está errado. Os acadêmicos radicais de hoje não são a exceção, eles são uma legião. E longe de serem inofensivos, eles vomitam antiamericanismo violento, pregam antissemitismo e aplaudem a matança de soldados e civis americanos, ao mesmo tempo em que coletam impostos e taxas de ensino para doutrinar nossas crianças. [...] Horowitz expõe 101 acadêmicos representantes de milhares de radicais que ensinam nossos jovens que também são supostos ex-terroristas, racistas, assassinos, desviantes sexuais, antissemitas e apoiadores da Al-Qaeda. Horowitz revela os acadêmicos que: Dizem que querem matar pessoas brancas. Promovem as opiniões dos mulás iranianos. Apoiam Osama bin Laden. Lamentam o fim da União Soviética. Defendem a pedofilia. Defendem a matança de americanos comuns. A exposição fascinante de David Horowitz é uma leitura essencial para pais, alunos, ex-alunos de faculdade, contribuintes e americanos patriotas que não acham que estudantes universitários devam ser doutrinados por simpatizantes de Joseph Stalin e Osama bin Laden.<sup>144</sup> (Horowitz, 2013, on-line, tradução minha)

A ideia de uma *guerra* a ser promovida nos domínios da educação fica explícita no discurso de Horowitz, que tem colocado em circulação há pelo menos quarenta anos o entendimento de que seria direito de todo estudante “tirar a política do currículo”, a fim de ser protegido da doutrinação realizada pelos professores de esquerda. É nesse escopo que o ativista foi um dos grandes articuladores do que ele denominou de “*Battle for Academic Freedom*” (Batalha pela Liberdade Acadêmica), que buscava a aprovação de um projeto de lei chamado *Academic Bill of Rights* (Declaração de Direitos Acadêmicos), que traz como princípio que “os membros do corpo docente não usarão seus cursos ou suas posições para fins de doutrinação política, ideológica, religiosa ou anti-religiosa” (Horowitz, 2003, p. 2).

---

<sup>143</sup> Texto original: “*Terrorists, racists, and communists—you know them as The Professors*”.

<sup>144</sup> Texto original: *We all know that left-wing radicals from the 1960s have hung around academia and hired people like themselves. But if you thought they were all harmless, antiquated hippies, you'd be wrong. Today's radical academics aren't the exception—they're legion. And far from being harmless, they spew violent anti-Americanism, preach anti-Semitism, and cheer on the killing of American soldiers and civilians—all the while collecting tax dollars and tuition fees to indoctrinate our children. [...] Horowitz exposes 101 academics—representative of thousands of radicals who teach our young people—who also happen to be alleged ex-terrorists, racists, murderers, sexual deviants, anti-Semites, and al-Qaeda supporters. Horowitz blows the cover on academics who: Say they want to kill white people. Promote the views of the Iranian mullahs. Support Osama bin Laden. Lament the demise of the Soviet Union. Defend pedophilia. Advocate the killing of ordinary Americans. David Horowitz's riveting exposé is essential reading for parents, students, college alums, taxpayers, and patriotic Americans who don't think college students should be indoctrinated by sympathizers of Joseph Stalin and Osama bin Laden.*

Se esse discurso soa familiar aos brasileiros, é porque diz respeito à mesma projeção de uma necessária neutralidade no ato de ensinar que refletiria a busca pela “liberdade de pensamento e o pluralismo de ideias”, exatamente o que pregava o Escola sem Partido em seus primeiros anos de existência. Não obstante, tanto no caso do programa proposto por Horowitz, quanto no formulado por Nagib, essa suposta defesa da liberdade de expressão tem raízes bem definidas junto a *thinks tanks* voltadas para a defesa de um declarado conservadorismo e dos pressupostos do mercado, que, conforme entendo, convergem na medida em que tomam a “doutrinação comunista” como um foco importante de suas investidas. Assim, podemos assinalar como esses discursos, produzidos em contextos distintos, aproximam-se e fazem parte de um arranjo maior que diz respeito, segundo minha leitura, ao processo de desdemocratização que a governamentalidade neoliberal em sua atual face autoritária tem levado a cabo há pelo menos vinte anos.

Assim é que, embora o Escola Sem Partido se declare apartidário e mencione não ser um defensor ou promotor de “nenhum tópico da agenda liberal, conservadora ou tradicionalista. Logo, não é de direita” (Escola sem Partido, 2019a, on-line), a própria referência às ideias de Olavo de Carvalho<sup>145</sup>, leitor de Horowitz, e de Nelson Lehmann da Silva<sup>146</sup>, professor dos Departamentos de História e Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB) e membro do Instituto Liberal de Brasília, que bem antes da fundação do Escola sem Partido já se posicionavam contra a “doutrinação ideológica” nas escolas, explicita os elementos constituintes da retórica do Escola sem Partido desde sua concepção (Penna; Salles, 2017).

Cabe destacar que, se as referências iniciais do movimento Escola sem Partido tinham como foco inicial tão somente o ataque ao *marxismo cultural* promovido nas escolas, cinco anos depois os argumentos de Nagib passam a contemplar, também, os valores neoliberais. É com esse intuito que o referido promotor publicou no site do *think tank* Instituto Millenium<sup>147</sup> o artigo “Por uma escola que promova os valores do

<sup>145</sup> Penna e Salles (2017, p. 26) afirmam que a “trajetória do filósofo associa-se intimamente ao fortalecimento de movimentos de orientação conservadora, que se consolidaram nos últimos 20 anos através de pautas como a desconfiança dos meios de comunicação e dos saberes acadêmicos, além de encontrarem na internet um dos seus principais meios de divulgação”.

<sup>146</sup> O professor Nelson Lehman é apontado como um intelectual com convicções políticas conservadoras que deu respaldo ao entendimento de que o “o esquerdismo, ou seja, o socialismo utópico” seria uma “persistente doença infantil” que deveria ser sanada a partir do acesso aos pressupostos neoliberais (Penna; Salles, 2017).

<sup>147</sup> O Instituto Millenium é considerado um dos principais think tanks da direita brasileira, criado em 2006 e financiado por empresas nacionais e transnacionais, com eco na linha editorial de parte da

Millenium”, onde aponta a doutrinação promovida pela esquerda como a responsável por impedir que os estudantes tenham acesso ao ideário neoliberal de defesa da propriedade privada, da meritocracia, da responsabilidade individual. Vejamos o excerto a seguir:

Estado de direito, liberdades individuais, democracia representativa, propriedade privada, responsabilidade individual, meritocracia e igualdade perante a lei: os valores que inspiraram a criação do Instituto Millenium – que completa este ano o seu quarto aniversário – pouco ou nada significam no dia a dia das escolas brasileiras. Pior: tornaram-se objeto de desconfiança e desdém. Estado de direito? Superestrutura jurídica criada para satisfazer os interesses da classe dominante. Liberdades individuais? Na sociedade capitalista, só servem para facilitar a exploração dos trabalhadores. Democracia representativa? Estado burguês. Propriedade privada? Roubo, ameaça ao bem comum. Responsabilidade individual? Fácil falar nisso quando se pertence à classe dominante... Meritocracia? Engodo ideológico destinado a justificar os privilégios dos ricos e bem sucedidos. Igualdade perante a lei? Fetiche liberal; o que importa é a igualdade material. É mais ou menos isto o que atualmente se aprende nas escolas brasileiras sobre os valores estruturantes das modernas democracias ocidentais. Calunia-se o mundo real – obviamente imperfeito como tudo o que é produto de mãos humanas – para vender a jovens imaturos, inexperientes e presunçosos a idéia de que “outro mundo é possível”. E não se pense que a doutrinação esquerdista se limita ao ensino superior; a merenda antiliberal é servida em porções generosas desde o ensino fundamental. Querem um exemplo? Num livro didático de português, para alunos do 5º ano – crianças, portanto, na faixa dos 10 anos de idade –, há um capítulo intitulado “O gosto amargo da desigualdade”, que começa com o seguinte convite à reflexão: “Você alguma vez já se sentiu injustiçado? Seu amigo com duas bicicletas, uma delas novinha, e você nem bicicleta tem... Sua amiga com uma coleção inteirinha da Barbie, e você que não ganha um brinquedo novo há muito tempo... Se vai reclamar com a mãe, lá vem ela dizendo: ‘Não reclama de barriga cheia, tem gente pior do que você!’ Será que há justiça no mundo em que vivemos?” O que vem em seguida é de embrulhar o estômago. Clique aqui para ler. [...] Com esses doutrinadores, não admira que tenhamos hoje tanta dificuldade para encontrar um jovem brasileiro, na faixa dos 15 aos 25 anos, com capacidade e coragem de defender os valores promovidos pelo Millenium. O quadro é realmente desolador. (Excerto do artigo *Por uma escola que promova os valores do Millenium*, de Miguel Nagib, 2009<sup>148</sup>).

Para Nagib, as discussões propostas nas obras didáticas que contemplam questões voltadas à igualdade social, por exemplo, “seriam de embrulhar o estômago”, uma vez que caberia aos estudantes ter o direito a acessar conhecimentos que os levassem a aceitar o pressuposto neoliberal de que a única noção de igualdade a ser aceita é aquela instaurada perante a lei: “nem nascimento, nem cor, nem religião, nem sexo nem qualquer outra característica irrelevante deve configurar as oportunidades abertas à pessoa – apenas sua capacidade” (Friedman M.; Friedman

---

grande imprensa e popularizada por jornalistas como Rodrigo Constantino (Miguel, 2016). Segundo Faria e Chaia (2020, p. 1071), “O papel estratégico de relevo do Millenium no fomento e na difusão do ideário neoliberal, mais especificamente da economia de mercado no Brasil, deve-se, em larga medida, à atuação de intelectuais orgânicos da economia de mercado (os chicao-boys brasileiros), notadamente Armínio Fraga, Gustavo Franco, Pedro Malam, Paulo Guedes; de empresários brasileiros ligados ao grande capital; e de empresários ligados à grande imprensa, como Ali Kamel, diretor-geral de Jornalismo e Esportes da Rede Globo”.

<sup>148</sup> Fonte: [https://web.archive.org/web/20100527135509/http://www.imil.org.br/artigos/por\\_umaescola-que-promova-os-valores-do-millenium/](https://web.archive.org/web/20100527135509/http://www.imil.org.br/artigos/por_umaescola-que-promova-os-valores-do-millenium/)

R., 1980, p. 138). Nesse sentido, não caberia à escola levar os estudantes a supor que “outro mundo é possível”, isto é, que a igualdade de condições levaria a uma maior justiça social, por exemplo. Em sentido oposto, a escola deveria se guiar pela construção de conhecimentos que possibilitassem a cada estudante se entender como um empreendedor de si mesmo, como um indivíduo capaz de comprometer-se moralmente com seu sucesso ou fracasso e de ser responsabilizado individualmente por suas escolhas.

Mais que isso, ao sublinhar que não cabe à escola questionar as desigualdades sobre as quais o projeto neoliberal se sustenta, esse discurso contradiz o próprio argumento de defesa da pluralidade de ideias, reforçando a impossibilidade de que os estudantes possam ser apresentados a saberes distintos daqueles defendidos pelos neoliberais. Ao fazer da justiça social “uma miragem” que assolaria e destruiria a liberdade individual, tal como Hayek (2011) propunha, o que reverbera nesse discurso é o slogan thatcheriano “*There is no alternative*” (TINA)<sup>149</sup> (Não há alternativas), que intenta encerrar “o possível” dentro do que a razão-mundo neoliberal projeta.

É levantando essa bandeira que Nagib declara a importância de fazer adentrar na escola os valores do Instituto Millenium, relativos aos saberes da tradição neoliberal:

Por isso é tão importante o trabalho de divulgação realizado pelo Instituto Millenium. É preciso mostrar aos estudantes, vítimas indefesas da doutrinação ideológica, e seus professores de boa fé o verdadeiro significado dos valores da tradição liberal e os benefícios civilizacionais, tangíveis e intangíveis, que deles se originam. Excerto do artigo *Por uma escola que promova os valores do Millenium*, de Miguel Nagib, 2009<sup>150</sup>.

É importante salientar que, até esse momento, em que pese a importante referência à esfera privada – a partir da defesa dos valores de mercado e da própria “indignação” do pai “*cansado de ver a filha e suas colegas usadas como plateia dócil para a propaganda comunista num colégio de Brasília*” (Carvalho, 2003), o que se ausculta é o questionamento do suposto “viés político-ideológico esquerdista” e a proposição da afirmação de um conjunto de saberes atinentes à lógica do mercado no espaço escolar. O foco principal do texto é a atuação docente e a necessidade de

<sup>149</sup> O termo TINA - *There is no Alternative* surgiu com o filósofo Herbert Spencer, um dos representantes do liberalismo clássico inglês, mas foi através dos discursos de Thatcher que a frase se tornou popular. A ex-primeira-ministra utilizou a TINA para dizer aos críticos de sua política econômica neoliberal que não havia outra alternativa possível a ela.

<sup>150</sup> Fonte: <https://web.archive.org/web/20100527135509/http://www.imil.org.br/artigos/por-uma-escola-que-promova-os-valores-do-millenium/>

impor a este profissional um código de conduta a ser seguido, capaz de impedir a doutrinação e viabilizar o ingresso dos valores neoliberais nas escolas do país.

Esse discurso vai receber novos contornos com a apropriação da agenda antigênero, que já circulava no país e que vai se tornar um elemento central para angariar adeptos entre os religiosos e os conservadores seculares, já empenhados junto às investidas contra as políticas curriculares e obras didáticas voltadas à educação para a sexualidade e diversidade, contra o programa Escola sem Homofobia e a união entre casais homoafetivos, etc. É nesse momento que a referência aos valores familiares tradicionais e a precedência das convicções morais e religiosas do estudante e de seus pais em relação ao Estado ganha centralidade e a promoção daquilo que Stanley (2022) denominou de “política da ansiedade sexual” passa a representar a “liberdade e a igualdade como ameaças fundamentais”. Para o referido autor (2022, p. 137), essa política é uma maneira de atacar e minar os ideais da democracia liberal sem ser vista explicitamente como um ataque”. Assim é que a apresentação de homossexuais ou transsexuais como um perigo às crianças, e por extensão, ao controle dos homens sobre tais sujeitos, impugna os próprios sentidos do ideal liberal de liberdade.

A apropriação do discurso antigênero fica explícita no artigo *Direito dos pais ou do Estado?*, escrito por Nagib e Luiz Carlos Faria da Silva e publicado em janeiro de 2011 no Jornal A Folha de São Paulo. Em vez de trazer argumentos contrários à doutrinação comunista, o texto lança luz sobre uma pauta moral: a suposta erotização precoce a que os estudantes estariam sendo expostos nas escolas. A crítica realizada acerca de uma obra destinada à educação para sexualidade, considerada inadequada pelos autores do artigo, funcionou para introduzir o argumento que será utilizado amplamente a partir de então: o de que a família tem a prerrogativa sobre a educação moral e sexual das crianças e adolescentes e não cabe ao Estado intervir em assuntos de foro privado. Intenta-se estabelecer uma disputa entre a instância escolar e a autoridade familiar, de modo a afirmar a escola como um espaço sujeito a desvios e supostamente perigoso aos estudantes. Nesse ínterim, o “ódio ao Estado, que concorre com a família e usurpa suas funções, é um subtexto importante” de um discurso que evidencia a convergência entre um conservadorismo de cunho religioso e um fundamentalismo de mercado (Miguel, 2016, p. 610).

Para embasar o argumento da prerrogativa da família em relação ao Estado, é feita menção ao Art. 12 da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH),

assinada<sup>151</sup> pelos países-membros da Organização dos Estados Americanos em 1969 e conhecida como *Pacto de San José da Costa Rica*: “Art. 12. Liberdade de Consciência e de Religião. 4. Os pais, e quando for o caso os tutores, têm direito a que seus filhos ou pupilos recebam a educação religiosa e moral que esteja acorde com suas próprias convicções (OEA, 1969).

A interpretação evidenciada no texto de Nagib e Silva relativa ao artigo é a de que nem professores, nem obras e livros didáticos, nem qualquer atividade realizada em sala de aula, poderiam ir de encontro às convicções morais e religiosas das famílias, motivo pelo qual toda discussão em torno das temáticas de gênero e sexualidade, por exemplo, deveriam “*ser varridas dos programas das disciplinas obrigatórias*”:

No começo de 2010, pais de alunos da rede pública de Recife protestaram contra o livro de orientação sexual adotado pelas escolas. Destinada a crianças de sete a dez anos, a obra "Mamãe, Como Eu Nasci?", do professor Marcos Ribeiro, tem trechos como estes: "Olha, ele fica duro! O pênis do papai fica duro também? Algumas vezes, e o papai acha muito gostoso. Os homens gostam quando o seu pênis fica duro." "Se você abrir um pouquinho as pernas e olhar por um espelinho, vai ver bem melhor. Aqui em cima está o seu clitóris, que faz as mulheres sentirem muito prazer ao ser tocado, porque é gostoso." Inadequado? Bem, não é disso que vamos tratar no momento. O ponto que interessa está aqui: "Alguns meninos gostam de brincar com o seu pênis, e algumas meninas com a sua vulva, porque é gostoso. As pessoas grandes dizem que isso vicia ou "tira a mão daí que é feio". Só sabem abrir a boca para proibir. Mas a verdade é que essa brincadeira não causa nenhum problema". Considerando que entre as pessoas que "só sabem abrir a boca para proibir" estão os pais dos pequenos leitores dessa cartilha, pergunta-se: *têm as escolas o direito de dizer aos nossos filhos o que é "a verdade" em matéria de moral? De acordo com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), a resposta é negativa. O artigo 12 da CADH reconhece expressamente o direito dos pais a que seus filhos "recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções". É fato notório, todavia, que esse direito não tem sido respeitado em nosso país. Atendendo ao chamado, professores que não conseguem dar conta de sua principal obrigação - conforme demonstrado ano após ano por avaliações de desempenho escolar como o Saeb e o Pisa-, usam o tempo precioso de suas aulas para influenciar o juízo moral dos alunos sobre temas como sexualidade, homossexualismo, contracepção, relações e modelos familiares etc. Quando não afirmam em tom categórico determinada verdade moral, induzem os alunos a duvidar "criticamente" das que lhes são ensinadas em casa, solapando a confiança dos filhos em seus pais. A ilegalidade é patente. Ainda que se reconhecesse ao Estado-não a seus agentes- o direito de usar o sistema de ensino para difundir uma agenda moral, esse direito não poderia inviabilizar o exercício da prerrogativa assegurada aos pais pela CADH, e isso fatalmente ocorrerá se os tópicos dessa agenda estiverem presentes nas disciplinas obrigatórias. Além disso, se a família deve desfrutar da "especial proteção do Estado", como prevê a Constituição, o mínimo que se pode esperar desse Estado é que não contribua para enfraquecer a autoridade moral dos pais sobre seus filhos. *Impõe-se, portanto, que as questões morais sejam varridas dos programas das disciplinas obrigatórias.* Quando muito, poderão ser veiculadas em disciplina facultativa, como ocorre com o ensino religioso. (Excerto do artigo *Direito dos pais ou do Estado?*, escrito por Nagib e Luiz Carlos Faria da Silva e publicado em janeiro de 2011 no Jornal A Folha de São Paulo<sup>152</sup>)*

<sup>151</sup> O Brasil ratificou o Pacto de San José da Costa Rica em 25 de setembro de 1992, e o Decreto n° 678, de 6 de novembro de 1992, promulgou a convenção no país.

<sup>152</sup> Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz3001201107.htm>

Nesse escopo em que os estudantes não são percebidos como sujeito de direitos, estando à mercê daquilo que os pais entendem ser passível de ser ensinado na escola, o que ganha relevância é a tentativa de fazer da esfera pública uma extensão da esfera privada. Não obstante, é preciso salientar que, se é direito dos pais, no âmbito familiar, decidir qual educação religiosa e moral será oferecida aos filhos, o mesmo não pode ser dito em relação ao âmbito público, uma vez que a Educação nacional tem seus próprios objetivos e precisa garantir que diferentes perspectivas, distintas formas de ser e estar no mundo sejam respeitadas (Moura, 2020). É aqui que vemos como se inicia a projeção de uma família *docendís* que visa estender os princípios familiares para além do âmbito privado, impondo ao todo da população coordenadas morais e religiosas que ganham “legitimidade como valores públicos e moldam a cultura pública conforme se juntam ao mercado para deslocar a democracia” (Brown, 2019, p. 142).

E é na tentativa de apontar o Estado como um agente interessado em “enfraquecer a autoridade moral dos pais em relação aos filhos” que o movimento Escola sem Partido vai fazer convergir a denúncia da *doutrinação marxista* à oposição às questões relativas à sexualidade e ao gênero. A referência para essa convergência é Olavo de Carvalho, quem defendia que um “passo fundamental para a derrubada do capitalismo e da ‘civilização ocidental’ seria a dissolução da moral sexual convencional e da estrutura familiar tradicional. Afinal, ‘a família é a *cellula mater* da sociedade’, se destruída, faz todo o edifício romper” (Miguel, 2018, p. 22). Assim é que, se “a ideia de um marxismo cultural criava um adversário comunista praticamente onipresente” (Carapanã, 2018, p. 39), com a cruzada em torno de uma moralidade sexual a ser preservada, o Escola sem Partido passa a declarar guerra a outro inimigo: a *ideologia de gênero*, considerado um fantasma ainda mais abominável.

A mobilização em favor da retirada da educação para a sexualidade nas escolas e o rechaço às sexualidades dissidentes, irrompe, assim, como um elemento que faz realçar a relevância da família heteronormativa patriarcal. Ao produzir temores em relação à possível degeneração moral a que os estudantes seriam submetidos, consegue-se mobilizar parte da população a defender um modelo de família que, em razão do “objetivo da reprodução biológica”, restringe-se a “arranjos heterossexuais” e é acompanhado do “requisito da ‘funcionalidade’” (Biroli, 2020, p. 151). Fazendo referências às palavras de Butler (2024, p. 92), “Embora as ‘famílias tradicionais sempre tenham sido espaços em que ocorrem abuso infantil e incesto, essa

contraprova não é forte o suficiente para derrotar o fantasma” da *ideologia de gênero*. Em um movimento oposto, o que se percebe é a sacralização do modelo heteronormativo patriarcal e a demonização de quaisquer outros arranjos distintos deste. Esse fervor que desvela uma forma de terror sexual faz com que o gênero adquira um caráter viral, como se o simples fato de uma criança ouvir a palavra *gay* fosse suficiente para aliciá-la a ser homossexual também (Butler, 2024).

É nesse escopo que podemos pensar no quanto a produção do “medo do perigo” tem funcionado para aglutinar forças antidemocráticas que visam ditar o que pode ou não adentrar na ordem do discurso escolar. Como apontara Foucault (2008, p. 90-91) ao abordar a arte liberal de governar:

Vejam tudo o que acontece também em torno da sexualidade e do medo da degeneração: degeneração do indivíduo, da família, da raça, da espécie humana. Enfim, por toda parte vocês veem esse incentivo ao medo do perigo que é de certo modo a condição, o correlato psicológico e cultural interno do liberalismo. Não há liberalismo sem cultura do perigo.

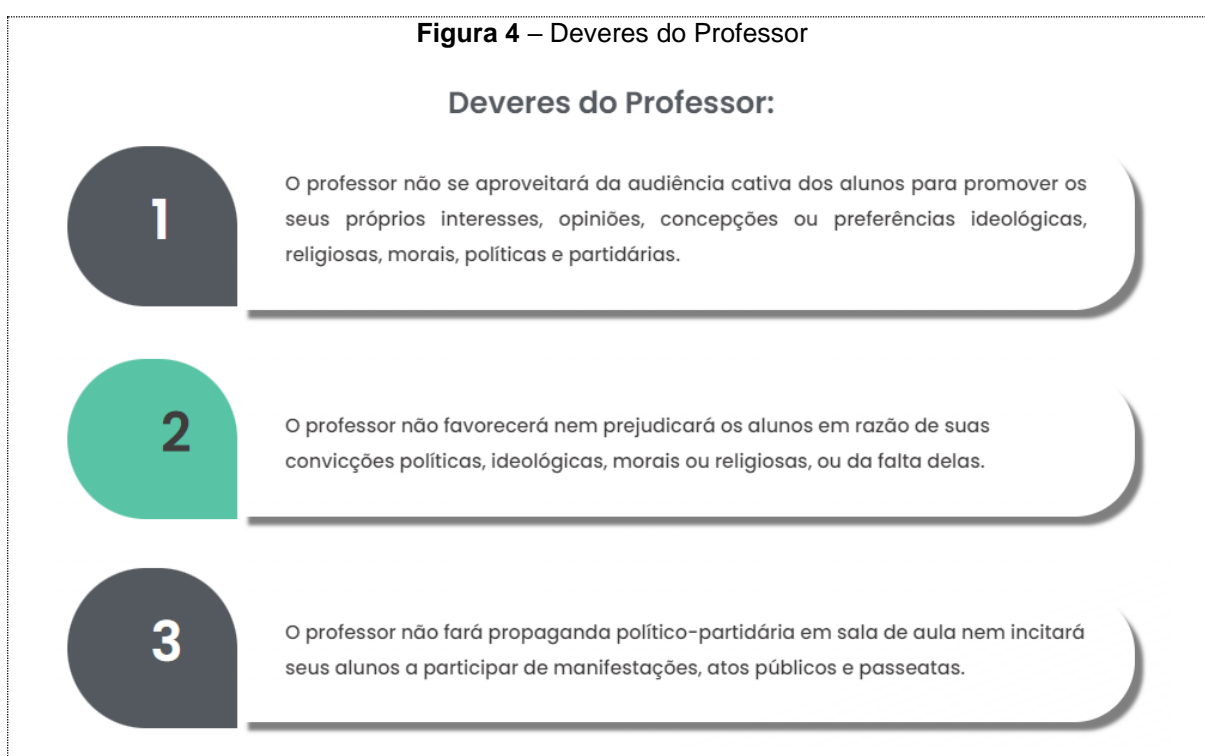
Essa cultura do perigo, conforme entendo, não deixou de ser mobilizada ao longo da trajetória do neoliberalismo, funcionando como uma importante estratégia de governo da população. Assim é que, se a moralidade sexual passa a ser o eixo principal da guerra de valores instaurada no âmbito da educação, é porque se quer disputar os sentidos do que se entende como família e alçar a protagonista moral um determinado modelo familiar estratégico para a manutenção do projeto neoliberal atualmente formatado em torno de ideais autoritários. Nesse modelo, os lugares sociais de autoridade e submissão aparecem como lugares naturais, ideais e inquestionáveis, sendo hierarquicamente definido o homem como o provedor e figura máxima do lar, a mulher como a garantidora do cuidado dos filhos e da casa e os filhos como aqueles que devem submissão aos pais.

Segundo Miguel (2016), a fusão da denúncia da *doutrinação marxista* de inspiração gramsciana com a oposição à *ideologia de gênero* obedeceu ao senso de oportunidade do Escola sem Partido, dando-lhe aliados de peso e uma capilaridade com a qual nem poderia sonhar e um discurso com ressonância popular muito mais imediata. É nesse momento que ele começa a adentrar nas discussões envolvendo as políticas curriculares e é a partir daí, também, que passa a ser cooptado por personagens políticos como o então deputado estadual pelo Rio de Janeiro Flávio Bolsonaro (PSC), que em 2014 demandou a Nagib que transformasse as pautas do

movimento em um anteprojeto de lei a ser apresentado nos âmbitos municipal, estadual e federal (Penna; Salles, 2017).

Com o *slogan* *Por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar*, o texto apresentado por Nagib rememora o projeto da *Academic Bill of Rights*, de Horowitz, procurando instituir nos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios o “Programa Escola sem Partido”, embasado nos seguintes propósitos: 1) “Descontaminação e desmonopolização política e ideológica das escolas”; 2) “Respeito à integridade intelectual e moral dos estudantes”; e 3) “Respeito ao direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções” (Escola Sem Partido, 2019b, *on-line*).

Para tanto, propôs o estabelecimento de regras visando controlar, selecionar e organizar o que pode ou não pode entrar na ordem do discurso escolar. Nesse sentido, o programa defendia a afixação obrigatória de um cartaz nas salas de aula do ensino fundamental e do ensino médio do país com os deveres expressos a seguir:



**4** Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.

**5** O professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

**6** O professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula.

Fonte: Página da internet do Programa Escola sem Partido<sup>153</sup>

A articulação das ideias do Escola Sem Partido junto às instâncias governamentais deu projeção nacional ao movimento, que foi encampado logo a seguir pelo então deputado federal Jair Bolsonaro e por frentes parlamentares conservadoras que passaram a defender o projeto do ESP e a apresentá-lo para apreciação nas casas legislativas de todo o país. Um mapeamento realizado junto às câmaras municipais, assembleias estaduais, distrital e Congresso Nacional brasileiro apontou que, desde 2014, já foram apresentados mais de 230 projetos que trazem, na íntegra ou na parte dele, as ideias do Escola sem Partido.

Um desses projetos, o PLL N.º 124/16, foi aprovado em dezembro de 2024 e promulgada<sup>154</sup> em 5 de fevereiro do corrente ano pela Câmara de Vereadores da cidade de Porto Alegre, RS, e traz na sua redação final as mesmas orientações quanto à não doutrinação ideológica defendida pelo ESP. A exposição de motivos do projeto, que fora apresentado ainda em 2016 pelo vereador Valter Nagesltein (PMDB), retoma o argumento de que o Estado brasileiro endossaria uma educação não condizente com os valores familiares tradicionais, motivo pelo qual caberia aos legisladores impedirem que profissionais da educação pudessem fomentar “a divisão de classes, a desestruturação familiar ou a contestação das instituições do próprio Estado

<sup>153</sup> Disponível em: <http://escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/>. Acesso em: 30 ago. 2023.

<sup>154</sup> Atendendo a pedidos da Defensoria Pública do RS e do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre, a Justiça do RS suspendeu os efeitos da lei no dia 11 de fevereiro, sob a justificativa de evitar prejuízos aos servidores municipais e ao ensino público.

Democrático de Direito”, de modo a garantir que os estudantes não viessem a ter prejuízo em relação à “formação moral advinda da sua família” (Porto Alegre, 2016, p. 2).

É nesse escopo que a afirmação de uma primazia dos valores familiares em relação aos conhecimentos ensinados na escola, a partir do rechaço à discussão sobre gênero e sexualidade, passou a ser um tópico bastante mobilizado por plenários cada vez mais conservadores e defensores da ordem do livre mercado. Se as redes sociais davam mostras de que essa era uma pauta que gerava engajamento, elevar o tom alarmista de dissolução do modelo tradicional de família e da própria instituição em si era também estratégico para angariar o apoio da população para fazer do Estado e de todos aqueles favoráveis à inserção da educação para a sexualidade e da discussão de gênero nas escolas inimigos declarados.

Os excertos a seguir, extraídos das Notas Taquigráficas<sup>155</sup> de diferentes sessões da Câmara dos Deputados, dimensionam como a instituição familiar é revestida de centralidade e como a defesa dos ideais do ESP, a partir de 2014, ampara-se na preservação da família em seu modelo tradicional e na precedência da autoridade dos pais em relação ao Estado para definir os conteúdos a que os filhos poderão ter acesso na escola:

Os valores conservadores da família são os verdadeiros obstáculos da reengenharia social que os modernos ideólogos tentam implantar. *Achatar a família é deixar caminho livre para as ideologias construir seus modelos* (Pronunciamento do Deputado Antonio Bulhões, PRB/SP), sessão do dia 1 de julho de 2014).

Estão doutrinando as crianças nas escolas. *Temos que aprovar definitivamente a escola sem partido. É inadmissível o que esse partido está fazendo nas escolas.* (Pronunciamento do Deputado Deputado Izalci, PSDB/DF, sessão do dia 13 de março de 2015).

*A família, cada vez mais, vem sofrendo e sendo esmagada por forças que buscam, alegando uma suposta liberdade, destruir nossos lares e nossas famílias* (Pronunciamento do Deputado Professor Victório Galli, PSC/MT, sessão do dia 21 de maio de 2015)

*A ideologia de gênero tem raiz marxista, na agenda cultural que visa desconstruir a família, retirando a autoridade dos pais sobre os filhos na sua formação sexual e dando ao Estado ou ao Governo a autoridade de decidir qual será o destino de nossas crianças.* (Pronunciamento do Deputado Stefano Aguiar (PSB/MG), sessão do dia 23 de junho de 2015).

*O encargo da orientação sexual e moral às crianças e jovens é da família, não da escola”* (Pronunciamento do Deputado Lincoln Portela, PR/MG, sessão do dia 5 de agosto de 2015).

*Quem defenderá as famílias da afronta governamental?* (Pronunciamento do Deputado Elizeu Dionizio, PSDB-MS, sessão do dia 3 de fevereiro de 2016)

<sup>155</sup> Fonte: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas>

O modelo defendido pela sociedade brasileira está fundamentado em princípios cristãos. Nós precisamos preservar aquele modelo de família. A família se constitui através da união de um homem e uma mulher, para a constituição da sua prole. (Pronunciamento do Deputado Ronaldo Nogueira, PTB/RS, sessão do dia 18 de fevereiro de 2016).

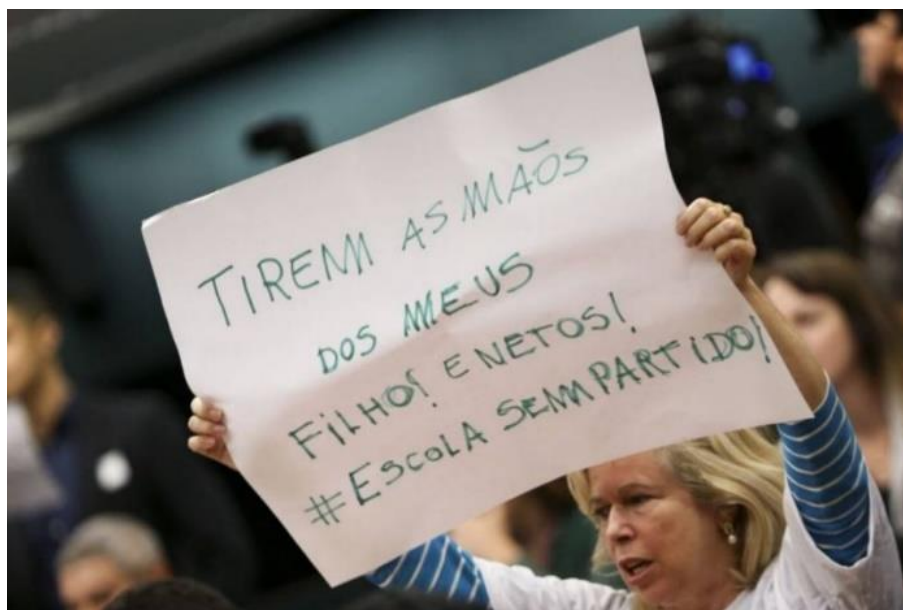
*Vejam que o Brasil está em um estágio de doutrinação ideológica bastante avançado. A ideologia deu espaço ao bom senso, aos valores e à moralidade. [...] A bancada cristã, formada pela Frente Evangélica e pela Frente Católica, se uniu, graças a Deus, em defesa da família e de valores cristãos. E não fugiremos deste debate. Em certo aspecto, eu me animo, pois a população está cada vez mais atenta, e questões de família e de gênero entraram na agenda política do País. Sou enfático ao manifestar minha posição: sou a favor da família e contra qualquer ideologia, incluindo a ideologia de gênero, pois sou contra a relativização de valores (Pronunciamento do Deputado Professor Victorio Galli, Bloco/PSC-MT, sessão do dia 03 de fevereiro de 2016).*

É dever da família prestar sustento material e moral aos filhos. Se a família tem o ônus de suportar as consequências dos atos de seus filhos, é natural que também tenha a primazia em sua formação moral. (Pronunciamento do Deputado Alan Rick, PRB/AC, sessão do dia 25 de fevereiro de 2016).

A mobilização em torno de uma suposta tentativa de destruição das famílias em razão da inserção da pauta de gênero nas escolas aparece, como é possível perceber a partir da análise do último pronunciamento, ao lado da afirmação de uma autoridade familiar em relação ao Estado. Para o deputado Alan Rick, a responsabilização imposta pelo Estado à família, de prover sustento material e moral aos filhos, garante a esta instituição, também, a primazia para decidir aquilo que pode adentrar na ordem do discurso escolar. É nesse contexto que a ideia de uma “intocabilidade da família”, como sujeito coletivo de direitos próprios, irredutíveis aos seus integrantes (Miguel, 2016), passa a fundamentar a defesa dessa instituição e a repercutir o entendimento de que os valores de ordem familiar devem ter precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa.

Nesse cenário, o já mencionado vasculhamento de livros didáticos, obras literárias, exposições culturais e artísticas funcionava para manter as famílias sob vigilância, ensejando uma responsabilização familiar alicerçada na defesa da moralidade e da autoridade dos pais. É nessa seara que cenas como as apresentadas nas figuras a seguir passaram a circular na internet e a serem veiculadas nos veículos de comunicação, representando a ascensão dessa pauta conservadora junto à população:

**Figura 5** – Protesto a favor do Escola sem Partido



Fonte: El País (Marcelo Camargo, Agência Brasil)

**Figura 6** – Manifestação contra a filósofa Judith Butler<sup>156</sup>



Fonte: El País (Toni Pires)

<sup>156</sup> Em outubro de 2017, a filósofa norte-americana Judith Butler, referência mundial nos Estudos de Gênero, foi alvo de manifestantes conservadores em frente ao Sesc Pompeia, em São Paulo, onde participaria da abertura do colóquio "Os Fins da Democracia", organizado pela USP (Universidade de São Paulo), em conjunto com a Universidade da Califórnia, em Berkeley, nos EUA, onde a filósofa leciona. Butler e sua companheira, a também filósofa Wendy Brown, foram agredidas dias depois no aeroporto Congonhas, quando embarcavam para os EUA.

**Figura 7** – Deputados a favor do Escola sem Partido



Fonte: Agência Câmara

**Figura 8** – Manifestação durante votação do PNE



Fonte: Folhapress

**Figura 9** – Manifestação contra *ideologia de gênero*



Fonte: Acididigital

É na esteira dessa guerra de valores que alça a família a protagonista na ordem social que outros projetos voltados a definir o que pode ou não ser ensinado nas escolas passaram a ser apresentados, como o PL N.º 2731/2015, proposto pelo deputado Eros Biondini (PTB/MG). Este projeto buscou alterar o PNE para dispor sobre a proibição do uso da *ideologia de gênero* na educação nacional (Brasil, 2015). Vejamos o excerto a seguir, que traz o texto do projeto de lei e a justificativa para sua aprovação:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que estabelece o Plano Nacional de Educação – PNE, para dispor sobre a proibição do uso da ideologia de gênero na educação nacional.

Art. 2º O artigo 2º da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º ..... Parágrafo Único. É proibida a utilização de qualquer tipo de ideologia na educação nacional, em especial o uso da ideologia de gênero, orientação sexual, identidade de gênero e seus derivados, sob qualquer pretexto.” (NR)

Art. 3º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão adequar seus planos de educação, em consonância com o disposto no artigo anterior, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Lei. Parágrafo Único. O não atendimento do prazo estabelecido neste artigo, impossibilitará o repasse de recursos financeiros federais, destinados à educação, ao ente federativo em atraso.

Art. 4º O descumprimento da proibição de utilização da ideologia de gênero, orientação sexual e congêneres ou de qualquer outro tipo de ideologia, na educação nacional, sujeitará os infratores às mesmas penas previstas no artigo 232 da Lei nº 8.069/90 (ECA), além da perda do cargo ou emprego. (Projeto de Lei nº 2731/2015)

Não cabe à escola doutrinar sexualmente as crianças, desprovidas que são das necessárias compreensão e maturidade, ainda mais quando essa doutrina vai contra todo o comportamento habitual e majoritário da sociedade, pois isso pode causar-lhes danos irreversíveis quanto à sexualidade e quanto a aspectos psicológicos. O prazo de trinta dias proposto, com a possibilidade de paralisação do repasse de recursos

financeiros destinados à educação, para que os entes federativos modifiquem seus Planos de Educação, colocando-os em consonância com o estabelecido neste Projeto de Lei, tem a função de provocar rápida atuação das autoridades responsáveis, como forma de garantir a proteção necessária às crianças em relação aos efeitos nocivos da ideologia de gênero. Quanto à estipulação de punição às pessoas que descumprirem o estabelecido neste Projeto de Lei, a mesma tem o sentido de criar um meio eficaz à disposição do cidadão para que ele possa conter eventuais infrações e assim defender seu filho e outras crianças, visto que não há direito sem sanção. (Excerto da justificativa para aprovação do PL nº 2731/2015 - Brasil, 2015)

Seguindo a retórica argumentativa do ESP de atacar a *ideologia de gênero*, o referido projeto não apenas proíbe quaisquer tipos de discussão envolvendo gênero, orientação sexual e identidade de gênero, como também prevê, para quem não cumprir com o disposto, a paralisação de repasse financeiro, no caso dos entes federativos, e a pena de detenção de seis meses a dois anos, bem como a perda do cargo ou emprego, no caso dos docentes.

O que decorreu a partir do momento em que a pauta de gênero foi tomada como o elemento central da guerra de valores estabelecida no cenário brasileiro na década de 2010 foi uma escalada do pânico moral que levou à perseguição de docentes e à projeção da escola como um “lugar desprezível, indesejável, perigoso que pode corromper aquelas crianças e aqueles jovens que respondem a um modelo instituído de vida e de ordem” (Lockmann, 2020, p. 13). É nesse contexto em que forças antidemocráticas e autoritárias buscaram se erguer como reguladoras das condutas e da vida em sociedade que o processo de impeachment da então presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, transformou-se em capítulo à parte da batalha travada a favor da restauração de uma *moralidade perdida*.

Esse acontecimento histórico, se analisado sob a perspectiva da governamentalidade, tal como venho apresentando, pode nos indicar como a crise política e econômica vivida no Brasil durante o segundo mandato de Dilma foi também projetada como uma crise moral, de abandono dos valores tradicionais, em especial, da instituição familiar tradicional.

### **3.5 Do impeachment de Dilma Rousseff à eleição de Jair Bolsonaro**

Brasil, 17 de abril de 2016, domingo. Em uma sessão da Câmara dos Deputados transmitida em tempo real e assistida por milhões de brasileiros e brasileiras, 367 parlamentares votaram pela admissibilidade da abertura do processo de impeachment contra a então presidente da República Dilma Vana Rousseff, do PT.

Quatro meses mais tarde, o crime de responsabilidade fiscal imputado à presidente fora julgado pelo Senado Federal, que decidiu pelo impedimento da continuidade do mandato presidencial. O que as notas taquigráficas registraram em mais de nove horas de sessão não deixam dúvidas: o voto a favor do impeachment alicerçou-se em um discurso de restabelecimento de uma ideia de país e seu conjunto de valores tradicionais, sustentados no slogan *Deus, pátria e família*, o qual estaria em perigo desde o advento da esquerda no país.

O voto “*pela família e pela inocência das crianças em sala de aula (...) contra o comunismo e pela nossa liberdade*” do então deputado Jair Bolsonaro (Notas Taquigráficas, 2016a), junto a centenas de outras manifestações dos parlamentares, aparecera como contraponto à suposta corrupção instalada no Governo Dilma. Mais que a punição da presidente pelo crime de responsabilidade fiscal a ela imputado, o impeachment significava uma disputa alegoricamente instaurada do *bem X mal*, da *família X imoralidade*, do *homem de bem X corrupção*. Era preciso resgatar um ideal de nação e de ordem em ruínas em razão de uma presumida degeneração moral vivida no país. Daí por que o léxico mobilizado pelos deputados favoráveis ao impedimento da presidente se constituiu majoritariamente em menções à *família* (117 vezes), a *Deus* (58 vezes) e à *nação* (28 vezes), sendo a expressão *pedaladas fiscais* utilizada apenas 8 vezes (Almeida, 2018).

Como destaquei ao longo da seção anterior, o termo *família* e a defesa dos valores familiares tradicionais já vinham sendo mobilizados recorrentemente nos pronunciamentos dos congressistas. Entretanto, naquela sessão, a reiteração do vocábulo *família* e de uma certa ideia de moralidade por ela representada fizeram da votação do impeachment um momento singular da história recente brasileira. Impedir a continuidade daquele mandato presidencial configurava-se em uma tentativa de retornar a um passado mítico anterior aos governos de Lula e Dilma, onde ilusoriamente imperavam os valores tradicionais e onde determinadas formas de identidade (nacional, comunitária, classe, gênero, etc.) se sobrepunham a outras. É o que os excertos a seguir, que registram pronunciamentos dos deputados durante a 91ª Sessão da Câmara dos Deputados (Notas Taquigráficas, 2016a), apontam:

A história, senhores, não esquecerá a escolha de cada um. É chegada a hora de decidir: que Brasil os brasileiros que estão lá fora merecem? O Brasil do mensalão? O Brasil do petrolão? O Brasil dos “pixulecos”? O Brasil com uma organização criminosa infiltrada no Estado? [...] Não, definitivamente, não! Não é este Brasil que os milhões de brasileiros mobilizados em todos os cantos deste País querem que escolhamos. O que eles desejam e merecem é um Brasil que seja capaz de reencontrar o caminho da reconstrução moral, base para o desenvolvimento de uma Nação digna e justa, um Brasil que respeite a Constituição, as instituições e valores absolutos como a democracia e a liberdade de imprensa, de pensamento e de opinião. (Pronunciamento do Deputado Antonio Imbassahy, PSDB-BA, durante a 91ª Sessão da Câmara dos Deputados, em 17 de abril de 2016).

Golpe é o que a Presidente Dilma tem praticado. Traiu a população brasileira, no maior estelionato político já praticado neste País, quando enganou a todos nós, vendendo um País fortalecido, o que não passava de uma peça publicitária totalmente mentirosa. O custo foi alto. Mal saiu o resultado das eleições, e vieram o tarifaço, o aumento de energia elétrica, o aumento dos combustíveis, a crise política, a crise econômica, a crise ética e a crise moral, sem falar na falência do setor da saúde pública, em razão da qual muitos pais de família, com seus filhos nos braços, vivem a agonizar nas filas dos hospitais. Veio ainda a crise ética, Sr. Presidente. (Pronunciamento do Deputado Genecias Noronha, SD-CE, durante a 91ª Sessão da Câmara dos Deputados, em 17 de abril de 2016).

Venho a esta tribuna também, Sr. Presidente, representando a Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, que tem lutado nesta Casa contra uma agenda de esquerda que quer destruir a família brasileira. Mas aqui nós temos Deputados aguerridos. (Pronunciamento do Deputado Ronaldo Fonseca, Bloco/PROS-DF, durante a 91ª Sessão da Câmara dos Deputados, em 17 de abril de 2016).

Sr. Presidente, em nome do meu filho Éder Mauro Filho, de 4 anos, e do Rogério, que, junto com a minha esposa, formamos uma família no Brasil, que tanto esses bandidos querem destruir com propostas de que criança troque de sexo e aprenda sexo nas escolas, com 6 anos de idade, em nome de todo o povo do Estado do Pará, eu voto “sim”. (Pronunciamento do Deputado Delegado Éder Mauro, Bloco/PSD-PA, durante a 91ª Sessão da Câmara dos Deputados, em 17 de abril de 2016).

Porque nós temos um País para construir, por causa das famílias, por causa de Campo Grande, a morena mais linda do Brasil, pelo meu Mato Grosso do Sul e pelo Brasil, o voto é “sim”. (Pronunciamento do Deputado Mandetta, DEM-MS, durante a 91ª Sessão da Câmara dos Deputados, em 17 de abril de 2016).

Com a ajuda de Deus, pela minha família, pelo povo brasileiro, pelos evangélicos da Nação toda, pelos meninos do MBL, pelo Vem Pra Rua Brasil — dizendo que o Olavo tem razão, Sr. Presidente, dizendo “tchau” para essa querida e para o PT, Partido das Trevas —, eu voto “sim” ao impeachment, Sr. Presidente! (Pronunciamento do Deputado Marco Feliciano, Bloco/PSC, durante a 91ª Sessão da Câmara dos Deputados, em 17 de abril de 2016).

Pelo povo de Deus, em defesa da família, tão atacada por este Governo [...] o meu voto é “sim”. (Pronunciamento do Deputado Ronaldo Martins, Bloco/PRB-CE, durante a 91ª Sessão da Câmara dos Deputados, em 17 de abril de 2016).

Pelos valores da família; pelos homens livres e de bons costumes. [...] Vai haver impeachment! Meu voto é “sim”, a favor do Brasil! (Pronunciamento do Deputado Domingos Sávio, PSDB-MG, durante a 91ª Sessão da Câmara dos Deputados, em 17 de abril de 2016).

Ora, Sras. e Srs. Deputados, brasileiros de todos os rincões deste nosso País, a crise moral que assola e se abate sobre este Governo atinge todos os lugares, indistintamente. E não podemos nos deixar vencer pelo cansaço. Temos que reagir e ir até o fim do processo. O Brasil espera e depende mais do que nunca de nós neste momento. (Pronunciamento do Deputado Pauderney Avelino, DEM-AM, durante a 91ª Sessão da Câmara dos Deputados, em 17 de abril de 2016).

Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor! Em defesa da vida, da família, da moral, dos bons costumes, contra a corrupção e não desistindo do Brasil, meu voto é “sim”. (Pronunciamento do Deputado Pastor Eurico, PHS-PE, durante a 91ª Sessão da Câmara dos Deputados, em 17 de abril de 2016).

Seguindo as manifestações de rua que exibiam lemas como *Quero meu país de volta*, era preciso devolver aos *cidadãos de bem* a moralidade que havia sido perdida durante a era PT. O discurso dos parlamentares, cumprindo uma função

dentro de um sistema estratégico onde o poder está implicado, e funcionando ele mesmo como um elemento em um dispositivo de relações de poder, buscava projetar o impeachment como um passo decisivo para a retomada do progresso. E ainda que, a partir dos votos contrários à abertura do processo, vozes dissonantes tenham tentado romper com a evidência posta em funcionamento pelas centenas de menções à família, à nação, a Deus, o que provocou efeitos de verdade e reverberou no espaço público foram os dizeres hegemônicos naquele momento.

A decisão favorável à abertura de processo de impeachment contra Dilma Roussef foi levada ao Senado Federal no dia 12 de maio. E embora nele a presença de uma ala conservadora seja menor do que em relação à Câmara dos Deputados, o recurso aos valores morais como elemento para o progresso da nação repercutiu nas manifestações de vários senadores, conforme os excertos a seguir, que registram pronunciamentos dos senadores durante a 71ª Sessão Deliberativa Extraordinária (Notas Taquigráficas, 2016b), apresentam:

Eles são contra valores de família. Eles querem matar a família, porque são ávidos por legalizar o aborto nesta terra. A família tradicional nada vale para eles! [...] Educação quem dá é pai e mãe; escola abre janela para o conhecimento. E para um professor ensinar meu filho o Estado precisa responsabilizar-se pela sua reciclagem, pelo seu salário, porque professor e professora, no máximo, têm obrigação, Senador Mota, de educar seus filhos e não os meus; os meus educo eu! Mas eles, então, tiraram valores de família; eles destruíram a família e eles não querem a família dentro dessa participação. Mas é preciso chamar a família, que é o nascedouro de todas as coisas. [...] Sr. Presidente, eu quero falar em nome do futuro. O futuro de um Brasil que espera nossa ação e nossa reação hoje à tarde. Sr. Presidente, eu quero falar de um Brasil do futuro, mas do Brasil que me dá saudade. Eu presidi a CPI do Narcotráfico deste País, presidi a CPI da Pedofilia deste País. O Brasil que me dá saudade é o Brasil em que tínhamos OSPB e Estudos Sociais na escola e em que nós cantávamos o Hino Nacional antes de entrar, chovesse ou fizesse sol. É o Brasil onde nós éramos assaltados de um sentimento nativista e de amor por esta terra. Esse Brasil desapareceu. Mas o Brasil que eu quero para a minha neta, Ester, embora o Governo não goste disso, eu vou votar em nome de Ester, que vai nascer este mês, o legado que eu quero deixar para Ester é um Brasil que canta o Hino Nacional, é um Brasil de brasileiros que não roubam as suas riquezas. (Pronunciamento do Senador Magno Malta durante a 71ª Sessão Deliberativa Extraordinária, no Senado Federal, em 11 de maio de 2016).

Ao longo de mais de um ano, temos assistido horrorizados a uma sucessão interminável de denúncias de corrupção. *O Brasil vive uma crise política e econômica sem precedentes. Mais do que isso, uma inédita crise de confiança e de representatividade. A maioria esmagadora da população brasileira rejeita a sua governante. Ela se tornou impopular pela falta de respeito à moralidade.* (Pronunciamento do Senador Wilder Moraes (PP-GO) durante a 71ª Sessão Deliberativa Extraordinária, no Senado Federal, em 11 de maio de 2016).

Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Ruínas de um Governo, esse é o título de uma obra clássica de Rui Barbosa, de 1931. Nela o autor afirma: *Todas as crises, portanto, que pelo Brasil estão passando, e que dia-a-dia sentimos crescer aceleradamente, a crise política, a crise econômica, a crise financeira, não vêm a ser mais do que sintomas, exteriorizações parciais, manifestações reveladoras de um estado mais profundo de uma suprema crise: a crise moral.* Em 1992, esse trecho foi utilizado por Barbosa Lima Sobrinho como introito à denúncia que apresentou contra mim. Ruínas de um Governo é a expressão de Rui Barbosa para invocar as crises que atingiram o Brasil nos anos 30. Sr. Presidente, *jamais o Brasil passou, como hoje, por uma confluência tão clara, tão entrelaçada e aguda de crises na política, na economia, na moralidade e na institucionalidade. Chegamos ao ápice de todas as crises.* (Pronunciamento do

Senador Fernando Collor (PTC-AL) durante a 71ª Sessão Deliberativa Extraordinária, no Senado Federal, em 11 de maio de 2016).

É bom que se reconheça que não recai na figura da Presidente Dilma toda a responsabilidade por este quadro trágico. É bem verdade que, aqui e agora, é a Presidente que está sendo julgada. *Mas nós não podemos nos esquecer de que ela faz parte de um projeto de poder muito mais amplo, um projeto que aparelhou o Estado, promoveu o maior escândalo de corrupção da história e afundou o País em uma crise moral, econômica, fiscal e social sem precedentes.* (Pronunciamento do Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) durante a 71ª Sessão Deliberativa Extraordinária, no Senado Federal, em 11 de maio de 2016).

Ao analisar os pronunciamentos realizados na Câmara e no Senado, é possível afirmar que o discurso colocado em circulação funcionou para apresentar um ideal de país que se apresentara “ferido pelo que se passou e como aquilo que tem que voltar, se impor, para que a sociedade, a economia, a política, se reergam, reajam aos sinais de corrupção e de decomposição do tecido social” (Burity, 2018, p. 21). Romper com a presumível imoralidade a que o país estava sendo submetido representava, assim, a peça-chave para a retomada da prosperidade econômica, sem a qual não haveria futuro para os netos, os filhos, as crianças brasileiras.

Michel Temer, o vice-presidente que assumiu o poder após o neogolpe<sup>157</sup> que interrompera o mandato de Dilma, em seu primeiro pronunciamento oficial como presidente empossado, comparou o governo à família, pontuando sobre a necessidade de implantação de uma política econômica de austeridade. Em pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão no dia 31 de agosto de 2016, declarou que “o governo é como sua família. Se estiver endividada, precisa diminuir despesas para pagar dívidas. Por isso, uma de nossas primeiras providências foi impor limites para os gastos públicos<sup>158</sup>”. Em um contexto que Temer denominou de “momento de esperança e de retomada da confiança no Brasil”<sup>159</sup>, a afirmação de que

<sup>157</sup> A partir de Coelho e Mendes (2020) e Pereira da Silva (2021), entendo por *neogolpe* um tipo de golpe de Estado que preserva certas aparências legais e se processa preferencialmente por meio das instituições vigentes e do cumprimento de ritos formais. Conforme Pereira da Silva (2021, p. 62), estas “instituições podem sofrer mudanças, no próprio processo ou em sua sequência – dada a zona cinza que se abre a partir da crise institucional, política, social, de legitimidade de todo o sistema, que é aprofundada por aquele processo. Diferentemente dos golpes do século passado (e de alguns do presente), estas formas mais processuais e sutis tornam mais difícil sua identificação e denúncia. No entanto, trata-se efetivamente de golpes porque preservam seu elemento essencial: são quebras, rupturas, nas quais seus agentes centrais integram o aparato estatal”.

<sup>158</sup> Excerto extraído do primeiro discurso de Michel Temer como Presidente da República após o impeachment. Fonte: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/pronunciamentos-oficiais/pronunciamento-do-senhor-do-presidente-da-republica-michel-temer-31-de-agosto-de-2016>.

<sup>159</sup> Fonte: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/pronunciamentos-oficiais/pronunciamento-do-senhor-do-presidente-da-republica-michel-temer-31-de-agosto-de-2016>.

o Governo Federal deveria realizar o mesmo que as famílias quando o orçamento é deficiente buscava associar o “desafio” econômico governamental às estratégias de contenção de gastos experienciadas pelas famílias.

Para um político considerado sem carisma, que alçado à presidência em uma conjuntura de crise necessitava distanciar-se, moral e economicamente, da então mandatária com quem havia compartilhado mais de cinco anos de gestão, angariar o apoio popular aproximando a pauta econômica à realidade dos lares brasileiros, cada vez mais endividados, era um modo de ativar um sentimento de responsabilidade e de capacidade de gerenciar adequadamente as finanças do Brasil.

Segundo Safatle (2021, p. 22), é notório como a redução das relações políticas à expressão de relações familiares aparecem como uma estratégia que sobrepõe a figura da autoridade às figuras paternas e maternas, de forma que a família passa a ser percebida como o “modelo de ‘relações harmoniosas’ que teria a força de eliminar o caráter muitas vezes intransponível dos conflitos sociais”. Tal como um homem de família, cabia a Michel Temer “*resgatar a força da nossa economia*<sup>160</sup>” que havia sido mal administrada por Dilma Rousseff, a fim de conduzir novamente o Brasil à “*ordem e progresso*”<sup>161</sup>. Nesse sentido, investir o presidente de uma “relação hierárquica naturalizada”, tal como o pai em relação aos filhos, era um modo de “produzir a docilidade em relação à autoridade, a perpetuação de um sentimento de dependência e, principalmente, a naturalização da sujeição de gênero” (Safatle, 2021, p. 23). Se Dilma havia sido a “mãe do PAC”<sup>162</sup> que deixara o país com “*quase 12 milhões de desempregados e mais de R\$ 170 bilhões de déficit nas contas públicas*”<sup>163</sup>, Temer

---

<sup>160</sup> Fonte: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/pronunciamentos-oficiais/pronunciamento-do-senhor-do-presidente-da-republica-michel-temer-31-de-agosto-de-2016>.

<sup>161</sup> Fonte: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/pronunciamentos-oficiais/pronunciamento-do-senhor-do-presidente-da-republica-michel-temer-31-de-agosto-de-2016>.

<sup>162</sup> A expressão foi utilizada pela primeira vez pelo então presidente Lula no ano de 2008, durante discurso no Complexo do Alemão, Rio de Janeiro, quando apresentou Dilma Rousseff, naquele momento Chefe da Casa Civil, como uma das responsáveis pelo Programa de Aceleração do Crescimento: “A Dilma é uma espécie de mãe do PAC. Ela é a companheira que coordena o PAC. É ela que cuida, que acompanha, que vai cobrar junto com o [ministro] Márcio Fortes [Cidades] se as obras estão andando”. Fonte: <https://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL341272-5601,00-LULA+DILMA+E+UMA+ESPECIE+DE+MAE+DO+PAC.html>.

<sup>163</sup> Fonte: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/pronunciamentos-oficiais/pronunciamento-do-senhor-do-presidente-da-republica-michel-temer-31-de-agosto-de-2016>.

haveria de ser o pai capaz de fazer do Brasil “*um país reconciliado, pacificado e em ritmo de crescimento*”<sup>164</sup>.

Não por acaso, o papel atribuído à mulher, na gestão Temer, foi marcado por um lugar bem definido. Marcela Temer, a primeira-dama reconhecida como “bela, recatada e do lar”<sup>165</sup>, assumiu “o posto de embaixadora do Programa Criança Feliz, reafirmando assim o lugar feminino ligado ao cuidado e ao afeto em um trabalho voluntário e vocacional” (Mandelbaum, 2019, p. 150). Conforme as palavras de Temer durante o evento de lançamento da ação, “*A presença da Marcela como embaixadora visa exatamente a incentivar as senhoras mulheres do país*”<sup>166</sup> a apoiarem e acompanharem o desenvolvimento infantil na primeira infância aos três anos, principal objetivo do programa.

Acerca da atribuição dos cuidados delegada às mulheres, Quintela (2020) sublinha o quanto esta aparece condicionada ao reforço de uma visão tradicional de família. Em um país cuja oferta gratuita de educação infantil não abrange a demanda do conjunto da população e em que a desigualdade social e o crescente nível de desemprego impedem que um número expressivo de famílias tenha acesso a soluções mercadológicas para as necessidades de cuidado, a figura da mulher aparece cada vez mais revestida da condição de cuidadora primária. Nesse sentido,

a privatização das famílias se aproveita da intensificação das hierarquias tradicionais de gênero, apoiadas no papel das mulheres na divisão sexual do trabalho: o trabalho reprodutivo do cuidado. Ou seja, o neoliberalismo se beneficia da imposição da moral tradicional-patriarcal: e o custo recai sobremaneira sobre a autonomia das mulheres (Quintela, 2020, p. 20).

Assim é que, dentro de um quadro que fazia do presidente e da primeira-dama o próprio modelo de família tradicional, formado pelo homem provedor, pela mulher garantidora do cuidado dos filhos e da casa, e pelos filhos, os lugares sociais de autoridade e submissão aparecem como lugares naturais, inquestionáveis e ideais. Para uma nação que vira a sessão de impeachment de Dilma ser invadida por um discurso que projetava a crise social e econômica vigente como uma crise moral, de

<sup>164</sup> Fonte: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/pronunciamentos-oficiais/pronunciamento-do-senhor-do-presidente-da-republica-michel-temer-31-de-agosto-de-2016>.

<sup>165</sup> “Bela, recatada e “do lar” foi o título de uma reportagem publicada pela revista Veja que apresentou Marcela Temer quando seu esposo, Michel Temer, ainda era vice-presidente, em abril de 2016.

<sup>166</sup> Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-10/temer-escala-primeira-dama-para-incentivar-adesao-de-municipios-ao-crianca>.

abandono dos valores tradicionais, sublinhar o papel de primazia da família heteronormativa patriarcal era também um modo de reafirmar hierarquias a fim de “recolocar o Brasil nos trilhos”<sup>167</sup> e “garantir aos investidores estabilidade política e segurança jurídica”<sup>168</sup>.

Se em 2016 a esfera pública fora tomada por um discurso quase ufanista, que vinculava a retomada da prosperidade e do crescimento econômico à restauração de uma ideia de nação então *em ruínas*, em 2018, ano de eleições presidenciais, o país assistiu a outro capítulo da narrativa produzida em torno da crise moral, econômica e social que teria pairado sobre o Brasil desde o advento da esquerda. Como apresentava o Plano de Governo <sup>169</sup> (2019-2022) do candidato Jair Bolsonaro, intitulado *O Caminho da Prosperidade*, “O Brasil governado pelo PT durante 13 anos” vivia a maior “crise ética, moral e financeira da história”<sup>170</sup>, por isso era necessário “caminhar juntos em defesa da família e da nossa pátria rumo à vitória”<sup>171</sup>.

O discurso posto em circulação era o de que a *indecência* e a *corrupção* instaladas durante o Governo petista deveriam ser aplacados com a vitória de Bolsonaro. Assim é que, de um lado, Bolsonaro aparece como a figura do gestor que iria promover as mudanças econômicas necessárias a fim de levar o país ao desenvolvimento, ao aderir aos pressupostos do livre mercado e garantir a liberdade aos cidadãos – que estariam sob o jugo da servidão a um Estado corrupto, como os excertos a seguir dimensionam:

---

<sup>167</sup> Fonte: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/pronunciamentos-oficiais/pronunciamento-do-senhor-do-presidente-da-republica-michel-temer-31-de-agosto-de-2016>.

<sup>168</sup> Fonte: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/pronunciamentos-oficiais/pronunciamento-do-senhor-do-presidente-da-republica-michel-temer-31-de-agosto-de-2016>.

<sup>169</sup> Fonte: <https://veja.abril.com.br/wp-content/uploads/2018/10/plano-de-governo-jair-bolsonaro.pdf>

<sup>170</sup> Fonte: Programa exibido no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) de 2018 por parte do candidato Jair Bolsonaro.

<sup>171</sup> Fonte: Programa exibido no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) de 2018 por parte do candidato Jair Bolsonaro.

Ele vai acabar com o 'toma lá dá cá' e compor uma equipe de ministros pelo critério da competência (Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, Brasil acima de tudo, Deus acima de todos, 2018).

Após 30 anos em que a esquerda corrompeu a democracia e estagnou a economia, faremos uma aliança da ordem com o progresso: um governo Liberal Democrata (Plano de Governo O Caminho da Prosperidade).

Somos defensores da Liberdade de opinião, informação, imprensa, internet, política e religiosa! • Liberdade das pessoas e de suas famílias em poder escolher os rumos da vida na contínua busca da felicidade! • Somos contra qualquer regulação ou controle social da mídia. • A Liberdade é o caminho da prosperidade. Não permitiremos que o Brasil prossiga no caminho da servidão (Plano de Governo O Caminho da Prosperidade).

As pessoas devem ter liberdade de fazer suas escolhas e viver com os frutos dessas escolhas, desde que não interfiram em aspectos essenciais da vida do próximo. • Os frutos materiais dessas escolhas, quando gerados de forma honesta em uma economia de livre iniciativa, têm nome: PROPRIEDADE PRIVADA! Seu celular, seu relógio, sua poupança, sua casa, sua moto, seu carro, sua terra são os frutos de seu trabalho e de suas escolhas! São sagrados e não podem ser roubados, invadidos ou expropriados! (Plano de Governo O Caminho da Prosperidade).

Nosso conjunto de Leis será o mapa e a BÚSSOLA serão os princípios liberais democratas para navegarmos no caminho da prosperidade. Enfrentaremos o viés totalitário do Foro de São Paulo, que desde 1990 tem enfraquecido nossas instituições democráticas (Plano de Governo O Caminho da Prosperidade).

De outro, surge o candidato capaz de se erguer contra o marxismo cultural que estaria imperando na sociedade e restaurar os valores tradicionais que dariam sustentação à nação brasileira, a partir do rechaço à doutrinação e sexualização das crianças, elementos que estariam presentes nos espaços escolares em razão dos conteúdos e métodos de ensino em voga.

Queremos um país decente e seguro para os nossos filhos (Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, Brasil acima de tudo, Deus acima de todos, 2018).

Propomos um governo decente, diferente de tudo aquilo que nos jogou em uma crise ética, moral e fiscal. Um governo sem toma lá-dá-cá, sem acordos espúrios. Um governo formado por pessoas que tenham compromisso com o Brasil e com os brasileiros. Que atenda aos anseios dos cidadãos e trabalhe pelo que realmente faz a diferença na vida de todos. Um governo que defenda e resgate o bem mais precioso de qualquer cidadão: a Liberdade. Um governo que devolva o país aos seus verdadeiros donos: os brasileiros (Plano de Governo O Caminho da Prosperidade).

Nos últimos 30 anos o marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo, se uniu às oligarquias corruptas para minar os valores da Nação e da família brasileira. • Queremos um Brasil com todas as cores: verde, amarelo, azul e branco (Plano de Governo O Caminho da Prosperidade).

Conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português, SEM DOCTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE. Além disso, a prioridade inicial precisa ser a educação básica e o ensino médio / técnico (Plano de Governo O Caminho da Prosperidade).

Esse discurso foi afiançado integralmente pelo Manifesto à Nação – o Brasil para os Brasileiros<sup>172</sup>, lançado às vésperas do segundo turno do pleito de 2018 por

<sup>172</sup> Fonte: [https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/anexos/564596\\_manifesto\\_nacao.pdf](https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/anexos/564596_manifesto_nacao.pdf)

uma das frentes parlamentares mais influentes atualmente, a Frente Parlamentar Evangélica. O manifesto apresentava uma proposta de um Estado mínimo para a população e máximo para o mercado orientado pela meritocracia e pelos valores morais tradicionais, únicos capazes de salvaguardar a família, a nação, as gerações futuras. É o que apontam os excertos a seguir:

#### EIXO I - MODERNIZAÇÃO DO ESTADO.

De fato, na ordem do dia da Nação a mais urgente de todas as pautas é, sem dúvida alguma, a modernização do mastodôntico Estado brasileiro. Exageradamente grande e sistematicamente ineficiente, o Estado foi erigido em plagas brasileiras sob a égide do patrimonialismo, tornando-se um fim em si mesmo há muito divorciado dos anseios da população que o sustenta a duras penas. [...] A atual estrutura orgânica tornou o Estado excessivamente intervencionista, gerador de déficits, incapaz de atender de forma eficaz às demandas da sociedade. [...] Logo, urge não apenas diminuir o tamanho do Estado (sua intervenção no domínio econômico e sua estrutura), como suas atividades devem ser desenvolvidas sob o primado da racionalidade administrativa: planejamento, eficiência, eficácia e efetividade.

#### EIXO IV – REVOLUÇÃO NA EDUCAÇÃO

##### 4.1 – MÉRITO: A BASE DE UM SISTEMA EDUCACIONAL DE SUCESSO.

Valorizar e incentivar o mérito em todo o sistema educacional nacional como condição do sucesso individual e, por extensão, no sucesso do Brasil. A tragédia que se instituiu no Brasil nas últimas décadas teve como uma das causas o desprezo pelo esforço, pelo estudo, pelo mérito conquistado ao longo do tempo, em benefício do caminho mais curto da demagogia, do uso político-partidário das escolas e universidades públicas, que se tornaram instrumentos ideológicos que preparam os jovens para a Revolução Comunista, para a ditadura totalitária a exemplo da União Soviética e demais regimes sanguinários. A destruição dos valores e princípios do mérito escolar e do mérito acadêmico universitário contribuiu para a violência contra a civilização judaico-cristã, atingindo duramente o Cristianismo, tal como aconteceu na URSS e demais Estados totalitários, como na Itália Fascista e na Alemanha Nacional-Socialista, China, Cuba etc. O mérito é rigorosamente democrático, todos podem conquistá-lo. [...] O mundo contemporâneo no Século XXI é e será cada vez mais competitivo e exigente. Portanto, todas as sociedades que ainda praticam uma educação ideológica, populista e demagógica, vão cada vez mais ficando para trás, e jamais conseguirão superar o abismo crescente que as separa das mais avançadas, já que estas sempre avançam mais, melhor e mais rápido. É uma condenação milenar ao atraso e à dependência em tudo. As sociedades mais avançadas do mundo não discutem a meritocracia como solução, pois todas são necessariamente meritocráticas, e desconhecem o populismo e a ideologia na educação, por isso são extremamente avançadas.

##### 4.2 – ESCOLA SEM IDEOLOGIA E ESCOLA SEM PARTIDO.

Libertar a educação pública do autoritarismo da ideologia de gênero, da ideologia da pornografia, e devolver às famílias o direito da educação sexual das suas crianças e adolescentes. Defender o direito à inocência da criança como direito humano universal. [...] O ataque às crianças, adolescentes e suas famílias tem por objetivo destruir os alicerces da Civilização como condição prévia para a criação das condições objetivas de instituir uma ditadura totalitária, escravizando as consciências pela força do Estado. A sociedade civil fica refém do Estado. Com isso, introduziram nas escolas todo tipo de pornografia, licenciosidade, perversão etc. Será necessária uma campanha ininterrupta de combate à sexualização e erotização das crianças e adolescentes em todo o Brasil, utilizando-se todos os meios possíveis, e punindo severamente todos que atentarem contra a inocência infantil. De outro lado, devemos instituir o Ensino Moral como conteúdo transversal em todas as disciplinas, visando a formação e sustentabilidade moral, ética e cívica das gerações. (Excertos do Manifesto à Nação – o Brasil para os brasileiros, lançado em 24 de outubro de 2018 pela Frente Parlamentar Evangélica da Câmara dos Deputados).

Se esse manifesto fez reverberar o acirramento de um modo de governo da população que tem na lógica do mercado e na moralidade tradicional a condição

para o progresso do país, com a vitória de Jair Bolsonaro contra o candidato petista Fernando Haddad, abriu-se um campo ainda mais profícuo para a produção de diferentes inimigos, reais ou imaginários, a serem desmantelados (o gigantismo do Estado, as minorias, os direitos humanos, a *ideologia de gênero*, o politicamente correto, etc.), fazendo emergir de modo mais sistemático no país uma forma de governar que se projetou como força reguladora das condutas, das subjetividades e da sociedade a partir do enlace entre neoliberalismo e conservadorismo.

E se havia alguma incerteza pairando sobre os pesquisadores que discutem a governamentalidade neoliberal quanto à “arquitetura da razão que liga a moralidade tradicional ao neoliberalismo” (Brown, 2019), meu entendimento é o de que a gestão Bolsonaro contribuiu sobremaneira para trazê-la à superfície e para realçar o papel central da instituição familiar na manutenção do projeto neoliberal. Ao alçar a família tradicional a protagonista moral da ordem social e acioná-la como a principal responsável pelo cuidado da vida, a gestão Bolsonaro fez dessa instituição um instrumento privilegiado para o governo da população.

Em um contexto mundial de radicalização das políticas neoliberais e de precarização da vida, a ativação da instância familiar como uma forma espontânea de autocuidado e ajuda mútua, que existe para além do espaço de intervenção social, oferece aos indivíduos uma segurança que o Estado, também ele governando para o mercado, não oferece mais. Assim é que o modo de condução das condutas atual, pautado “pela ordem do mercado” e “pela defesa ou restauração das formas tradicionais de vida como modos de enquadramento hierárquico e de normalização autoritária da população” (Dardot *et al.*, 2021, p. 205), em vez de levar os indivíduos a solicitar ao Estado uma proteção de ordem econômica ou social, têm os levado a exigir o resguardo de uma moralidade tradicional.

Em entrevista acerca do avanço das forças de extrema-direita no mundo, Alabao (2024) pontuou que a obsessão com o gênero pode ser entendida como uma forma de substituir, condensar e resumir as ansiedades vitais. Em suas palavras,

Os sentimentos de insegurança – cada vez mais materiais – são reinterpretados como produzidos por uma crise dos valores tradicionais e da família por culpa do que chamam de “ideologia de gênero”. Assim, o reforço da família tradicional heterossexual e a fixação dos papéis de gênero se tornam importantes suportes identitários, não só sociais e culturais, mas também políticos (Alabao, 2024, on-line).

Ainda segundo Alabao (2024, on-line), as batalhas travadas em nome da moralidade são funcionais à luta pelo poder político, sendo bastante “úteis para alcançar ou sustentar governos, gerar coalizões – entre religião e política ou entre diferentes religiões – e articular movimentos sociais de caráter reacionário”. Como pretendo demonstrar ao abordar o viés familista da Gestão Bolsonaro na presidência, a produção dessas batalhas constituiu-se em um aparato fundamental do seu modo de governar.

### 3.6 A família heteronormativa e o mercado “vão ao paraíso”

*Daqui em diante nos pautaremos pela vontade soberana daqueles brasileiros que querem boas escolas, capazes de preparar seus filhos para o mercado de trabalho e não para a militância política. Que sonha com a liberdade de ir e vir sem serem vitimados pelo crime. Que desejam conquistar, pelo mérito, bons empregos e sustentar com dignidade suas famílias [...] Na economia, traremos a marca da confiança, do interesse nacional, do livre mercado e da eficiência. [...] Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas (Discurso de Jair Bolsonaro em sua Cerimônia de Posse como Presidente da República, realizada dia 1 de janeiro de 2019, no Congresso Nacional<sup>173</sup>).*

A centralidade política concedida à família tradicional foi um dos pilares da gestão Bolsonaro, que buscou pautar a educação deslocando os conflitos sociais para o campo da moralidade. A mobilização recorrente de uma retórica de defesa da família e dos valores tradicionais pôde ser percebida ao longo de todo o Governo Bolsonaro, sendo a criação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no segundo dia de mandato, uma das principais ações que evidenciam o caráter familista dessa gestão.

Chefiado pela pastora Damares Alves, o MMFDH apresentou a “elaboração e a implementação de políticas para a família” como “prioridade absoluta para este Ministério” (Brasil, 2020a), sendo essa definição amparada no Decreto N.º 9.673, de 2 de janeiro de 2019, que criou o ministério e levou à organização de uma estrutura inédita no Brasil, com a designação de uma Secretaria Nacional da Família (SNF).

Esse discurso familista materializa-se em um conjunto de documentos composto por pronunciamentos, pelo decreto mencionado e por políticas, programas,

<sup>173</sup> Fonte: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos>

ações e serviços promovidos no escopo das atribuições da SNF e textos publicados em veículos midiáticos, por exemplo. Dentre o arquivo mobilizado nesta tese, faço menção aos seguintes excertos:

Art. 15. À Secretaria Nacional da Família compete:

I - assistir o Ministro de Estado nas questões relativas à formação, fortalecimento e promoção da família;

II - formular políticas e diretrizes para a articulação dos temas, das ações governamentais e das medidas referentes à promoção e defesa da família;

III - coordenar e propor ações transversais no que se refere à formação, fortalecimento e promoção da família;

IV - articular ações intersetoriais, interinstitucionais, interfederativas e internacionais para fortalecimento da família;

V - promover a inserção de uma perspectiva de família em todas as áreas de atuação do governo;

VI - gerir convênios, termos, acordos e outros instrumentos congêneres relativos à família;

VII - coordenar e articular ações com órgãos governamentais e organizações da sociedade civil, bem como com outras secretarias do Ministério para:

a) suporte à formação e desenvolvimento da família;

b) fortalecimento dos vínculos familiares;

c) projeção econômica e social da família;

d) promoção do equilíbrio entre trabalho e família;

e) realização de projetos especiais e desafios relativos ao desenvolvimento da família; e

f) fomento a políticas de igualdade no combate à discriminação à família.

VIII - coordenar e monitorar a implementação e o aperfeiçoamento dos planos nacionais e setoriais voltados à família;

IX - interagir com os conselhos do Ministério que se relacionam com o tema da família;

X - promover e articular a implementação de políticas, programas, ações e serviços referentes à família por meio da integração das instâncias intersetoriais, interinstitucionais e interfederativas;

XI - coordenar o desenho e a implementação de políticas familiares transversais;

XII - propor e incentivar a conscientização pública acerca do papel social da família;

XIII - produzir e disseminar informações para a formação, de maneira responsável, da família;

XIV - incentivar ações formativas e educativas que promovam os objetivos elencados no inciso VII;

XV - promover e articular a formação e a capacitação de agentes públicos nos três níveis de governo em políticas familiares;

XVI - propor a adequação e o aperfeiçoamento da legislação relativa aos temas de sua competência;

XVII - desenhar, monitorar e avaliar políticas públicas familiares;

XVIII - observar e promover a efetivação dos direitos humanos concernentes à família;

XIX - apoiar, em articulação com a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Marco Legal da Primeira Infância; e

XX - apoiar, no que diz respeito ao fortalecimento de vínculos familiares, os programas da Política Nacional de Assistência Social (Brasil, 2019a, on-line).

Muitas pessoas no Brasil estão perguntando: precisava no Brasil de um Ministério da Família? Sim, gente. O governo Bolsonaro vem com uma outra perspectiva. *Todas as políticas públicas neste país terão que ser construídas com base na família.* [...] Não dá mais para pensar em políticas públicas sem pensar no *fortalecimento da família.* (Discurso de posse de Damares Alves como Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em 2 de janeiro de 2019, grifos meus<sup>174</sup>).

[...] a família é o agente educativo de maior impacto social, já que se constitui no berço da ética individual e das relações pessoais, em que o respeito pelo outro se enraíza e a dignidade da pessoa se torna efetivamente normativa. Muitos podem se perguntar se pensar sobre a família a partir do governo não significaria uma intromissão na esfera privada. Se esta fosse a perspectiva, provavelmente o plano seria contrário à liberdade. Porém, a proposta é diametralmente oposta [...] *O foco na família significa oferecer as bases para que a família possa se consolidar internamente, sem que políticas públicas orientem suas decisões de forma pragmática e,*

<sup>174</sup> Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/acabou-a-doutrinação-de-crianças-e-adolescentes-diz-damare-em-posse.shtml>

na maioria das vezes, paternalista e ineficiente [...] A Secretaria da Família constitui, de fato, uma estrutura inédita no Brasil, projetada a investir no essencial, já que muitos problemas sociais podem ser evitados com o devido *protagonismo da família*, desde o preconceito à violência, passando pelos desequilíbrios afetivos, que, em muitos casos, fundamentam o recurso a drogas e outros subterfúgios (Gandra Martins, 2019, on-line, grifos meus).

“Reconhecemos o papel da família como a primeira protagonista na educação. Família, sociedade e Estado. A família vem primeiro e tem a tarefa de educar. O Estado protege a família. É importante que os pais acompanhem mais e melhor a educação de seus filhos, fortalecendo a segurança e autoestima e evitando o comportamento de risco”. (Fala da Secretária da Família, Angela Gandra, durante lançamento da plataforma Escola Nacional da Família<sup>175</sup>).

Vemos que a família é boa notícia e esperança. É investir no óbvio para erradicar a pobreza, alavancar a educação, a cidadania, a harmonia social e um real desenvolvimento econômico *a partir da autonomia, da liberdade e da responsabilidade*. Dessa forma, o Estado protetor desincha e diminui o gasto público em apagar incêndios, com tanto sofrimento humano, ao oferecer as condições para que as famílias se autoestruturem, solucionando os problemas a partir da raiz (Gandra Martins, 2021, on-line, Grifos meus).

Segundo Angela Vidal Gandra da Silva Martins<sup>176</sup>, que ocupou o cargo de Secretária Nacional da Família, o objetivo do Governo era o de promover e fortalecer a instituição familiar a fim de que esta não precisasse recorrer a políticas públicas que levariam à intervenção estatal em decisões que deveriam ser exclusivamente de ordem privada. É nesse sentido que a criação da secretaria, conforme justificativa apontada por Angela Gandra em artigos publicados no Jornal A Folha de São Paulo nos anos de 2019 e 2022, ao invés de significar uma *intromissão na esfera privada*, teria o propósito de dotar a instituição familiar de *autonomia, liberdade e responsabilidade* a fim de que ela pudesse se consolidar internamente.

A fim de guiar à população à compreensão de que, tal como pontua Cooper (2022) em relação aos preceitos neoliberais, os laços familiares podem substituir os laços “impessoais” do seguro social, o aparato formado pela SNF e pelas Diretoria de Formação, Desenvolvimento e Fortalecimento da Família, Diretoria de Equilíbrio Trabalho-Família e Diretoria de Desafios Sociais no Âmbito Familiar colocou em funcionamento, por meio da “projeção social e econômica da família e do cultivo da solidariedade intergeracional familiar”, uma série de dispositivos voltados, segundo a Ministra Damares, a “trazer a família para o centro de todas as políticas públicas, fortalecendo vínculos” (Brasil, 2019b, on-line).

Entre as políticas, programas, ações e serviços que integraram diferentes instâncias governamentais podem ser mencionados o *Programa Município Amigo da*

<sup>175</sup> Fonte: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/abril/nova-plataforma-virtual-oferece-capacitacoes-na-tematica-de-familia-e-educacao-parental>. Acesso em 22 set. 2024.

<sup>176</sup> Angela Gandra é advogada, especialista em antropologia filosófica e Doutora em Filosofia do Direito e filha do jurista Ives Gandra Martins, já mencionado nesta Tese.

*Família* (PMAF), que tinha a finalidade de “incentivar os municípios brasileiros a realizarem ações destinadas à implementação integrada de políticas familiares, a fim de promover o fortalecimento dos vínculos familiares”; o *Projeto Reconnecte*, que buscava “fortalecer os vínculos familiares por meio da promoção do uso saudável das novas tecnologias”; o *Programa Famílias Fortes*, voltado a promover o bem-estar dos membros da família a partir do fortalecimento dos vínculos familiares com vistas à diminuição da violência intrafamiliar, da evasão escolar e do consumo de álcool e drogas; o *Observatório Nacional da Família* (ONF), unidade de pesquisa da SNF, destinado ao fomento de pesquisas científicas em temáticas relacionadas à família; a *Estratégia Nacional de Fortalecimento de Vínculos Familiares*, iniciativa interministerial que buscou convergir ações e políticas públicas que afetam os vínculos familiares no âmbito do Governo Federal (Brasil, 2020a); a *Escola Nacional da Família*, plataforma virtual destinada à formação de pais/responsáveis e profissionais interessados na temática de família e educação parental que apresentava cursos voltados para o fortalecimento dos vínculos familiares, tais como: Casar é Legal: Preparação para o Casamento Civil, Curso Teórico para Empregados: Equilíbrio Trabalho-Família, Rodas de Escuta: Acolha a vida, entre outros; o *Programa Educação e Família*, com a finalidade de, no âmbito das escolas públicas de educação básica, fomentar a participação da família na vida escolar do estudante e na construção do seu *projeto de vida*; o Projeto Conta pra Mim, ação do MEC direcionada à educação infantil, cujo objetivo era o de “orientar, estimular e promover práticas de literacia familiar em todo o território nacional”, a partir do “reconhecimento da família como ator fundamental para o sucesso educacional dos filhos (Brasil, 2020b), e o *Projeto Família na Escola*, elaborado em conjunto pelo MMFDH e o MEC. Esse projeto foi destinado às famílias de crianças matriculadas na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental e tinha como objetivo formar habilidades parentais, garantir os direitos da criança e o acompanhamento pedagógico, com foco no fortalecimento dos vínculos familiares e no desenvolvimento integral da criança. Entre os conteúdos abordados são elencados: “direitos e deveres da família na educação das crianças e o lar como primeiro espaço educativo; os marcos do desenvolvimento da criança e o papel da família; a interação família e escola e as transições de ensino; o papel da família na educação da inteligência, da vontade e da afetividade” (Brasil, 2022a).

Esse aparato institucional é mencionado em discursos da Secretária Angela Gandra proferidos em eventos promovidos pela plataforma ultraconservadora *Political Network for Values*, que se define como uma “plataforma global de representantes políticos e líderes a nível mundial que promovem e defendem ativamente os valores da família, a vida e a liberdade”, e em 2021 realizou o Seminário virtual “Diálogos Transatlânticos: uma resposta política à ideologia de gênero”<sup>177</sup> e em 2022 o *Transatlantic Summit IV - Freedom at Stake*<sup>178</sup>, promovido em Budapeste, na Turquia.

Nas duas participações da secretária, os programas Famílias Fortes e Família na Escola foram apresentados a partir de um marco conservador que faz da família tradicional o modelo a ser seguido e aquele capaz de participar como o principal agente na educação dos filhos.

[...] *estamos trabalhando muito nas políticas públicas contra a ‘ideologia de gênero’*. Desde o primeiro momento, tiramos todas as cartilhas que tínhamos onde os pais eram preparados a ajudar seus filhos desde os dois anos a escolher seu sexo [...] o presidente falou que não iria promover isso, desde o primeiro dia de mandato. No dia internacional da juventude, disse que se fosse um ano antes, estariam dois ou duas jovens se beijando, e agora não. *Queremos acabar com esses jovens, acabar com essa ideologia, então é esse trabalho que temos adiante. Como estamos fazendo? Em primeiro lugar, com um projeto que se chama “Famílias Fortes”, que é um programa que estamos levando a todos os municípios do Brasil, que trata do fortalecimento de vínculos familiares, porque muito acontece pelo abuso que há na família e tudo, que depois as pessoas se confundem e vão para outro caminho*”. (Transcrição de discurso de Angela Gandra Martins, Secretária Nacional da Família, no Seminário Diálogos Transatlânticos - Uma resposta política à ideologia de gênero, 2021<sup>179</sup>)

[...] outra coisa que temos é um programa chamado Família na Escola. Antes o único dever dos pais em relação à educação era matricular os filhos na escola. Agora temos um *programa. A família tem que participar da escola, saber como as crianças estão sendo tratadas, e principalmente saber os conteúdos que eles estão recebendo*. [...] como diz o nosso presidente no Brasil, nem o aborto nem a ideologia de gênero jamais prevaleceram no nosso país (Transcrição de discurso de Angela Gandra Martins, Secretária Nacional da Família, no *Transatlantic Summit IV - Freedom at Stake*, 2022<sup>180</sup>).

Ao abordar o Famílias Fortes, a justificativa apresentada para a sua formulação seria as ações realizadas pelo Governo contra a denominada *ideologia de gênero* e contra quaisquer outros formatos de relacionamento diferentes do heteronormativo. É com esse objetivo que, ao mencionar fala do presidente Bolsonaro referente ao Dia Internacional da Juventude e a uma possível alusão, nas campanhas produzidas pelos

<sup>177</sup> O referido seminário foi realizado em parceria com a plataforma *Alliance Defending Freedom (ADF)*, financiadora de temas ligados à agenda ultraconservadora, e teve a participação de representantes do Vox, partido de extrema-direita da Espanha, e do *Family Research Council*, think tank destinada a xxxxx

<sup>178</sup> O *Transatlantic Summit IV - Freedom at Stake* foi realizado em parceria com a plataforma *CitizenGO* (Espanha) e *The Heritage Foundation* (EUA), e apoiado pelo Governo de Viktor Orbán.

<sup>179</sup> Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=Cfp8nHse7vo>

<sup>180</sup> Fonte: <https://youtu.be/KpREMBEslfA>

governos anteriores, a um beijo homoafetivo, salientou que o propósito da SNF era o de “*acabar com esses jovens, acabar com essa ideologia*”, e que o fortalecimento dos vínculos familiares contribuiria para que a sexualidade dos membros da família estivesse de acordo com uma normatização atinente aos valores tradicionais cristãos.

Já ao fazer menção ao Escola na Família, a secretária deu relevância à possibilidade de os pais terem ciência daquilo que é ensinado nas escolas, frisando o posicionamento contrário do Governo a qualquer discussão envolvendo direitos reprodutivos e educação para a sexualidade.

Sem entrar no mérito de um possível ato falho ocorrido na fala da secretária durante participação no Seminário Diálogos Transatlânticos, ao afirmar que o propósito da SNF seria o de *acabar com esses jovens*, referindo-se a casais homoafetivos, o posicionamento de Angela Gandra fez repercutir o preconceito e a discriminação vivenciada por essa população, refletindo os diferentes tipos de violências que apontam para uma eliminação, simbólica ou literal, desse grupo de sujeitos. Cabe, portanto, sublinhar como a ascensão desse modo de governo pelos valores tem exacerbado elementos de nossa conformação histórica, recusados ou mesmo desconhecidos por nós, voltados para produzir subjetividades que aceitam a brutalização e o extermínio – literal ou não – do outro (Rolnik, 2023).

O discurso de Angela Gandra sobre a família, que repercute o posicionamento da gestão Bolsonaro na presidência, faz ecoar os valores defendidos pela *Political Network for Values* e aponta a defesa da instituição familiar como um de seus compromissos fundamentais. Nessa perspectiva, tal como apresentado no seu *Decalogue of Commitments for Human Dignity and the Common Good* (Decálogo de Compromissos com a Dignidade Humana e o Bem Comum):

3. A família é a unidade básica da sociedade, a primeira escola para construir o caráter e os valores que moldam o indivíduo e o preparam para exercer um papel positivo na sociedade. Assim, a defesa da família exige um compromisso inequívoco de nossa parte. O Estado deve reconhecer a importância social e econômica do casamento e da família, pelo que deve *promover políticas públicas com uma perspectiva familiar*.

4. O *casamento constitui uma Instituição entre um homem e uma mulher, onde cada um tem uma contribuição diferente e ao mesmo tempo complementar* no processo de formação de uma família. Portanto, a promoção a nível cívico e o apoio a nível jurídico da referida Instituição são vitais.

5. *É direito dos pais escolherem a educação dos filhos de acordo com as suas convicções morais, religiosas, filosóficas e pedagógicas*, o que constitui um elemento central na defesa da dignidade da pessoa. O Estado não pode, nem

deve, substituir os pais nesta tarefa (*Political Network for Values*, 2024, on-line, tradução minha, grifos meus)<sup>181</sup>

Ao analisar o viés familista da Gestão Bolsonaro, é possível verificar que este segue os preceitos defendidos por um conjunto de *think tanks*, entre as quais a *Political Network for Values*, em que o papel do Estado não é o de investir em políticas sociais capazes de oferecer melhores condições de vida às famílias, tais como moradia, saúde, educação, habitação, cultura, etc., mas tão somente o de projetá-las como unidades econômico-morais capazes de se responsabilizar pelo cuidado da vida de seus membros.

De um lado, a família é mobilizada como aquela instituição capaz de contribuir para um “real desenvolvimento econômico”, ao desonerar o Estado dos gastos com a proteção social. De outro, é promovida a protagonista moral na ordem social, a quem deve ser dada a primazia na educação dos filhos, fazendo com que convicções morais, religiosas, filosóficas e pedagógicas em conformidade com o conjunto de valores da tradição religiosa cristã possam avançar contra o social e os ideais de igualdade, civilidade e inclusão, promovendo a exclusão de modos de vida não condizentes com o patriarcalismo, a tradição, a religião cristã.

É nessa seara que, no Art. 15 do Decreto N.º 9.673, a alínea f, do inciso VII, aponta o fomento de políticas que visem combater a discriminação à família:

Art. 15. À Secretaria Nacional da Família compete:  
VII - coordenar e articular ações com órgãos governamentais e organizações da sociedade civil, bem como com outras secretarias do Ministério para:  
f) fomento a políticas de igualdade *no combate à discriminação à família* (Brasil, 2019a, on-line).

Essa previsão legal vai ao encontro do modelo de família defendido pela Gestão Bolsonaro, o qual não diz respeito a todas as composições familiares, mas apenas

---

<sup>181</sup> Texto original: “3. *The family is the basic unit of society, the first school to build the character and values that shape the individual and prepare him or her to exercise a positive role in society. Thus, the defense of the family requires an unequivocal commitment on our part. The State must recognize the social and economic importance of marriage and the family; because of this, public policies with a family perspective should be promoted. 4. Marriage is an institution between a man and a woman in which each one makes a different and simultaneously complementary contribution to the process of family formation. It is therefore vital to promote this institution at the civic level and support it at the legal level. 5. It is the right of parents to decide the education of their children according to their moral, religious, philosophical and pedagogical convictions, which constitutes a central element to the defense of the dignity of the person. The State cannot and should not replace parents in this task.*”

àquela composta por pai, mãe e seus filhos, entendida como a única passível de ser reconhecida como família. Nesse modelo, os lugares sociais de autoridade e submissão aparecem como lugares naturais, ideais e inquestionáveis, sendo hierarquicamente definido o homem como o provedor e figura máxima do lar, a mulher como a garantidora do cuidado dos filhos e da casa e os filhos aqueles que devem submissão aos pais.

Tal modelo heteronormativo e patriarcal de família aparece em diversos momentos na fala do então presidente Bolsonaro, como demonstrado nos excertos a seguir:

“A família está definida na Bíblia, mas está também na Constituição. Não podemos mudar a nossa sociedade. Somos isso que está aqui, um homem, uma mulher e os seus filhos. É isso que nós queremos. Não podemos deixar que mudem isso em nosso Brasil” (Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, em 14 de julho de 2022<sup>182</sup>).

"Mudou o governo. Não é mais o PT, onde a família era um lixo, onde os valores familiares não valiam nada. Tá na Constituição: o que é família? Homem e mulher. Tá escrito lá. Emende a Constituição e a gente vê como fica. Como sou cristão, vai ter de apresentar uma emenda à bíblia também" (Entrevista do Presidente da República, Jair Bolsonaro, à apresentadora Antonia Fontenelle, em 02 de setembro de 2019<sup>183</sup>).

Amparando-se no texto da Constituição de 1988 e na Bíblia, que apontam a entidade familiar como aquela formada por um homem e uma mulher e seus descendentes, Bolsonaro apresenta a defesa do modelo tradicional como um contraponto ao que era defendido durante os mandatos presidenciais de Lula e Dilma Roussef.

Essa compreensão do que pode ser considerado uma família fica mais explícita quando observamos a exclusão de famílias homoparentais do estudo “Fatos e Números: Arranjos Familiares no Brasil”, produzido pelo Observatório Nacional da Família<sup>184</sup>, vinculado à SNF. O documento publicado em 2021 apresenta dados sobre

<sup>182</sup> Fonte: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/07/5022260-em-evento-bolsonaro-restringe-familias-a-um-homem-uma-mulher-e-filhos.html>

<sup>183</sup> Fonte: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/09/03/interna\\_politica,1082053/brasil-esta-quase-na-ingovernabilidade-no-tocante-as-reservas-diz-b.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/09/03/interna_politica,1082053/brasil-esta-quase-na-ingovernabilidade-no-tocante-as-reservas-diz-b.shtml)

<sup>184</sup> O Observatório Nacional da Família (ONF), unidade de pesquisa da SNF, foi instituído pela Portaria nº 1.643 de 19 de junho de 2020 e apresentava como objetivo “incentivar o desenvolvimento de estudos e pesquisas relacionados à temática da família, tornando-se referência para elaboração de políticas públicas voltadas à família. Busca igualmente contribuir para subsidiar políticas familiares bem como o intercâmbio e a difusão do conhecimento científico sobre a família no Brasil e no mundo” (Fonte: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/carrossel/observatorio-nacional-da-familia-1/view>).

a evolução histórica da composição familiar no Brasil de 1995 a 2015, como a distribuição da renda por arranjos familiares, o crescimento da proporção de mulheres solteiras com filhos e o aumento das mulheres chefes de família, e desconsidera números relativos às famílias formadas por pessoas do mesmo sexo. O único recorte apresentado é o de cor/raça, abordado apenas superficialmente em um único gráfico. Esse retrocesso em relação a gestões anteriores, quando informações relativas ao segmento LGBTQIA+ já apareciam em dados apresentados a partir de pesquisas promovidas pelo IBGE, invisibiliza a referida população e a exclui como público-alvo das iniciativas realizadas no âmbito do MMDFH.

Ao analisar o conjunto de dispositivos institucionais mobilizados nos quatro anos de gestão Bolsonaro, nenhuma ação específica, ou mesmo qualquer referência a arranjos familiares distintos do modelo nuclear tradicional, foi observada. Em sentido oposto, as manifestações, frequentemente amparadas no uso do recurso argumentativo de uma “ideologização da sociedade” que estaria levando à “destruição” do modelo heteronormativo de família, encaminhavam para uma definição de família que não apenas exclui das políticas públicas uma parcela considerável da população que não se enquadra dentro do escopo de uma moralidade tradicional, como também contribui para a sua discriminação, como a fala da secretária Angela Gandra, durante o Seminário Diálogos Transatlânticos, tornou explícita.

A referência ao papel do Estado nos processos de educabilidade da população e sua atuação na produção de subjetividades orientadas por um familismo de viés neoliberal conservador aparece, também, no *Plano de Governo de Bolsonaro 2023-2026: Pelo bem do Brasil*<sup>185</sup>, que confere uma centralidade à instituição familiar ainda maior do que a percebida no *Plano 2019-2022: O Caminho da Prosperidade*:

Não existe organização social que crie maiores vínculos que a família, sendo o melhor espaço da construção do que significa o ser humano. Assim, o ponto de partida e de chegada das políticas públicas e ações sociais do nosso Plano de Governo é a família (Plano de Governo de Jair Bolsonaro 2023-2026, 2022, p. 21).

Muito foi feito pelas mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência e vulneráveis. Todas essas ações visam fortalecer os vínculos familiares e intergeracionais, dentro da ideia de que os pais são os principais atores na educação das crianças, e não o Estado, e de que famílias fortes são a base de nações fortes (Plano de Governo de Jair Bolsonaro 2023-2026, 2022, p. 29).

---

<sup>185</sup> Fonte: <https://static.poder360.com.br/2022/08/plano-de-governo-bolsonaro-definitivo.pdf>

Fazendo menção a ações realizadas na gestão 2019-2022, o documento aponta para a manutenção de um modo de governo da população orientado pela primazia dos pais na educação dos filhos em relação ao Estado e pela compreensão de que a família é a base para o desenvolvimento de um país. Ao analisar esses excertos, é possível assinalar a carga de passado presente na atualidade, isto é, é possível perceber a repetição do discurso familista orientado pelo binômio mercado-moral colocado em circulação na década de 1980, quando o ideário neoliberal ainda não aparecia na política econômica brasileira, mas já era uma realidade nos governos norte-americano e britânico.

A referência às *famílias fortes*, por parte do Plano de Governo Bolsonaro, retoma o Relatório *The Family, Preserving America's Future*, que expressava categoricamente que “famílias fortes possibilitam o progresso econômico transmitindo os valores centrais para uma economia livre”<sup>186</sup> (Bauer, 1986, p. 17) e que “somente em uma sociedade que permite a liberdade individual os membros da família podem exercer a iniciativa e a responsabilidade que contribuem para uma vida familiar forte”<sup>187</sup> (Bauer, 1986, p. 17). Ao mesmo tempo, atualiza o pensamento tatcheriano de que “a sociedade civilizada não acontece por acaso. Ela precisa ser sustentada por padrões amplamente aceitos e mantidos” e de que “devemos recorrer à energia moral da sociedade, e devemos recorrer aos valores da vida familiar, pois a família é o primeiro lugar onde aprendemos aqueles hábitos de amor mútuo, tolerância e serviço dos quais toda nação saudável depende para sua sobrevivência” (Thatcher, 1987b).

Na mesma perspectiva, a afirmação de que “os pais são os principais atores na educação das crianças, e não o Estado”, constante do Plano mencionado, faz novamente reverberar o discurso sobre o papel da família na educação constante no Relatório *The Family*, que afirmava a primazia da família ao recomendar que o currículo escolar “não deve minar os valores familiares, mas sim reforçar os princípios e ideais que a maioria dos pais se esforça por transmitir aos seus filhos”<sup>188</sup> (Bauer, 1986, p. 50), e também o posicionamento de Margaret Thatcher, que defendia que os “os pais devem poder escolher a educação dos filhos” (Thatcher, 1987b).

---

<sup>186</sup> Texto original: “*Strong families make economic progress possible by passing on the values central to a free economy*”.

<sup>187</sup> Texto original: “[...] *only in a society that allows individual freedom can family members exercise the initiative and responsibility that makes for strong family life*”.

<sup>188</sup> Texto original: “*Curricular material should not undermine family values but should reinforce the principles and ideals most parents strive to impart to their children*”.

O discurso que delega à família um protagonismo na educação, dadas as especificidades de cada realidade geográfica, social e política, em ambos os momentos históricos aparece construído a partir de duas perspectivas que se entrelaçam. De um lado, a família é mobilizada como a instituição que necessita ter seus valores morais assegurados em relação a todos os demais. De outro, é percebida como aquela que requer o resguardo de sua autoridade e hierarquia perante a sociedade. Nas duas perspectivas, o papel do Estado é o de não intervir no escopo privado e o de garantir a “liberdade de escolha” por parte da família para que ela possa agir segundo seus princípios morais – desde que, *é preciso assinalar*, estes estejam em conformidade com o conjunto de valores da tradição religiosa cristã.

Dentro do que a racionalidade neoliberal instaura, cabe, pois, ao Estado adotar um papel pedagógico ativo no cultivo dos valores familiares *apropriados* entre o conjunto da população, de modo que as obrigações privadas apareçam como substitutas das políticas sociais. Dito de outro modo, em um contexto cada vez mais marcado por restrições e cortes em investimentos públicos em educação, saúde, habitação e cuidados com crianças e idosos, por exemplo, a condução da conduta familiar deve guiar-se pela substituição dos “laços impessoais” da seguridade social, a fim de que o *Estado desinche*, como apontou a Secretária Angela Gandra, e permaneça sendo “um Estado forte, para uma economia livre, um Estado forte para com os fracos (os despossuídos) e fraco para com os fortes (os proprietários) (Lazzarato, 2019, p. 32).

Menos do que um Estado mínimo, o que temos dentro da racionalidade neoliberal é um Estado máximo para o mercado que organiza e gere *serviços mínimos* para a população, por isso a importância de promover as relações de parentesco, forjadas no autocuidado, apoio mútuo e dívida intergeracional (Cooper, 2022). Ao fazer das “obrigações naturais” da família o substituto para o estado de bem-estar, torna-se possível a manutenção do projeto neoliberal, desde sempre aparado na figura do Estado como um agente a governar para o mercado.

Esse entendimento faz com que o Estado não apenas interpele a família para que funcione como um tipo de seguro de contrato mútuo que garante a vitalidade do jogo concorrencial neoliberal, como também promova um sentimento de pertença, um *altruísmo* por parte da figura do pai e da mãe, aqueles que precisam defender os filhos de quaisquer *ameaças* externas à vida familiar. Como procurei delinear no Capítulo II, essa estratégia de governmentação já aparecia no pensamento do ordoliberal Wilhelm

Röpke, na década de 1940, e acompanhou o neoliberalismo em seus diferentes contextos e momentos históricos, embora esta seja uma dimensão que, no entendimento de Cooper (2022), tenha sido ativamente esquecida ou obscurecida por parte considerável de seus comentadores.

A relevância dada à instituição familiar pela racionalidade neoliberal ampara-se, portanto, não somente na projeção de um “comportamento empreendedor, diligente e responsável” (Brown, 2018) por parte de seus membros – o que fez com o cuidado da vida fosse percebido como uma atribuição de ordem privada e com que os pais buscassem promover investimentos no capital humano dos filhos, com vistas à formação de indivíduos capazes de fazer parte do jogo concorrencial do mercado – mas também na ativação da necessidade de defesa de sua privacidade, autoridade e seus valores morais, pois é deste modo que ela pode se perpetuar enquanto esteio econômico e moral dos indivíduos.

Assim é que o Estado surge como a instituição capaz de resguardar a autoridade e privacidade familiar em relação à educação. Se até o ano de 2018 as investidas da agenda familista junto ao poder federal se davam, sobretudo, junto a parlamentares do Congresso e do Senado, com a eleição de Bolsonaro à presidência todo um aparato governamental passou a ser mobilizado, fazendo do Estado ele próprio um articulador de uma privatização familiar que repercutiu fortemente nos domínios da educação. E essa estatização de uma ofensiva familista vai seguir, rigorosamente, a mesma tática de produção de pânicos morais procurando regular as condutas tendo como parâmetros os valores do familismo patriarcal cristão.

É nessa perspectiva que o Presidente da República, a Ministra do MMFDH, o Ministro da Educação e a Secretária Nacional da Família colocarão em circulação o discurso de contrariedade à *ideologia de gênero*, sublinhando a preocupação com relação à preservação da inocência das crianças, como os excertos a seguir, que se somam aos já mencionados nesta seção, explicitam:

O presidente vai *respeitar a inocência das crianças em sala de aula*. Não existe essa conversinha de ideologia de gênero. *Isso é coisa do capeta*. (Pronunciamento do Presidente Jair Bolsonaro durante o evento Marcha para Jesus, em 2019<sup>189</sup>)

Todos vocês sabem que tenho uma posição muito clara quanto à ideologia de gênero. Nós não estamos brigando contra a igualdade de salário entre homens e mulheres. *Por que eu fui pra esse debate da ideologia de gênero? Porque os médicos me provocaram*. Porque são os médicos, os pediatras que estão preocupados

<sup>189</sup> Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/08/ideologia-de-genero-e-coisa-do-capeta-diz-bolsonaro-na-marcha-para-jesus.shtml>

com quando você diz pra uma criança que ela tem 70 identidades de gênero pra escolher. (Discurso da Ministra do MMFDH, durante audiência da Comissão de Segurança Social e Família, em 2019<sup>190</sup>).

*Não vou permitir que em livros didáticos a gente possa levar questões de gênero para crianças de 6 anos de idade, tudo tem o seu tempo certo, não podemos violentar a inocência das crianças.* (Discurso do Ministro da Educação Milton Ribeiro durante cerimônia de lançamento do cronograma para a implantação do novo Ensino Médio, em 4 de julho de 2021<sup>191</sup>)

[...]o filho do presidente, Eduardo Bolsonaro, está na Comissão de Educação e *vai trabalhar muito fortemente contra a ideologia de gênero. Também tiramos o vocabulário: em todos os documentos, quando se usa “gênero”, significa “sexo” [...]* e por fim estamos também envolvendo a sociedade civil, *os pais, as famílias, que estão opinando muito mais e mostram o que não querem.* Com a sociedade civil, os legisladores, judiciário, governo, que está muito firme com os órgãos internacionais, convocando com a Partnership for families, formado em 2019, convocamos os países a estar com a gente para estar do lado da família, *dizer que a família é a primeira protagonista da educação dos filhos[...]* (Transcrição de discurso de Angela Gandra Martins, Secretária Nacional da Família, no Seminário Diálogos Transatlânticos - Uma resposta política à ideologia de gênero, 2021<sup>192</sup>)

Em alguns momentos, o posicionamento contrário à *ideologia de gênero* aparece em paralelo ao repúdio ao que denominam de *doutrinação marxista/comunista/socialista* nas escolas, reiterando o quanto esse elemento continuava a exercer forte apelo junto a setores conservadores da sociedade e o quanto a produção permanente de um medo em relação a esse *fantasma* funcionava enquanto tática de governo da população.

Uma das metas para tirarmos o Brasil das piores posições nos rankings de avaliação do mundo é combater o lixo marxista que se instalou nas instituições de ensino. Junto com o ministério da educação e outros envolvidos vamos evoluir e formar cidadãos e não mais militantes políticos. (Tweet do candidato eleito à presidência Jair Bolsonaro na Plataforma Twitter em 31 de dezembro de 2018<sup>193</sup>).

*É preciso combater o que se denominou de ideologia de gênero, com a destruição de valores culturais, da família, da igreja, da própria educação e da vida social.* Pautas nocivas não serão mais aceitas e vamos combater o marxismo cultural em instituições de Educação Básica e Superior. O MEC não será um bazar de enriquecimento. (Primeiro pronunciamento de Ricardo Vélez Rodríguez como Ministro de Estado da Educação, em 2 de janeiro de 2019<sup>194</sup>).

Ministro da educação desmonta secretaria de diversidade e cria pasta de alfabetização. Formar cidadãos preparados para o mercado de trabalho. O foco oposto de governos anteriores, que propositalmente investiam na formação de mentes escravas das ideias de *dominação socialista*. (Tweet do Presidente Jair Bolsonaro na Plataforma Twitter em 2 de Janeiro de 2019<sup>195</sup>)

<sup>190</sup> Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-06/debate-sobre-genero-provoca-sofrimento-em-jovens-diz-damare>s

<sup>191</sup> Fonte: <https://guaiba.com.br/2021/07/14/nao-admito-questoes-de-genero-em-livros-didaticos-diz-ministro-da-educacao/>

<sup>192</sup> Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=Cfp8nHse7vo>

<sup>193</sup> Fonte:

[https://x.com/jairbolsonaro/status/1079686972673806336?ref\\_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etwetembed%7Ctwtterm%5E1079686972673806336%7Ctwgr%5E1f782f21bbc350be21f0245682181e49aa3c2675%7Ctwcon%5Es1\\_c10&ref\\_url=https%3A%2F%2Fwww.metropoles.com%2Fbrasil%2Fpolitica-brasil%2Fpara-melhorar-educacao-bolsonaro-diz-que-vai-combater-lixo-marxista](https://x.com/jairbolsonaro/status/1079686972673806336?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etwetembed%7Ctwtterm%5E1079686972673806336%7Ctwgr%5E1f782f21bbc350be21f0245682181e49aa3c2675%7Ctwcon%5Es1_c10&ref_url=https%3A%2F%2Fwww.metropoles.com%2Fbrasil%2Fpolitica-brasil%2Fpara-melhorar-educacao-bolsonaro-diz-que-vai-combater-lixo-marxista)

<sup>194</sup> Fonte: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/72451-ricardo-velez-rodriguez-elencaprioridades-de-sua-gestao-no-mec-e-anuncia-novos-secretarios>

<sup>195</sup> Fonte: <https://x.com/jairbolsonaro/status/1080567217031393283>

Nesse escopo, a relação entre Governo petista/marxismo cultural = destruição dos valores/da família/da própria educação, fazia reverberar o que, ainda na década de 1970, Margareth Thatcher afirmava a respeito do que seria uma “educação decente”. Para a primeira-ministra, professores doutrinadores e autoridades educacionais de extrema-esquerda britânicos estariam mais preocupados em levar os estudantes a aceitarem condutas sexuais “desviantes” como naturais e a aprenderem sobre racismo do que “ensiná-los a “saber contar e multiplicar” e a “respeitar os valores morais tradicionais” (Thatcher, 1987b). É nessa conjuntura que defendia que investir as famílias de um protagonismo da educação era também um modo de aplacar o que ela chamou de “quarta ameaça ao Ocidente”: o ataque à família tradicional promovido pela esquerda.

Se atentarmos para o discurso em circulação durante a Gestão Bolsonaro, vemos essa mesma tática de atrelar uma suposta degeneração vivida no ambiente escolar a políticas educacionais promovidas pelos governos de esquerda e, dentro da mesma lógica, vemos os educadores serem acusados de conspirar contra a instituição basilar do projeto neoliberal: a família tradicional.

É nessa seara que, assim como fizera Thatcher, em nome do resguardo dos valores familiares e da inocência das crianças na escola, a autonomia docente foi questionada e colocada em descrédito, como a criação de um canal em que pais poderiam denunciar professores, tal como anunciado por Ministra Damares Alves em 2019, demonstrou. De acordo com a ministra, o intuito dessa ação era o de afiançar a precedência dos pais em relação à educação moral e religiosa dos filhos, de modo a impedir que professores pudessem desenvolver atividades que colocassem que discussão o que um determinado segmento da população – aquele implicado com a manutenção das formas tradicionais de vida – entende como o único a ser aceito.

O canal está sendo formatado entre os ministérios da Educação e dos Direitos Humanos. Vai ser anunciado em breve. O que queremos é somente o cumprimento da lei. O Brasil é signatário do Pacto de São José da Costa Rica. Lá está dizendo que a escola não pode ensinar nada que atente contra a moral, a religião e a ética da família. (Fala da Ministra Damares Alves durante audiência pública em Belo Horizonte, em 19 de novembro de 2019<sup>196</sup>).

Nesse contexto em que o ataque à atividade docente passa a ser exercido a partir de uma ofensiva que tem na família o ponto estratégico de atuação, o que

---

<sup>196</sup> Fonte: <https://veja.abril.com.br/educacao/damares-anuncia-canal-para-denunciar-professores-por-atos-contra-a-familia>

começa a ganhar destaque, também, é a defesa da escolarização doméstica, considerada uma das prioridades por parte do Governo Bolsonaro. É a partir da prerrogativa da liberdade de escolha concedida às famílias que se estabeleceu uma relação de saber-poder-verdade que fez da projeção de uma família *docendis* aquela que não somente tem o direito de definir o que pode ou não adentrar na ordem do discurso escolar, como também o de escolher com quem o filho irá aprender, reforçando a privatização familiar que visa desestruturar a própria ideia de educação, a partir da exclusão de todos aqueles com quem não se poderia compartilhar o mesmo espaço de aprendizado.

### 3.6.1 *Meus filhos, minhas regras: a defesa da escolarização doméstica*

De acordo com Barbosa (2022), o movimento a favor da escolarização doméstica apresentou, durante muito tempo, um caráter heterogêneo e foi defendido por pessoas de diferentes perspectivas políticas, educacionais e religiosas, tendo retornado na época moderna com uma característica principal de crítica à instituição escolar, seja ela pública ou privada, no seu formato.

No Brasil, conforme aponta Cury (2019, p. 2-3),

desde o Império, as elites ministravam a instrução primária e outros ensinamentos no lar, seja por meio de um “tio padre”, seja por meio de governantas. Por longos anos, famílias de posse enviavam seus filhos ou filhas menores para internatos colegiais e semi-internatos de modo a se constituírem como local distintivo de educação escolar [...] Tanto a Reforma Couto Ferraz de 1854 quanto a de Leôncio de Carvalho, de 1879, admitiam tal procedimento. A primeira nos artigos 18 e 64, e a segunda no art. 2o. Esse costume teve vigência inclusive na Velha República, como o atesta o romance de Mário de Andrade, de 1927: Amar, verbo intransitivo. Com a República e até 1988, essa possibilidade era aceita em nosso país, constando de vários dispositivos legais.

Se a legislação passada acatava a possibilidade dessa prática, com a Constituição Federal de 1988 e o ECA, de 1990, que explicita em seu Art. 55 que “os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino” (Brasil, 1990), a obrigatoriedade de matrícula e frequência à educação escolar afirmou o Estado como aquele capaz de fazer da escola “o bastião institucional de uma convergência entre o ‘todos’ e o ‘comum” (Cury, 2019, p. 7). Dentro da perspectiva de uma governamentalidade neoliberal democrática, o Estado

passou a promover políticas visando à escolarização da população, sendo o acesso às instituições de ensino um fator considerado indispensável para o desenvolvimento econômico e social da nação.

O objetivo era o de que “todos” fossem ser incluídos, o que significava o compartilhamento de conhecimentos “comuns”, no ambiente escolar, ao conjunto de estudantes brasileiros:

A escolaridade obrigatória para todos na idade apropriada é a resposta que o Estado Democrático tem para que, pela posse de conhecimentos “comuns” a todos, possibilite o desenvolvimento da cidadania, de tal sorte que “todos” se tornem membros plenos da sociedade (*status activae civitatis*). E para tal, tanto quanto superar a ignorância, é dever do Estado que “todos” pelo “comum” acedam à feliz definição do art. 205 de nossa Constituição: “o pleno desenvolvimento da pessoa” (Cury, 2019, p. 7).

É nesse escopo que a promoção da relação família-escola, já referida nesta Tese, aparecia como estratégica para mobilizar a população em torno da concretização do crescimento social e econômico do país. Incluir a todos, em diferentes graus de participação, significava estender ao conjunto de cidadãos o acesso a uma educação que levaria a uma “formação integral” dos sujeitos.

Com a ascensão do novo modo de governo autoritário e conservador, as tensões envolvendo o dever do Estado e da família fizeram ascender na esfera pública posicionamentos que rechaçavam a compulsoriedade da educação escolar e afirmavam a soberania do indivíduo e de seus valores. É nesse quadro que vemos surgir casos de famílias que, amparadas em experiência de outros países, bem como em Tratados e Convenções Internacionais dos quais o Brasil é signatário, impetravam mandados de segurança a fim de resguardar o direito de realizar a escolarização doméstica.

Essas ações passaram a receber a atenção de parte da sociedade e uma associação voltada à defesa dessa prática foi criada. A Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED), que aponta como sua *missão* “Promover e garantir a liberdade educacional das famílias que optam pela educação domiciliar”<sup>197</sup>, nasce em 2010 tendo como objetivo a defesa da “autonomia educacional da família”. O posicionamento da ANED, expresso em sua página oficial na internet, é a de que “Não nos posicionamos contra a escola, mas entendemos que, assim como os pais têm o

---

<sup>197</sup> Disponível em: <https://aned.digital/sobre/>

dever de educar, têm também o direito de fazer a escolha pela modalidade de educação dos filhos” (ANED, 2024).

Voltada para oferecer um “*Homeschooling* seguro para todas as famílias educadoras do Brasil” (grifos meus), a ANED se declara

orientada por uma cosmovisão Cristã, ordenada por valores, crenças, concepções, fé e práticas bíblicas que afirmam, dentre outras premissas, que vivemos mundo criado por Deus em perfeição, cujos problemas são consequentes do afastamento do homem de Deus e cuja esperança está na redenção em Jesus Cristo (ANED, 2024).

A partir dessa perspectiva cristã, a ANED foi ganhando representatividade junto a parlamentares evangélicos e católicos fundamentalistas. É nessa seara que a pauta da escolarização doméstica, até então restrita ao grupo de famílias que buscavam o respaldo legal para a prática, foi fortalecida por um conjunto de projetos de lei<sup>198</sup> apresentados na Câmara dos Deputados e no Senado, sendo sete deles apenas em 2018 e 2019, quando Bolsonaro vence a eleição presidencial e, depois, assume o poder.

No ano de 2020, com o mundo vivenciando a pandemia de Covid-19, milhões de estudantes precisaram realizar seus estudos de forma remota, a partir de suas casas. Tal fato serviu de justificativa para os defensores brasileiros da prática da escolarização doméstica apontarem sua regulamentação como uma necessidade que beneficiaria a sociedade, a despeito das diferenças envolvendo esse tipo de escolarização e o ensino remoto ou híbrido, realizado a partir de atividades pedagógicas desenvolvidas e amparadas por professores vinculados a uma instituição escolar. Com isso, o movimento ganhou repercussão nacional, fazendo chegar às mídias e às redes sociais argumentos contrários e favoráveis a essa prática.

Tida como uma das principais metas dos primeiros cem dias da Gestão Bolsonaro, a escolarização doméstica foi, desde o início do mandato presidencial, uma atribuição do MMFDH e não do MEC. O entendimento de que a escolarização doméstica é um “direito humano” e, portanto, algo que ultrapassa o escopo deste último ministério, aparece como a principal justificativa para sua defesa por parte do ministério chefiado por Damares Alves. É nessa perspectiva que o respaldo para essa

---

<sup>198</sup> Conforme a Cartilha Ensino Domiciliar: Um direito humano tanto dos pais quanto dos filhos (Brasil, 2022b), o número de projetos que defende a escolarização doméstica chega a 17, sendo que destes, até 2022, quando da aprovação do PL 3.179/2012, 10 estavam em tramitação na Câmara (8) e no Senado (2).

prática se dá a partir da referência à Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 1948 pela ONU, e à Convenção Americana de Direitos Humanos, já mencionada nesta Tese. Em relação ao documento da ONU, é feita menção ao Art. 26, que aponta que “3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos” (ONU, 1948). Já em relação ao segundo documento, é referido o Art. 12, que trata do direito dos pais de que os filhos recebam educação religiosa e moral em conformidade com as suas próprias convicções (OEA, 1969).

A referência a esse “direito humano” aparece em diferentes documentos elaborados pelo MMFDH e pelo MEC e pronunciamentos oficiais, tais como na Exposição de Motivos Interministeriais (Nº 00019/2019 MMFDH MEC) apresentada pelos dois ministérios junto ao Projeto de Lei nº 2401/2019 – de autoria do próprio Poder Executivo (Brasil, 2019c), nas falas oficiais da ministra Damares Alves e na cartilha *Ensino Domiciliar: Um direito humano tanto dos pais quanto dos filhos* (Brasil, 2022b), produzida pelo MEC em 2021 como um dos aportes para a defesa da escolarização doméstica:

Desse modo, é importante adotar-se o conceito baseado em seu aspecto essencial: educação domiciliar consiste no regime de ensino de crianças e de adolescentes, dirigido pelos pais ou por responsáveis. Essa é a definição adotada no texto da Medida Provisória. O ato normativo insere-se *na seara dos Direitos Humanos, tratando de aspectos concretos relacionados à família e à educação dos próprios filhos*. É nesse contexto que se situa a educação domiciliar. Nos termos da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, “os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos” (art. 26.3). Adota-se no art. 2º da Medida Provisória, a concretização dessa prioridade no direito de escolha à educação domiciliar. (Exposição de Motivos Interministeriais - Nº 00019/2019 MMFDH MEC, Brasil, 2019c).

Este *Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos surge para atender as demandas de famílias no Brasil [...] Na educação domiciliar, o pai vai poder gerenciar, inclusive, conteúdos*. O pai vai poder estar junto com o aluno, com o filho, acompanhando o conteúdo, acompanhando o material didático [...] Nós entendemos que *é direito dos pais decidir sobre a educação dos seus filhos, é uma questão de direitos humanos. Então, a iniciativa sai deste ministério sob esta vertente. É uma questão de direitos humanos também. E nós somos signatários do Pacto de San Jose da Costa Rica que garante isso às famílias. E veja só, é uma demanda de família isso e tem que sair do ministério da Família. Claro, em parceria e anuência com o ministério da Educação, mas a iniciativa deste ministério é legítima*. (Entrevista da Ministra do MMFDH Damares Alves ao Blog G1, em

25 de janeiro de 2019<sup>199</sup>).

Não quero que o Brasil fique para trás. As demais nações estão avançando nessa modalidade de ensino. Temos legislação interna e *somos signatários de pactos internacionais que garantem às famílias o direito de educarem seus filhos como bem desejarem*. (Fala da Ministra Damares Alves durante o simpósio on-line “Educação Domiciliar em Foco: um olhar sobre a jornada pela regulamentação”, em 13 de abril de 2021<sup>200</sup>).

**O QUE É EDUCAÇÃO DOMICILIAR?**

**A Educação Domiciliar é a modalidade de ensino, em todos os níveis da educação básica, dirigido pelos próprios pais ou responsáveis legais, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.**

**“os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de educação que será ministrada aos seus filhos”.**

**Declaração Universal dos Direitos Humanos, Art. 26.**

2

(Cartilha Ensino Domiciliar, Brasil, 2022b, p. 2))

Apresentada enquanto um “direito humano”, a liberdade de escolha individual dos pais ou responsáveis para definir a modalidade de educação a ser oferecida aos filhos aparece acima do “direito universal” à educação escolar, preconizado pelo Estado Democrático de Direito. É então que esse direito, conforme significado nos excertos mencionados, aparece revestido de preceitos neoliberais tais como a auto-regulação, a descentralização e a elevação do indivíduo/privado sobre o coletivo/público (Brewer; Lubienski, 2017). Desloca-se os sentidos daquilo que se entende como um “direito humano” e reforça-se o que décadas de políticas neoliberais na educação tornaram cada vez mais explícito: a responsabilização dos pais em

<sup>199</sup> Fonte: <https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2019/01/25/damares-educacao-domiciliar-permite-a-pais-ensinar-mais-conteudo-e-gerenciar-aprendizado.ghtml>

<sup>200</sup> Fonte: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/abril/autoridades-defendem-a-regulamentacao-do-ensino-domiciliar>

relação ao que se ensina e aprende, à escola que pode ser frequentada pelos filhos, mas também, e sobretudo, com quem se aprende, com quem se convive. Com isso, a não participação dos filhos na escola passa a ser considerado um direito que o próprio Estado necessita garantir, indo de encontro à efetivação dos direitos sociais tal como formulado dentro do que a governamentalidade neoliberal democrática preconizava.

É nesse sentido que Lockmann (2020, p. 11) afirma a grande perversidade dessa proposta:

a escolarização doméstica não nega a noção de direito. Ela parece produzir um duplo movimento de torção dessa noção. Em um primeiro momento, como vimos anteriormente, o direito à educação escolar, antes direito universal, agora pode ser percebido como resultado da escolha individual dos pais ou responsáveis. Além disso, em um segundo momento, tal proposta transforma o fato de não estar na escola, de não frequentar o espaço público, comum e democrático da escola, de não ter acesso a uma educação organizada por profissionais com expertise pedagógica, transformam a exclusão da escola em um direito individual das famílias. A própria exclusão é transformada em um direito – o direito das famílias de optarem ou não pela educação escolar. Talvez resida aí a maior perversidade das práticas de exclusão contemporâneas. Elas não negam o direito, mas transformam a própria exclusão em um direito.

O propósito de fazer com que determinados saberes não adentrem no universo da educação formal oferecida aos filhos encaminha essa família a fazer de um conjunto de conhecimentos doméstico-familiares, atinentes a um determinado código moral, os únicos a que eles terão acesso. Ademais, também inviabiliza o compartilhamento de um espaço e um tempo comum na escola, entendida enquanto espaço democrático, do encontro com o diferente e o contraditório. O direito que se quer adquirir seria justamente o de impedir o convívio com todos aqueles que, não partilhando das mesmas perspectivas de mundo, seriam considerados “indesejáveis” ou mesmo “perigosos”.

A importância atribuída a essa pauta aparece, também, na fala da Secretária Angela Gandra durante o já referido evento *Transatlantic Summit*, corroborando para o entendimento de que a escolarização doméstica constava das demandas a serem aprovadas durante a gestão Bolsonaro:

*Estamos lutando pela educação em casa há quatro anos e, ainda que não tenhamos legalmente esta previsão, houve a aprovação pelos deputados e agora vai para o Senado. Estamos lutando por ela (Transcrição de discurso de Angela Gandra Martins, Secretária Nacional da Família, no *Transatlantic Summit IV - Freedom at Stake*, 2022<sup>201</sup>).*

<sup>201</sup> Fonte: <https://youtu.be/KpREMBESLfA>

Esse objetivo foi alcançado em maio de 2022, quando um substitutivo do Projeto de Lei N.º 3179/2012 (N.º 1.388/2022) foi apresentado pela deputada Luísa Canziani (PSD-PR) na Câmara. Sem passar por análise de comissão e colocado em votação em regime de urgência, o projeto que “Altera as Leis N.ºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e N.º 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica” foi aprovado e encaminhado ao Senado, onde atualmente tramita junto à Comissão de Educação e Cultura.

Os argumentos apresentados pelos congressistas para a aprovação do projeto giraram em torno de dois eixos que se complementam. De um lado, seguindo o preceito neoliberal da *liberdade de escolha*, afirmou-se o direito de que as famílias sejam soberanas em relação ao Estado e decidam a forma como a educação formal dos filhos será realizada, como os excertos a seguir exemplificam:

Ainda que fosse uma família só que quisesse ter o direito de educar os seus filhos, nós deveríamos defender o direito dela de fazê-lo. (Fala do Deputado Tiago Mitraud, Novo-MG<sup>202</sup>).

Então, não se trata aqui de defender uma determinada classe social, não. Estamos defendendo um direito, a liberdade de as famílias escolherem, com uma regulamentação apropriada, aprovada por este Parlamento. (Fala do Deputado Marcel Van Hatten, Novo-RS<sup>203</sup>)

De outro, defendeu-se o direito das famílias de “seguir seus próprios valores e preferências em vez do outrem” (Hayek, 1990, p. 84), isto é, “de educarem seus filhos *como bem desejarem*”, conforme afirmou a ministra Damares Alves. Cabe salientar, não obstante, que esse “bem desejarem” não diz respeito a qualquer tipo de educação, mas tão somente aquela que o discurso familista heteropatriarcal cristão vem definindo como possível.

A produção de um pânico moral, embasado em torno da necessidade de proteção das crianças e adolescentes que estariam sendo alvo de uma sexualização precoce realizada nas escolas, foi o que respaldou esse argumento, como os excertos a seguir demonstram:

Agora nós ouvimos uma Deputada de esquerda falando que isso representa uma exclusão das crianças e adolescentes do meio mais saudável. Que meio mais saudável é esse? *Há sexualização das nossas crianças dentro da escola, há politização das nossas crianças dentro da escola e agora há a implantação de banheiros*

<sup>202</sup> Fonte: <https://exame.com/brasil/projeto-educacao-domiciliar/>

<sup>203</sup> Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2022-05/camara-conclui-votacao-de-projeto-que-regulamenta-ensino-domiciliar>

*unissex dentro das escolas. Então, os pais e os responsáveis pelas nossas crianças e adolescentes têm o direito, sim, de não querer isso para seus filhos. Portanto, eu acho um absurdo que a Esquerda venha com esse discurso fajuto, um discurso ultrapassado em relação à educação da criança e do adolescente [...] Os pais e responsáveis têm o direito, sim, de educarem os seus filhos da maneira que eles acham mais justa, fortalecendo as famílias, fortalecendo a religiosidade dessas crianças, tornando-os adultos sérios, adultos que vão constituir suas famílias, adultos com uma educação muito melhor (Pronunciamento da Deputada Soraya Manato, PTB – ES, durante sessão na Câmara dos Deputados dia 18 de maio de 2022<sup>204</sup>).*

A reclamação que nós temos nas escolas públicas brasileiras, nas escolas confessionais brasileiras, nas escolas particulares brasileiras, é o *ensino sexual precoce nas escolas*, é ensinar o adolescente a usar camisinha, isso sim é um absurdo” (Fala do Deputado Lincoln Portela do PL-MG durante discussões sobre o projeto<sup>205</sup>)

Nesse escopo, resguardar a autoridade e a liberdade dos indivíduos e de suas famílias, sobre quem deveria recair o encargo e o direito sobre a educação dos filhos, não diz respeito, somente, a delegar aos pais a responsabilidade pela educação formal dos filhos, mas também, e principalmente, a projetar a instituição escolar como um potencialmente perigoso, uma vez que expõe as crianças e os adolescentes a “círculos sociais “indesejáveis” e a tudo o que pode provir deles” (Traversini; Lockmann, 2022, p. 12). Assim, “A convivência com uma diversidade de valores, de crenças, de modelos de família e de religiões é vista como perigo a ser gerenciado e evitado” (Lockmann, 2020, p. 13), sendo este medo da escola vinculado ao “medo da sua potência na criação de outros mundos possíveis, distintos e distantes da previsibilidade dos adultos” (Traversini; Lockmann, 2022, p. 12).

Nessa seara em que o direito individual das famílias se pretende soberano em relação ao Estado e que a escola é percebida como espaço sujeito a *desvios* de ordem moral, o “político e o social, o racional e o planejado, o igualitário e o estatista”, aponta Brown (2019, p. 129), são repelidos a partir da expansão da tradição e de uma liberdade para escolher que aparece desatrelada da ideia de sociedade e de democracia.

Em uma conjugação política da lógica do mercado à defesa das formas tradicionais de vida, o lema *Meus filhos, minhas regras*, entoado pelos entusiastas de uma educação que subordina os filhos à mesma compreensão de mundo vivenciada pelos pais, sintetiza o privatismo dessa ofensiva familista e parodia o mote *Meu corpo, minhas regras*, invertendo o lema feminista pela autonomia e pelos direitos individuais das mulheres ao preconizar a submissão absoluta das crianças a seus pais (Miguel,

<sup>204</sup> Fonte: <https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/html/65280>

<sup>205</sup> Fonte: <https://www.camara.leg.br/noticias/877241-relatora-defende-regras-aprovadas-sobre-educacao-domiciliar-oposicao-critica-proposta/>

2016). Assim, atualiza-se o pensamento hayekiano de que o reconhecimento da propriedade é o primeiro passo na delimitação da esfera privada, exigindo do Estado a segurança e a proteção dessa esfera por meio de leis baseadas na tradição moral ocidental. Ao mesmo tempo, reafirma-se o postulado da moralidade católica de que a educação das crianças é um direito-dever dos pais, cabendo à escola, se for o caso, atuar nesse tema de maneira subsidiária e subordinada a eles (Junqueira, 2018).

Com isso, vemos convergir duas negações:

A primeira é a negação do caráter republicano da instituição escolar. Sua função pedagógica incorpora também – e de forma central – a educação para o convívio com as diferentes visões de mundo, próprio de uma sociedade pluralista e democrática. A socialização na escola é importante, entre outros motivos, porque oferece às crianças o contato com valores diversos, ou diversamente interpretados, daqueles que estão presentes na família. A segunda é a negação do estatuto da criança como sujeito de direitos – o que inclui, aliás, o direito de conhecer o mundo e de adquirir os instrumentos para pensar com a própria cabeça (Miguel, 2016, p. 603-604).

A escola republicana tem a incumbência de inserir a criança no mundo, é a instituição que se interpõe entre o domínio privado do lar e o mundo, de modo a tornar possível a transição da família para o mundo (Arendt, 2009). E embora não seja o único espaço formativo de que os sujeitos dispõem, é a instituição que melhor garante o acesso aos conhecimentos necessários para a inserção no “mundo humano comum”, pois permite que diferentes modos de pensar e de ser possam ser acolhidos e tencionados à luz dos conhecimentos científicos. Nessa mesma direção, Veiga-Neto (2022) afirma que a escola realiza a diferenciação do seio familiar e do espaço coletivo. Em suas palavras, “A casa é uma coisa e a escola é outra. Se aprende muito em casa, mas a vida social, com a diferença, com a coletividade, com os outros, se aprende na escola” (Veiga Neto, 2022, on-line).

A partir dessas considerações, entendo que a tentativa de primazia da família na educação, em detrimento do atual compartilhamento de responsabilidade entre Estado, família e sociedade, legalmente estabelecido nos dispositivos brasileiros que preveem a obrigatoriedade da matrícula das crianças e adolescentes e a frequência na instituição escolar, por parte dos pais, e o controle e o zelo com a frequência à escola, por parte do Poder Público, contribui para o afastamento do pacto social criado em torno da escola republicana, entendida enquanto espaço público, plural e democrático. Mais que isso, o *direito* de não compartilhar um espaço e um tempo comum na escola encaminha-me à compreensão de que estamos diante da projeção

de uma família *docendis* que intenta salvaguardar determinados saberes e impedir que “diferentes vozes, diferentes sujeitos, diferentes gerações, diferentes etnias, diferentes crenças e formas de vida” se encontrem (Lockmann, 2020, p. 14).

Ao se garantir que essa instituição defina aquilo que pode adentrar na ordem do discurso escolar, o que se evidencia, também, é a imputação de uma responsabilização à instância familiar que vai lhe colocar diante de uma série de “compromissos, condutas e resultados” (Lockmann, 2020) a fim de que possa, efetivamente, colocar-se como uma *família educadora*:

ao transformar os direitos universais em escolhas individuais, também se está deslocando o cidadão, antes sujeito de direitos, para a posição de homem endividado, aquele que deve um retorno futuro sobre suas escolhas e precisa se responsabilizar por elas. Esse homem endividado, “[...] em contraste com o que se passa nos mercados financeiros, não deve reembolsar em dinheiro local, mas em comportamentos, atitudes, maneiras de agir, projetos, engajamentos subjetivos (Lazzarato, 2011, p. 81). Essa dívida que o sujeito que escolhe assume é, portanto, uma dívida moral e não financeira. Ela deve ser paga por meio de comportamentos adequados e resultados eficientes. Podemos perceber que a dívida produzida pela escolarização doméstica recai sobre os pais e responsáveis, assim como sobre os estudantes (Lockmann, 2020, p. 10).

De acordo com Lockmann (2020, p. 10), nesse processo de responsabilização, um conjunto de atividades pedagógicas que exigem conhecimentos específicos da área da Educação passa a ser solicitado dos pais. Essa demanda é explicitada no próprio projeto de lei que aprova a escolarização doméstica, como os excertos a seguir demonstram:

Art. 23 § 3º É admitida a educação básica domiciliar, por livre escolha e sob a responsabilidade dos pais ou responsáveis legais pelos estudantes, ressalvado o disposto no art. 81- A desta Lei e observadas as seguintes disposições:

I – *formalização de opção pela educação domiciliar, pelos pais ou responsáveis legais, perante a instituição de ensino* referida no inciso II deste parágrafo, ocasião em que deverão ser apresentadas: a) *comprovação de escolaridade de nível superior ou em educação profissional tecnológica, em curso reconhecido nos termos da legislação, por pelo menos um dos pais ou responsáveis legais pelo estudante ou por preceptor*; b) *certidões criminais da Justiça Federal e da Justiça Estadual ou Distrital dos pais ou responsáveis legais*;

II – *obrigatoriedade de matrícula anual do estudante em instituição de ensino* credenciada pelo órgão competente do sistema de ensino, nos termos desta Lei;

IV – *cumprimento dos conteúdos curriculares referentes ao ano escolar do estudante*, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular, *admitida a inclusão de conteúdos curriculares adicionais pertinentes*;

V – *realização de atividades pedagógicas que promovam a formação integral do estudante* e contemplem seu desenvolvimento intelectual, emocional, físico, social e cultural;

VI - *manutenção, pelos pais ou responsáveis legais, de registro periódico das atividades pedagógicas realizadas e envio de relatórios trimestrais dessas atividades à instituição de ensino em que o estudante estiver matriculado*;

VIII - *realização de avaliações anuais de aprendizagem e participação do estudante, quando a instituição de*

*ensino em que estiver matriculado for selecionada para participar*, nos exames do sistema nacional de avaliação da educação básica e, quando houver, nos exames do sistema estadual ou sistema municipal de avaliação da educação básica; (Brasil, 2022c, p. 2-4, Grifos meus).

Entre as disposições constantes no PL, aparece a solicitação de escolaridade de nível superior ou tecnológico por parte de pelo menos um dos pais ou responsáveis, a realização de atividades pedagógicas visando a formação integral do estudante, o registro periódico das atividades pedagógicas do estudante e o encaminhamento dessas informações à instituição com que o estudante estiver vinculado. Tais disposições apontam para tarefas concernentes ao fazer docente que, ressalvados os casos de pais trabalhadores da área da educação, solicitam conhecimentos que não são habituais a um grande número de famílias.

De outro lado, é preciso pontuar que o mesmo texto legal menciona ações que se apresentam como “demandas tanto para a unidade escolar, para o professor como para as secretarias de educação e diretorias de ensino, quer seja decorrente da exigência da matrícula, como da supervisão, das visitas que estão ali previstas para avaliar se de fato as crianças estão aprendendo” (Barbosa, 2022, on-line):

Art. 23 § 3º É admitida a educação básica domiciliar, por livre escolha e sob a responsabilidade dos pais ou responsáveis legais pelos estudantes, ressalvado o disposto no art. 81- A desta Lei e observadas as seguintes disposições:

III – *manutenção de cadastro, pela instituição de ensino* referida no inciso II deste parágrafo, dos estudantes em educação domiciliar nela matriculados, a ser anualmente informado e atualizado perante o órgão competente do sistema de ensino;

VII – *acompanhamento do desenvolvimento do estudante por docente tutor da instituição de ensino em que estiver matriculado*, inclusive mediante encontros semestrais com os pais ou responsáveis legais, o educando e, se for o caso, o preceptor ou preceptores;

IX – *avaliação semestral do progresso do estudante com deficiência ou com transtorno global de desenvolvimento por equipe multiprofissional e interdisciplinar* da rede ou da instituição de ensino em que estiver matriculado;

X - *previsão de acompanhamento educacional, pelo órgão competente do sistema de ensino*, e de fiscalização, pelo Conselho Tutelar, nos termos da legislação relativa aos direitos da criança e do adolescente;

XIII – *promoção, pela instituição de ensino ou pela rede de ensino, de encontros semestrais das famílias optantes* pela educação domiciliar, para intercâmbio e avaliação de experiências. (Brasil, 2022c, p. 2-4, Grifos meus).

Ao analisar esses excertos, é possível afirmar que a série de demandas a serem realizadas tanto pelos docentes das instituições a que os estudantes estarão vinculados, quanto pelas demais instâncias educacionais, não deixa de representar um problema para a educação pública em geral. É nesse sentido, também, que

Barbosa (2022) aponta a questão da transferência de esforços e de recursos da educação pública de uma maneira geral, que atende a grande maioria das famílias brasileiras, para um pequeno grupo que optar pela escolarização doméstica.

Não menos relevante é o fato de que o efetivo exercício fazer do pedagógico estará a cargo das famílias, e não dos profissionais da educação. A estes, é repassado o papel de gerenciar o aprendizado de um conjunto de saberes que, se por um lado, precisa estar de acordo com os “conteúdos curriculares referentes ao ano escolar do estudante”, por outro admite “conteúdos curriculares *adicionais* pertinentes”, conforme previsto no inciso IV do Art. 23, § 3º. Com isso, a “atribuição de acompanhar o desenvolvimento do estudante”, inciso VII do Art. 23, § 3º, na mesma medida em que solicita o trabalho docente, não lhes outorga a possibilidade de questionar aquilo que é ensinado aos estudantes, uma vez que estes terão acesso a saberes atinentes às convicções *morais, religiosas, filosóficas e pedagógicas* dos pais que não necessariamente estarão em consonância com o aprendido na escola.

Um exemplo bastante contundente de conflito envolvendo conhecimentos doméstico-familiares e aqueles compartilhados no âmbito escolar diz respeito ao ensino de conteúdos sobre o criacionismo, em contraponto à teoria evolucionista. A partir do entendimento de que a vida tem sua origem em Deus<sup>206</sup>, entendido como o “criador supremo de todo o universo e de todas as coisas”<sup>207</sup>, um número crescente de famílias, com o respaldo do próprio MEC<sup>208</sup> durante a gestão Bolsonaro, buscou disputar os sentidos do que pode ser considerado um saber científico, fazendo de um assunto de ordem teológica uma questão que deve ser tratada como verdadeira por ser embasada nos escritos bíblicos.

Essa disputa já havia sido sinalizada em fala<sup>209</sup> de Damares Alves em 2013, quando ao ser questionada em entrevista sobre o papel da igreja evangélica na ciência, salientou que esta “perdeu espaço na história”, “perdemos um espaço na ciência, quando deixamos a teoria da evolução entrar nas escolas. Quando nós não questionamos, quando nós não fomos ocupar a ciência”. Assim é que tal

---

<sup>206</sup> Trecho retirado do PL N.º 8099/2014, que decreta a inclusão de conteúdos sobre criacionismo entre os componentes curriculares das redes pública e privada de ensino.

<sup>207</sup> Idem nota anterior.

<sup>208</sup> Em 2021, o MEC nomeou como coordenadora da seção de materiais didáticos a professora Sandra Lima Vasconcelos Ramos, reconhecida como defensora do criacionismo e ligada ao movimento Escola Sem Partido.

<sup>209</sup> Fonte: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/09/em-video-ministra-dos-direitos-humanos-critica-adocao-da-teoria-da-evolucao-nas-escolas.ghtml>

entendimento, junto a diversas outras manifestações da ministra, como a de que “*Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã*”<sup>210</sup>, posicionamento afirmado em sua posse no dia 2 de janeiro de 2019, contribuíram para que a projeção da instauração de um estado com viés teocrático.

Essa perspectiva é embasada, também, pelo desarquivamento<sup>211</sup> na Câmara dos Deputados, de projetos como o PL N.º 5336/2016, de autoria de Jefferson Campos (PSD/SP), e o PL N.º 8099/2014, de autoria de Marco Feliciano (PSC/SP), que estabelecem o ensino do criacionismo como integrante do curricular escolar e são sustentados pelo argumento de que, “Como vivemos numa sociedade democrática cujo direito fundamental se constitui na livre escolha, que cada um tenha o *direito de escolher em que acreditar*” (Brasil, 2014, grifos meus).

O que irrompe dessa privatização familiar repercute, portanto, em diferentes âmbitos da educação, não deixando incólume o ideal de escola republicana e aquilo que pode adentrar no universo das *coisas a saber* a serem aprendidas pelas crianças e adolescentes, bem como a própria profissão docente, que aparece fragilizada diante das investidas da instância familiar em um campo que, até pouco tempo atrás, somente recebia intervenções por parte das autoridades escolares.

Outro aspecto a se considerar, se analisarmos o posicionamento da ministra Damares Alves em relação à escolarização doméstica, é a relevância dada ao nicho de mercado que se abriria quando da aprovação da prática. Embora pareça contraditório que as famílias reivindiquem uma liberdade curricular e o respeito ao tempo de cada criança e suas individualidades e, ao mesmo tempo, possam buscar respaldo de materiais e projetos já prontos a serem seguidos, é nessa direção que a ministra aponta ao enfatizar que os pais poderão adquirir o que for necessário para a ensino em casa:

Outra coisa que todo mundo fica perguntando: *e este material didático?* O pai vai ter acesso a este material didático, que vai ajudá-lo a dar a aula em casa. Não é uma coisa solta, perdida. *Vai ter logo no mercado material* que vai orientar o pai como aplicar a educação para o menino de 4 anos, de 5, de 6 (Entrevista da Ministra do MMFDH Damares Alves ao Blog G1, em 25 de janeiro de 2019<sup>212</sup>).

<sup>210</sup> Fonte: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/02/estado-e-laico-mas-esta-ministra-e-terrivelmente-crista-diz-damares-ao-assumir-direitos-humanos.ghtml>

<sup>211</sup> Fonte: <https://www.brasilefato.com.br/2019/02/27/projetos-que-estabelecem-criacionismo-nas-escolas-sao-desarquivados-na-camara>

<sup>212</sup> Fonte: <https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2019/01/25/damares-educacao-domiciliar-permite-a-pais-ensinar-mais-conteudo-e-gerenciar-aprendizado.ghtml>

Junto às editoras que viram na aprovação da escolarização doméstica um potencial para novos investimentos, a chamada “consultoria *homeschooler*”, com mães que praticam a educação domiciliar vendendo consultoria para outras famílias, também passou a ser oferecida, assim como programas que oferecem suporte on-line e materiais impressos para as famílias (Barbosa, 2022). Entre esses estão o *Classical Conversations*<sup>213</sup>, que tem origem norte-americana, e os Institutos Cidade de Deus<sup>214</sup> e São Carlos Borromeu<sup>215</sup>, amplamente divulgados na internet e difundidos entre as chamadas *famílias educadoras*. As motivações dessas três instituições se amparam no mesmo propósito: oferecer às famílias uma educação orientada segundo uma visão de mundo tradicional cristã, conforme demonstrado nos excertos a seguir:

Classical Conversations é o programa de educação domiciliar conhecido por conectar vidas por meio do aprendizado. Nossa missão é conhecer a Deus e torná-lo conhecido, por isso aspiramos desenvolver mentes e almas. Somos o programa de educação domiciliar que ajuda você a cultivar uma criança curiosa e atenciosa por meio de uma abordagem comunitária intencional. Aprendendo junto com famílias como a sua, você está equipado com as ferramentas e o suporte para ensinar uma visão de mundo centrada em Cristo que está enraizada no modelo clássico. (Página oficial na internet do Classical Conversations<sup>216</sup>)

O Instituto Cidade de Deus é formado por um grupo de pessoas católicas que deseja educar as crianças e jovens para uma autêntica vida espiritual e intelectual, tornando-as capazes de alcançar a santidade e a sabedoria. Ao longo de nossa experiência de anos, vimos a existência de um projeto global de destruição das famílias, da inteligência e da verdade, que transforma nossos estudantes em materialistas e ateus usando a educação para este fim. Por isso, resolvemos nos dedicar exclusivamente à elaboração de um programa educacional tradicional, o qual servirá de base para pais e mestres formarem seus educandos na verdade. [...] *Material livre de ideologias*: Um conteúdo cuidadosamente elaborado para *proteger a razão e a inocência* dos alunos, sem deixar de prepará-los para enfrentar as adversidades do mundo atual. (Página oficial na internet do Instituto Cidade de Deus, grifos meus<sup>217</sup>).

Nossa Missão: Atuar na educação proporcionando aos educandos, educadores e às famílias, acesso a um conteúdo formativo adequado e perfeito, sujeito às exigências acadêmicas, temporais e morais do currículo educacional brasileiro e às exigências da fé católica [...] Valores: A educação é para nós o principal campo de atuação e, nesta ação, buscamos *amar a Deus, a Pátria e a família*. De toda boa obra de educação, surge a conservação, o sustento e a manutenção das famílias. Esta é, pois, a nossa vocação primordial, *já que é na família que florescem e frutificam todos os bens materiais e espirituais* (Página oficial na internet do Instituto São Carlos, Grifos meus<sup>218</sup>).

Embora nem todas as famílias defensoras da prática da escolarização doméstica professem a fé cristã e busquem promover a educação formal dos filhos

<sup>213</sup> Página oficial: <https://www.classicalconversations.com.br/>

<sup>214</sup> Página oficial: <https://www.institutocidadedededeus.com>

<sup>215</sup> Página oficial: <https://institutosaocarlos.com.br/>

<sup>216</sup> Fonte: <https://www.classicalconversations.com.br/>

<sup>217</sup> Fonte:

<https://www.institutocidadedededeus.com/oinstitu/#:~:text=O%20Instituto%20Cidade%20de%20Deus,a%20santidade%20e%20a%20sabedoria.>

<sup>218</sup> Fonte: <https://institutosaocarlos.com.br/quem-somos/>

seguindo uma ótica religiosa, o aparato que foi se fortalecendo em torno da defesa dessa prática encaminha-me a vincular o discurso de liberdade de escolha para definir o tipo de escolarização que se quer oferecer aos filhos a uma “restauração ou, ainda, uma remodelagem conservadora do estatuto da ordem social e sexual tradicional, de modo a reafirmar sua hegemonia, reiterar seus postulados, hierarquias, sistemas de poder e estruturas de privilégios (Junqueira, 2019, p. 139).

Assim é que a promoção da escolarização doméstica, por parte do Governo Bolsonaro, ao transferir para o âmbito privado uma função que, historicamente, é atribuída ao Estado dentro daquilo que foi sendo construído como um dos mais importantes direitos sociais, não apenas faz do mercado o princípio regulador dessa prática, como também permite que a religião sirva como esteio de uma intensa mobilização política contrária ao gênero e às dissidências sexuais, conforme vemos no discurso da Secretária Nacional da Família, da Ministra do MMFDH e do próprio presidente. Nesse escopo, o Estado aparece como aquele que, fazendo eco a uma moral religiosa de viés fundamentalista, surge a

favor da reafirmação das hierarquias sexuais, de uma assim dita "primazia dos pais na formação moral e sexual dos filhos", da retirada da educação para a sexualidade nas escolas, da restrição ao acesso de adolescentes a informações sobre saúde sexual, do rechaço a arranjos familiares não heteronormativos, da repatologização das homossexualidades e transgeneridades, entre outros posicionamentos que representam cerceamentos a direitos e garantias fundamentais (Junqueira, 2018, p. 451).

Em última instância, o direito à escolarização doméstica, dentro de um arranjo que confere à esfera pessoal “proteção contra a interferência das ações dos indivíduos”, conforme Hayek sustentava (2011), pode ser situado como a *encarnação mais próxima do neoliberalismo*, como apontam Brewer e Lubienski (2017, p. 33). É nesse escopo que a privatização familiar da educação contribui para deslegitimar o conceito do Estado de bem-estar social e para reafirmar hierarquias.

As investidas da direita e extrema-direita no campo da educação, que atacam a ideia de sociedade, a justiça social e a igualdade em nome da liberdade do mercado e do tradicionalismo moral aparecem, assim, enquanto formas de regulação característicos da biopolítica contemporânea, evidenciando como a atual face autoritária da governamentalidade neoliberal tem feito do sonho hayekiano de “Instalar o mercado e a moralidade nos locais em que a sociedade e a democracia outrora se

encontravam, por meio do princípio da liberdade em relação à regulação estatal”, (Brown, 2019, p. 132) um elemento fundamental.

### 3.6.2 Sobre o binômio mercado-moral brasileiro

*Eu creio que estamos criando, no Brasil, o que chamamos amálgama liberal-conservador (liberal no sentido brasileiro, não no sentido americano, liberal no sentido de liberalismo econômico), e esse amálgama é a primeira chance real que temos de uma verdadeira economia próspera dentro de uma sociedade saudável e confiante. Estou certo de que somente em uma sociedade de confiança pode-se ter uma economia aberta próspera; somente com base no sentimento de nação, família, laços tradicionais, pode-se ter uma economia capitalista funcional (Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Araújo, na Heritage Foundation – Washington, D.C.)*

A defesa do binômio mercado-moral afiançou a eleição de Bolsonaro à presidência e contribuiu para que ele se tornasse um dos principais representantes mundiais desse modo de governo autoritário que flerta com tendências fascistas e não se furta de produzir tantos inimigos sejam necessários para que o projeto neoliberal a favor da concorrência e contra a igualdade avance pelo mundo ocidental.

Como pontuei no início desta Tese, desde o princípio de seu mandato, Bolsonaro procurou repassar às famílias o cuidado da vida, evidenciando o quanto sua preocupação residia em salvaguardar a economia e não a vida dos brasileiros. Ao delegar aos pais o direito de decidir se os filhos deveriam ou não ser vacinados contra a Covid-19, por exemplo, foi-lhes atribuído o *direito de serem livres para escolher* e, por essa mesma razão, o dever moral de cuidar de si mesmos e dos familiares (e serem inteiramente responsabilizados caso contraíssem a doença). Foi, ainda, uma forma de sublinhar o quanto tal dever estava diretamente relacionado ao temor de que os imperativos do mercado, que regem o mundo contemporâneo, não fossem atendidos. É nesse contexto que Bolsonaro afirmara em março de 2020: “*Essa é a preocupação que eu tenho. Se a economia afundar, afunda o Brasil. (...) Se acabar a economia, acaba qualquer governo. Acaba o meu governo. É uma luta de poder*”<sup>219</sup>.

<sup>219</sup> Fonte: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/relembre-as-frases-polemicas-de-bolsonaro-sobre-a-pandemia,61d222c42a1a30f2cde281a03976f712il3fmg8.html>.

É nesse escopo que a projeção de uma política econômica austera e antipopular era acompanhada da ascensão de uma pauta moral que buscava alicerçar um determinado modelo de família, aquele “que defende uma ordem de gênero conservadora, que estabelece papéis diferenciados para cada um dos membros da família, que reafirma a autoridade e a divisão sexual do trabalho e que atribui à mulher o dever de reproduzir a nação (Alabao, 2024), arranjo esse fundamental para a perpetuação da razão-mundo neoliberal (Dardot; Laval, 2016).

Para fazer incidir “tudo na conta da família” (Cooper, 2020b), era necessário revestir essa instituição de centralidade, a fim de que ela não questionasse o quanto o neoliberalismo tem promovido a precarização do trabalho e forjado sentimentos de medo e insegurança em relação à financeirização completa da vida. É nesse sentido que a projeção de que tais afetos seriam decorrentes de uma crise moral que estaria se abatendo sobre a sociedade aparece como estratégico ao balizar o discurso de parte importante da cúpula governamental. Essa mesma tática de governo foi mobilizada por Hayek em 1947, quando afirmou que a criação da Sociedade *Mont Pèlerin* fundamentava-se na preocupação com os valores morais que estariam *em ruínas* em razão do declínio da crença na propriedade privada e no mercado competitivo. Foi assim em 1986, quando o Relatório *The Families* destacou que era chegado o momento da família tradicional, entendida como o núcleo da civilização que havia sido sumariamente atacado por Marx e Engels ao longo do século XX, ser tomada como pilar para o desenvolvimento da economia capitalista. Foi também em 1987, quando a primeira-ministra Thatcher assegurou que a destruição da família formada por um pai, uma mãe e seus filhos, era a quarta ameaça que o Ocidente estava vivendo, e que somente em uma economia de mercado onde se privilegiasse os laços familiares, em vez dos laços sociais, poderia haver prosperidade.

Em um país em que o modelo de família patriarcal e tutelar produziu e continua produzindo sentidos nos diversos estratos da organização social brasileira e em que, desde seu princípio, viu os indivíduos guiarem suas escolhas com base em seus valores familiares (Holanda, 2014), a tentativa de “renaturalizar uma ordem social, moral e sexual tradicional e apontar como antinaturais crenças, ideias ou atitudes que contrariem essa ordem” (Junqueira, 2019, p. 139) traduziu-se em uma importante tática de governo da população, como procurei apontar neste Capítulo.

Assim é que a resposta à precariedade a que os brasileiros vinham sendo submetidos em razão dos arranjos econômicos e sociais neoliberais, cuja “governança

financeirizada dos mandatos de Lula e Dilma” procurou amenizar a partir de um desenvolvimento social atrelado à expansão do crédito (Lazzarato, 2019), assumiu a renovação de uma autoridade patriarcal, estabelecida a partir da elevação da família tradicional a esteio moral da sociedade. A *ameaça civilizatória*, em síntese, passou a ser identificada, no Brasil, não com os processos de precarização da vida, mas com os ataques impingidos aos valores da moralidade cristã, em especial, à instituição familiar tradicional.

Nesse contexto, colocar em circulação o entendimento de que, somente em um ambiente de liberdade econômica, a família poderia prosperar e se ver liberta do *mal* causado pela esquerda no poder, era também um modo de levar essa instituição a assumir para si os princípios, códigos e condutas que advém do *ethos* neoliberal. Ao analisarmos o discurso de Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU, em Nova York, em 24 de setembro de 2019, é possível perceber como o enlace entre conservadorismo e neoliberalismo realizado pelo então presidente relaciona o desenvolvimento da nação ao rechaço à *doutrinação ideológica* da sociedade promovida pela esquerda, cuja consequência mais expressiva seria o afastamento do homem dos princípios divinos:

Meu país esteve muito próximo do socialismo, o que nos colocou numa situação de corrupção generalizada, grave recessão econômica, altas taxas de criminalidade e de ataques ininterruptos aos valores familiares e religiosos que formam nossas tradições. [...] Senhoras e Senhores, em busca de prosperidade, estamos adotando políticas que nos aproximem de países outros que se desenvolveram e consolidaram suas democracias. Não pode haver liberdade política sem que haja também liberdade econômica. E vice-versa. O livre mercado, as concessões e as privatizações já se fazem presentes hoje no Brasil. [...] Durante as últimas décadas, nos deixamos seduzir, sem perceber, por sistemas ideológicos de pensamento que não buscavam a verdade, mas o poder absoluto. A ideologia se instalou no terreno da cultura, da educação e da mídia, dominando meios de comunicação, universidades e escolas. A ideologia invadiu nossos lares para investir contra a célula *mater* de qualquer sociedade saudável, a família. Tentam ainda destruir a inocência de nossas crianças, pervertendo até mesmo sua identidade mais básica e elementar, a biológica. O politicamente correto passou a dominar o debate público para expulsar a racionalidade e substituí-la pela manipulação, pela repetição de clichês e pelas palavras de ordem. A ideologia invadiu a própria alma humana para dela expulsar Deus e a dignidade com que Ele nos revestiu. E, com esses métodos, essa ideologia sempre deixou um rastro de morte, ignorância e miséria por onde passou. Sou prova viva disso. Fui covardemente esfaqueado por um militante de esquerda e só sobrevivi por um milagre de Deus. Mais uma vez agradeço a Deus pela minha vida (Trecho do discurso do Presidente Jair Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU, em Nova York, em 24 de setembro de 2019)<sup>220</sup>.

A defesa dessa amálgama apareceu, também, em falas de ministros, como a do então Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo, que ao proferir palestra

<sup>220</sup> Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-09/presidente-jair-bolsonaro-discursua-na-assembleia-geral-da-onu>

sobre globalismo, pontuou ser a relação entre conservadorismo e neoliberalismo “a espinha dorsal do Ocidente”. Vejamos o excerto a seguir:

Esse amálgama liberal conservador, ou seja, democracias liberais com economias liberais, mas com o coração ligado à ordem divina, digamos, foi a espinha dorsal do Ocidente, que lhe permitiu vencer primeiro o nazifascismo e, depois, enfrentar o comunismo a partir de 1945. Ao longo de toda a Guerra Fria, esse modelo aparentemente desconexo, incoerente e um pouco caótico, dessa fusão entre liberalismo e conservadorismo da fé cristã, acabou se impondo ao modelo totalitário do puro fisiologismo. E realmente a gente se esquece disso, desse coração conservador do Ocidente na Guerra Fria. Ronald Reagan foi um epitome desse amálgama, com *reaganomics* e todo seu impulso liberal, ao mesmo tempo era um homem de profunda fé, que colocava essa fé em sua concepção política de enfrentamento do mundo socialista, que ele, ao contrário de seus predecessores, não teve problema em chamar de mal, mal absoluto. Outra figura importante nesse momento, da qual a gente também se esquece, é o Papa João Paulo II – São João Paulo II –, que atuou politicamente na superação desse inimigo fisiológico, o comunismo, a partir da sua fé profunda. [...] E nós talvez estejamos começando a viver um novo momento, um momento central desse conflito entre *Aufgang* e *Niedergang*, onde nós tentamos reintroduzir a Deus nessa cidadela da sociedade liberal, em substituição a esta religião atea do politicamente correto. Eu acho que um momento simbólico desse movimento – movimento no qual o Brasil tem um papel fundamental – foi no último Fórum Mundial de Davos, onde, no discurso de abertura, o Presidente Bolsonaro, no final, falou de Deus. Eu não sei, não fui pesquisar, mas acredito que provavelmente foi a primeira vez que um chefe de Estado fala, usa a palavra Deus, acreditando nEle, sobretudo no Fórum de Davos. Eu imagino as pessoas ali tendo que olhar no dicionário: “o que significa esse nome?” Num momento realmente de certo desconcerto. E eu acho que é isso, que o momento que estamos vivendo é esse, é Deus em Davos. (Palestra do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Araújo, na Fundação Alexandre de Gusmão sobre globalismo, em Brasília, dia 10 de junho de 2019<sup>221</sup>).

Em sua fala, Araújo ressalta a importância da tradição para o desenvolvimento do intento neoliberal, sublinhando o papel preponderante dado à religião cristã por Bolsonaro. A referência ao presidente Reagan e ao Papa João Paulo II como figuras que travaram um embate contra o comunismo, não somente explicita o quanto os fundamentos da religião estão enraizados na ontologia neoliberal, mas também nos aponta que esse núcleo moral do Governo soube fazer das premissas de uma fé específica um elemento chave para a mobilização da população.

Ao afirmar “Deus em Davos”, o ministro das Relações Exteriores fez referência ao discurso de Bolsonaro no Fórum Econômico Mundial em janeiro de 2019, que foi finalizado com o lema “Deus acima de tudo”. Nesse arranjo, como afirma Almeida (2022, p. 360), o discurso religioso é apropriado pelo discurso autoritário para a defesa do capitalismo, interpelando os indivíduos em sujeitos a fim de que possam encontrar “uma ética de comportamento e de sobrevivência neste mundo hostil”. Em resumo, esse “Deus em Davos”, esse “Deus” do slogan *Deus, pátria, família e liberdade*, é parte da “defesa do próprio sistema econômico, tendo seu rival, ‘o diabo’, representado pelo ‘comunismo’ e pela própria democracia” (Almeida, 2022, p. 360).

<sup>221</sup> Fonte: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/palestra-do-ministro-ernesto-araujo-no-seminario-da-funag-sobre-globalismo>

Distanciando-se dessa vertente tradicionalista que retoma o entendimento hayekiano de que “por mais paradoxal que seja, uma sociedade livre exitosa será sempre, em grande medida, uma sociedade vinculada à tradição” (Hayek, 2011, p. 122, tradução minha)<sup>222</sup>, mas também pondo em relevo o binômio mercado-moral, o Ministro da Economia Paulo Guedes foi outro personagem que colocou em circulação um discurso que procurava afiançar o modo de governo bolsonarista.

Em entrevista ao Jornal O Estado de São Paulo, Guedes afirmou que “O presidente ganhou a eleição dizendo ‘Brasil acima de tudo, Deus acima de todos’ e o Paulo Guedes dizendo que vai privatizar. Foi essa agenda que ganhou a eleição”<sup>223</sup>. Para o Ministro, essa agenda tinha fundamental relevância, uma vez que o proselitismo em torno das formas tradicionais de vida contribuía para produzir sentimentos de pertença em relação à família, levando a uma *privatização do cuidado* que, desde sempre, esteve no horizonte neoliberal.

É nesse sentido que Guedes vai colocar em circulação um discurso que atrela a responsabilização familiar ao êxito da política econômica por ele posta em funcionamento. A mobilização dos laços familiares fica explícita ao analisarmos o excerto a seguir, que traz trecho de sua entrevista ao Programa Central GloboNews, no ano de 2019. Ao ser questionado sobre os temas do desemprego e da previdência social, o ministro buscou reforçar que a promoção do apoio mútuo e da dívida intergeracional dentro das famílias é o que poderia garantir o funcionamento da economia de livre mercado:

O que eu falo para o jovem brasileiro é o seguinte: chega para seu pai e peça para ele fazer um sacrifício, ser responsável financeiramente [...] em vez de te condenar ao desemprego”. Sabe por que você está desempregado, jovem? Porque para empregar uma pessoa, você tem que desempregar outra. Porque os custos trabalhistas são muito altos [...] (Fala do Ministro Paulo Guedes durante o Programa Central Globo News, em 15 de abril de 2019<sup>224</sup>).

Dentre as diversas análises que tal declaração suscita, cabe fazer referência, aqui, ao papel de sustentáculo da economia capitalista delegado à família. Compete ao pai, no exemplo em questão, o sacrifício moralizado de garantir o sustento do filho

<sup>222</sup> Texto original: “*Paradoxical as it may appear, it is probably true that a successful free society will always in a large measure be a tradition-bound society*”.

<sup>223</sup> Fonte: [https://www.estadao.com.br/economia/os-politicos-tem-de-controlar-100-do-orcamento/?srsltid=AfmBOooNFBLmf3MWjLDJ7gEXgBr\\_vWL5r2Kr9lnO7cFgJxRpM584IVIG](https://www.estadao.com.br/economia/os-politicos-tem-de-controlar-100-do-orcamento/?srsltid=AfmBOooNFBLmf3MWjLDJ7gEXgBr_vWL5r2Kr9lnO7cFgJxRpM584IVIG)

<sup>224</sup> Fonte: <https://globoplay.globo.com/v/7549137/>

e, ao mesmo tempo, a sobrevivência do todo – a economia do país. Se o sistema neoliberal não permite a criação de empregos para todos os jovens, não é o Estado quem vai proteger esse indivíduo, mas sim a instituição familiar, a partir da projeção de um encargo moral por parte dos membros da família.

O governo da família, tal como se dá no neoliberalismo, transforma problemas coletivos, que eram de responsabilidade do Estado, em problemas individuais, a serem resolvidos no foro privado. Assim é que, para Guedes, quem condena o jovem ao desemprego não é o injusto sistema econômico colocado em funcionamento, que subtrai os direitos dos trabalhadores, mas o próprio pai, caso não ofereça respaldo financeiro ao filho. Nessa perspectiva, uma vez que a família funciona como o sistema de proteção social básico dos indivíduos, é no seio familiar que se deve buscar o amparo frente às vicissitudes econômicas, tanto mais por que a sobrevivência individual tem requerido, cada vez mais, o esforço de todos os membros da família para honrar o pagamento das dívidas sociais produzidas com vistas a alavancar o crescimento econômico garantido pelo “trabalhador-empREENDEDOR de si endividado” (Hennigen, 2019). E é exatamente por isso que a relevância dada à família tradicional ganha destaque. Uma vez que já não encontram no Estado a garantia dos direitos sociais e nem nas lutas coletivas formas de pertencimento capazes de ir de encontro àquilo que a razão-mundo neoliberal instaura como princípio, a família aparece “como o último reduto de humanidade” (Quintela, 2020), aquele que deve ser protegido sob o risco de não haver outro *ponto de ancoragem* em que se sustentar. Como sustenta Arruzza (2019, on-line),

Tendo compreendido que sob o neoliberalismo a família se tornou a principal fonte de segurança para todos, tanto de segurança econômica contra a imprevisibilidade do mercado livre, quanto de segurança psicológica contra os efeitos psíquicos do desemprego, da precariedade e da perda de status social, os partidos de direita promovem um projeto de retorno aos valores tradicionais que reforcem a heteronormatividade, a autoridade paterna e a hierarquia social e cultural entre parceiros de casais estritamente heterossexuais (Arruzza, 2019, on-line).

Cabe salientar, nessa perspectiva, que para fazer da instituição familiar esse *bastião a ser defendido da destruição*, era necessário intervir sobre o conjunto da população, a partir de tecnologias de governo que levassem os indivíduos a perceberem nas formas alternativas de vida, nos corpos dissidentes, nas políticas de igualdade social e de gênero, um perigo iminente. E é nesse momento que a guerra

contra o gênero e contra a *doutrinação marxista* aparecem como elementos que canalizam medos e angústias e funcionam como aparatos para a expansão da esfera da moralidade tradicional para o todo da população.

Ao promover essa guerra de valores, o que se intenta não é somente

restaurar um lugar legítimo para a autoridade patriarcal, concebida como parte de uma ordem natural e/ou religiosa, mas também reverter direitos e políticas progressistas, a fim de tornar o casamento estritamente heterossexual, insistir que o sexo atribuído no nascimento seja imutável, que o aborto seja impedido porque é o Estado que sabe que limites devem ser impostos ao corpo das pessoas grávidas. A retaliação que vemos contra o “gênero” faz parte desse projeto mais amplo de restauração que busca fortalecer regimes autoritários como formas legítimas de paternalismo, o sonho tornado realidade (Butler, 2024, p. 20).

Nas palavras de Brown (2019, p. 133), à medida que “a vida cotidiana é mercantilizada de um lado e “familiarizada” de outro pela racionalidade neoliberal, estes processos gêmeos contestam os princípios de igualdade, secularismo, pluralismo e inclusão, junto com a determinação democrática de um bem comum. O que decorre desses embates morais promovidos no seio social é, portanto, o processo de exclusão e de fragilização de direitos de todos aqueles que não fazem parte do marco conservador da moralidade cristã.

A demonização do gênero e da educação sexual nas escolas, ao explorar o medo da população quanto a uma “verdadeira ameaça existencial” (Butler, 2024) que *levaria à destruição deste ponto de ancoragem que é a instituição familiar*, não apenas interdita a discussão sobre direitos reprodutivos e sexuais e sobre violência de gênero, por exemplo, como também contribui para promover a privação desses direitos e das proteções e liberdades fundamentais por parte de todos os indivíduos considerados *inferiores* ou *desviantes*.

Ao censurar a discussão sobre gênero e o que ele carrega consigo, ou ainda impedir – sob a alegação de que os valores familiares possam ser questionados –, que os filhos compartilhem esses saberes no espaço da escola, o que se evidencia, pois, é o quanto esse levante diz respeito à tentativa de restaurar “uma sonhada ordem patriarcal em que um pai é um pai, uma identidade sexuada nunca muda; as mulheres, consideradas ‘mulheres desde o nascimento’, retomam suas posições naturais e ‘morais’ dentro do lar” (Butler, 2024, p. 20) e quaisquer outros arranjos devem não somente ser percebidos como imorais, mas também ser considerados ilegais.

Assim é que os sentidos da liberdade projetada nestes tempos autoritários dizem respeito à liberdade do mercado e à liberdade para afirmar um “conjunto de valores tradicionais autoproclamados como equivalentes à ‘civilização’” (Dardot *et al.*, 2021, p. 213). É sintomático, portanto, que a escola seja um dos principais alvos daqueles que buscam expandir a proteção da esfera pessoal em nome de uma “liberdade de escolha” que, em última instância, projeta-se como uma liberdade para assumir para si os princípios neoliberais da concorrência e para rejeitar a igualdade ao promover “supremacias e abjeções reiteradas pela moralidade tradicional” (Brown, 2019, p. 134).

Se, como afirma Brown (2019, p. 38), o social é “o local em que cidadãos de origens e recursos diferentes se reúnem e são pensados como um conjunto”, fazer da escola um lugar perigoso que pode corromper moralmente crianças e adolescentes é um modo de intentar romper os laços sociais que nos fazem ser mais do que “indivíduos ou famílias, mais do que produtores consumidores ou investidores econômicos e mais do que meros membros da nação” (Brown, 2019, p. 38). É um modo de fazer desaparecer o social de nossas ideias, discurso, impedindo que nossas visões de futuro possam se estender para além dos laços familiares.

### 3.7 Breves apontamentos sobre quem somos e o que estamos nos tornando

*A história não se repete, mas frequentemente rima.  
(Autor desconhecido)*

Em janeiro de 2019, durante entrevista para o Portal G1, ao se referir à pauta da escolarização doméstica, a ministra Damares Alves afirmou que o “Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos surgiu para atender as demandas **de famílias** no Brasil”<sup>225</sup>. Sua fala, que não fez menção às demandas **das** famílias brasileiras, mas somente **de famílias**, ou seja, de apenas um conjunto específico de famílias, fazia reverberar o modo estratégico de governo estabelecido durante a gestão Bolsonaro, que amparado na substituição da palavra “social” pela palavra “moral”, estabeleceu uma separação entre aqueles que deveriam ter seus direitos

---

<sup>225</sup> Fonte: <https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2019/01/25/damares-educacao-domiciliar-permite-a-pais-ensinar-mais-conteudo-e-gerenciar-aprendizado.ghtml>

protegidos e aqueles que necessitariam adequar-se à normatização imposta ou, então, *desaparecer*.

Tal desaparecimento já havia sido sinalizado em fala de Bolsonaro em 2017, quando ainda deputado federal pelo Partido Social Cristão (PSC), em manifestação junto a seus apoiadores na Paraíba, afirmou: “*Como somos um país cristão, Deus acima de tudo, não tem essa historinha de Estado laico, não, é Estado cristão. E quem for contra que se mude. Vamos fazer o Brasil para as majorias. As minorias têm que se curvar às majorias. As leis têm que existir para defender as majorias. As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem*”<sup>226</sup>. Não se enquadrar dentro do marco conservador e autoritário delineado naquele momento, que trouxe em seu escopo a manutenção de privilégios historicamente assegurados relativos à classe, à raça, à sexualidade e ao gênero, significava não poder fazer parte do conjunto da população a ser aceito e representado. Significava, tanto mais, o rechaço a qualquer ideia de igualdade e, na mesma medida, o louvor a um Estado teocrático que pode decidir entre quem terá seus privilégios garantidos e assegurados e quem pode ser subjugado ou, até mesmo, exterminado, literalmente ou não.

Nesse escopo em que o ordenamento da vida passa a ser fundamentado na cristianização da política e na militarização da esfera pública, a designação de apenas uma parte dos governados como “sujeitos de direitos” traduz a “lógica de enfrentamento contra todas as forças e formas de vida que não cabem no marco de um mundo hierárquico e desigual” projetado pelo neoliberalismo (Laval, 2022).

O fato de uma Ministra de Estado poder enunciar que uma pasta presidencial terá a incumbência de atender a somente uma parcela da população, eleita como legítima para receber a atenção por parte do Governo Federal, revela meandros da racionalidade neoliberal contemporânea, colocando em evidência como as coisas ditas estão “radicalmente amarradas às dinâmicas de poder e saber de seu tempo” (Fischer, 2001). Dito de outro modo, se foi possível à ministra enunciar a cesura que faz com que apenas algumas famílias tenham suas demandas atendidas pelo MMFDH, é porque essa conformação encontrou sustentação para adentrar na “ordem do discurso” (Foucault, 2014a) atual. Da mesma forma, se Bolsonaro afirmou que faria um “*Brasil para as majorias*” e que os demais deveriam se *adequar ou desaparecer* e, mesmo assim (*ou exatamente por isso*) obteve 55,13% dos votos válidos no segundo

---

<sup>226</sup> Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=QKwJHn25gRo>

turno da eleição presidencial ocorrida um ano depois, é porque a condução das condutas na contemporaneidade tem levado à interdição dos sentimentos de pertencimento social para além da pequena bolha em que vivemos, tornando possível a produção de subjetividades fascistas que *aceitam* ou, até mesmo, *solicitam* a violação dos direitos e da própria vida daqueles que não compartilham dos mesmos princípios e valores. Como afirma Stanley (2022, p. 15), “o sintoma mais marcante da política fascista é a divisão. Destina-se a dividir uma população em ‘nós’ e ‘eles’”. Depois de um tempo “distorcendo a linguagem” e “atacando universidades e sistemas educacionais que poderiam contestar suas ideias”, “a política fascista acaba por criar um estado de irrealidade, em que teorias da conspiração e as notícias falsas tomam o lugar do debate fundamentado” (Stanley, 2022, p. 16). Assim, “À medida que a compreensão comum da realidade se desintegra, a política fascista abre espaço para que crenças perigosas e falsas criem raízes” (Stanley, 2022, p. 16).

Meu entendimento é o de que, ao nutrir o ódio de certas categorias da população contra outras, voltando o povo contra ele mesmo, a governamentalidade neoliberal contemporânea tem encaminhado à produção de uma verdadeira “guerra civil” (Dardot *et al.* 2021) onde a ameaça passa a ser identificada não com os processos de precarização neoliberais, mas com os movimentos culturais e sociais que buscam descentrar ou dissolver uma certa autoridade patriarcal, estabelecida tanto a partir da família quanto da igreja (Butler, 2019).

A projeção da família tradicional como a única que deve ter atendidas suas demandas, como aquela que serve de modelo para toda a população, é o que torna possível reafirmar hierarquias, a partir do repúdio a todos aqueles que estariam colocando *em risco* o homem branco, heterossexual e cristão e os valores que ele simboliza. A guerra de valores que aparece no discurso familista da ministra Damares, da secretária Angela Gandra, de outros personagens políticos do Governo, e que tem em Bolsonaro a representação mais exacerbada da lógica de enfrentamento neoliberal contemporânea aparece, assim, revestida de uma centralidade que necessita ser entendida dentro do quadro de desdemocratização da sociedade que vem sendo delineado há décadas e que atingiu seu ápice nos últimos anos, quando forças antidemocráticas passaram a ingressar nas instâncias governamentais e a fazer do binômio mercado-moral o regulador de todas as esferas da vida.

A ativação da pauta familista por parte do Estado, mais do que mera *cortina de fumaça* produzida para desviar a atenção da população de escândalos envolvendo a

cúpula governamental ou mesmo de medidas administrativas antipopulares, evidencia, portanto, um “deslocamento da oposição política no terreno dos valores” (Dardot *et al.*, 2021, p. 206) que, em nome da moralidade, tem subtraído do horizonte as consequências das desigualdades e precarizações sociais.

Esse deslocamento vem tornando explícito que as disputas morais funcionam, cada vez mais, como substitutas do enfrentamento social. Com uma população empobrecida e impelida a promover o cuidado da vida em um contexto em que o Estado repassa os custos sociais a seus cidadãos, a promoção da instituição familiar tradicional como protagonista na ordem social tem funcionado para mobilizar os indivíduos em torno de lógicas exclusivamente privadas, relegando ao esquecimento a participação na vida pública e a contestação das políticas econômicas neoliberais, justamente aquelas que têm exacerbado a lógica do cuidado e a proteção dos familiares.

Nesse escopo, é importante salientar o quanto o modelo familiar tradicional é estratégico para a perpetuação do projeto neoliberal na atualidade. Ainda que a função de provedor financeiro possa ser desempenhada pelos dois membros do casal, a figura da mulher segue sendo mobilizada como *cuidadora primária* tanto do lar quanto dos filhos. Nessa seara, defender o modelo heteronormativo e patriarcal é, portanto, também confrontar a capacidade real da emancipação feminina, bem como formas alternativas de família, explicitamente ou não. Ademais, cabe salientar o fato de que a família é a forma como a riqueza privada se reproduz ao longo do tempo, por meio da herança, desempenhando um papel fundamental para o neoliberalismo.

Há que se destacar, ainda, conforme sublinha Iamamoto (2000, p. 180), que o discurso neoliberal tem

a espantosa façanha de atribuir título de modernidade ao que é mais atrasado na sociedade brasileira - e daí seu caráter claramente conservador e antidemocrático: fazer do interesse privado a medida de todas as coisas, obstruindo a dimensão ética da vida social pela recusa da responsabilidade e obrigação social.

Segundo a pesquisadora (2000), tal discurso converge com a nossa tradição autoritária excludente, expressa no que a filósofa Marilena Chauí denomina de “autoritarismo social”, isto é, uma sociedade hierarquizada em que as relações sociais ora são regidas pela cumplicidade – quando os sujeitos se reconhecem como iguais –, ora pelo mando e obediência, no lugar da igualdade dos direitos, quando

considerados inferiores. Por esse prisma, é possível afirmar que, se o Brasil foi percebido como um laboratório do neoliberalismo em sua atual configuração, é porque nossa conformação histórica permitiu ser o país um lugar fecundo para colocar em funcionamento essa face autoritária que não se furta de promover a divisão entre os indivíduos e que vê na reconstrução da família e da ordem heterossexual “um poderoso vetor de subjetivação fascista” (Lazzarato, 2019, p. 40), onde a família “patriarcal é representada sempre com uma parte central das tradições da nação” (Stanley, 2022, p. 21).

Em uma nação em que a família patriarcal tem sido uma das “grandes forças permanentes”, em que em torno dessa família giraram os principais acontecimentos durante quatro séculos, sua influência “se não criadora, conservadora e disseminadora de valores” (Freyre, 2004) continua reverberando e produzindo efeitos. Assim é que, se nos últimos anos presenciamos a ascensão de forças antidemocráticas que visam dismantelar a democracia brasileira a partir da exacerbação de uma ordem privada, homogênea, religiosa e familiar, é também em razão de que “a nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, ondem prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos” deixou marcas profundas em nossa sociedade, nossa vida pública, legando-nos “sentimentos próprios à comunidade doméstica” que tem levado a uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família (Holanda, 2014, p. 96-97).

Seguindo essa premissa, se podemos observar pontos de aproximação entre, por exemplo, a *Marcha da Família Cristã pela Liberdade*, ocorrida em várias cidades brasileiras em 2021 e 2022, e a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, realizada em março de 1964, é porque uma produção de verdade sobre a família continuou a reverberar na sociedade e a tentar definir os sentidos daquilo que chamamos *liberdade* a partir de critérios antidemocráticos. Em 1964, ao definir que o Brasil deveria ser liberto da *ameaça comunista*, e, na atualidade, ao defender a liberdade de *expressão religiosa* e as pautas morais das extrema-direita que fazem do interdito da sexualidade um de seus principais nichos.

Ao propor tal relação, menos do que afirmar a repetição do passado no presente, quero apontar “as forças que deram causa as nossas práticas atuais e identificar as condições históricas das quais elas ainda dependem” (Garland, 2014, p. 85). Quero afirmar que, se parte considerável da população aderiu ao projeto de dismantelamento do ideal de sociedade colocado em curso pela Gestão Bolsonaro,

é também porque trazemos em nossa conformação histórica tendências que desconhecíamos ou recusávamos ver (Chirio, 2020).

De acordo com Chirio (2020), tais tendências estariam relacionadas a vários indicadores: à longa história de um sistema político republicano dominado por elites restritas, em uma sociedade extremamente desigual; à constância da opressão racial, que reflete em uma maior taxa de mortalidade de pessoas negras, maior probabilidade de encarceramento, menor acesso a serviços de saúde e educação e menor nível de renda e riqueza; à raridade e precariedade dos episódios democráticos na história brasileira, associados à constantes intervenções militares; à persistência da opressão patriarcal, a dificuldade de acesso das mulheres aos espaços de poder e a constância da violência física, sexual e simbólica contra elas. Esses elementos são realidades incontestáveis da nossa sociedade, sendo o esquecimento ou o apagamento deles um modo de contornar esses diferentes capítulos de nossa história e produzir uma certa mitologia nacional, aos moldes de uma identidade nacional forjada em torno da ideia de um país caracterizado pela fluidez das relações interpessoais, cordialidade, afetividade (Chirio, 2020).

Na mesma direção, Casara (2019, on-line) aponta que

A ausência de rupturas históricas com um passado de arbítrio, violência, racismo e hierarquização entre pessoas fez com que a sociedade brasileira permaneça lançada em uma tradição autoritária que leva à crença no uso da força, ao medo da liberdade, ao anti-intelectualismo (ódio/inveja do conhecimento), ao convencionalismo (aderência rígida aos valores da classe média mesmo que contrários às conquistas civilizatórias), à tendência à simplificação da realidade (a contentar-se com explicações simplistas e ausência de reflexão), à submissão autoritária (atitude submissa e acrítica diante de autoridades idealizadas), à anti-intracção (oposição à mentalidade imaginativa e sensível), à preocupação exagerada como a sexualidade alheia, à projetividade (disposição para crer em ameaças no mundo que se originam de fortes impulsos inconscientes), dentre outras distorções típicas do pensamento autoritário.

Diante desses apontamentos, se chegamos a ser percebidos como o grande laboratório neoliberal contemporâneo, é porque uma tradição autoritária seguiu produzindo sentidos entre nós, dando condições para que segmentos importantes da população viessem a apoiar medidas antidemocráticas ou, mesmo, desumanizadoras, como presenciamos durante a pandemia pela Covid-19.

Quando a marca de 4 mil óbitos diários em decorrência da Covid-19 foi atingida, em abril de 2021, parcela considerável da população relutava em utilizar máscaras de

proteção e a cumprir as regras de isolamento, evidenciando o quanto o discurso da *liberdade para escolher* que víamos circular não significava apenas uma adesão ilimitada às formas de (não)gestão da saúde produzidas pelo governo Bolsonaro. Ele apontava, sobretudo, para a falta de reconhecimento do vínculo ético-moral com o *outro* e para o esgarçamento dos fios que unem um sujeito a outro dentro de uma sociedade. Se a liberdade para agir segundo princípios individuais dizia respeito à liberdade para não se proteger, significava, tanto mais, a negação da premissa de que a vida em comum solicita o cuidado com o outro, aquele que, inevitavelmente, tende a diferir de mim. Fez-se, assim, do princípio neoliberal da liberdade individual um exercício irrestrito de desrespeito com todos aqueles que não partilhavam do discurso negacionista colocado em circulação pelas instâncias governamentais.

Sob o argumento de que era preciso *salvar a economia* negou-se a ciência e, por conseguinte, a existência do vírus, mas também se negou a responsabilidade coletiva e a capacidade de empatia e comoção com a dor alheia. O que derivou disto foi a “expressão máxima da ausência absoluta de solidariedade pelos mais vulneráveis, a ponto de se zombar daqueles que estão morrendo” (Safatle, 2020, *on-line*). É nesse sentido que a psicanalista Suely Rolnik (2023, *on-line*) afirma que a subjetividade fascista que, de algum modo, afetou quase metade da população, nos colocou diante de uma blindagem do outro que gera condições “para que a vida seja desviada de seu destino ético, com o intuito de cafetiná-la a serviço da acumulação de capital (não só econômico e político, mas, também e indissociavelmente, social e narcísico)”.

Esse mesmo marcador de desumanização que vimos durante a pandemia também pode ser encontrado no consentimento de parcela considerável da população com as estratégias necropolíticas (Mbembe, 2018) amplamente mobilizadas durante o mandato de Bolsonaro, as quais acentuaram condições de risco para grupos ou setores em contextos de desigualdade e em zonas de exclusão e violência, produzindo a determinação de quem pode permanecer vivo ou deve morrer a partir de ações ou emissões por parte do Estado, como a fala de Bolsonaro relativa às *maiorias* e as *minorias*, anteriormente referenciada, explicitou. Se nossa formação escravista, patriarcal e violenta se constitui em solo fértil para produzir subjetividades que querem a brutalização e o extermínio do outro (Rolnik, 2023), o bolsonarismo contribuiu para exacerbar tal conformação.

Essa *fratura exposta* da sociedade tornou-se ainda mais evidente durante o pleito presidencial de 2022. Conforme enunciados que circularam em parte da grande mídia nacional, em redes independentes e nos meios de comunicação de outros países, nos debates acadêmicos e no dia-a-dia acalorado das redes sociais, tratava-se do “*momento mais dramático da história brasileira*”<sup>227</sup>. As avaliações eram de que o Brasil viveria a “*eleição mais importante e mais perigosa de nossas vidas*”<sup>228</sup>, aquela que poderia “*definir o futuro do planeta*”<sup>229</sup>.

Para os eleitores de Bolsonaro, amparados pelo tríptico *fé-família-liberdade*, a eleição aglutinava em torno de si a defesa da moralidade conservadora e da moralidade do mercado contra a *imoralidade* progressista representada pela esquerda. Nesse escopo, o recurso alegórico da disputa de duas forças antagônicas, o *Bem* contra o *Mal*, apareceu como um dos elementos mais mobilizados no espaço público, atingindo sobretudo o crescente contingente de evangélicos que, na eleição de 2018, fora decisivo<sup>230</sup> para a vitória de Bolsonaro. De outro lado, simpatizantes de Lula e uma parte considerável de eleitores que aderiram à candidatura petista em razão da discordância com a reeleição do então presidente, apontavam que a disputa era de outra ordem. O que se desenhava era uma repulsa ao projeto bolsonarista então em marcha. Daí por que, faltando alguns dias para o pleito, a decisão passou a ser colocada sob os seguintes termos: tratava-se de democracia *ou* barbárie.

Quando em 30 de outubro de 2022, o resultado das urnas eletrônicas apontou a vitória de Lula no segundo turno das eleições presidenciais derrotando Bolsonaro, a pequena margem de 1,8 pontos percentuais entre os dois concorrentes, menor diferença desde a redemocratização, fez transparecer que o ganhador não teve unanimidade. Não se tratava, unicamente, de um acirrado embate entre o candidato de centro-esquerda do PT, duas vezes presidente da República, alvo da Operação Lava-Jato e que tivera suas condenações anuladas após ficar preso por quase dois

<sup>227</sup> Fonte: <https://comissaoarns.org/pt-br/blog/uma-revolucao-de-sinais-invertidos/>. Acesso em 14 jun. 2024.

<sup>228</sup> Fonte: <https://revistaforum.com.br/opiniao/2022/10/21/eleio-mais-importante-mais-perigosa-de-nossas-vidas-por-chico-alencar-125255.html>. Acesso em 14 jun. 2024.

<sup>229</sup> Fonte: <https://twitter.com/nytopinion/status/1585940194309672961?s=20&t=To00bA3yX3ObmdyHBOCYIA>. Acesso em 14 jun. 2024.

<sup>230</sup> José Eustáquio Diniz Alves (2018) sustenta que o voto evangélico foi o que garantiu a eleição de Jair Bolsonaro em 2019. Entre os 30% do eleitorado brasileiro compostos por evangélicos, Bolsonaro obteve 69% dos votos - o equivalente aos quase 12 milhões de votos que teve a mais que Fernando Haddad.

anos, contra o candidato à reeleição, representante da extrema-direita, até então filiado ao Partido Liberal (PL) e favorecido em 2018 em razão do impedimento de Lula em concorrer à presidência. A objetividade dos números evidenciava que quase metade dos eleitores, ainda que muitos deles não se identificassem com o extremismo bolsonarista, havia sido mobilizada por um *ethos* de nação que vai de encontro às premissas de uma sociedade democrática. Um *ethos* cuja manifestação extrema podemos designar de fascista, em razão da dinâmica que lhe caracteriza, ainda que se difira do que fora o fascismo histórico.

A tentativa de golpe de Estado orquestrada pelo candidato derrotado e parte das Forças Armadas, que teve como um de seus episódios o ataque terrorista às sedes dos Três Poderes em Brasília, em 8 janeiro de 2023, a despeito de sua não concretização, expôs a fragilidade das nossas instituições e o avanço de uma cultura antidemocrática e autoritária que está intrinsecamente relacionada à atual face do neoliberalismo. Nesse escopo, o bolsonarismo, enquanto fenômeno que se articula com outras manifestações extremistas amparadas no binômio mercado-moral ao redor do planeta, transcende o político Jair Bolsonaro, sendo este uma figura que soube articular a agenda moral e econômica transformando-a em um capital político que estará em disputa por outros atores nos próximos anos, dada a aprovação de sua inelegibilidade até 2030.

A discussão de como o projeto de desmantelamento do social sob o qual se funda a racionalidade neoliberal vem ecoando no Brasil e como o fenômeno bolsonarista obteve êxito ao mobilizar parte considerável da população colocou-se, segundo minha compreensão, como uma problemática fundamental para a produção de um diagnóstico do tempo presente. Por essa razão, a tentativa de apresentar uma leitura de como a instituição familiar foi sendo mobilizada pelo neoliberalismo e como a intervenção nos domínios da educação visou conformar os indivíduos aos ditames da governamentalidade neoliberal conservadora apresentou-se como um gesto analítico que intentou abarcar *uma* das variáveis sobre o qual esse arranjo autoritário se sustentou. Se a educação aparece como um microcosmos social, um campo de disputa de poder, não é sem razão que a guerra de valores projetada pela governamentalidade neoliberal contemporânea, com vistas à concretização do ideal de desmantelamento da sociedade, encontre na escola um espaço profícuo para existência.

#### 4. UMA NÃO CONCLUSÃO: DAS COGITAÇÕES POSSÍVEIS

A partir do que abordei ao longo desta Tese, inicio esta Não Conclusão afirmando que a projeção da esfera privada sobre a esfera pública é parte do processo de desdemocratização da sociedade que vem se desenhando há décadas e que, a partir das atuais estratégias de manutenção/expansão da governamentalidade neoliberal, tem exacerbado um modo de condução das condutas autoritário e conservador. Essa forma de governo não tem deixado incólume os ideais democráticos e aquilo que faz do social mais do que uma junção de unidades individuais e unidades familiares econômico-morais ou, como definira Thatcher, mais do que homens e mulheres...e suas famílias.

A guerra de valores que vimos atingir os domínios da educação, e que encontrou em um país forjado à sombra da instituição familiar patriarcal um solo fecundo para germinar, aparece enquanto uma eficiente estratégia de governo da população, constituindo-se em um elemento aglutinador das extremas-direitas a nível mundial, cada vez mais dispostas a flertar com políticas fascistas e a estabelecer a divisão da população entre um “nós” – a quem seria delegada a liberdade para afirmar os valores do mercado e os valores tradicionais da moralidade cristã –, e um “eles” – que deveriam se adequar às regras de ação impostas pela maioria ou, se caso fosse necessário, desaparecer, simbólica e/ou literalmente.

Se, conforme sustentou Foucault (2015, p. 21), “a política é a continuação da guerra civil”, então é possível afirmar que o governo das condutas contemporâneo tem se empenhado em fazer das instâncias governamentais os principais articuladores de uma guerra civil permanente que funciona para impedir que os indivíduos atentem para a pauperização, o desemprego, o sofrimento psíquico ocasionado em razão da própria organização do sistema neoliberal. Em outras palavras, o que estaríamos presenciando seria a projeção de *guerras totais* que têm o propósito de interditar a possibilidade de confrontação da razão-mundo neoliberal. Com os sujeitos sendo tomados como capitais humanos em constante competição uns com os outros, e, mais ainda, com a produção de uma guerra de valores que faz de todos aqueles que não compartilham dos mesmos ideais *inimigos declarados*, o que se delineia é a produção sistemática de divisões e a ampliação de microfascismos que colocam determinadas parcelas da população contra outras. Com isso, o espaço

dos possíveis políticos tende a tornar-se cada vez mais imperceptível, abrindo brechas para a dissolução dos laços que unem os indivíduos entre si.

Após apresentar uma leitura daquilo que o modo de condução das condutas neoliberal tem projetado em relação a como a família deva ser, isto é, após discorrer sobre aquilo que vem sendo pensado e dito sobre a instância familiar a partir das coordenadas neoliberais, cheguei à compreensão de que a família tradicional – instituição que tem funcionado, desde os tempos coloniais brasileiros, como baluarte dos valores morais –, tem sido acionada enquanto um instrumento privilegiado de governamento da população que assume uma centralidade política ainda maior atualmente. É a defesa do modelo heteronormativo patriarcal de família que tem contribuído, sobremaneira, para a projeção de uma ordem privada, homogênea e doméstica em detrimento da ordem pública, plural e democrática.

Dito de outro modo, se o acionamento da família como um tipo de contrato de seguro mútuo primitivo que garante a sobrevivência dos indivíduos (Cooper, 2022) e que serve como contrapeso necessário às liberdades de mercado sempre foi um recurso mobilizado pelo neoliberalismo, com a metamorfose ocorrida há alguns anos no modo de condução das condutas, a instituição familiar passou a ser um elemento ainda mais decisivo, uma vez que aparece não somente como esteio do livre-mercado, mas também como a protagonista moral em uma sociedade, levando muitos indivíduos a prescindirem dos laços que os unem para além do escopo privado.

A partir da abordagem das investidas familistas no âmbito da educação brasileira – que segundo meu entendimento funcionaram a partir do recurso à produção de um pânico moral em torno do *perigo marxista* e do *fantasma da ideologia de gênero* –, apontei também que, nas últimas duas décadas, presenciamos a emergência de uma **família docendis**, que extrapola os limites da casa e busca expandir uma ordem privada, homogênea e religiosa sobre o espaço escolar. Esse esgarçamento de limites da relação família-escola tem resultado em tentativas de definir não somente aquilo que pode ou não fazer parte da ordem do discurso escolar, mas também com quem se aprende, com quem se convive. É nesse escopo que o direito de que os filhos recebam uma educação moral, sexual e religiosa condizente com os valores familiares, mais que significar um apelo às liberdades individuais, coloca-se como uma incursão contra o ideal de escola republicana e contra a própria ideia de sociedade e de democracia. Nesse sentido, a ascensão dessa família educadora pode também ser atrelada à ascensão da onda fascista que tem levado ao

desmantelamento das democracias liberais ao redor do mundo, uma vez que a defesa intransigente do modelo familiar patriarcal e da ordem heterossexual sempre se constituiu em um elemento poderoso de subjetivação fascista.

Enquanto escrevia as últimas linhas dessa Não-conclusão, em 18 de fevereiro de 2025, Jair Messias Bolsonaro fora denunciado criminalmente pela Procuradoria-Geral da República, acusado de tentativa de abolição violenta do estado democrático de direito, golpe de Estado, organização criminosa armada, dano qualificado pela violência e grave ameaça, e deterioração de patrimônio tombado. Além de Bolsonaro, mais 36 pessoas, entre eles o general da reserva Walter Braga Netto (PL), ex-ministro da Defesa, foram indiciados. Essa segunda etapa das investigações envolvendo o ex-presidente apontou que ele deu anuência ao plano que levaria à morte do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seu vice, Geraldo Alckmin, e o Ministro da Corte Alexandre de Moraes.

Nesse mesmo dia, um formando da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi impedido de colar grau por apresentar uma suástica pintada no rosto. A cerimônia só foi realizada, com a participação do estudante, após ele retirar o símbolo nazista de seu corpo.

Em 20 de janeiro de 2025, ao ser empossado pela segunda vez como presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump<sup>231</sup> fez referência ao Destino Manifesto do povo norte-americano, salientando: “Somos um povo, uma família e uma nação gloriosa sob Deus. Portanto, para todos os pais que sonham com seus filhos e para todos os filhos que sonham com seu futuro. Eu estou com você. Eu lutarei por você e vencerei por você. Vamos vencer como nunca antes”. Entre suas declarações, destacou a revogação de medidas relativas à produção de energia limpa, a deportação em massa de imigrantes em situação irregular, a ampla desregulamentação das *big techs* e o encerramento de todas as políticas voltadas à igualdade de gênero e raça. Horas depois da posse, retirou os EUA da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Acordo de Paris, tratado global que tem como objetivo reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

Jair Bolsonaro, que fora convidado para a cerimônia de posse de Trump, naquela oportunidade já indiciado pela Polícia Federal, não pôde comparecer, sendo

---

<sup>231</sup> Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/melo-diz-que-quem-defende-ditadura-e-comunismo-nao-pode-ser-processado/>

representado por sua esposa, Michele Bolsonaro, e seu filho Eduardo Bolsonaro. Ambos participaram de um almoço em comemoração à posse promovido por Steve Bannon, estrategista da extrema-direita, que após fazer um gesto alusivo à saudação nazista *Heil, Hitler*, afirmou que Eduardo será presidente do Brasil “em um futuro não tão distante”<sup>232</sup>. Algumas horas depois, o bilionário Elon Musk, proprietário da rede social X e das empresas Tesla e Space X, afirmou que a posse de Trump marcava “um ponto de virada na civilização humana”<sup>233</sup> e repetiu o gesto nazista, com ainda mais intensidade. A ele seguiu outro personagem, o clérigo Calvin Robinson, que teve sua licença revogada pela Igreja Anglicana Católica após fazer o mesmo gesto durante o evento Convenção Nacional Pró-Vida, nos Estados Unidos, alguns dias depois.

No dia 1 de janeiro do corrente ano, ao ser reempossado prefeito da cidade de Porto Alegre, RS, Sebastião Melo afirmou<sup>234</sup>: “Eu quero que, nesta tribuna e nas 6.000 casas legislativas municipais do país, e no Congresso Nacional, um parlamentar ou qualquer um do povo diga ‘eu defendo a ditadura’, e ele não seja processado porque é liberdade de expressão”.

Se a história não se repete, ela pode, não obstante, rimar. Não penso que estejamos frente à retomada de um fascismo ou de um nazismo tal como ocorridos no início do século XX. Todavia, não é possível desprezar o fato de que novas formas desses movimentos possam “estar no horizonte por meio da exacerbação das tensões e das frustrações engendradas pela lógica do neoliberalismo. O fim do projeto neoliberal não será forçosamente o que esperamos” (Guéguen *et al.*, 2021). É isso o que o tempo presente tem nos mostrado.

Diagnosticar o presente, no sentido de “dizer o que existe, fazendo-o aparecer como podendo não ser, ou podendo não ser como ele” (Foucault, 2000a, p. 325), revestiu a empreitada desta Tese como uma tentativa de leitura de um “certo real”, de “tal modo que, de um lado, essa interpretação possa produzir efeitos de verdade e que, do outro, esses efeitos de verdade possam tomar-se instrumentos no seio de lutas possíveis” (Foucault, 2006a, p. 278).

---

<sup>232</sup> Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/apos-apoio-de-steve-bannon-eduardo-bolsonaro-reforca-que-candidato-e-jair/>

<sup>233</sup> Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2025/01/20/elon-musk-e-acusado-de-fazer-saudacao-nazista-apos-posse-de-trump-e-gera-onda-de-indignacao/>

<sup>234</sup> Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/melo-diz-que-quem-defende-ditadura-e-comunismo-nao-pode-ser-processado/>

Ao se referir ao imaginário projetado pelo neoliberalismo, Rubens Casara (2019) assinala que, desde que este se tornou hegemônico, tem produzido imagens conservadoras, ligadas a um passado idealizado e a um futuro terrível; imagens positivas da inércia e imagens negativas de tudo aquilo que possa representar uma tentativa de superação da racionalidade neoliberal. Talvez o lema do Fórum Social Mundial de 2001, realizado em Porto Alegre, RS, *Um outro mundo é possível*, esteja cada vez mais distante. A realidade do nosso tempo tem interditado a capacidade de projetarmos outro(s) mundo(s), fazendo-nos encerrar o possível dentro do marco neoliberal autoritário que tem nos subjetivado.

A escrita desta Tese pretendeu, a partir de uma tentativa de incursão nas camadas de realidade que nos chegam no presente, apontar “que aquilo que é nem sempre foi” (Foucault, 2001b). Por esse ângulo,

a propósito dessa função do diagnóstico sobre o que é a atualidade, é que ela não consiste simplesmente em caracterizar o que somos, mas, seguindo as linhas de vulnerabilidade da atualidade, em conseguir apreender por onde e como isso que existe poderia não ser mais o que é. E é nesse sentido que a descrição deve ser sempre feita de acordo com essa espécie de fratura virtual, que abre um espaço de liberdade, entendido como espaço de liberdade concreta, ou seja, de transformação possível (Foucault, 2000a, p 325).

Ao chegar ao término desta Tese, afirmo a impossibilidade de estabelecer um ponto final sobre as questões aqui apresentadas. O que faço, nesta Não Conclusão, é apontar o noturno caminho para o qual estamos rumando. Espero, assim, ao menos ter dito da *verdade* do nosso tempo para que, seguindo o fio de pensamento foucaultiano, “*ela seja atacável*” (Foucault, 2006c, p. 278).

## 5. REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos, 2009.

ALABAO, N. O “neoliberalismo progressista” e a esquerda conservadora. *Nueva Sociedad*. Dez. 2020. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/o-neoliberalismo-progressista-e-a-esquerda-conservadora/>. Acesso em 22 set. 2024.

ALABAO, N. Quando a crise do capitalismo é narrada como crise “de valores”. Entrevista com Nuria Alabao. *Revista IHU Online*, Instituto Humanitas Unisinos. 01 Mai. 2024. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/639007-quando-a-crise-do-capitalismo-e-narrada-como-crise-de-valores-entrevista-com-nuria-alabao>. Acesso em 23 set. 2024.

ALMEIDA, J. P. M. de. “Deus, pátria, família”: os sentidos do fascismo brasileiro. *RUA*, Campinas, SP, v. 28, n. 2, p. 353–376, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8671122>. Acesso em: 7 jan. 2025.

ALMEIDA, R. Deuses do Parlamento: os impedimentos de Dilma. In: ALMEIDA, R.; TONIOL, R. (Orgs.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

ALVES, J. E. D. *O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro em 2018*. Instituto Humanitas Unisinos. 2018. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/584304-o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro>. Acesso em 1 jun. 2024.

ANED. *Associação Nacional de Educação Domiciliar*. Home. 2024. Disponível em: <https://aned.digital/>. Acesso em 10 dez. 2024.

AQUINO, J.; DO VAL, G. Uma ideia de arquivo: contributos para a pesquisa educacional. *Pedagogía y Saberes*, 49, 2018, p. 41-53.

ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

ARRUZZA, C. *A fantasia da normalidade: neoliberalismo, família e nova direita*. Esquerda Online. 2019. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/10/15/a-fantasia-da-normalidade-neoliberalismo-familia-e-nova-direita/>. Acesso em: 23 ago. 2024.

BALBINOTTO NETO, G. Gary Becker: Prêmio Nobel de Economia de 1992. *Análise Econômica*, [S. l.], v. 11, n. 19, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/10460>. Acesso em: 18 set. 2024.

BANCO MUNDIAL. *Priorities and Strategies for Education: A World Bank Review*. Washington, DC: World Bank, 1995a.

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1995: o trabalhador e o processo de integração mundial*. Washington, DC: World Bank, 1995b.

BARBOSA, L. R. *A educação domiciliar é um projeto egoísta*. Entrevista. 2022. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/a-educacao-domiciliar-e-um-projeto-egoista>. Acesso em: 2 dez. 2024.

BAUER, G. *The Family: Preserving America's Future – A Report to the President from the White House Working Group on the Family*. Washington DC: Domestic Policy Council, 1986. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED316515.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2023.

BECKER, G. S. *A Treatise on the Family*. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

BECKER, G. S. *Human Capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. Chicago: The University of Chicago Press, 1964.

BHERING, E.; SIRAJ-BLATCHFORD, I. A relação escola-pais: um modelo de trocas e colaboração. *Cadernos de Pesquisa*, n. 106, 1999, p. 191-216. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/sYx8xKKNStQtFSBXpnrPDwq/abstract/?lang=pt>. Acesso em 11 nov. 2024.

BIROLI, F. *Família: novos conceitos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

BIROLI, F.; MACHADO, M. D. C; VAGGIONE, J. M. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Editora Boitempo, 2020.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 7 dez. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei N.º 1.388/2022*. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica. Brasília: Senado Federal, 23 mai. 2022c. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/153194>. Acesso em 12 mai. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei N.º 1.904, de 17 de maio de 2024*. Acresce dois parágrafos ao art. 124, um parágrafo único ao artigo 125, um segundo parágrafo ao artigo 126 e um parágrafo único ao artigo 128, todos do Código Penal Brasileiro, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2024.

Disponível em

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2425262&filename=PL%201904/2024](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2425262&filename=PL%201904/2024). Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 2401/2019*. 2019c. Disponível em:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=2B4A80194B63AC6E35249FE25BB5FDC0.proposicoesWebExterno2?codteor=1734553&filename=PL+2401/2019](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=2B4A80194B63AC6E35249FE25BB5FDC0.proposicoesWebExterno2?codteor=1734553&filename=PL+2401/2019). Acesso em 20 dez. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei N.º 2731*, de 20 de agosto de 2015. Altera a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que estabelece o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1374936&filename=PL%202731/2015](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1374936&filename=PL%202731/2015). Acesso em: 22 nov. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei N.º 5.595*, de 17 de dezembro de 2020. Reconhece a educação básica e a educação superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais e estabelece diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2267745>. Acesso em: 22 fev. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei N.º 6.583*, de 16 de outubro de 2013. Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=59700>. Acesso em: 7 dez. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 8.099/2014*. Disponível em:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1288634#:~:text=Como%20vivemos%20numa%20sociedade%20democr%C3%A1tica,do%20presente%20projeto%20de%20lei](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1288634#:~:text=Como%20vivemos%20numa%20sociedade%20democr%C3%A1tica,do%20presente%20projeto%20de%20lei). Acesso em 8 nov. 2024.

BRASIL. *Decreto N.º 7.107*, de 11 de fevereiro de 2010. Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, firmado na Cidade do Vaticano, em 13 de novembro de 2008. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7107-11-fevereiro-2010-602309-publicacaooriginal-123632-pe.html>. Acesso em: 21 jan. 2025.

BRASIL. *Decreto N.º 9.673*, de 2 de janeiro de 2019. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, remaneja cargos em comissão, Funções Comissionadas do Poder Executivo e Funções Gratificadas, transforma cargos em comissão do grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento

Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE. Brasília, DF: Presidência da República, 2019a. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=9673&ano=2019&ato=4c8MzYq5keZpWT88b>. Acesso em 10 nov. 2024.

BRASIL. *Decreto nº 10.570*, de 9 de dezembro de 2020. Institui a Estratégia Nacional de Fortalecimento dos Vínculos Familiares e o seu Comitê Interministerial. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2020/decreto-10570-9-dezembro-2020-790893-norma-pe.html>. Acesso em: 23 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 7783, de 28 de junho de 1989. Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1989. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7783.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7783.HTM). Acesso em 9 jun. 2024.

BRASIL. *Lei nº 8.069*, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 29 ago. 2024.

BRASIL. *Lei N.º 9.475*, de 22 de julho de 1997. Diário Oficial da União, Brasília, 23 jul. 1997. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9475.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9475.htm). Acesso em: jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Catálogo de Publicações (1995-2002)*. Brasília, 2002. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/catalogopub.pdf>. Acesso em 4 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Educação Domiciliar*: um direito humano tanto dos pais quanto dos filhos. Brasília: Ministério da Educação, 2022b. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/ptbr/media/aceso\\_informacao/pdf/CartilhaEducacaoDomiciliar\\_V1.pdf](https://www.gov.br/mec/ptbr/media/aceso_informacao/pdf/CartilhaEducacaoDomiciliar_V1.pdf). Acesso em 23 mai. 2023.

BRASIL. *Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos*. Site oficial. 2019b. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br>. Acesso em 23 set. 2022.

BRASIL. *Portaria nº 421*, de 23 de abril de 2020. Institui o Conta pra Mim, programa de literacia familiar do Governo Federal. Brasília: Ministério da Educação. 2020b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-421-de-23-de-abril-de-2020-253758595>. Acesso em: 3 nov. 2024.

BRASIL. *Projeto Família na Escola*: análise ex-ante do projeto Família na Escola. Secretaria Nacional da Família. Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos [entre 2019 e 2022]. 2022a. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-portemas/familia/acoes-e-programas/copy\\_of\\_Analis%20eexAnteFamlianaEscola.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-portemas/familia/acoes-e-programas/copy_of_Analis%20eexAnteFamlianaEscola.pdf). Acesso em 22 de ago. 2023.

BREWER, T. J; LUBIENSKI, C. Homeschooling in the United States: Examining the Rationales for Individualizing education. *Pro-Posições* 28(2). 2017. p. 21-38.

Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/319408818\\_Homeschooling\\_in\\_the\\_United\\_S\\_tates\\_Examining\\_the\\_Rationales\\_for\\_Individualizing\\_Education](https://www.researchgate.net/publication/319408818_Homeschooling_in_the_United_S_tates_Examining_the_Rationales_for_Individualizing_Education). Acesso em 12 jun. 2024.

BRÖCKLING, U.; KRASSMAN, S.; LEMKE, T. (Ed.). *Governmentality: Current Issues and Future Challenges*. New York; London: Routledge, 2011.

BROWN, W. *Cidadania sacrificial, neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade*. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2018a.

BROWN, W. *E agora que o neoliberalismo está em ruínas?* Entrevista concedida a Verónica Gago no Le Monde Diplomatique – Cono Sur. 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/e-agora-que-o-neoliberalismo-esta-emruinas/>. Acesso em: 5 set. 2024.

BROWN, W. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Politéia, 2019.

BROWN, W. Neoliberalism's Frankenstein: Authoritarian Freedom in Twenty-First Century “Democracies”. *Critical Times*. v. 1, n. 1, p. 60–79, 2018b. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/critical-times/article/1/1/60/139328/Neoliberalism-s-Frankenstein-Authoritarian-Freedom>. Acesso em: 12 set. 2024.

BROWN, W. *States of injury: power and freedom in late modernity*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

BROWN, W. *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*. New York: Zone Books, 2015.

BRUM, E. *Brasil, construtor de ruínas - um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro*. São Paulo: Arquipélago, 2018.

BURITY, J. A. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? In: ALMEIDA, R; TONIOL, R. (Org.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: Análises conjunturais*. Campinas: Ed. Unicamp, 2018, p. 15-66.

BUTLER, J. Ideologia anti-gênero e a crítica da era secular de Saba Mahmood. *Debates do NER*, [S. l.], v. 2, n. 36, p. 219–235, 2019. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/99586>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BUTLER, J. *Quem tem medo do gênero?* São Paulo: Boitempo, 2024.

CADERNO *escola sem homofobia*. Brasília: MEC, 2009. Disponível em: <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88KSj5FGExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5ggvfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2025.

CALDWELL, B. J; MONTES, L. *Friedrich Hayek and His Visits to Chile*. Center for the History of Political Economy. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2488106](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2488106). Acesso em: 02 ago. 2024.

CANDIDO, L. F. M. *Foucault e o Liberalismo*. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/34337/1/TESE%20-%20Foucault%20e%20o%20liberalismo%20-%20Luiz%20Felipe%20M.%20Candido%20%28final%29.pdf> Acesso em: 20 jul. 2024.

CANDIOTTO, C. Cuidado da vida e cuidado de si: sobre a individualização biopolítica contemporânea. *Dissertatio* (UFPel), v. 34, p. 469-491, 2011.

CANDIOTTO, C. *Foucault e a governamentalidade biopolítica*. Entrevista concedida a Marcia Junges. 2010. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3127-cesar-candiotto-1>. Acesso em: 12 fev. 2023.

CANDIOTTO, C. Neoliberalismo, democracia e constituição do sujeito em Michel Foucault. *Revista de Filosofia Aurora*, [S. l.], v. 34, n. 61, 2022. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/aurora/article/view/28970>. Acesso em: 16 out. 2024.

CARAPANÃ. A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo. In: SOLANO, E. (Org.). *O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

CARVALHO, O. de. A nova era e a revolução cultural. Fritjof Capra e Antonio Gramsci. 4. Ed. Campinas: Vide Editorial, 2014.

CARVALHO, M. E. P. de. Relações entre família e escola e suas implicações de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 110, p. 143–155, 2000. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/647>. Acesso em: 10 Jan. 2025.

CARVALHO, S. R; LIMA, E.M.F.A. Poderes da liberdade, governamentalidade e saberes psi: diálogos com Nikolas Rose (Parte 2). *Interface* (Botucatu) [Internet]. 2016, 20(58): 797-808. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832016000300797](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832016000300797). Acesso em 13 jul. 2024.

CASARA, R. Neoliberalismo e autoritarismo, uma história de amor. *Revista Cult Online*. São Paulo, 29 abr. 2019. Disponível em:

<https://revistacult.uol.com.br/home/neoliberalismo-e-autoritarismo-historia-de-amor/>. Acesso em 2 fev. 2025.

CASTRO-GÓMEZ, S. *Historia de la gubernamentalidad*. Razón de Estado, liberalismo y neoliberalismo en Michel Foucault. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2010.

CHAMAYOU, G. *A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

CHIGNOLA, S. Reinventar a liberdade, reinventar a si próprio. Entrevista com Sandro Chignola. In: *IHU OnLine: Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, N. 472, ano XV, p. 20-25, 2015. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6114-sandro-chignola-2>. Acesso em: 10 mai. 2023.

CHIGNOLA, S. Uma liberdade acomodada à racionalidade de mercado. Entrevista com Sandro Chignola. In: *IHU OnLine: Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, n. 497, ano XVI, p. 60-65, 2016. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6705-uma-liberdade-acomodada-a-racionalidade-de-mercado>. Acesso em: 10 mai. 2023.

CHIRIO, M. La victoire de Bolsonaro à la lumière de l'histoire brésilienne. 2020. *Sens public*. Disponível em: <http://sens-public.org/articles/1458/>. Acesso em 10 fev. 2025.

COELHO, A. L.; MENDES, M. A sofisticação do neogolpismo: dos protestos de 2013 à destituição de Dilma Rousseff. *Sul Global*, v. 1, 2020.

COHEN, Stanley. *Folk devils and moral panics*. London: Routledge, 2011.

COLLETA, N. J.; PERKINS, G. *Participation in education*. Washington D.C., The World Bank Social Policy and Resettlement Division, 1995.

COOPER, M. *A sagrada família: neoliberalismo e neoconservadorismo na extrema-direita hoje*. Entrevista para Bruna Della Torre. *Marxismo Feminista*. 2020a. Disponível em: <https://marxismofeminista.com/2020/06/30/a-sagrada-familia-neoliberalismo-e-neoconservadorismo-na-extrema-direita-hoje/>. Acesso em 30 set. 2024.

COOPER, M. *Assim o neoliberalismo capturou a família*. Entrevista para Nuria Alabao. *Outras Palavras*. 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/descolonizacoes/assim-o-neoliberalismo-capturou-a-familia/>. Acesso em: 23 ago. 2024.

COOPER, M. *Family Matters*. Entrevista para Ben Mabie. *Viewpoint Magazine*. 2018. Disponível em: <https://viewpointmag.com/2018/03/19/family-matters/>. Acesso em: 2 mar. 2023.

COOPER, M. *Los valores de la familia*. Entre el neoliberalismo y el nuevo social-conservadurismo. Madrid: Traficantes de Sueños, 2022.

COOPER, M. Tudo na conta da família: como neoliberais e conservadores se uniram para desfazer o Estado de Bem-Estar. *Boston Review's*. Tradução de Carlos Henrique Silveira. 2020b. Disponível em: <https://www.carloshenriquesiqueira.com/post/tudo-na-conta-da-fam%C3%ADlia>. Acesso em: 10 ago. 2021.

COOPER, M. Valores familiares do neoliberalismo: bem-estar social, capital humano e parentesco. ALBINO, C.; OLIVEIRA, J.; MELO, M. (Orgs.). *Neoliberalismo, neoconservadorismo e crise em tempos sombrios*. Recife: Seriguela, 2021.

CORRÊA, S. Política do gênero: Um comentário genealógico. *Cadernos Pagu*, n. 53. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n53/1809-4449-cpa-18094449201800530001.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2023.

CORRÊA, S. *Entrevista com Sonia Corrêa*: A política antigênero como política de Estado. 2020. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/entrevista-com-sonia-correa-a-politica-antigenero-como-politica-de-estado/10194>. Acesso em: 9 mar. 2023.

CORRÊA, S.; PRADO, M. A. M. Ideologia antigênero nas políticas educacionais brasileiras: estatização e transnacionalidade. In: CARREIRA, D.; LOPES, B. (Orgs.) *Gênero e Educação: ofensivas reacionárias, resistências democráticas e anúncios pelo direito humano à educação*. São Paulo: Ação Educativa, 2022.

CORAZZA, S. M. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. 2002. Disponível em: [https://www.academia.edu/34853764/LABIRINTOS\\_DA\\_PESQUISA\\_DIANTE\\_DOS\\_FERROLHOS](https://www.academia.edu/34853764/LABIRINTOS_DA_PESQUISA_DIANTE_DOS_FERROLHOS). Acesso em 23 jul. 2024.

CURY, C.R.J. Homeschooling ou educação no lar. *Educação em Revista* [online]. 2019, v. 35, e219798. Disponível em: <https://www.educacaodomiciliar.fe.unicamp.br/pesquisas-e-bibliografias/homeschooling-ou-educacao-no-lar>. Acesso em: 12 nov. 2024.

DARDOT, P.; GUÉGUEN, H., LAVAL, C.; SAUVÊTRE, P. *A escolha da guerra civil*. Uma outra história do neoliberalismo. São Paulo: Elefante, 2021.

DARDOT, P.; LAVAL, C.; SAUVÊTRE, P. *Le néolibéralisme autoritaire au miroir du Brésil*. Sens public. 25 Jun. 2020. Disponível em: <https://www.sens-public.org/dossiers/1515/>. Acesso em 22 set. 2024.

DARDOT, P.; LAVAL, C. A anatomia do novo neoliberalismo. *Revista IHU Online*, Instituto Humanitas Unisinos, 25 Jul. 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/591075-anatomia-do-novo-neoliberalismo-artigo-depierre-dardot-e-christian-laval>. Acesso em: ago. 2024.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017.

DARDOT, P. *Néolibéralisme “classique” et nouveau néolibéralisme*. Sens public. 2020. Disponível em: <http://sens-public.org/articles/1456>. Acesso em 22 set. 2024.

DELEUZE, G. *Diferença e Repetição*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

DE SOUZA CRUZ, Thalles do Amaral; MACEDO, Elizabeth. A Diferença Resiste à De(S)Mocratização. *Linguagens, Educação e Sociedade*, [S. l.], n. 41, p. 13–39, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/1115>. Acesso em: 16 jan. 2025.

DOCUMENTO DE APARECIDA: Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, Edições CNBB, Paulinas, Paulus, 2007.

DOMBROWSKI, O. Conservador nos costumes e liberal na economia: liberdade, igualdade e democracia em Burke, Oakeshott e Hayek. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 23, n.2, p.223-234, 2020.

DUARTE, A. Foucault e a Governamentalidade: Genealogia do Liberalismo e do Estado Moderno. In: CASTELO BRANCO, G.; VEIGA-NETO, A. (Org.). *Foucault: filosofia & política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 53-69.

EPSTEIN, J. School and family partnerships. In: ALKIN, M (Org). *Encyclopedia of educational research*. New York: Mcmillan, 1992, p. 1089-1151.

ESCOLA SEM PARTIDO. *A doutrinação é um problema grave na educação brasileira? Por quê?* 2019b. Disponível em: <http://escolasempartido.org/blog/faq/>. Acesso em: 2 abr. 2024.

ESCOLA SEM PARTIDO. Perguntas e respostas. 2019a. Disponível em <http://www.escolasempartido.org/perguntas-e-respostas/>. Acesso em 10 ago. 2024.

FARIA, A. L.; CHAIA, V. Os institutos liberais e a consolidação da hegemonia neoliberal na América Latina e no Brasil. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 22, n. 49, p. 1059-1080, 2020.

FASSIN, É. Campanhas antigênero, populismo e neoliberalismo na Europa e na América Latina. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 22–32, 2021. DOI: 10.9771/cgd.v7i1.42911. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/42911>. Acesso em: 20 fev. 2023.

FASSIN, É. *Brasil: o laboratório interseccional do neoliberalismo*. Cult, 22 out. 2019. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/neoliberalismo-interseccional/>. Acesso em 10 fev. 2023.

FERREIRA NETO, Joao Leite. Foucault, governamentalidade neoliberal e subjetivação. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, [S. l.], v. 35, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapt/article/view/23581>. Acesso em: 13 ago. 2024.

FILORDI DE CARVALHO, A. Neoliberalismo e governamentalidade de crises no pós-fascismo: que pode a educação? *Prax. Saber*, Tunja, v. 14, n. 38, p. 71-87, Set. 2023. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2216-01592023000300071&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2216-01592023000300071&lng=en&nrm=iso). Acesso em 10 set. 2024.

FIMYAR, O. Governamentalidade como Ferramenta Conceitual na Pesquisa de Políticas Educacionais. *Educação & Realidade*, [S. l.], v. 34, n. 2, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/8308>. Acesso em: 19 jun. 2023.

FISCHER, R. M. B. Foucault e a Análise do Discurso em Educação. *Cadernos de Pesquisa*, n. 114, p. 197-223, nov. 2001.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. 7. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, M. A cena da filosofia. In: *Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina – Ditos & escritos VII*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011a, p. 222-247.

FOUCAULT, M. A governamentalidade. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021b.

FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014a.

FOUCAULT, M. *A sociedade punitiva*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

FOUCAULT, M. Conversa com Michel Foucault. In: MOTTA, M. B. da. (Org.). *Repensar a política*. Coleção Ditos & Escritos VI. 6. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a, p. 289-347.

FOUCAULT, M. Diálogo sobre o poder. In: MOTTA, M. B. da. (Org.). *Estratégia, poder-saber*. Coleção Ditos & Escritos IV. 2. ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006b. p. 253-266.

FOUCAULT, M. *Dits et écrits II, Tome 2 (1976-1988)*. Paris: Gallimard, 2001b.

FOUCAULT, M. *Do governo dos vivos: curso no Collège de France (1979-1980)*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014b.

FOUCAULT, M. *Do governo dos vivos: curso no Collège de France (1979- 1980): excertos*. 2 ed. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2011b.

FOUCAULT, M. Estruturalismo e pós-estruturalismo. *In: MOTTA, M. B. da. (Org.). Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Coleção Ditos & Escritos II. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2000a, p. 307-334.

FOUCAULT, M. Foucault estuda a Razão de Estado. *In: MOTTA, M. B. da. (Org.). Estratégia, poder-saber*. Coleção Ditos & Escritos IV. 2. ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006a. p. 317-322.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I, A vontade de saber*. 13 ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1999.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade II, O uso dos prazeres*. 9 ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2001a.

FOUCAULT, M. Mesa redonda em 20 de maio de 1978. *In: MOTTA, M. B. da. (Org.). Estratégia, poder-saber*. Coleção Ditos & Escritos IV. 2. ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006f. p. 335-351.

FOUCAULT, M. Michel Foucault Explica Seu Último Livro. *In: MOTTA, M. B. da. (Org.). Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Coleção Ditos & Escritos II. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2000b, p. 145-152.

FOUCAULT, M. *Nascimento da Biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. O poder psiquiátrico: curso dado no Collège de France (1973-1974). São Paulo: Martins Fontes, 2006d.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. *In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

FOUCAULT, M. Precisações sobre o Poder. Respostas a certas críticas. *In: MOTTA, M. B. da. (Org.). Estratégia, poder-saber*. Coleção Ditos & Escritos IV. 2. ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006c, p. 270-280.

FOUCAULT, M. Resumo dos cursos do Collège de France (1979-1982). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

FOUCAULT, M. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977- 1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2023.

FOUCAULT, M. Subjetividade e verdade (1980-1981). In: FOUCAULT, M. *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 107-115.

FOUCAULT, M. Um sistema finito diante de um questionamento infinito. MOTTA, M. B. da. (Org.). *Ética, sexualidade, política*. Ditos & escritos V. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006e.

FOUCAULT, M. Verdade e Poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021a, p. 35-54.

FRASER, N. *O fim do neoliberalismo "progressista"*. Brasil de Fato. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/01/27/o-fim-do-neoliberalismo-progressista>. Acesso em: 13 jul. 2024.

FRASER, N. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

FREYRE, G. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. 15. ed. rev. São Paulo: Global, 2004.

FRIEDMAN, M. *Capitalismo e Liberdade*. 2 Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

FRIEDMAN, M.; FRIEDMAN, R. *Liberdade de Escolher: O Novo Liberalismo Econômico*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

FRIEDMAN, M.; FRIEDMAN, R. *Tiranía do status quo*. Rio de Janeiro: Record, 1984.

GADELHA COSTA, S. de S. Governamentalidade Neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. *Educação & Realidade*, [S. l.], v. 34, n. 2, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/8299>. Acesso em: 16 out. 2024.

GAGO, V. *La potencia feminista*. O el deseo de cambiarlo todo. Madrid: Traficante de Sueños, 2019. Disponível em: [https://traficantes.net/sites/default/files/pdfs/TDS\\_map55\\_La%20potencia%20feminista\\_web.pdf](https://traficantes.net/sites/default/files/pdfs/TDS_map55_La%20potencia%20feminista_web.pdf). Acesso em: 29 mar. 2023.

GAGO, V. Leituras sobre feminismo e neoliberalismo. *Boletim Campineiro de Geografia*, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 195–205, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2802>. Acesso em: 21 fev. 2023.

GALLEGO, E. S. (org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

GALLEGO, E. S. La Bolsonarización de Brasil. *Cuadernos de Trabajo IELAT*, n. 121, abri. 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6914400>. Acesso em 15 set. 2024.

GALLEGO, E. *O bolsonarismo, com sua receita de aniquilação da política e catalisação das desilusões, reverte queda de popularidade*: entrevista especial com Esther Solano. Instituto Humanitas Unisinos. 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/602313-o-bolsonarismo-com-sua-receita-de-aniquilacao-da-politica-e-catalisacao-das-desilusoos-reverte-queda-de-popularidade-entrevista-especial-com-esther-solano>. Acesso em: 11 abr. 2023.

GALLO, S. Biopolítica e Subjetividade: Resistência? *Educar em Revista*, v. 33, n. 66, p. 77-94, out./dez., 2017a.

GALLO, S. Políticas da diferença e políticas públicas em educação no Brasil. *Revista Educação e Filosofia*, v. 31, n. 63, p. 1497-1523, 2017b.

GANDRA MARTINS, A. V. Committed to freedom and human dignity. In: *Transatlantic Summit: Freedom at Stake*. Budapeste, 4, 2022. *YouTube*, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KpREMBESLfA>. Acesso em: 7 dez. 2024.

GANDRA MARTINS, A. V. Por que uma Secretaria da Família? Serviço não é uma intromissão na esfera privada. *Jornal A Folha de São Paulo*. São Paulo. 19 mar. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/03/por-que-uma-secretaria-da-familia.shtml>. Acesso em 20 nov. 2024.

GANDRA MARTINS, A. V. Um ministério da família: da utopia à realidade. *Jornal A Folha de São Paulo*. São Paulo. 7 dez. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/12/um-ministerio-da-familia-da-utopia-a-realidade.shtml>. Acesso em 02 dez. 2024.

GANDRA MARTINS, I. Prefácio. In: SCALA, J. *Ideologia de gênero: O neototalitarismo e a morte da família*. São Paulo: Katequesis, 2011.

GARLAND, D. O que Significa Escrever uma 'História do Presente'? A abordagem Genealógica de Foucault Explicada. *Revista Justiça e Sistema Criminal*, v. 6, n. 10, p. 73-96, 2014.

GOALS 2000. Educate America Act, H. R. 1804. 103rd Congress, Second. Session, March 31, 1994. Disponível em: <https://www.congress.gov/bill/103rd-congress/house-bill/1804>. Acesso em 3 nov. 2024.

GRZEBALSKA, W; PETŐ, A. The gendered modus operandi of the illiberal transformation in Hungary and Poland. *Women's Studies International Forum*. v. 68, p. 164-172, 2018. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0277539517300882?via%3Di> hub. Acesso em 19 dez. 2024.

GROS, F. Situação do curso. *In: FOUCAULT, M. A hermenêutica do sujeito*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 613-661.

GUÉGUEN, H., LAVAL, C.; SAUVÊTRE, P. Le choix de la guerre civile. Entretien. *Diacritik*. Disponível em: <https://diacritik.com/2021/04/22/entretien-avec-haud-gueguen-pierre-sauvetre-et-christian-laval-le-choix-de-la-guerre-civile/>. Acesso em 13 fev. 2025.

HAMANN, T. Neoliberalismo, governamentalidade e ética. *Revista Ecopolítica*, n. 3, p. 99-133, mai./ago. 2012. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/issue/view/755/showToc>. Acesso em: 15jul. 2024.

HAYEK, F. A. *Law, Legislation and Liberty*. V. 3 The Political Order of a Free People. Routledge & Kegan Paul: London, 1982.

HAYEK, F. A. *O caminho da servidão*. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/biblioteca/classicos/o-caminho-da-servidao-f-hayek/>. Acesso em 4 jul. 2022.

HAYEK F. A. Os Intelectuais e o Socialismo. *MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy, Law and Economics* [on-line]. v. 5(1), p. 109-123, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=586364221008>. Acesso em 22 ago.2024.

HAYEK F. A *Speech to the Mont Pelerin Society* (Professor Friedrich Hayek's Closing Speech") [reflections on the history of the society and the resurgence of classical liberalism]. 1984. Margaret Thatcher Foundation. Archive (Hayek MMS). Disponível em: <https://www.margaretthatcher.org/document/117193>. Acesso em 20 ago. 2024.

HAYEK, F.A. *The Constitution of Liberty*. Chicago: Chicago Press, 2011.

HILLESHEIM, B.; BERNARDES, A. G. Políticas de inclusão: a arte de governar a partir da liberdade. *Psicologia em Estudo*, v. 20, n. 1, p. 129 - 137, 1 jan. 2015.

HENNIGEN, I. Endividado, devo: Governo da vida pelas finanças. *In: Fórum linguístico*. Florianópolis: UFSC, v.16, n.3, p.3953-3965, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2019v16n3p3953>. Acesso em set. 2024.

HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 27. Ed. São Paulo: Companhia das letras, 2014.

HOOVER-DEMPSEY, K. V.; SANDLER, H. M. Parental involvement in children's education: Why does it make a difference? *Teachers College Record*, n. 97, v. 2, 1995, p. 310–331.

HOROWITZ, D. *The Professors: The 101 Most Dangerous Academics in America*. Washington, D.C, EUA: Regnery Publishing, 2013.

HOROWITZ, D. *Academic Bill of Rights*. 2003. Disponível em: <https://la.utexas.edu/users/hcleaver/330T/350kPEEHorowitzAcadBillTable.pdf>. Acesso em 26 jan. 2025.

IAMAMOTO, M. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 3. Ed. São Paulo, Cortez, 2000.

JUNQUEIRA, R. D. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 27 jun. 2024.

JUNQUEIRA, R. D. A “ideologia de gênero” existe, mas não é aquilo que você pensa que é. In: MARIANO, A. *et al. Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. São Paulo: Boitempo, 2019.

KALIL, I. Políticas antiderechos en Brasil: neoliberalismo y neoconservadurismo en el gobierno de bolsonaro. In: SANTANA, A.T. (Ed.). *Derechos en riesgo en América Latina: 11 estudios sobre grupos neoconservadores*. Bogota: Fundación Rosa Luxemburg, 2020. Disponível em: <https://sxpolitics.org/es/wp-content/uploads/sites/3/2020/12/DerechosenRiesgoenAmericaLatina.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

KEHL, Maria Rita. *Ressentimento*. 3. Ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

KIRK, R. *Breve manual de conservadorismo*. São Paulo: Trinitas, 2021.

KORNATKI, L. *O dispositivo da família e a constituição de subjetividades em membros de famílias homoparentais*. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Rio Grande. Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde. Rio Grande, 2019. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/handle/1/9600>. Acesso em: 1 fev. 2023.

LACERDA, M. B. *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019.

LAGASNERIE, G. *A última lição de Michel Foucault: sobre o neoliberalismo, a teoria e a política*. Trad. André Telles. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LAVAL, C. *A escola não é uma empresa. O neoliberalismo em ataque ao ensino público*. São Paulo: Boitempo, 2019a.

LAVAL, C. Como o neoliberalismo destrói a democracia. *Revista Movimento*. Abr. 2024. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2024/04/como-o-neoliberalismo-destrui-a-democracia/>. Acesso em 01 out. 2024.

LAVAL, C. Foucault, ou l'obligation de la liberté. In: BRAUNSTEIN, J.-F. *et al. Foucault(s)*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2017. Disponível em: <https://books.openedition.org/psorbonne/96357>. Acesso em 23 ago. 2024.

LAVAL, C. *O ataque estratégico do neoliberalismo à educação*. Blog da Boitempo, 2019b. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/09/30/o-ataque-estrategico-do-neoliberalismo-a-educacao/>. Acesso em: 1 jul. 2022.

LAVAL, C. Uma nova guerra civil mundial. *Instituto Humanitas Unisinos*. Mar. 2022. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/617032-uma-nova-guerra-civil-mundial-artigo-de-christian-laval>. Acesso em 22 out. 2024.

LAZZARATO, M. *Fascismo ou revolução? O neoliberalismo em chave estratégica*. São Paulo: n-1 edições, 2019.

LOCKMANN, K. *A proliferação das políticas de assistência social na educação escolarizada*. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/79669>. Acesso em: 23 jul. 2023.

LOCKMANN, K. Governamentalidade neoliberal fascista e o direito à escolarização. *Práxis Educativa*, [S. l.], v. 15, p. 1–18, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15408>. Acesso em: 20 mar. 2023.

LOPES, M. C.; RECH, T. L. Inclusão, biopolítica e educação. *Educação* (Porto Alegre, impresso), v. 36, n. 2, p. 210-219, maio/ago. 2013.

LÓPEZ, M. F. R. Ideología de género» y estrategias políticas de clase en el auge de los fascismos. El caso de EEUU. In: FUNDACIÓN DE LOS COMUNES. *Familia, raza y nación en tempos de posfascismo*. Madrid: Traficante de sueños, 2020, p. 127-146.

LÓPEZ TRUJILLO, A. Prefazione del Cardinale Alfonso Lopez Trujillo. *Lexicon*. Termini ambigui e discussi su famiglia, vita e questioni etiche. Pontificio Consiglio Per La Famiglia. 2002. Disponível em: [https://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/family/documents/rc\\_pc\\_famil\\_y\\_doc\\_20021208\\_lexicon-trujillo\\_it.html](https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/family/documents/rc_pc_famil_y_doc_20021208_lexicon-trujillo_it.html). Acesso em 02 jan. 2025.

MACEDO, E. As demandas conservadoras do movimento Escola sem Partido e a Base Nacional Comum Curricular. In: *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 38, n° 139, p. 507-524, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/JYfWMTKKDmzVgV8VmwzCdQK/?format=pdf&lang=p>. Acesso em 6 jul. 2024.

MANDELBAUM, B. P. H. "Pela minha família, voto sim": o uso dos valores tradicionais da família na cena política brasileira. In: *I Simpósio Bienal SBPSP – O Mesmo, O Outro*. São Paulo: Blucher, 2019, p. 150-156. Disponível em: <https://pdf.blucher.com.br/socialsciencesproceedings/isbsbpsp/23.pdf>. Acesso em 02 nov. 2024.

MARINHO, C. M. *Processos de subjetivação, governamentalidade neoliberal e resistência: uma leitura a partir de Michel Foucault e Judith Butler*. São Paulo: Intermeios, 2022.

MARIZ, S. F. Origens da "Ideologia de gênero": o ativismo antifeminista de Christina Hoff Sommers. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.]*, v. 72, p. 30–56, 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/54804>. Acesso em: 22 dez. 2024.

MATTOS, A. *et al.* Educação e liberdade: apontamentos para um bom combate ao Projeto de Lei Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, G. (Org.). *Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade*. Rio de Janeiro: UERJ, 2017, p. 87-104.

MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. *Pandemia democratizou poder de matar, diz o autor de Necropolítica*. Folha de São Paulo. São Paulo. 30 mar. 2020. Entrevista concedida a Diogo Bercito. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-da-necropolitica.shtml>. Acesso em 12 ago. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. Da "doutrinação marxista" à "ideologia de gênero" - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. *Revista Direito e Práxis, [S. l.]*, v. 7, n. 3, p. 590–621, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/25163>. Acesso em: 23 fev. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DO CHILE. *Política de Participación de Padres, Madres y Apoderados/as en el Sistema Educativo*. Santiago de Chile: División de Educación General, Unidad de Apoyo a la Transversalidad, 2002. Disponível em: <https://www.educarchile.cl/recursos-para-el-aula/politica-de-participacion-de-padres-madres-y-apoderadosas-en-el-sistema>. Acesso em 30 out. 2024.

MISES, L. von. *El socialismo: análisis económico y sociológico*. 5. ed. Unión Editorial: Madrid, 2007.

MYERS-WALLS, J. A.; SOMLAI, P. *Families as Educators for Global Citizenship*. London: Routledge, 2001. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000199593>. Acesso em nov. 2024.

MONT PÈLERIN SOCIETY. *Statement of Aims*. 1947. Disponível em: <https://www.montpelerin.org/event/429dba23-fc64-4838-aea3-b847011022a4/websitePage:6950c74b-5d9b-41cc-8da1-3e1991c14ac5>. Acesso em: 2 ab. 2023.

NOGUEIRA, M. A relação família-escola na contemporaneidade: fenômeno social/interrogações sociológicas. *Análise Social*, v. XI (176) p. 563-578, 2005.

NOGUEIRA, M. Família e escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação. *Educação & Realidade*, [S. l.], v. 31, n. 2, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/6850>. Acesso em: 8 nov. 2024.

NOGUERA-RAMÍREZ, C. E. A governamentalidade nos cursos do professor Foucault. In: CASTELO BRANCO, G.; VEIGA-NETO, A. (Org.). *Foucault: filosofia & política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 71-80.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS da 71ª Sessão do Senado Federal, Deliberativa Extraordinária, Matutina, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 11 de maio de 2016. Departamento de taquigrafia, revisão e redação. Senado Federal. Brasil, 2016b. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/s/3835>. Acesso em 8 dez. 2024.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS da 91ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Vespertina, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 17 de abril de 2016. Sessão: 091.2.55.0. Departamento de taquigrafia, revisão e redação. Câmara dos Deputados. Brasil, 2016a. Disponível em <https://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/extraord/2016/4/EV1704161400.pdf>. Acesso em: 24 set. 2024.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Convenção Americana Sobre Direitos Humanos*. Pacto de San José da Costa Rica. 1969. Disponível em: [https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao\\_americana.htm](https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm). Acesso em 12 dez. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *International Day of Families*. Families: Educators and Providers of Human Rights. 1998. Disponível em <https://www.un.org/esa/socdev/family/idf/1998/Backg98.htm>. Acesso em 01 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 10 dez. 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601->

declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos. Acesso em 03. Dez. 2024.

OREIRO, J. L. *Origem, causas e impacto da crise*. Instituto Humanitas Unisinos. 13 set. 2011. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/noticias/500801-origem-causas-e-impacto-da-crise>. Acesso em 14 set. 2024.

ORTEGA, F. *Genealogias da amizade*. São Paulo: Iluminuras, 2002.

PARENTS AND STUDENTS FOR ACADEMIC FREEDOM. *Mission Statement*. Washington, DC, EUA, 2004. Disponível em: [http://www.psaf.org/pamphlettes/psaf\\_mission\\_statement.pdf](http://www.psaf.org/pamphlettes/psaf_mission_statement.pdf). Acesso em 23 jan. 2025.

PATERNOTTE, D. *Backlash: Uma narrativa enganosa*. Sexuality Policy Watch. 2020. Disponível em: <https://sxpolitics.org/es/backlash-una-narrativa-enganosa/4806>. Acesso em: 23 dez. 2024.

PATERNOTTE, D.; KUHAR, R. "Ideologia de gênero" em movimento. *Rev. psicol. polít.* [online]. 2018, vol.18, n.43, pp. 503-523. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v18n43/v18n43a05.pdf> Acesso em 2 jan. 2025.

PENNA, F. A. A defesa da “educação domiciliar” através do ataque à educação democrática: A especificidade da escola como espaço de dissenso. *Revista Linguagens, Educação e Sociedade*, n. 42, mai./ago, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.26694/les.v0i42.9336>. Acesso em 23 mar. 2023.

PENNA, F. A; SALLES, D. C. A dupla certidão de nascimento do Escola Sem Partido: analisando as referências intelectuais de uma retórica reacionária. In: MUNIZ, A. C; LEAL, T.B (Orgs.). *Arquivos, documentos e ensino de história: desafios contemporâneos*. Fortaleza: EdUECE, 2017. Disponível em: <https://professorescontraoescolasempartido.files.wordpress.com/2018/07/penna-e-salles-a-dupla-certidc3a3o-de-nascimento-2017.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2024.

PEREIRA DA SILVA, Fabricio. Definindo os “neogolpes”. *Campos Neutrais - Revista Latino-Americana de Relações Internacionais*, Rio Grande, RS, v. 3, n. 3, p. 55–66, 2022. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/cn/article/view/13990>. Acesso em: 22 out. 2024.

PINTO, F. C. F.; GARCIA, V. C.; LETICHEVSKY, A. C. Pesquisa Nacional Qualidade na Educação: a escola pública na opinião dos pais. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 14, n. 53, p. 527–541, out. 2006.

POLITICAL NETWORK FOR VALUES. *Decalogue of Commitments for Human Dignity and the Common Good*. 2024. Disponível em: <https://politicsnetworkforvalues.com/en/our-values/>. Acesso em 2 de dez. 2024.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA. Família, matrimônio e 'uniões de fato'. 26 de julho de 2000. Disponível em: [https://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/family/documents/rc\\_pc\\_famil\\_y\\_doc\\_20001109\\_de-facto-unions\\_po.html](https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/family/documents/rc_pc_famil_y_doc_20001109_de-facto-unions_po.html). Acesso em 22 dez. 2024.

PORTELA, R. *Não apostar na escola é reforçar a já exacerbada desigualdade social no Brasil*. 2021. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/naoapostar-na-escola-e-reforcar-a-ja-exacerbada-desigualdade-social-no-brasil>. Acesso em: 25.abr.2024.

PORTO ALEGRE, *Projeto de Lei nº 124, de 24 de maio de 2016*. Porto Alegre: Câmara Municipal, 2016.

POSNER, R. *Economic Analysis of Law*. 13. Ed. New York: Aspen Publishers, 1986.

QUINTELA, D. F. A direita bolsonarista: neoliberalismo, neoconservadorismo e a instrumentalização política da "família". In: *Encontro Anual da ANPOCS*, 44, 2020, São Paulo. Anais eletrônicos [...]. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2020. p. 1-25. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/9096>. Acesso em: 10 nov. 2022.

RAGO, M. A história do presente em Michel Foucault. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 18., 2006, Assis. *Anais...* Assis: UNESP, 2006. p. 1-8. Disponível em <http://legacy.anpuh.org/sp/downloads/CD%20XVIII/pdf/ORDEM%20ALFAB%C9TICA/Luzia%20Margareth%20Rago.pdf>. Acesso em 12 jul. 2024.

RAGO, M. Libertar a história. In.: RAGO, M.; ORLANDI, L. L. e VEIGA-NETO, A. (Orgs). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

REAGAN, R. *Remarks at the Annual Meeting of the National Alliance of Business*. Public Papers of the Presidents of the United States: Ronald Reagan. 14 set. 1987. Disponível em: <https://www.reaganlibrary.gov/archives/speech/remarks-annual-meeting-national-alliance-business-0>. Acesso em set. 2014.

REDDING, S. *Parents and learning*. Education practices series 2. Bruxelas, Bélgica: Unesco International Academy of Education. Genebra, Suíça: Unesco International Bureau of Education, 2000. Disponível em: <https://educquest.org/wp-content/uploads/2022/02/Parents-and-learning.pdf>

ROLNIK, S. Brasil: desafios frente ao sinistro (versão revisada e ampliada). Fev. 2023. Disponível em [https://laboratoriodesensibilidades.wordpress.com/2023/01/22/brasil-desafios-frente-ao-sinistro-por-suely-rolnik-versao-revisada-e-ampliada/#\\_ftn1](https://laboratoriodesensibilidades.wordpress.com/2023/01/22/brasil-desafios-frente-ao-sinistro-por-suely-rolnik-versao-revisada-e-ampliada/#_ftn1). Acesso em: 20 nov. 2024.

RÖPKE, W. *The social crisis of our time*. Chicago: Chicago University Press, 1950.

RÖPKE, W. *A Humane Economy: The Social Framework of the Free Market*. Chicago: Henry Regnery Company, 1960.

ROTH, M. S. Foucault's 'History of the Present'. *History and Theory*. v. 20. n. 1, 1981, p. 32-46. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2504643>. Acesso em 19 dez. 2024.

ROYAL, S. Campagne nationale sur le nouveau partenariat Ecole-Familles: confiance et ouverture. *Bulletin Officiel de l'Éducation Nationale*. n° 34, 17 set. 1998.

SAFATLE, V. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson.; DUNKER, Christian (org.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SAFATLE, V. Bolsonaro se vê à frente de uma revolução em marcha e não vai parar. Entrevista concedida a André Barrocal. *Carta Capital*, São Paulo, 27 de abr. de 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-se-ve-a-frente-de-uma-revolucao-em-marcha-e-nao-vai-parar/>. Acesso em 02. fev 2025.

SAFATLE, V. Le Brésil, possible laboratoire mondial du néo-libéralisme autoritaire. *Le Monde*. 2019. Disponível em: [https://www.lemonde.fr/idees/article/2019/09/02/vladimir-safatle-le-bresil-possible-laboratoire-mondial-du-neo-liberalisme-autoritaire\\_5505317\\_3232.html](https://www.lemonde.fr/idees/article/2019/09/02/vladimir-safatle-le-bresil-possible-laboratoire-mondial-du-neo-liberalisme-autoritaire_5505317_3232.html). Acesso em 26 out. 2024.

SARAIVA, K. Diários de uma pesquisa off-road: análise de textos como problematização de regimes de verdade. In: FERREIRA, T; SAMPAIO. S. (Org.). *Escritos metodológicos: possibilidades para a pesquisa contemporânea em Educação*. Maceió: EDUFAL, 2009, p. 13-34.

SARAIVA, K.; LOCKMANN, K. O molar, o molecular e a educacionalização do social. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, [S. l.], v. 16, n. 45, p. 215–246, 2019. Disponível em: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/3746>. Acesso em: 16 out. 2024.

SERRANO-AMAYA, J. F. La tormenta perfecta: ideología de género y articulación de públicos". *Sexualidad, Salud y Sociedad*, n. 27, dezembro de 2017, p. 149-171. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/sNcr6BwqBQ4wDbQPLmhDcxw/?lang=es>. Acesso em: 10 out. 2024.

SILVA, D. P. da *et al.* Matrizes psicológicas da episteme neoliberal: a análise do conceito de liberdade. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson.; DUNKER, Christian (org.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SILVA, M. L. da. Educação e inclusão no contexto do “neoliberalismo conservador” no Brasil. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, [S. l.], v. 13, n. 27, p. 149–166, 2022. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/13530>. Acesso em: 16 fev. 2025.

SILVA, R. R. D. da. Educação, governamentalidade e neoliberalismo: contribuições foucaultianas para o estudo das políticas de currículo. *Educação e Filosofia*, [S. l.], v. 29, n. 57, p. 199–223, 2016. DOI: 10.14393/REVEDFIL.issn.0102-6801.v29n57a2015-p199a223. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/22731>. Acesso em: 8 dez. 2022.

SILVEIRA, B. S. M. *et al.* Escola sem Partido e as discussões de gênero e sexualidade: impactos curriculares. *Linhas Críticas*, [S. l.], v. 27, p. e35543, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/35543>. Acesso em: 9 dez. 2024.

SLOBODIAN, Q. *Globalistas: o fim do império e o nascimento do neoliberalismo*. Florianópolis: Enunciado publicações, 2021.

SOUZA, J. I. L.; CERQUEIRA, C.P.B; SOUZA, N.R de; EDUARDO, M.C. “Ideologia de gênero” como instrumento político nos jornais do Brasil e de Portugal. *Revista Estudos Feministas*, [S. l.], v. 30, n. 3, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/78510>. Acesso em: 15 jan. 2025.

STANLEY, J. *Como funciona o Fascismo: a política do “nós” e “eles”*. 9. Ed. Porto Alegre: L&PM, 2022.

STUDENTS FOR ACADEMIC FREEDOM. *Indoctrination Or Education? Parents and Students for Academic Freedom*. Washington, DC, EUA, 2004. Disponível em: <https://studentsforacademicfreedom.org/category/informational-literature/>. Acesso em 23 jan. 2025.

THATCHER, M. *Interview for “Woman’s Own”* (“No Such Thing as Society”). Margaret Thatcher Foundation: Speeches, Interviews and Other Statements. 1987a. London. Disponível em: <https://www.margaretthatcher.org/document/106689>. Acesso em ago. 2024.

THATCHER, M. *Speech to Conservative Party Conference*. Margaret Thatcher Foundation: Speeches, Interviews and Other Statements. London, 1987b. Disponível em: <https://www.margaretthatcher.org/document/106941>. Acesso em ago. 2024.

THATCHER, M. *Speech to the First International Conservative Congress*. Margaret Thatcher Foundation: Speeches, interviews, etc. London, 1997. Disponível em: <https://www.margaretthatcher.org/document/108374>. Acesso em 23 nov. 2024.

TRAVERSINI, C. S.; LOCKMANN, K. Problematização da escolarização doméstica: uma defesa da escola pública enquanto espaço comum e democrático. *Pro-Posições*

[online]. 2022, v. 33. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2020-0040>. Acesso em: 10 nov. 2022.

UNESCO. Escola e Família – uma relação a precisar de um ‘clique’. *A Página da Educação*, N. 64, Ano 7, Jan. 1998. Disponível em: <https://www.apagina.pt/?aba=7&cat=64&doc=7230&mid=2>. Acesso em 11 nov. 2024.

UNESCO. *Participación de las familias en la educación infantil latinoamericana*. Oficina Regional de Educación de la UNESCO para América Latina y el Caribe. Santiago, 2004. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139030>. Acesso em 01 nov. 2024.

VEIGA-NETO, A. *A ordem das disciplinas*. Porto Alegre: UFRGS, 1996. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

VEIGA-NETO, A. A vida social, a coletividade, só se aprende na escola, diz Alfredo Veiga-Neto. Amanda Kaster. Instituto Racionalidades [online], Cachoeirinha/RS, mar, 2022. Disponível em: <https://institutoracionalidades.com.br/noticias-e-textos/a-vida-social-a-coletividade-so-se-aprende-na-escola-diz-alfredo-veiga-neto/>. Acesso em 23 nov. 2024.

VEIGA-NETO, A. Coisas do governo... In: RAGO, M.; ORLANDI, Luiz B. L.; VEIGA-NETO, A. (Org.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

VEIGA-NETO, A. Governamentalidades, neoliberalismo e educação. In: BRANCO, Guilherme Castelo; VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault: filosofia & política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, pp. 37-52.

VEIGA-NETO, A.; LOPES, M. C. Inclusão e governamentalidade. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n.100, set-dez, 2007.

VEIGA-NETO, A. Neoliberalismo e Educação: Os Desafios do Precariado. In: RESENDE, H. de. (org). *Michel Foucault: a arte neoliberal de governar e a educação*. São Paulo: Intermeios: Brasília, 2018.

VEIGA-NETO, A.; RECH, T. L. *Esquecer Foucault? Pro-Posições* [online]. 2014, v. 25, n. 2. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/KBdDsSXvG4ykgbf5w5Tz9YL/abstract/?lang=pt>. Acesso em 10 jul. 2024.

VEIGA-NETO, A.; SARAIVA, K. Educar como arte de governar. *Currículo sem Fronteiras*, v.11, n.1, p. 5-13, jan-jun. 2011. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/CurriculosemFronteiras/2011/vol11/no1/1.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.

WASHINGTON. *Committee on ways and means U.S. House of representatives* Summary of welfare reforms made by public law 104-193 the

personal responsibility and work opportunity reconciliation act and associated legislation. Washington, DC: Government Printing Office, 1996. Disponível em: <https://www.congress.gov/104/statute/STATUTE-110/STATUTE-110-Pg2105.pdf>. Acesso em 23. Set. 2024.

ZAMORA, D. How Michel Foucault Got Neoliberalism so Wrong. Entrevistado por Kévin Boucaud-Victoire. *Jacobin*, 2019. Disponível em: <https://jacobin.com/2019/09/michel-foucault-neoliberalism-friedrich-hayek-miltonfriedman-gary-becker-minoritarian-governments>. Acesso em 23 jul. 2024.